

JULIANA SILVA SANTOS

**AS COTAS RACIAIS EM UMA PUBLICAÇÃO JORNALÍSTICA UNIVERSITÁRIA:
imagens das relações raciais brasileiras**

**Belo Horizonte
Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Letras
2016**

JULIANA SILVA SANTOS

**AS COTAS RACIAIS EM UMA PUBLICAÇÃO JORNALÍSTICA UNIVERSITÁRIA:
imagens das relações raciais brasileiras**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Linguística do Texto e do Discurso

Área de Concentração: Linguística do Texto e do Discurso

Linha de Pesquisa: Análise do Discurso

Orientador: Prof^a. Dr^a. Helcira Maria Rodrigues de Lima

Belo Horizonte
Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Letras
2016

S237c Santos, Juliana Silva.
As cotas raciais em uma publicação jornalística universitária [manuscrito] : imagens das relações raciais brasileiras / Juliana Silva Santos . – 2016.
195 p., enc. : il., p&b.

Orientadora: Helcira Maria Rodrigues de Lima.

Área de concentração: Linguística do Texto e do Discurso.

Linha de pesquisa: Análise do Discurso.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras.

Bibliografia: f. 168-175.

Anexos: 176-195.

1. Análise do discurso – Teses. 2. Retórica – Teses. 3. Programas de ação afirmativa – Teses. 4. Brasil – Relações raciais – Teses. 5. Negros – Educação – Teses. 6. Jornalismo universitário – Teses. 7. Textos jornalísticos – Teses. I. Lima, Helcira Maria Rodrigues de II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Letras. III. Título.

CDD : 418



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS



FOLHA DE APROVAÇÃO

**As cotas raciais em uma publicação jornalística universitária:
imagens das relações raciais brasileiras**

JULIANA SILVA SANTOS

Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em ESTUDOS LINGÜÍSTICOS, como requisito para obtenção do grau de Mestre em ESTUDOS LINGÜÍSTICOS, área de concentração LINGÜÍSTICA DO TEXTO E DO DISCURSO, linha de pesquisa Análise do Discurso.

Aprovada em 05 de fevereiro de 2016, pela banca constituída pelos membros:

Prof(a). Helcira Maria Rodrigues de Lima - Orientador
UFMG

Prof(a). Sonia Maria de Oliveira Pimenta
UFMG

Prof(a). Rodrigo Edilson de Jesus
UFMG

Belo Horizonte, 5 de fevereiro de 2016.

*A Deus e às mulheres pretas da minha família,
que, como tantas outras, vieram antes.*

AGRADECIMENTOS

A toda a minha família pelo incentivo ao estudo e todo o suporte para chegar até aqui. Ao Mauricio, pela presença amorosa e o apoio incondicional.

Às minhas amigas, Tati, Mandy, Carol e Ana, pelas filosofias que tornaram meu olhar mais aguçado.

Aos amigos do Grupo Sol, por compreenderem minhas ausências em momentos cruciais.

À professora Helcira, pelas orientações e a atenção a mim dispensada desde a graduação. Aos professores e colegas do Poslin, pelas aulas e conversas esclarecedoras.

Ao professor Rodrigo Ednilson, pelo auxílio na conformação inicial da pesquisa. Ao programa Ações Afirmativas na UFMG, por me possibilitar compreender a dinâmica das relações raciais em nosso país.

À CAPES, pelo auxílio financeiro para a realização deste trabalho e a possibilidade de adquirir experiência com a docência no ensino superior.

À UFMG, por tantas vivências.

E acima de tudo, a Deus, pela vida e a permissão para realizar este trabalho.

*Não vou mais lavar os pratos
Nem vou limpar a poeira dos móveis
Sinto muito. Comecei a ler
Abri outro dia um livro e uma semana depois decidi
Não levo mais o lixo para a lixeira
Nem arrumo a bagunça das folhas que caem no quintal
Sinto muito. Depois de ler percebi a estética dos pratos
a estética dos traços, a ética
A estática
(...)
Sinto muito
Agora que comecei a ler, quero entender
O porquê, por quê? E o porquê
Existem coisas
Eu li, e li, e li
Eu até sorri
E deixei o feijão queimar...
Olha que o feijão sempre demora a ficar pronto
Considere que os tempos agora são outros...
(...)
Não vou mais lavar as coisas e encobrir a verdadeira sujeira
Nem limpar a poeira e espalhar o pó daqui para lá e de lá para cá
(...)
Sendo assim, não lavo mais nada
e olho a sujeira no fundo do copo
Sempre chega o momento
De sacudir, de investir, de traduzir
Não lavo mais pratos
(...)
Está decretada a lei áurea.
Cristiane Sobral*

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é analisar os recursos argumentativos usados em artigos de opinião publicados no *Boletim*, periódico semanal da Universidade Federal de Minas Gerais, para construção da imagem das Ações Afirmativas de recorte racial a partir dos imaginários que sustentam as tomadas de posição pelos locutores – os articulistas dos artigos de opinião. Os textos escolhidos são da versão virtual da mídia em questão e abrangem um período de dez anos de publicação (2002 a 2012). Nesse contexto, consideramos que a proposição de cotas raciais, destinada ao segmento negro da população, tem se configurado em um espaço de lutas e polarizações opinativas no campo das relações entre os sujeitos, situação que se materializa discursivamente. Dessa forma, presumimos que elementos dóxicos, como estereótipos e imaginários sociodiscursivos, além dos argumentos veiculados pelo discurso (*ethos*, *pathos* e *logos*) são utilizados na construção argumentativa dos articulistas para embasar seus argumentos e, assim, construir a imagem da política de cotas orientando posicionamentos e maneiras de ver. O desenvolvimento da pesquisa levará em conta a análise argumentativa, vertente teórica da Análise do Discurso, a partir dos trabalhos de Amossy (2010, 2011) e Lima (2006). No contexto das relações étnico-raciais, esta dissertação irá se basear, principalmente, nos trabalhos de Munanga (2008) e Jesus (2011), desde o olhar biologizante para a noção de raça, passando pela construção da identidade nacional até a contemporaneidade. Também serão trazidas reflexões sobre a noção de gênero discursivo a partir de Bakhtin (2006), somadas às contribuições da Teoria Semiolinguística de Patrick Charaudeau (2004), sobre a ancoragem social dos gêneros. Presumimos que os argumentos utilizados pelos locutores objetivaram um propósito argumentativo não apenas sobre as cotas no ensino superior, mas principalmente sobre as relações raciais desenvolvidas no Brasil e racismo decorrente desse processo.

Palavras-chave: argumentação, imagem, ações afirmativas, relações raciais, educação

ABSTRACT

The goal of this research is to analyze the argumentative resources used in opinion articles published in *Boletim*, a weekly newspaper from Universidade Federal de Minas Gerais, in order to consider how the image of Affirmative Action was built, focusing on imaginaries underpinning the positions taken by speakers – the writers of the opinion articles. The chosen texts were taken from the digital version of the aforementioned source and cover ten years of publication (2002 up to 2012). In this context, we point out that the proposal for such a measure which targeted the Black segment of the population, was created in a space of struggles and of polarized opinions regarding social relations, a situation that is materialized discursively. Thus, we assume that doxic elements such as stereotypes and socio-discursive imaginaries, beyond the arguments conveyed by the speech (*ethos*, *pathos* and *logos*) are used in the argumentative building of the speakers to support their arguments and thus build the images of the quota policy, therefore shaping understandings and viewpoints. This research will take into account the argumentative analysis, a theoretical aspect of Discourse Analysis taken from the works of Amossy (2010, 2011) and Lima (2006). In the context of ethnic and race relations, this paper will be focused mainly on the works of Munanga (2008) and Jesus (2011), starting from the biologizing perspective involving the concept of race and passing through the construction of national identity up until contemporary perspectives. We will also reflect upon the notion of discursive genre taken from Bakhtin (2006), together with the contributions of Semiolinguistics Theory from Patrick Charaudeau (2004) in relation to the social anchoring of genres. We assume that the arguments used by speakers have an argumentative purpose not just about quotas policies in higher education, but also about how race relations developed in Brazil and about the racism resulting from this process.

Keywords: argumentation, image, affirmative action, race relations, education

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 OS ARTIGOS DE OPINIÃO SOBRE AS COTAS RACIAS NA MÍDIA JORNALÍSTICA UNIVERSITÁRIA: ASPECTOS DISCURSIVOS E SITUACIONAIS	17
1.1 Ações afirmativas de recorte racial: uma breve contextualização sobre o debate nos meios de comunicação de massa	17
1.2 Gêneros textuais: dos clássicos aos gêneros discursivos	20
1.2.1 <i>Os gêneros discursivos: breves considerações sobre a perspectiva bakhtiniana.....</i>	<i>23</i>
1.2.2 <i>Contribuições da Escola Norte-Americana para o entendimento dos gêneros: Carolyn Miller e Charles Bazerman.....</i>	<i>30</i>
1.2.3 <i>As contribuições da Teoria Semiolinguística para uma reflexão sobre os gêneros discursivos</i>	<i>33</i>
1.2.4 <i>O artigo de opinião como gênero discursivo no contexto jornalístico: delineando outros aspectos situacionais</i>	<i>37</i>
1.3 Contextualizando o Boletim: a publicação jornalística universitária.....	39
1.3.1 <i>O artigo de opinião em função de seu suporte: definições possíveis?</i>	<i>42</i>
2 “SOMOS TODOS BRASILEIROS?” AS AÇÕES AFIRMATIVAS DE RECORTE RACIAL E O (DES)ENCONTRO DA NAÇÃO	47
2.1 Racismo (não) existe: a retomada do debate racial.....	47
2.1.1 <i>A busca pela identidade: uma nação idealizada.....</i>	<i>51</i>
2.1.2 <i>As teorias racialistas do século XIX e o não lugar do mestiço.....</i>	<i>52</i>
2.1.3 <i>Afinal, uma saída! A política de imigração europeia e a substituição da mão de obra negra.....</i>	<i>59</i>
2.1.4 <i>Um problema já superado? A aclimação do racismo cordial</i>	<i>65</i>
2.2 A adoção de Ações Afirmativas de recorte racial no ensino superior: uma arena de embates discursivos.....	69
2.2.1 <i>Disputas argumentativas: o conceito de raça.....</i>	<i>73</i>
2.2.2 <i>Disputas argumentativas: a classe social e as políticas universalistas</i>	<i>78</i>
2.2.3 <i>Disputas argumentativas: a meritocracia</i>	<i>82</i>

3	IMAGENS DAS COTAS RACIAIS À LUZ DA ANÁLISE ARGUMENTATIVA:	
	A IMPORTÂNCIA DA TRÍADE <i>ETHOS</i>, <i>PATHOS</i> E <i>LOGOS</i>	86
3.1	A análise argumentativa do discurso: algumas noções.....	90
3.2	As três dimensões do discurso argumentativo.....	98
3.2.1	<i>A construção de imagens de si e do outro no processo argumentativo: o ethos.....</i>	<i>99</i>
3.2.2	<i>O emprego das emoções como estratégia argumentativa: o pathos</i>	<i>106</i>
3.2.3	<i>A organização discursiva no processo persuasivo: o logos</i>	<i>112</i>
4	EMBATES DISCURSIVOS SOBRE AS COTAS RACIAIS:	
	MERAS OPINIÕES OU PROJETOS DE NAÇÃO EM DISPUTA?	
	A ANÁLISE DO <i>CORPUS</i>	116
4.1	O lugar do sujeito de ciência: imagens do discurso autorizado	120
4.1.1	<i>Identidade em perigo? Os discursos sobre raça nas representações sobre a nação</i>	<i>129</i>
4.1.2	<i>Políticas universalistas e focalizadas: as imagens da desigualdade.....</i>	<i>143</i>
4.1.3	<i>As condições de concorrência e os olhares para o futuro.....</i>	<i>153</i>
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	163
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	168
	ANEXOS	176

INTRODUÇÃO

Este trabalho se propõe a analisar, a partir de uma perspectiva linguístico-discursiva, os recursos argumentativos utilizados em artigos de opinião publicados no *Boletim*, publicação semanal da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), na seção Opinião, a fim de verificar como se constrói a imagem das Ações Afirmativas de recorte racial. Os textos escolhidos pertencem à versão virtual dessa mídia e abarcam um período de dez anos: de 2002 a 2012. Na vertente da Análise do Discurso adotada, esse trabalho levará em conta os estudos em argumentação que consideram as contribuições da retórica, tendo em vista o funcionamento das dimensões *ethos*, *pathos* e *logos*.

Consideramos que a temática destacada em nosso *corpus* evoca um espaço de embates discursivos em que interdiscursos e saberes de crença são resgatados para alicerçar pontos de vista. Dessa forma, o contexto socio-histórico que leva à criação de políticas de ações afirmativas, os imaginários resgatados no percurso argumentativo materializado no *corpus*, fundados em relações de poder nas quais os sujeitos atuam como seres históricos que reforçam ou instituem maneiras de se ver a “realidade”, são elementos que perpassarão esse trabalho. Assim, a análise de artigos de opinião de circulação no espaço acadêmico parece-nos um campo fecundo de pesquisa, pois visa debater, à luz dos estudos da Análise do Discurso (AD), sobre a construção dos argumentos utilizados em torno das cotas raciais, segmento das chamadas políticas de Ação Afirmativa, na perspectiva do sujeito universitário, oferecendo ensejo para pensar e repensar discursos sobre as relações raciais no Brasil.

A partir desse quadro, que não nos parece tranquilo, mas que por isso mesmo motiva o estudo, o envolvimento do pesquisador com seu tema de análise é muitas vezes complexo. No caso específico do trabalho de análise que será empreendido, convergem diversos interesses: o primeiro deles, a busca por aprofundar meus estudos em Análise do Discurso, instrumental teórico interdisciplinar que me permite perceber os movimentos discursivos nem sempre aparentes que compõem o texto. Somado a esse fato, chama-me a atenção o contexto efusivo e apaixonado em que o debate em torno da política de cotas foi desenvolvido e por tanto tempo. Em um país como o Brasil, que já foi considerado, no plano ideológico, um modelo para as relações raciais harmônicas, o antagonismo discursivo e a defesa de argumentos contrários à adoção de cotas nas universidades trata-se de algo, no mínimo, curioso e revelador de um racismo que se queria abafado. Por fim, converge a esses interesses o meu lugar de fala enquanto mulher e negra, que assume o objeto de pesquisa da perspectiva do sujeito que analisa, e não do que é analisado. É justamente esse quadro de

aparência difusa que reforça a utilidade da Análise do Discurso para essa pesquisa, por ser a AD uma esfera dos estudos da linguagem que me permite circular por outros campos do saber, como a Sociologia e a História, essenciais para o entendimento das condições de produção que envolvem o nosso trabalho, sem deixar de me ater à Linguística.

Contudo, pode ser que ainda permaneça o questionamento: qual a relação entre o racismo e o ensino universitário? Qual o fundamento de se propor Ações Afirmativas de recorte racial nas universidades ou, ainda, qual a importância de uma pesquisa que analisa os posicionamentos argumentativos sobre a política de cotas? Não podemos assegurar que este trabalho poderá responder integralmente a tais perguntas, ainda que seja este o nosso desejo. De antemão, encontramos algumas luzes para tais questionamentos a partir de Zoninsein e Júnior (2008), que apontam para o seguinte: sendo a educação uma chave para a mobilidade social, o modelo de universidade no modo de seleção tradicional que vinha sendo praticado contribui para reproduzir, senão produzir desigualdades. Assim, completam os autores que, uma vez reconhecido que é função da universidade contribuir para o bem comum e que mazelas de ordem social são uma realidade em nosso país, somos forçados a entender que o ensino superior deve trabalhar ativamente para a diminuição de tais desigualdades, e não funcionar como meio de premiação individual para os que já ocupam um espaço privilegiado na sociedade. Da mesma forma, os autores afirmam que a inserção de grupos étnicos e raciais sub-representados no corpo discente e docente acaba por criar oportunidades para que toda a comunidade acadêmica amplie seu conhecimento e vivencie desafios estruturais da nação, como é o caso do racismo. Dessa forma, esforços podem ser envidados para uma ação conjunta da universidade em extensão com a comunidade na modificação de atitudes discriminatórias.

Já no caso específico de nossa pesquisa, entendemos que o trabalho acadêmico e a Análise do Discurso configuram-se como oportunidade de reflexão sobre os argumentos apresentados acerca da política em questão, abrindo possibilidades para se pensar tensões sociais em sua materialização discursiva. Nesse sentido, um conceito assumido pelos estudos discursivos é que a linguagem é forma de ação no mundo e, ao gerar influência sobre o outro, é possível orientar modos de ver e fazer aderir a um determinado projeto de palavra, reforçando ou modificando crenças e atitudes, por consequência. Desse modo, o estudo de artigos de opinião de circulação em uma universidade pública, como é o caso do nosso objeto de análise, justifica-se, pois analisar discursos sobre as cotas e as relações raciais que a envolvem pode ser capaz de possibilitar uma melhor compreensão sobre os recursos argumentativos utilizados pela ótica do sujeito acadêmico. Por essa razão, essa pesquisa é

motivada pela seguinte pergunta: como se constrói a imagem das Ações Afirmativas de recorte racial pelos locutores dos artigos de opinião do *Boletim*? E, de forma paralela, quais são os argumentos de ordem patêmica e linguístico-discursiva que, associados a elementos dóxicos, são utilizados para a elaboração de tais imagens?

Para alcançar esse objetivo, utilizaremos a análise argumentativa do discurso na perspectiva de Amossy (2010, 2011) e Lima (2006), somada a algumas contribuições da Teoria Semiolingüística de Charaudeau (2004, 2007, 2012), dentre outros teóricos do campo da AD. No contexto dos estudos étnico-raciais, iremos nos valer, principalmente, dos trabalhos de Munanga (2008) no campo da Antropologia, dentre outros autores da Sociologia.

Em nosso primeiro capítulo, teceremos considerações sobre a organização do gênero artigo de opinião para melhor compreendê-lo, considerando o *Boletim* como veículo de divulgação. Nesse momento, será feita uma revisão bibliográfica com base em estudos sobre o gênero discursivo associado à AD, para melhor embasar a nossa análise. É nossa intenção contar com os trabalhos de Bakhtin (2006), passando brevemente pela perspectiva norte-americana de Miller (1984) e Bazerman (2009), para fundamentar a perspectiva dos gêneros discursivos como forma de ação no mundo. Para finalizar, apresentaremos brevemente algumas contribuições da Teoria Semiolingüística para o tratamento dos gêneros discursivos, que leva em conta a ancoragem social que une os gêneros a práticas cotidianas diversas. Para finalizar nossas considerações sobre o artigo de opinião a partir de suas características situacionais, passaremos por Melo (1985), que apresenta definições para o artigo de opinião à luz da comunicação. A partir desses apontamentos teóricos, será possível propormos um modo de ver os textos opinativos quando publicados no *Boletim* UFMG no que diz respeito às suas características para a eficácia argumentativa.

No Capítulo 2, faremos um resgate histórico das relações raciais e do racismo desenvolvido no Brasil para possibilitar compreendermos as razões que levam à proposta de Ações Afirmativas e cotas na contemporaneidade. Assim, passaremos pela idealização da nação nos momentos finais do período escravagista e pelas teorias racialistas do século XIX. Para tanto, consideraremos, principalmente, os olhares de Sílvio Romero, Nina Rodrigues e Euclides da Cunha para a questão racial, cuja produção discursiva, que primava pelo determinismo biológico, teve grande influência para se pensar a identidade racial brasileira até o início do século XX. Em seguida, discutiremos brevemente o período em que a imigração europeia foi concebida como saída para a substituição da mão de obra negra e o conseqüente branqueamento da nação. Já caminhando para a finalização do capítulo, teceremos considerações sobre a aclimatação do racismo, forjado no mito da democracia

racial. Finalizaremos com apontamentos sobre os principais argumentos utilizados para combater as Ações Afirmativas de recorte racial, expondo também as orientações argumentativas que se colocam favoráveis à medida. Esse caminho possibilitará um entendimento sobre os principais pontos em que as discussões sobre cotas raciais estão centradas.

No Capítulo 3, procederemos a uma revisão teórica da análise argumentativa no terreno da AD. Iniciaremos com um breve panorama para o estudo da argumentação a partir de alguns teóricos que se têm ocupado desse campo de estudos. Dentre as várias possibilidades teóricas, entendemos que o caminho da análise argumentativa é o mais adequado para trabalhar o nosso tema, que opera na interseção entre o linguístico e o social. As noções de *visée* e de dimensão argumentativa, interdiscurso, *doxa* e estereótipos são conceitos abordados por essa perspectiva e que irão contribuir com a nossa análise, pois permitem apontar elementos nem sempre explicitados na materialidade discursiva, possibilitando, então, um diálogo desta análise com o segundo capítulo dessa dissertação. Por fim, abordaremos as três dimensões do discurso, *ethos*, *pathos* e *logos*, a partir da releitura empreendida por Amossy (2010, 2011) e outros teóricos do campo do discurso, como Lima (2006) e Galinari (2007).

Já em nosso quarto e último capítulo, nos propomos a analisar os artigos de opinião do *Boletim* e que compõem o *corpus* da pesquisa. Nesta parte do trabalho, buscaremos os argumentos contrários e favoráveis à política de cotas como parte das políticas de Ação Afirmativa, buscando resgatar os imaginários que sustentam as tomadas de posição pelos locutores. Para tanto, teceremos considerações sobre a imagem prévia do sujeito articulista que toma a palavra e a legitimidade institucional e discursiva que autorizam o seu dizer. Em seguida, faremos um recorte temático a partir dos argumentos mais veiculados sobre a política: a identidade nacional e os discursos sobre raça, as políticas universalistas, a meritocracia e os olhares para o futuro da universidade e da nação no contexto das cotas raciais. É nossa intenção articular, durante todo o nosso percurso de análise, os pressupostos teóricos trazidos nos capítulos anteriores. Dessa forma será possível apontar a relação empreendida na materialidade discursiva na composição das imagens das Ações Afirmativas de recorte racial em seus dez anos de intenso debate no plano nacional.

É nosso objetivo que este trabalho possa abrir caminhos para se entender como as representações sociais funcionam discursivamente, por meio de uma relação que é dialógica e diacrônica por natureza. Esperamos, ainda, esclarecer que a materialização discursiva dos argumentos em torno das cotas raciais nas universidades diz muito além de uma política

pública para o segmento educacional de nível superior: são olhares para as relações raciais e para a história do país em diferentes perspectivas.

1 OS ARTIGOS DE OPINIÃO SOBRE AS COTAS RACIAS NA MÍDIA JORNALÍSTICA UNIVERSITÁRIA: ASPECTOS DISCURSIVOS E SITUACIONAIS

1.1 Ações afirmativas de recorte racial: uma breve contextualização sobre o debate nos meios de comunicação de massa

A vontade discursiva do falante se realiza antes de tudo na escolha de um certo gênero de discurso (BAKHTIN, 2006).

O processo de implementação de cotas raciais, vertente das políticas de Ação Afirmativa¹, iniciado na primeira metade dos anos 2000, gerou – e continua a gerar – debates com posicionamentos distintos. Tais posicionamentos são, muitas vezes, marcados por polêmicas e opiniões estruturadas por interdiscursos que assinalam leituras diversas sobre as relações raciais desde o período escravagista até os nossos dias. Nesse sentido, é importante destacar que, embora a aparente novidade que a temática de Ações Afirmativas no âmbito universitário brasileiro possa aparentar, a história aponta que a existência de políticas de valorização da diversidade destinadas a segmentos sociais não acolhidos por políticas universalistas não é um fato recente. Nesse círculo, podemos citar políticas para portadores de necessidades especiais, mulheres, idosos ou mesmo imigrantes, sem que haja maior espanto ou resistência por parte da imprensa ou da sociedade em geral.

Na contramão desse quadro, a política de cotas destinada ao ingresso de negros em universidades públicas motivou debates acirrados, com posições muitas vezes polarizadas, marcadas pelo “contra” ou “a favor”, desde a proposição da medida no plano da reforma universitária, em 2004². Esse fato se fez muito notório na imprensa, em seus diversos gêneros, que não apenas noticiou, mas também não se mostrou isenta de opiniões fortemente marcadas frente ao processo, que culminou, em 2012, na implantação da Lei 12.711/2012, a chamada “Lei de Cotas”. Em nossa busca pelo objeto dessa pesquisa, pudemos perceber a estreita ligação entre política de cotas e todo o contexto de racismo institucionalizado, ocasionando

¹ Compreendermos que as políticas de Ações Afirmativas sejam de caráter bastante amplo e que não compreende apenas a concessão de cotas para negros e indígenas. Entretanto, dado o destaque oferecido pela mídia à vertente racial das Ações Afirmativas, optamos por oferecer um recorte em nosso objeto de análise que focalizasse a temática das cotas raciais.

² Em Universidades estaduais do Rio de Janeiro, como a Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ e a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, há tentativas de implementação de cotas raciais no vestibular desde o ano de 2001, Lei 3.708/01. Para maiores informações ver http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/61639/mod_resource/content/1/COTAS%20RACIAIS%20NA%20UERJ.pdf. Acesso em 6 dez. 2014.

intenso debate na esfera pública, entre aqueles que se julgavam favoráveis à política ou contrários a ela, quanto à existência (ou inexistência) de racismo no país e a necessidade ou não de políticas afirmativas de recorte racial.

Nesse processo de debates, ainda no domínio da mídia jornalística nacional, entre os dias 1º de janeiro de 2001 e 31 de dezembro de 2008, o Observatório Brasileiro de Mídia, em parceria com o Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades – CEERT, contabilizou e analisou 972 matérias de três jornais (*Folha de São Paulo*, *O Estado de São Paulo* e *O Globo*) e 121 matérias das revistas *Veja*, *Época* e *IstoÉ* com algum tipo de foco na agenda da promoção da igualdade racial e das políticas de Ação Afirmativa³. Em síntese, a interpretação dos gráficos dos jornais e revistas analisados sobre a implantação de cotas no ensino superior foram as seguintes⁴:

a) Jornais:

- 1- Nos textos opinativos do jornal *Folha de São Paulo*, que representam 28% dos textos examinados (análises, artigos, colunas e editoriais), 46,7% apresentou viés contrário às cotas raciais. Já os textos com viés favorável à medida somaram 20% dos textos opinativos.
- 2- O jornal *O Estado de São Paulo* teve 5,8% de textos opinativos (artigo e editorial); 100% dos posicionamentos encontrados nesses textos foram contrários às cotas raciais.
- 3- Já no jornal *O Globo*, 53,1% dos textos examinados foram opinativos (artigos, colunas e editoriais). Desse total, houve 56,5% com viés contrário às cotas raciais e 40% com viés favorável a essa política.

b) Revistas:

- 1- Quanto às revistas analisadas, a revista *Veja* contou com 44,5% de textos opinativos sobre as cotas raciais (coluna e artigo) no período de 2001 a 2008. Desse total, houve 50% com viés contrário às cotas e 25% com viés favorável.

³ Para maiores informações, ver http://www.smabc.org.br/Interag/temp_img/%7BF7226839-7ED8-4524-ACD3-27A84853504A%7D_relatorio%20observatorio%20de%20midia.pdf. Acesso em 11 out. 2014.

⁴ Tanto os jornais quanto as revistas citadas na pesquisa tiveram outras temáticas analisadas sobre a agenda da promoção da igualdade racial, além do tema das cotas raciais nas universidades públicas. Citamos, para exemplificar, a demarcação de terras quilombolas, movimento negro, cultura e religião dentre outros. A opção por oferecer relevância aos dados sobre as cotas em textos opinativos desses veículos é devida à afinidade com a temática dessa pesquisa.

- 2- A revista *Época*⁵ teve maior percentual de reportagens e entrevistas sobre o tema das cotas em universidades; 66,7% e 26,7%, respectivamente. Das reportagens desse semanário, 40% apresentaram viés contrário à adoção de cotas em universidades e o mesmo percentual foi verificado para o viés favorável à medida, 40%. Quanto às entrevistas publicadas pela revista da Editora Globo, 75% apresentaram viés contrário, contra 25% com viés favorável à política.
- 3- Na revista *IstoÉ*, o tema das cotas nas universidades foi noticiado majoritariamente por reportagens e entrevistas, com 42% dos textos em cada um desses gêneros. Das reportagens, 66,7% apresentaram viés contrário às cotas, enquanto 33,3% tiveram construções de sentido favoráveis a elas. No caso das entrevistas, o percentual de construções de sentido contrários e favoráveis às cotas foi o mesmo verificado nas reportagens: 66,7% e 33,3%, respectivamente. (OBSERVATÓRIO BRASILEIRO DE MÍDIA, CEERT, 2009).

Ao longo dos dez anos de implantação das Ações Afirmativas no Brasil, de 2002 a 2012, temos atentado para manifestações que trazem opiniões acerca da vertente racial dessa política e suas possíveis implicações para o ensino superior e para o país. Ao que pudemos perceber, nem mesmo outros gêneros, como reportagens e entrevistas divulgadas pela pesquisa do Observatório Brasileiro de Mídia e o CEERT, deixaram de apresentar alguma orientação argumentativa sobre o tema. A partir desse cenário, é possível perceber que a temática destacada em nossa pesquisa evoca um espaço de embates discursivos em que imaginários diversos são resgatados para alicerçar pontos de vista. Por essa razão, o contexto sócio-histórico que leva à criação de políticas de Ações Afirmativas, os imaginários resgatados no percurso argumentativo materializado nos textos opinativos, fundados em relações de poder nas quais os sujeitos atuam como seres históricos que reforçam ou instituem maneiras de se ver a “realidade”, são elementos importantes e devem ser considerados. A partir desse contexto, entendemos que discutir cotas na universidade é vontade dos mais diversos sujeitos, das mais diversas posições institucionais e lugares de fala, não sendo diferente no caso de textos opinativos de circulação interna à universidade, nosso objeto de estudo. Por essa razão, a temática dessa pesquisa tem como base um gênero muito comum no cotidiano dos sujeitos e que foi bastante usado para defender pontos de vista sobre Ações Afirmativas de recorte racial: o artigo de opinião.

⁵ As revistas *Época* e *IstoÉ* apresentaram coluna de notas sobre o tema das cotas em universidades: 6,7% e 14,3%, respectivamente. Entretanto, não foram apresentados detalhes sobre esses gêneros nessas revistas pelas entidades que promoveram a pesquisa.

É certo que não deixamos de reconhecer o desafio que esse primeiro capítulo da pesquisa nos sugere, que é o de verificar se o artigo de opinião assumiria algum contorno diferenciado no suporte que escolhemos para o desenvolvimento da pesquisa, a “publicação jornalística universitária”, terminologia que explicaremos adiante, ou se as características desse gênero seriam as mesmas em uma publicação jornalística comum. Em contrapartida, admitimos que uma discussão sobre o dispositivo material de manifestação do nosso *corpus*⁶ é etapa fundamental para as considerações que serão empreendidas nos capítulos posteriores dessa dissertação, como um breve percurso sobre as relações raciais no Brasil e a investigação dos artigos selecionados com base na análise argumentativa do discurso, nosso eixo teórico. Nessa esteira, a proposta do primeiro momento desse trabalho é verificar os contornos situacionais do *Boletim* UFMG para, assim, podermos lançar um olhar sobre o artigo de opinião como gênero discursivo. É de nosso conhecimento, a partir de Maingueneau (2004), que considerar os aspectos situacionais dos gêneros não se trata de algo novo para os estudos em AD:

No âmbito da Análise do Discurso, a categoria gênero de discurso é mais comumente definida a partir de critérios situacionais: ela designa, de fato, dispositivos de comunicação sócio-historicamente definidos e elaborados, de modo geral, com a ajuda de metáforas tais como as de “contrato”, “ritual” ou “jogo”. Assim, fala-se de “gênero de discurso” tendo por base um jornal, uma conversação, um programa de televisão, uma dissertação etc. Os gêneros em questão são, assim normalmente caracterizados por parâmetros tais como os papéis dos participantes, suas finalidades, seu médium, seu enquadramento espaço-temporal, o tipo de organização textual que eles implicam etc. (MAINGUENEAU, 2004, p. 45).

Contudo, julgamos importante retomar essa discussão porque a publicação jornalística universitária é um tipo de mídia pouco visitada por pesquisas acadêmicas. Em seguida, é fundamental verificarmos se esse gênero (o artigo de opinião), deslocado do domínio discursivo jornalístico tradicional, apresentaria alguma nuance que poderia diferenciá-lo de textos opinativos publicados na grande mídia.

1.2 Gêneros textuais: dos clássicos aos gêneros discursivos

A proposta desse momento da pesquisa é debater a noção de gênero discursivo, que alicerça nosso ponto de vista sobre o artigo de opinião. A atenção sobre os gêneros, seja

⁶ Nosso *corpus* é composto de 14 artigos de opinião da seção Opinião do *Boletim*, periódico de circulação interna da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

na perspectiva discursiva, seja na textual, não é nova – como aponta Marcuschi (2008), no Ocidente esse estudo tem pelo menos vinte e cinco séculos, considerando que a observação sistemática sobre o tema teve início com Platão, e se firmou com Aristóteles. Segundo Charaudeau e Maingueneau (2008), na Grécia pré-arcaica encontramos gêneros tais como o Épico, o Lírico, o Dramático e o Epidítico, dentre outros, representativos do fazer dos poetas. Foi Aristóteles que sistematizou a noção de gênero a partir do discurso retórico, em três partes: o discurso Deliberativo; o discurso Judiciário ou Forense; e o discurso Demonstrativo (Epidítico) (ARISTÓTELES, [198-?]). Tal categorização proposta pelo filósofo se relaciona aos objetivos de cada enunciação. Dessa forma, Marcuschi (2008) esclarece que o Deliberativo tinha por objetivo aconselhar e se voltava para o futuro por seu caráter exortativo; o discurso Judiciário tem a acusação ou a defesa por finalidade, além de ser voltado para o passado. O discurso Demonstrativo, em contrapartida, possui caráter de elogio ou de censura e é voltado para o presente. Importa notar que a proposta de Aristóteles relaciona a noção de gênero a objetivos persuasivos, que visa convencer por meio de argumentos sustentáveis.

Vemos em Marcuschi (2008) que a perspectiva aristotélica sobre as estruturas dos gêneros foi largamente desenvolvida no período da Idade Média, tornando-se “a ênfase pela qual a retórica se desenvolveu e propiciou a tradição estrutural” (p. 148). Já em estudos contemporâneos, a noção de gênero não se encontra ligada unicamente ao fazer literário, antes sim, vincula-se a diversas formas de apresentação discursiva.

Sem desconsiderar o legado clássico, mas ampliando a perspectiva dos antigos, a noção de gênero adquire um entendimento revisitado por diversas áreas de conhecimento. Como aponta Marcuschi (2008), sociólogos, tradutores, analistas do discurso, dentre outros profissionais, têm se interessado por estudos desse campo, adequando-os cada um ao seu domínio específico do saber. Nessa perspectiva, as palavras de Marcuschi vão ao encontro de uma visão complexa do estudo de gêneros:

a análise de gêneros engloba uma análise do texto e do discurso e uma descrição da língua e visão de sociedade, e ainda tenta responder a questões de natureza sociocultural no uso da língua de maneira geral. O trato dos gêneros diz respeito ao trato da língua em seu cotidiano nas mais diversas formas (MARCUSCHI, 2008, p.149).

Ainda segundo esse autor, há muito que se discutir no estudo dos gêneros, dado que há diversas perspectivas a serem consideradas. É ainda Marcuschi (2008) que relembra alguns indicadores que o estudo dos gêneros pode adotar, sem desconsiderar que gênero pode

ser cada um desses indicadores, individualmente ou todos ao mesmo tempo, dependendo do horizonte de observação adotado:

- a. uma categoria cultural;
- b. um esquema cognitivo;
- c. uma forma de ação social;
- d. uma estrutura textual;
- e. uma forma de organização social;
- f. uma ação retórica.

O exposto acima é uma das razões para a nossa opção pelo uso do termo gênero discursivo nesse trabalho, percebendo-o de maneira indistinta de gênero textual. Outra razão para optarmos pela primeira terminologia é por concordarmos com Marcuschi (2008, p. 154), que considera os termos gênero discursivo, gênero textual e gênero do discurso de significados bastante semelhantes, exceto em situações em que se objetiva identificar algum fenômeno específico. Somamos, ainda, o fato de nos filarmos aos estudos em Análise do Discurso como outra razão por optarmos pela terminologia gênero discursivo, nas trilhas de Bakhtin ([1979] 2006).

Nesse estudo, consideraremos, como será tratado adiante, uma dimensão para o estudo de gênero a partir de suas características **discursivas** e **situacionais**, propondo então uma integração entre essas duas concepções para uma possível definição dos contornos do gênero artigo de opinião no contexto do *Boletim UFMG*, esfera da atividade humana escolhida para a análise da materialização de discursos sobre as cotas raciais no campo universitário. Por meio do exposto, consideramos, mais uma vez com Marcuschi (2008), a importância de se considerar a união do gênero ao seu envolvimento social, o que torna impossível, para o autor, o tratamento do gênero de discurso de maneira independente de sua realidade social e de sua relação com os diversos campos de atividade humana.

Nesse sentido, é importante destacar que a discussão acerca da noção de gênero discursivo passa por um viés intimamente ligado à linguagem como fato social, relacionado a fenômenos históricos, com limites fluidos e desvinculado de estruturas rígidas. Isso porque, como bem destaca Marcuschi (2008, p. 154), “quando dominamos um gênero textual, não dominamos uma forma linguística e sim uma forma de realizar linguisticamente objetivos específicos em situações sociais particulares”. Com essa afirmação, o autor acredita que os gêneros podem atuar como meio de legitimação discursiva, “já que se situam numa relação sócio-histórica com fontes de produção que lhe dão sustentação além da justificativa individual”.

1.2.1 Os gêneros discursivos: breves considerações sobre a perspectiva bakhtiniana

Em meio à pluralidade de visões sobre o tratamento com gêneros na contemporaneidade, julgamos importante trazer as contribuições de Bakhtin que estão compiladas no adendo da obra *Estética da Criação Verbal* ([1979] 2006), intitulado *Os gêneros do discurso*. Apesar de os mais diversos posicionamentos sobre gênero discursivo e textual revisitarem as considerações de Bakhtin constantemente, já que não raras vezes são tributários dessa mesma obra, julgamos esse autor uma referência de suma importância para o tratamento dos gêneros no discurso. Além disso, chama-nos a atenção o tratamento de relações dialógicas já destacadas pelo autor, que concatenam sentidos que, por sua vez, se realizam por meio de enunciados. Dessa forma, temos:

Para Bakhtin (2006), os gêneros do discurso seriam formas-padrão “relativamente estáveis” de um enunciado, e a comunicação de toda sorte só é possível por meio dessas formas, denominadas “gêneros do discurso”. Dessa forma, o emprego da língua seria feito por meio de enunciados – orais e escritos – que são únicos, irrepetíveis, emitidos por integrantes de determinados campos da atividade humana. Tais enunciados seriam o reflexo das condições e finalidades desses campos da comunicação, verificado por meio da seleção lexical, de recursos gramaticais, fraseológicos e pela sua construção composicional (BAKHTIN, 2006). Nas palavras do autor, vemos que os gêneros discursivos seriam a combinação de três elementos: o conteúdo temático, o estilo e a construção composicional:

Todos esses três elementos – o conteúdo temático, o estilo, a construção composicional – estão indissolavelmente ligados no todo do enunciado e são igualmente determinados pela especificidade de um determinado campo da comunicação. Evidentemente, cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, os quais denominamos *gêneros do discurso*. (BAKHTIN, 2006, p. 261, grifos do autor).

Para o autor russo, há grande diversidade de gêneros do discurso, dado que são muitas as possibilidades de atividade humana, e “até mesmo no bate-papo mais descontraído e livre nós moldamos o nosso discurso por determinadas formas de gênero, às vezes padronizadas e estereotipadas, às vezes mais flexíveis, plásticas e criativas” (BAKHTIN, 2006, p. 282). Na tentativa de trazer um arranjo para o tratamento da questão genérica, o autor aponta duas classes para os gêneros discursivos: os primários (simples) e os secundários (complexos). É devido à imensa heterogeneidade relativa aos gêneros do cotidiano que se deu

essa classificação (não funcional) feita pelo autor. Nesse cenário, os gêneros discursivos secundários seriam tidos como complexos e normalmente regulados pela escrita, como as pesquisas científicas, os romances, os dramas, os gêneros publicísticos, dentre outros. Para Bakhtin, os gêneros secundários tomam e reelaboram os gêneros primários, ditos simples, como o diálogo cotidiano, a carta, o bilhete. Dessa forma, os gêneros primários se reportam a situações de comunicação do cotidiano, de caráter mais espontâneo da comunicação imediata (BAKHTIN, 2006). Nos pormenores dessa classificação, importa considerar que

[...] a diferença entre os gêneros primário e secundário (ideológicos) é extremamente grande e essencial, e é por isso mesmo que a natureza do enunciado deve ser descoberta e definida por meio da análise de ambas as modalidades; apenas sob essa condição a definição pode vir a ser adequada à natureza complexa e profunda do enunciado (BAKHTIN, 2006, p. 264).

A partir dessa consideração, passemos à discussão acerca da natureza do enunciado, elemento central para o entendimento da noção de gênero a partir da perspectiva bakhtiniana. Contudo, teceremos antes algumas considerações sobre os conceitos de **palavra** e de **oração**, que compõem o enunciado.

Para Bakhtin (2006), tanto a palavra quanto a oração são unidades significativas da língua e, por isso, desprovidas de entonação expressiva⁷. A palavra seria, em seu ponto de vista, neutra, por se tratar de um recurso linguístico para expressar valores determinados, realizados no enunciado concreto. Dessa forma, Bakhtin defende que juízos de valor, emoções e expressões não são característicos da palavra e surgem apenas a partir de seu emprego em um enunciado concreto. Assim, mesmo palavras que expressariam emoções mais diretamente, como “sofrimento”, “alegria”, “belo”, dentre outras, teriam significado neutro, como outras palavras quaisquer, obtendo seu “colorido” apenas no enunciado (BAKHTIN, 2006). Em outros termos, “[...] a palavra ‘benzinho’ – hipocorística tanto pelo significado do radical quanto pelo sufixo – em si mesma, como unidade da língua, é tão neutra quanto a palavra ‘longes’”. (2006, p. 290). Vejamos outro exemplo trazido pelo autor:

‘neste momento, qualquer alegria é apenas amargura para mim.’ – aqui, a palavra ‘alegria’ recebe entonação expressiva, por assim dizer a despeito de seu enunciado. [...] o tom expressivo da palavra “alegria”, determinada pelo contexto, evidentemente não é típico dessa palavra. Os gêneros do discurso, no geral, se prestam de modo bastante fácil a uma reacentuação; o triste pode ser transformado

⁷ Segundo estudos de Volochínov, V.N (1926, p. 252), destacado por Bakhtin (2006), a entonação “*está sempre na fronteira do verbal e do não verbal, do dito e do não dito*”. Na entonação, a palavra contata imediatamente com a vida. E é antes de tudo na entonação que o falante contata com os ouvintes: a entonação é social *par excellence*” – grifos do autor.

em jocoso-alegre, mas daí resulta alguma coisa nova (por exemplo, o gênero de um epitáfio jocoso) (BAKHTIN, 2006, p. 293).

Desse modo, a palavra “alegria”, que remeteria ao campo semântico de “felicidade”, por exemplo, reflete o seu sentido através do enunciado e é interpretada pelo contexto discursivo. Já que é “[...] no gênero que a palavra ganha certa expressão típica” (BAKHTIN, 2006, p. 293), o autor aponta que as palavras são escolhidas por nós ao sabor das especificidades do gênero discursivo utilizado. Por isso, na seleção de palavras para a construção de um enunciado, não as tomamos da língua de sua forma neutra, “lexicográfica”, mas de enunciados anteriores e correspondentes aos nossos, “[...] isto é, pelo tema, pela composição, pelo estilo.” (BAKHTIN, 2006, p. 292).

A oração, outra unidade da língua, é também neutra em si mesma para o autor, sem aspecto expressivo, mas pode adquiri-lo quando inserida em um enunciado concreto. Dessa maneira, dependendo do contexto do enunciado, a oração é capaz de assumir tons diferenciados de significado. Vejamos um exemplo:

dependendo do contexto do enunciado, a oração ‘ele morreu’ pode traduzir também uma expressão positiva, de alegria e até de júbilo. E a oração ‘que alegria’, no contexto de um determinado enunciado, pode assumir tom irônico ou amargamente sarcástico (BAKHTIN, 2006, p. 290).

Dessa forma, torna-se possível tecermos relações entre a **palavra**, a **oração** e a natureza do **enunciado**. Para Bakhtin, quando uma palavra isolada possui entonação expressiva, deixa de ser apenas palavra para se tornar enunciado; e o mesmo acontece no caso da oração. Dessa forma, tanto a oração como a palavra, quando sucedida ou antecedida por outras, aponta a intencionalidade do emissor e pede uma atitude responsiva, ou seja, uma ação concreta do outro. Diferentemente do enunciado, palavra e oração não são endereçadas a alguém, não possuem relação com o dizer do outro. É com base na ideia dessa unidade real da comunicação, o enunciado, que teceremos aproximações com o gênero discursivo que abarca o objeto de análise dessa fase da pesquisa – o artigo de opinião e seu suporte.

Quanto ao enunciado, vemos em Bakhtin (2006) que se trata da unidade real da comunicação discursiva: pode ser falado ou escrito, além de pressupor um ato de comunicação social e concreto. É a unidade real da comunicação que carrega a entonação expressiva, “[...] já que o falante se relaciona valorativa e emocionalmente com o objeto de sua fala: é tal relação que estabelece a ligação entre língua e vida” (PISTORI, 2004). Uma característica importante dos enunciados é de serem únicos e irrepetíveis, ou seja, não

correspondem à frase dita⁸; os enunciados ainda se dão em locais e tempo determinados e são produzidos por sujeitos históricos. Por essa impossibilidade de ser repetido, o enunciado pode apenas ser citado. Assim, Bakhtin (2006) afirma que uma marca relevante do enunciado é a possibilidade de ser respondido, ou seja, de ter a posição responsiva que destacamos anteriormente, dado que o sujeito receptor não é passivo. Nas palavras do autor:

em cada enunciado – da réplica monovocal do cotidiano às grandes e complexas obras de ciência ou de literatura – abrangemos, interpretamos, sentimos a *intenção discursiva* de discurso ou a *vontade discursiva* do falante, que determina o todo do enunciado, o seu volume e as suas fronteiras (BAKHTIN, 2006, p. 281, grifos do autor).

Nessa proposta, o interlocutor interage com o locutor concordando, discordando, concluindo, ampliando, acatando, enfim, agindo de forma a manter uma interação ativa com o enunciado proferido. E podemos pensar que, de fato, não é uma atitude passiva aquela esperada pelo sujeito falante, dado que ele age esperando ter algum tipo de influência persuasiva sobre o outro, característica bastante presente no gênero discursivo que abordamos nesse momento da pesquisa – o artigo de opinião.

Outro elemento muito importante a ser considerado sobre o enunciado diz respeito ao seu caráter dialógico, assim como toda a linguagem, e sua relação com a memória discursiva⁹. Dessa forma, ao proferir determinado enunciado, o sujeito retoma outros que já foram emitidos ao longo da história em situações de comunicação diversas. Esses enunciados ancestrais são, então, resgatados na enunciação presente, formulando, assim, o discurso, num encadeamento que é dialógico. Segundo Bakhtin (2006, p. 297),

[...] os enunciados não são indiferentes entre si e nem se bastam cada um a si mesmos; uns conhecem os outros e se refletem mutuamente uns nos outros [...] cada enunciado é pleno de ecos e ressonâncias de outros enunciados com os quais está ligado pela identidade da esfera de comunicação discursiva. Cada enunciado deve ser visto antes de tudo como uma *reposta* aos enunciados precedentes de um determinado campo (aqui, concebemos a palavra resposta no sentido mais amplo): ela os completa, rejeita, confirma, completa, baseia-se neles, subentende-os como conhecidos, de certo modo os leva em conta. Por que o enunciado ocupa uma posição definida em uma dada esfera da comunicação, em uma dada questão, em um dado assunto etc. É impossível alguém definir sua posição sem correlacioná-la com outras posições.

⁸ Segundo Maingueneau (2002), existem visões diferentes quanto à noção de enunciado. Há linguistas que o definem como unidade elementar da comunicação verbal, já outros o opõem à frase, ou, ainda, como unidade de comunicação completa no contexto de um gênero do discurso. Nesse momento, apresentamos a visão de Bakhtin (2006) para melhor compreender a noção de gênero discursivo, que interessa a essa pesquisa.

⁹ Maiores considerações sobre a memória discursiva serão feitas no terceiro capítulo desse trabalho.

A partir do exposto, Bakhtin (2006) afirma que há diferentes formas de manifestação de atitudes responsivas nos enunciados, como destacamos a seguir: os enunciados dos outros podem ser integrados diretamente no contexto de um enunciado; podem, ainda, ser introduzidas palavras ou orações que representem enunciados completos; ou, ainda, enunciados plenos e palavras isoladas que podem conservar a expressão alheia sem que possam ser reacentuados, como no caso de ironias e indignações (BAKHTIN, 2006). O estudioso ainda acrescenta que “[...] os enunciados dos outros podem ser recontados com um variado grau de reassimilação” (p. 297), e, ao turno do interlocutor, “podemos simplesmente nos basear neles como um interlocutor bem conhecido, podemos pressupô-los em silêncio” (BAKHTIN, 2006, p. 297).

Nesse sentido, ainda que determinado enunciado se apresente como monológico ou centrado em seu objeto, a exemplo de uma obra científica, sempre há ali uma resposta ao que foi dito sobre esse elemento, ainda que tal responsividade não se dê de forma clara. (BAKHTIN, 2006). Então, apesar do monologismo aparente,

ela [a responsividade] irá manifestar-se na totalidade do sentido, na tonalidade do estilo, nos matizes mais sutis da composição. O enunciado é pleno de *tonalidades dialógicas*, e sem levá-las em conta é impossível entender até o fim o estilo de um enunciado. Por que a nossa própria ideia – seja filosófica, científica, artística – nasce e se forma no processo de interação e luta com os pensamentos dos outros [...] (BAKHTIN, 2006, p. 298, grifos do autor).

A partir disso, podemos inferir que há uma relação dos elementos do enunciado destacados pelo estudioso russo com a noção de interdiscurso. Nesse sentido, os enunciados são produto de uma série de outros enunciados relativos a outras situações de comunicação. O locutor, então, retoma esses enunciados outros para elaborar seu discurso, em relação dialógica. Sobre a memória aplicada ao discurso, esclarece-nos Brandão (2012) que a memória discursiva tem a ver com a existência histórica do enunciado no interior de práticas discursivas: “dessa forma, ao tomarmos a palavra, retomamos em nossa fala o que ignoramos pertencer ao já-dito” (BRANDÃO, 2012, p. 129).

É nesse mesmo sentido que, baseada na premissa que admite a composição dialógica da linguagem, Authier-Revuz apresenta contribuições ao que propõe Bakhtin, e desenvolve a noção de heterogeneidade mostrada no discurso – como o uso de aspas, o discurso relatado, enunciados metadiscursivos – na condição de rupturas que o atravessam (BRANDÃO, 2012). Sobre a interferência do outro de forma aparente no discurso, podemos relacionar ao que diz Bakhtin (2006, p. 298, grifos do autor): “a entonação que isola o

discurso do outro (marcado por aspas no discurso escrito) é um fenômeno de tipo especial: é uma *alternância dos sujeitos do discurso* para o interior do enunciado”. Nesse caso específico das aspas, o discurso se reveste da expressão discursiva do outro e daquela do discurso que o acolhe.

Para Authier-Revuz, as referidas marcas de heterogeneidade se articulam com a heterogeneidade constitutiva do discurso. Nesse caso, esse elemento não aparece na superfície discursiva, mas é deflagrado por meio do interdiscurso, “[...] pela relação que todo discurso mantém com outros discursos” (BRANDÃO, 2012, p. 43). Assim, o sujeito que enuncia, para Authier-Revuz, negocia e trabalha os diversos enunciados que atravessam a sua fala. É também a partir do estudioso russo que Cunha (2007) relembra o fato de que “a palavra é habitada pela voz de outrem e carregada de sentidos diferentes, em função dos gêneros e das situações” (p. 179). Já sobre o artigo de opinião, essa mesma autora (CUNHA, 2007) aponta que é característica do gênero ser composto de outros discursos, junto de antecipações de objeções do leitor com vistas a criar adesão a determinado ponto de vista e criticar outros que sejam discordantes.

As questões levantadas por Bakhtin e ampliadas por Authier-Revuz e outros teóricos são bastante pertinentes para o nosso objeto de estudo. Para falar das cotas raciais, os articulistas dos artigos evocam diversas vozes para comentar a temática e justificar sua argumentação. Como assevera Bakhtin (2006), um determinado objeto de discurso (no nosso caso, o recorte racial que permeia as Ações Afirmativas) não é abordado pela primeira vez por um dado falante: “o objeto, por assim dizer, já está ressalvado, contestado, elucidado e avaliado de diferentes modos; nele se cruzam, convergem e divergem diferentes pontos de vista, visões de mundo, correntes” (BAKHTIN, 2006, p. 300). Conforme tentaremos demonstrar no decorrer dessa pesquisa, discursos versando sobre raça e racismo não surgiram na contemporaneidade, mas existem há bastante tempo na história da humanidade, seja para endossar posicionamentos que se contrapõem à inserção efetiva no negro na sociedade, seja para refutar tais posicionamentos.

Nesse sentido, podemos citar a história bíblica de Noé, presente na base de diversos povos, reformulada de diversas formas, e cuja interpretação serviu de justificativa para a escravidão por parte de colonizadores europeus. Nessa versão interpretada do texto bíblico, os três filhos de Noé servem de símbolos ancestrais das três raças: Jafé (raça branca), Cam (raça negra) e Sem (raça amarela). Cam foi condenado a ter seus descendentes na condição de escravos para seus irmãos por ter visto seu pai deitado em posição indecorosa após beber algumas taças de vinho e ter feito comentários desrespeitosos sobre ele. Outro

discurso ancestral na pauta das relações raciais é destacado por Munanga (2004), que aponta a classificação dita científica, que levava em consideração os caracteres físicos como determinantes sobre o comportamento dos povos. Segundo o autor, com essa perspectiva, surgiram argumentos com base na biologia para um determinismo racial, em que caracteres físicos serviram de justificativa para um comportamento dito degenerado do sujeito negro. No capítulo seguinte, essa temática será mais bem desenvolvida, ao tecermos considerações sobre as teorias de cunho científico que influenciaram na construção da identidade nacional brasileira.

Tais exemplos, que se encontram na base de teorias e posicionamentos racistas (e também antirracistas, no sentido de provar a inverdade de tais enunciados) podem ser vistos como elementos resgatados e, principalmente, reformulados¹⁰ constantemente nos argumentos pró ou contra as cotas raciais em diversos gêneros discursivos e também nos artigos de opinião que serão analisados. Isso porque falar de políticas públicas para o segmento negro é necessariamente tocar no assunto sobre o racismo desenvolvido no Brasil, dado que a criação de Ações Afirmativas de recorte racial se deve ao desenvolvimento e aclimatação de práticas racistas na sociedade.

Nesse sentido, concordamos mais uma vez com Bakhtin quando afirma que

[...] o falante não é um Adão, e por isso o próprio objeto do seu discurso se torna inevitavelmente um palco de encontro com opiniões de interlocutores imediatos (na conversa ou na discussão sobre algum acontecimento do dia a dia) ou com pontos de vista, visões de mundo, correntes, teorias etc. (no campo da comunicação cultural). Uma visão de mundo, uma corrente, um ponto de vista uma opinião sempre têm uma expressão verbalizada. Tudo isso é discurso do outro (de forma pessoal ou impessoal) e este não pode deixar de refletir-se no enunciado. O enunciado está voltado não só para o seu objeto, mas também para os discursos do outro sobre ele (BAKHTIN, 2006, p. 300).

Como pudemos perceber, a noção de gênero discursivo proposta por Bakhtin é desenvolvida em uma relação bastante ligada com a atividade dos sujeitos em seus diversos aspectos, o que torna possível pensar que o gênero discursivo significa por meio de cadeias enunciativas

¹⁰ Um exemplo de naturalização da inferioridade do sujeito negro por meio de características biológicas, comportamentais e ambientais pôde ser verificado recentemente, no ano de 2014, na Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, fato que foi bastante noticiado e tem mobilizado estudantes dessa e de outras universidades do país. Na ocasião, em discussão sobre as cotas raciais em uma sala de aula, um professor resgata um discurso racista biologizante ao afirmar que se pudesse escolher entre um médico branco e outro negro, ambos com o mesmo currículo, sua escolha seria “pelo médico branco dado que os negros não têm uma socialização primária que os torne receptivos aos trâmites da universidade [...] e têm muito mais dificuldade para acompanhar determinadas discussões”, dentre outras afirmações de cunho determinista e justificadas por um pretenso *ethos* de ciência. Disponível em: http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2014/11/noticias/cidades/1501238--nao-e-uma-visao-preconceituosa-e-realista-diz-professor-acusado-de-racismo-na-ufes.html. Acesso em 11 dez. 2014.

relacionadas a determinado domínio da atividade humana. Santos (2003, p. 76), ao refletir sobre o lugar da noção de gênero na AD, relembra os conceitos de Bakhtin e afirma que

[...] o gênero poderia ser considerado como uma espécie de *container* de significações, passível de abrigar uma multifacetariedade de sentidos e seus efeitos, segundo uma ordem heterogênea de disposição desse espaço enunciativo do dizer .

Finalmente, consideramos que as ideias de Bakhtin podem ser bastante oportunas para essa pesquisa. Os conceitos do autor russo tornam possível a reflexão sobre um enfoque indispensável para se pensar políticas públicas e relações raciais de uma perspectiva discursiva: gêneros como manifestação de linguagem relativa a sujeitos situados historicamente.

1.2.2 Contribuições da Escola Norte-Americana para o entendimento dos gêneros: Carolyn Miller e Charles Bazerman

Existe uma preocupação na *práxis* de estudiosos da AD e da Linguística Textual que é a busca por compreender os gêneros discursivos a partir de seu funcionamento na sociedade, para, assim, ser proporcionado um olhar mais amplo sobre os meios que favorecem a interação social dos sujeitos por meio de textos. Nesse sentido, a Escola Norte-Americana, influenciada por Bakhtin e que tem Carolyn Miller e Charles Bazerman entre seus pesquisadores, apresenta em seus trabalhos uma visão histórica dos gêneros por meio de uma vinculação entre sociedade e usos da língua. As relações de poder deflagradas por meio de gêneros também são pauta de estudos da Escola Norte-Americana e, como nos informa Marcuschi (2008), gêneros são atividades discursivas, relativamente estáveis, que se prestam ao controle social e exercício do poder.

Para Carolyn Miller, em seu artigo “*Genre as social action*”, gênero não consistiria apenas em uma série de ações em que ocorrem certas formas retóricas, mas seria composto por uma infinidade de formas reconhecíveis, unidas por uma dinâmica interna; dinâmica que fundiria características materiais, estilísticas e situacionais (MILLER, 1984). Dessa forma, a partir da natureza de uma ação retórica, a autora busca traçar considerações de que os gêneros são significativos no modo como interpretamos, respondemos e criamos certos textos.

Essa perspectiva que trata os gêneros como ação retórica permitiu que a autora usasse, em seus trabalhos, a concepção de gêneros como ação social, ou seja, gêneros são

como respostas para uma demanda situacional percebida, enquanto as ações humanas seriam interpretadas no interior desse contexto situacional. Assim, tais ações apresentam caráter histórico e são voltadas para uma coletividade específica de pessoas. Nas palavras de Miller (1984, p. 153),

A genre becomes a complex of formal and substantive features that create a particular effect in a given situation. Genre, in this way, becomes more than a formal entity; it becomes pragmatic, fully rhetorical, a point of connection between intention and effect, an aspect of social action¹¹.

Nesse sentido, Miller não vê os gêneros como entidades estritamente formais, mas comunicativas, em que ganham destaque os propósitos, ações e conteúdos. Ou seja:

a classifying principle based in rhetorical action seems most clearly to reflect rhetorical practice [...]. And if genre represents action, it must involve situation and motive, because human action, whether symbolic or otherwise, is interpretable only against a context of situation and through the attributing of motives.”¹² (MILLER, 1984, p. 152).

Assim, na tentativa de sumarizar o pensamento da autora, os gêneros correspondem a situações discursivas que obedecem às imposições de determinados campos comunicativos e a forma que irão assumir diz respeito a convenções mais ou menos recorrentes da sociedade.

Outro enfoque relevante para o estudo de gêneros na perspectiva norte-americana é aquele desenvolvido por Bazerman (2009), que traz em seu bojo conceitos como os de “fatos sociais, atos de fala, gêneros, sistemas de gêneros e sistemas de atividades” (BAZERMAN, 2009, p. 19). Na visão do autor, esses conceitos apontam para a forma com que “as pessoas criam novas realidades de significação, relações e conhecimento, fazendo uso de textos.” (BAZERMAN, 2009, p. 19). Assim, fatos sociais são produzidos a partir de textos e tais fatos não poderiam existir não fosse a criação textual, em relação de reciprocidade. Nesse sentido, fatos sociais, segundo o autor,

consistem em ações sociais significativas realizadas pela linguagem, ou *atos de fala*. Esses atos são realizados através de formas textuais padronizadas, típicas, e,

¹¹ Tradução livre: “um gênero torna-se um complexo de características formais e materiais que criam efeitos particulares em uma situação dada. Gênero, dessa forma, se torna mais do que uma entidade formal; torna-se pragmático, totalmente retórico, um ponto de conexão entre intenção e efeito, um aspecto da ação social”.

¹² Tradução livre do texto da autora: “Um princípio classificatório baseado na ação retórica parece mais claramente refletir uma prática retórica [...]. E se gênero representa ação, deve envolver situação e motivação, por que as ações humanas, sejam simbólicas ou de outro tipo, são interpretadas apenas frente um contexto de situação e pela atribuição de motivações”.

portanto, inteligíveis ou *gêneros* que estão relacionadas a outros textos e gêneros que ocorrem em circunstâncias relacionadas. (BAZERMAN, 2009, p. 22 grifos do autor)

Pelo conceito de fato social desenvolvido por Bazerman, já é possível notar a influência dos estudos de Bakhtin, especialmente no que tange ao conceito de enunciado presente em “Estética da criação verbal”. O professor norte-americano amplia ainda mais a noção de fato social associando-o ao universo de crenças do sujeito. Assim, fatos sociais são também aquilo que as pessoas acreditam que seja verdadeiro, o que afeta o modo que uma situação é definida¹³. Essa noção também interessa para o entendimento da intertextualidade presente nos textos. Nesse sentido, para Bazerman, a intertextualidade

[...] frequentemente procura criar uma compreensão compartilhada sobre o que foi dito anteriormente e a situação atual como se apresenta. Isto é, as referências intertextuais tentam estabelecer os fatos sociais sobre os quais o escritor tenta fazer uma nova afirmação (BAZERMAN, 2009, p. 25).

No desenvolvimento dessa pesquisa, pudemos perceber que os aspectos aqui destacados sobre a visão bakhtiniana e da escola norteamericana sobre os gêneros discursivos são um primeiro degrau para um estudo aprofundado sobre as especificidades dos gêneros. Todavia, ainda que de forma incipiente, as ideias desses autores nos permitem pensar que ver os gêneros por uma dimensão discursiva é ter em mente que eles são situados e convencionados socialmente. Por isso, os gêneros possuem caráter mutável de acordo com as necessidades das diversas situações de comunicação. Finalmente, podemos concluir, com Bazerman (2009), que “[...] os gêneros moldam as intenções, os motivos, as expectativas, a atenção, a percepção, o afeto e o quadro interpretativo” (p. 102). Essa posição nos permite pensar em uma caracterização do artigo de opinião capaz de adquirir possibilidades de interpretação diferenciadas, dependendo das circunstâncias situacionais em que se encontre.

Essa primeira discussão teórica sobre algumas noções de gênero sinaliza uma concepção de que estes são meios de agir socialmente, ou seja, podem ser vistos como mecanismos pelos quais a linguagem é realizada no contexto social dos sujeitos. Trata-se de um conceito de gênero que concebe a linguagem enquanto construção coletiva, que se transforma no seio das relações sociais. É a partir desse princípio que traçaremos alguns contornos do artigo de opinião a partir de seu suporte, o que pode soar, à primeira vista, um

¹³ Há uma relação da teoria de Bazerman com a dos atos de fala, de John Austin, que em sua obra “How to do things with words (1976)” aponta para o fato de que as palavras não apenas significam, mas fazem coisas (BAZERMAN, 2009). Os atos de fala, então, estariam organizados de forma relativamente típica, podendo ser reconhecíveis pelos integrantes de determinada interação.

campo já saturado de considerações. Entretanto, acreditamos ser possível encontrar um veio de análise acerca desse gênero, pois chama-nos a atenção o fato de nosso objeto de estudo ter como veículo uma publicação jornalística universitária. É sobre as condições de produção do artigo de opinião, no contexto do *Boletim* da UFMG¹⁴ que faremos as observações a seguir, acrescidas do aporte teórico da Teoria Semiociológica.

1.2.3 As contribuições da Teoria Semiociológica para uma reflexão sobre os gêneros discursivos

Nesse momento da pesquisa, lançaremos mão das contribuições da Teoria Semiociológica (TS) de Patrick Charaudeau, vertente teórica que traz apontamentos relevantes para o entendimento da noção de gênero. Assim, damos continuidade à compreensão do artigo de opinião enquanto gênero discursivo, agora a partir da relação estabelecida com o seu suporte em seu espaço de divulgação.

Concordamos com Charaudeau (2004) acerca da complexidade que a noção de gênero impõe, devido às diferentes facetas e abordagens que podem ser desdobradas. Não obstante, optamos por admitir essa tarefa, certos de que quaisquer incompletudes podem abrir caminhos para pesquisas futuras, notadamente no campo da Linguística Aplicada, que se dediquem a um olhar mais aprofundado acerca das especificidades dos gêneros discursivos a partir de seu suporte.

Assim, consideramos que o linguista Patrick Charaudeau, em trabalhos que abordam a questão dos gêneros discursivos, traz nova luz aos estudos genéricos na esteira bakhtiniana, por meio de uma abordagem que leva em conta a ancoragem social que atravessa os gêneros, com o auxílio de sua TS. Devem-se, então, à aproximação que esse autor propõe entre a AD e os estudos sobre gêneros na perspectiva de Bakhtin as considerações que faremos a seguir.

Segundo o estudioso francês, a questão dos gêneros não literários foi, ou ainda é, abordada a partir dos seguintes elementos: suas características formais; a definição dos tipos de organização discursiva; as funções da atividade linguageira ou, ainda, por meio da determinação de situações de comunicação, que definem o gênero com base em sua ancoragem social (CHARAUDEAU, 2010). É sobre essa perspectiva, da ancoragem social,

¹⁴ Os 14 artigos que compõem o nosso *corpus* foram retirados da versão *online* do *Boletim* UFMG, na seção intitulada Opinião, no período de 2002 a 2012.

que continuaremos nossos esforços para trabalhar a noção de gênero discursivo nessa dissertação.

Charaudeau (2004) define que a ancoragem social funda os gêneros e os une a práticas sociais diversas na sociedade. Sobre tais práticas, o autor afirma que podem assumir o papel de ponto de referência para a troca verbal ou, ainda,

[...] podemos chegar a considerá-las como um campo estruturado (no sentido de Bourdieu), onde se instauram relações de forças simbólicas entre os atores, relações de forças mais ou menos hierarquizadas e institucionalizadas segundo o campo concernido (CHARAUDEAU, 2004 p. 1).

Segundo o linguista francês, a partir de conceitos desenvolvidos pelo sociólogo Pierre Bourdieu, é no domínio dos campos, ou da “prática languageira”, que a identidade dos atores e os papéis que representam fazem com que as significações discursivas circulantes sejam dependentes da posição dos sujeitos enunciadoreis. Ou seja:

Radicalizando este ponto de vista, poderíamos dizer que é o estatuto do ator social e o papel que ele representa que são determinantes para julgar a conformidade de um discurso em relação ao domínio no qual ele é produzido. Assim, todo discurso seria marcado por uma certa “performatividade”, desde que o ator social, que está na origem enunciativa, fosse reconhecido em seu estatuto : não é mais o que é dito que conta, mas a origem enunciativa externa do que é dito (CHARAUDEAU, 2004, p. 2)

Por essa óptica, a significação dos discursos seria dependente do estatuto legitimado do produtor do ato de linguagem, mais do que de seu papel de sujeito enunciadoreis. Nesse contexto, Charaudeau (2004) completa que, qualquer que fosse a maneira de falar, seria produzido um discurso típico do domínio em que se encontra. Vejamos o exemplo apresentado pelo linguista:

[...] o padre que batiza poderia também dizer “Eu te condecoro” no lugar de “Eu te batizo”, o que quer dizer que não existiria características discursivas próprias a um domínio: pertenceria ao gênero político todo discurso produzido no domínio de prática política, ao gênero midiático todo discurso produzido no domínio de prática das mídias, ao gênero científico, todo discurso produzido no domínio de prática das ciências, etc. (CHARAUDEAU, 2004, p. 2).

No que diz respeito à situação de comunicação, podemos afirmar com Charaudeau (2010), que ela determina o lugar da troca languageira e as condições de produção; é o ambiente de realização do ato de linguagem. Dessa forma, é a situação de comunicação que funda a legitimidade dos falantes, firmando, assim, o contrato de comunicação da Teoria

Semiolinguística; e também na situação de comunicação que se instituem restrições que vão determinar a expectativa de troca. Assim, Charaudeau (2004) afirma que tais restrições são ligadas à identidade dos parceiros, ao lugar que ocupam na troca, à finalidade discursiva, no sentido de visadas, ao propósito convocado e às circunstâncias materiais de realização da troca linguageira. Nesse sentido, é pertinente pensar que situações que partilhem características predominantemente semelhantes terão o mesmo domínio de comunicação.

É oportuno destacar, ainda, outros elementos relacionados por Charaudeau e Maingueneau (2008) acerca da situação de comunicação. Referimo-nos aos implícitos que permeiam os atos de fala e os sentidos de um enunciado em relação ao posicionamento ideológico de quem o pronuncia. Tais elementos tornam a interpretação dos enunciados sujeita a dados que são como instruções situacionais, favorecendo a compreensão (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008).

Sobre a noção de contrato, vemos que ele valida o ato de comunicação e regula as condições da troca comunicativa. Assim, nas palavras de Charaudeau e Maingueneau (2008, p. 132), o contrato de comunicação seria definido como

[...] o conjunto das condições nas quais se realiza qualquer ato de comunicação (qualquer que seja sua forma, oral ou escrita, monolocutiva ou interlocutiva) é o que permite aos parceiros de uma troca linguageira reconhecerem um ao outro com os traços identitários que os definem como sujeitos desse ato (*identidade*), reconhecerem o objetivo do ato que os sobretermina (*finalidade*), entenderem-se sobre o que constitui o objeto temático da troca (*propósito*) e considerarem a relevância das coerções materiais que determinam esse ato (*circunstâncias*).

Para que o contrato de comunicação ocorra, é necessário atender a quatro princípios: de interação, de pertinência, de influência e de regulação. Charaudeau (2012) aponta que o princípio de interação define o ato de comunicação entre dois parceiros que se situam em relação não simétrica de troca. Essa relação é assimétrica porque os parceiros possuem objetivos diferenciados na relação: enquanto um produz e emite a palavra, o outro tem a função de recebê-la e interpretá-la. A ligação entre esses dois parceiros se dá por um reconhecimento desses papéis, que coexistem quando o interlocutor engaja-se no processo de interpretação, tornando-se, por conseguinte, um parceiro-interlocutor (ou destinatário-leitor), situando o emissor como seu parceiro-locutor.

No princípio de pertinência, há necessidade de que o interlocutor, ou mesmo o destinatário, seja capaz de presumir a existência de uma intenção do locutor por meio de um projeto de palavra, pois é ele que confere motivação ao ato de linguagem. Outro fato importante é que locutor e interlocutor tenham em comum um mínimo dos dados acerca desse

ato para que ele possa se realizar, ou seja, é imperioso que os parceiros reconheçam a existência de saberes, valores e normas sobre o mundo – saberes compartilhados – que acabam por regular comportamentos sociais por meio de rituais linguageiros. Sem tais saberes, não haveria como estabelecer compreensão mútua e a pertinência do ato de comunicação. No caso da argumentação presente no artigo de opinião, é necessário que os parceiros reconheçam o gênero a partir de suas características de estrutura mais ou menos estáveis, além de outros elementos de organização textual.

O princípio de influência leva em consideração que a motivação do sujeito falante é determinada por uma finalidade acional, o que torna importante que o falante tenha em mente um “como falar” para agir sobre o outro. Por conseguinte, o locutor irá estabelecer estratégias que dependerão das imagens que ele fará sobre seu parceiro de comunicação. Tais imagens levarão em conta, por exemplo, se o parceiro é favorável, desfavorável ou mesmo indiferente ao seu projeto de influência. Destarte, o locutor procurará estratégias para deter o controle dos objetivos da comunicação.

Por último, Charaudeau (2012) chama a atenção para o princípio de regulação, as condições para que os parceiros entrem em contato e se reconheçam como legitimados, bem como as condições para que a troca ocorra, dado que o princípio de influência estabelece uma relação de luta discursiva. É, portanto, o princípio de regulação que permite ao comunicante compor estratégias para assegurar a continuidade ou a ruptura da troca discursiva. No caso dos artigos de opinião, há dois parceiros: o articulista e o leitor. Este é múltiplo em suas características e identidades, e irá regular as trocas num processo de identificação (ou não identificação) com o posicionamento trazido pelo locutor (o articulista).

Outra importante consideração acerca do contrato de comunicação, presente em Charaudeau e Maingueneau (2008), diz respeito ao fato de que ele constitui uma chamada “memória coletiva” nos seres de linguagem, ancorada “sócio-historicamente”, que faculta, ainda que parcialmente, que um ato de comunicação possa ser compreendido pelo sujeito interpretante. Por essa razão, ao se deparar com um artigo de opinião, ainda que não saiba exatamente a temática em jogo no texto, o sujeito interpretante que esteja minimamente habituado a textos da esfera jornalística torna-se capaz de reconhecer o gênero, sabendo que naquele texto um especialista trará seu ponto de vista sobre determinado assunto. Esse reconhecimento pode se fazer por meio de recorrências formais, como o estilo, titulação, a extensão do texto, conectores, nome do articulista que assina a publicação, entre outros elementos.

Nessa noção de “memória coletiva”, encontramos correspondência com o conceito de enunciado em Bakhtin, capaz de consolidar um conjunto de componentes mais ou menos estáveis - os gêneros discursivos. Dessa forma, concordamos mais uma vez com Charaudeau e Maingueneau (2008) ao dizerem que a teoria do contrato vai ao encontro de uma teoria do gênero, “[...] pois pode-se dizer que o conjunto de coerções trazido pelo contrato é que define um gênero de discurso” (p. 132). Em posição semelhante, Maingueneau (2002) aponta elementos importantes para a concepção de um gênero discursivo: a finalidade reconhecida, o estatuto de parceiros legítimos, momento e lugar legítimos, o suporte material e também a organização textual. Vemos, então, que para a compreensão do artigo de opinião na perspectiva da TS é imperioso lembrar a situação de comunicação na perspectiva charaudiana, espaço em que o contrato é supostamente partilhado.

1.2.4 O artigo de opinião como gênero discursivo no contexto jornalístico: delineando outros aspectos situacionais

Para complementar nossa percepção sobre a noção de gêneros discursivos nesse trabalho, passemos, agora, para as contribuições de Melo (1985), estudioso da área da comunicação. Segundo o autor, o artigo de opinião se enquadra na categoria dos gêneros jornalísticos e possui duas significações: matéria publicada em jornal ou revista, segundo o senso-comum, e aquela que se refere a um texto em que uma pessoa, jornalista ou não, desenvolve uma ideia e expressa seu ponto de vista. Melo (1985) acrescenta que o artigo de opinião tem “conteúdo amplo e variado, de forma diversa, na qual se interpreta, julga ou explica um fato ou uma ideia atuais, de especial transcendência, segundo a conveniência do articulista” (p. 92). Para o autor, o articulista possui liberdade de escolher o conteúdo e a forma do seu texto, mas deve atentar para a atualidade do tema e a ideologia do jornal. A atualidade, nesse caso, não se restringe ao cotidiano imediato, mas sim ao momento histórico em que se vive. Com essa informação, temos mais um elemento para entender a pertinência de se tratar o tema das cotas raciais por meio de artigos de opinião, dado que esse tema, especialmente no que se refere à sua constitucionalidade, esteve na pauta de debates durante os dez anos que antecederam a Lei de Cotas em universidades e institutos federais do país.

Melo (1985) traz as considerações de Vivaldi (1973) para esclarecer que o maior sentido do artigo de opinião está no ponto de vista exposto por alguém. Dessa forma, tal ponto de vista não pode estar oculto, mas deve ser apontado explicitamente. O conteúdo valorativo do texto encontra-se justamente na assinatura que ele apresenta, dado que o leitor, em muitas

ocasiões, procura saber como determinado articulista pensa e reage diante de determinado fato.

Em uma perspectiva formal, são diferenciados dois tipos de artigo: o ensaio, e o artigo propriamente dito. Para Vivaldi (1973, *apud* MELO, 1985), o artigo apresenta julgamentos mais ou menos provisórios porque é escrito no auge do acontecimento dos fatos. Por outro lado, o ensaio apresenta pontos de vista mais definitivos, por trazer uma compreensão mais abrangente da situação, sistematizando o conhecimento. Dessa forma, enquanto a argumentação trazida no artigo é mais ligada ao conhecimento e sensibilidade próprios do articulista, no ensaio há embasamento em fontes legitimadas por consistência documental. Entretanto, em nosso *corpus*, esses elementos se associam de tal forma que, com base em Bakhtin (2006), que vê os gêneros discursivos como elementos mais ou menos estáveis, não podemos pensar em uma separação clara entre o artigo de opinião propriamente dito e o ensaio. Inclusive, apesar do fato de as cotas raciais constituírem uma temática relativamente nova na dinâmica dos brasileiros e de terem se mostrado atuais durante todo o período de implantação no país, de 2002 a 2012, falar de Ações Afirmativas de recorte racial é, em grande medida, falar de relações raciais no Brasil. É por essa razão que diversos elementos de caráter documental, como pesquisas e estatísticas, podem ser relacionados à argumentação dos articulistas dos artigos de opinião do *Boletim*.

Outra importante definição contida em Melo (1985), e que é bastante pertinente ao nosso objeto, diz respeito ao aspecto da finalidade do artigo de opinião, o que faz com que ele apresente duas feições: doutrinário e científico (MELO, 1985, p. 93). Para o autor, o artigo doutrinário corresponde ao artigo jornalístico, com vistas a analisar um fato da atualidade e que sugere aos leitores uma maneira de vê-lo ou julgá-lo: “é uma matéria através da qual o articulista participa da vida da sua sociedade, denotando sua condição de intelectual comprometido com o presente” (p. 93).

Já o artigo científico tem o objetivo de divulgar a ciência e dividir novos conhecimentos com seu público. “Não é comum – mas também não impossível – a publicação de artigos científicos nas edições diárias dos jornais (p. 93)”. O autor acrescenta, ainda, que há certa dificuldade na distinção entre o artigo jornalístico e o artigo científico diante de colaborações que trazem temas vinculados às ciências sociais: “aí a análise científica nem sempre se distingue (pelo menos para o cidadão comum) da mera apreciação jornalística ou da participação política” (p. 94). Para o autor, a ocorrência de artigos científicos tem se intensificado no jornalismo brasileiro, principalmente quando determinados veículos

propõem-se a chamar pesquisadores sociais para dizer o que pensam sobre determinado assunto.

O artigo científico pode ser ainda subdividido de duas formas: artigo de divulgação e o de caráter educativo. O artigo de divulgação relata à população descobertas no campo das ciências e muitas vezes objetiva mostrar de forma breve o estado de determinadas pesquisas, sendo um meio de formular ideias e divulgar pesquisas. Já o artigo de caráter educativo objetiva convencer os leitores a aderir a novas descobertas: “Juan Díaz Bordenave chama essa unidade redacional de ‘artigo de convencimento direto’, porque sua tarefa consiste em ir apresentando ao leitor uma série de argumentos que o conduzam a aceitar a nova descoberta ou ao uso de uma nova tecnologia” (MELO, 1985, p. 94). Nesse sentido, é possível pensarmos que o artigo de divulgação está relacionado ao domínio jornalístico de características científicas, uma vez que objetiva relatar resultados de estudos em determinada área. Quanto ao artigo de caráter educativo, vemos uma relação com um jornalismo específico, que atende a demandas por determinadas informações. As caracterizações trazidas por Melo (1985) serão retomadas posteriormente para corroborar nossas reflexões acerca das possíveis características que o gênero artigo de opinião poderia assumir quando inserido no contexto de uma publicação jornalística universitária, como é o caso do *Boletim* da UFMG.

1.3 Contextualizando o *Boletim*: a publicação jornalística universitária

Neste momento do capítulo, intentamos trazer considerações sobre o gênero artigo de opinião elencando características que, para nós, durante o processo de análise, decorrem de peculiaridades do suporte e do domínio discursivo de nosso objeto de estudo: a versão *online* do *Boletim*, uma publicação jornalística universitária, denominação sobre a qual discorreremos mais detalhadamente a seguir.

O *Boletim* é um veículo de informação semanal e foi criado no ano de 1974. Segundo seu editor, inicialmente, era objetivo do setor de comunicação da UFMG fazer do *Boletim* um veículo de jornalismo oficial, em que deliberações e outros assuntos ligados à instituição tivessem centralidade. Com o passar dos anos, essa característica mudou e o *Boletim* passou a ter um formato mais plural, como o que se pode ver hoje. Dessa forma, são publicadas notícias, entrevistas e outros gêneros jornalísticos que privilegiem temáticas relacionadas ao cotidiano acadêmico e científico, bem como atividades importantes promovidas pela Universidade. O *Boletim* é, ainda, um veículo de circulação interna, gratuito,

distribuído em todas as unidades da UFMG e que conta também com uma versão *online*. A produção do veículo de informação é feita pela Diretoria de Divulgação e Comunicação Social e permite que qualquer membro da comunidade acadêmica e de fora dela escreva sobre assuntos variados pertinentes ao cotidiano universitário e à agenda atual de debates do país.

No primeiro momento dessa pesquisa, em que demos os passos iniciais rumo à definição do nosso *corpus*, pensamos ser o *Boletim*, suporte dos artigos de opinião que iremos analisar, uma espécie de informativo. Essa concepção se deveu a algumas características desse suporte, como a de socializar em todo o *campus* as pesquisas científicas e os eventos que se destacam na agenda universitária. Entretanto, o editor do periódico¹⁵, em entrevista, refutou essa denominação, chamando o *Boletim* de “publicação/veículo jornalístico universitário”. Pensamos, então, que haveria determinada complexidade dessa mídia: para o editor, o *Boletim* apresenta características de uma revista, pelo fato de ser de publicação semanal e conter entrevistas, reportagens e artigos de opinião. Um informativo iria na contramão do *Boletim*, por aquele conter textos mais curtos e que se detêm em relatar especificamente o cotidiano de determinada instituição. Ainda assim, o editor apontou que não é possível conceber o *Boletim* como uma revista na totalidade desse suporte, já que ele apresenta formato mais simplificado, como folha de tamanho A4 na versão impressa e um número reduzido de páginas em comparação à revista propriamente dita. Chegamos, ainda, a associar esse suporte ao boletim científico, que comporta gêneros do domínio instrucional ou acadêmico. Essa denominação tornou-se impossível, por não encontrarmos no *Boletim* publicações de gêneros estritamente do domínio científico/acadêmico, como artigos de especialistas direcionados a outros especialistas com vistas ao debate de temas de determinado campo de pesquisa.

Nesse contexto um tanto heterogêneo do suporte, o *Boletim* conta, ainda, com uma seção denominada Opinião, que publica textos opinativos de membros da comunidade acadêmica acerca de diferentes assuntos de interesse geral e da própria Universidade. É dessa seção que selecionamos nosso *corpus*, composto por 14 textos publicados entre os anos de 2002 a 2012, em que iremos analisar os movimentos argumentativos que compuseram a imagem das cotas raciais.

A partir da bibliografia estudada e da caracterização do suporte feita pelo editor, a busca por trazer contornos para o artigo de opinião no contexto do *Boletim* acabou por se mostrar demasiado complexa, especialmente no contexto da AD. Em meio a indefinições,

¹⁵ Entrevista concedida em 28 de outubro de 2014, por telefone.

concordamos com o editor do periódico ao denominar o *Boletim* de publicação jornalística universitária, o que o diferencia de veículos exclusivamente de publicação periódica, como é o caso do boletim científico, que visa uma discussão teórica, bem como de uma mídia exclusivamente jornalística, como a revista. Assim, com base em Charaudeau (2004, 2010) podemos pensar que o *Boletim* apresenta características do domínio de comunicação acadêmico e também do domínio jornalístico. Vem desse espaço um tanto híbrido a complexidade adquirida pelo artigo de opinião quando situado no *Boletim* UFMG.

Voltando às características formais do nosso objeto, segundo o editor da publicação, os artigos a serem publicados na seção Opinião chegam ao setor de jornalismo da Universidade de forma espontânea. Em outras palavras, qualquer pessoa, ligada ou não à Universidade, que queira enviar sua contribuição, pode ter seu texto divulgado. Os artigos de opinião são escolhidos segundo a ordem que chegam ao setor, exceto quando exista algum texto que discuta uma temática importante e que esteja em voga no momento. Quando há interesse da redação em divulgar algum tema de interesse da comunidade, sem que artigos espontâneos tenham sido enviados, o veículo segue uma tendência da grande mídia e encomenda esse tema para algum professor da UFMG, especialista na área em questão. Nesse caso, o editor do periódico destaca que, diferentemente do que parece acontecer em grandes periódicos de circulação nacional, a orientação da opinião trazida pelo especialista no *Boletim* não é direcionada pela redação do veículo. Assim, o articulista tem a liberdade de escolher o tom opinativo que trará em seu texto. Aos produtores do *Boletim* é, ainda, resguardado o direito de publicarem textos opinativos que circularam na grande mídia. Entretanto, como destacou o editor, isso acontece apenas quando não chegam textos de forma espontânea para serem publicados, e que esta é uma tendência que tem diminuído muito nos últimos anos.

Na seção Opinião, ao observarmos os artigos publicados desde 2002, percebemos que há um maior número de textos assinados por professores, sejam eles da UFMG ou não, pelo menos no que diz respeito ao nosso tema de interesse. De acordo com o editor, não há preferência do periódico em publicar textos de professores, sendo possível encontrar, em outras edições, textos de alunos, jornalistas e outros profissionais. Entretanto, há um maior número de publicações de docentes. Segundo o editor, o fato é decorrente do protagonismo dos professores na agenda universitária.

Ainda sobre essa seção, em texto apresentado no rodapé da página do *Boletim*, que informa o endereço eletrônico para o qual os interessados devem enviar suas propostas de artigo de opinião, além das normas de publicação, há também uma informação de que as opiniões trazidas nos textos são de responsabilidade exclusiva de seus autores. Ou seja, o

periódico protege a face da universidade, isentando-a de qualquer ponto de vista que possa denotar algum tipo de posicionamento próprio da instituição quanto a determinado tema. Com base nas considerações feitas até o momento, passemos agora para nossas últimas reflexões sobre o artigo de opinião no contexto do *Boletim* da UFMG.

1.3.1 O artigo de opinião em função de seu suporte: definições possíveis?

As pautas trazidas por Melo (1985) e Charaudeau (2004, 2010, 2012), destacadas anteriormente, vão diretamente ao encontro dos artigos de opinião que compõem o nosso *corpus*, dadas as suas condições de produção. Primeiramente, o suporte ou dispositivo material dos artigos selecionados para essa pesquisa é o *Boletim*, um periódico de circulação interno à UFMG, um veículo de divulgação distribuído em todas as unidades da Universidade. Destacar o espaço físico de divulgação do *Boletim* é importante, pois, como assevera Charaudeau (2004), há uma determinada memória dos discursos em que são construídos saberes de crença e de conhecimento sobre o mundo, que circulariam na sociedade fragmentando-a em “comunidades discursivas”. Assim, Charaudeau (2004, p. 4) defende que

as comunidades discursivas reúnem – **virtualmente** – sujeitos que partilham os mesmos posicionamentos, os mesmos sistemas de valores, quer se trate de opiniões políticas, julgamentos morais, doutrinas, ideologias, etc. (grifo nosso).

Voltando à questão do suporte, podemos pensar que os artigos que compõem as edições do *Boletim* podem assumir um caráter diferenciado, dado que o mesmo também se propõe a divulgar pesquisas e algumas deliberações da universidade que sejam de interesse geral daquela comunidade discursiva. Maingueneau (2002), em sua obra *Análise de Textos da Comunicação*, destaca o fato de que o suporte não é acessório no processo de comunicação e atesta sua importância:

hoje, estamos cada vez mais conscientes de que o mídiu não é um simples “meio” de transmissão do discurso, mas que ele imprime um certo aspecto a seus conteúdos e comanda os usos que podemos fazer [...] uma mudança importante do mídiu modifica o conjunto de um gênero do discurso. (MAINGUENEAU, 2002, p. 71)

Sem a intenção de incorrer em qualquer categorização estanque, as reflexões feitas até o momento nos permitiram traçar algumas considerações para os artigos de opinião

publicados no *Boletim*, como explicamos a seguir. Melo (1985), autor visto anteriormente, apresenta perspectivas variadas para melhor compreender o artigo de opinião: uma que leva em conta o aspecto formal e outra que considera o aspecto funcional. Na perspectiva funcional, o autor aponta que o artigo de opinião pode ser caracterizar como doutrinário ou como científico. Como pudemos ver, este último pode ser de divulgação ou de caráter educativo. Nessa esteira, aproximamos os textos opinativos publicados no *Boletim* do artigo de opinião científico (em sua dimensão funcional) de caráter educativo (ou de convencimento direto). Essa suposição leva em conta o domínio discursivo em que o suporte se encontra e a legitimidade dos articulistas no espaço em que o *Boletim* é produzido e distribuído. Ainda na esteira de Melo (1985), tais articulistas são, em sua maioria, especialistas do campo das ciências sociais e da educação, sujeitos que podem promover o convencimento sobre um campo específico. Portanto, no caso do *Boletim*, tanto os articulistas que trazem seus pontos de vista como o público leitor ao qual se dirigem são agentes mediadores de conhecimento cujas opiniões podem apresentar algum tipo de importância na agenda de debates da sociedade.

Vemos, então, com base nos autores estudados, que os artigos de opinião do *Boletim* podem assumir contornos diferenciados mesmo quando há publicação de textos cuja primeira veiculação deu-se em jornais ou revistas de circulação nacional. Assim, um artigo de opinião publicado originalmente em um jornal como *O Globo*, por exemplo, ao ser publicado em segunda instância pelo *Boletim*, agregaria características desta publicação jornalística universitária. Sustentamos essa posição porque mesmo os artigos da mídia de massa que selecionamos em nosso *corpus* para análise possuem características semelhantes: são assinados por pesquisadores e professores de outras universidades; especificamente no caso da temática do nosso objeto, muitos desses especialistas atuam na área das ciências sociais, campo de estudo em que temáticas de cunho racial costumam ser mais recorrentes; além do suporte em que ocorre essa republicação do artigo de opinião, o *Boletim*.

Ainda assim, como já dissemos anteriormente, não entendemos essa avaliação do artigo de opinião no contexto do *Boletim* como uma camisa de força. Por isso concordamos mais uma vez com Melo (1985), ao apontar que não há padrão estrito para a concepção de artigos e suas características irão depender bastante do veículo que o publica. Para o pesquisador, o fato de o artigo de opinião ser, mais comumente, de colaboração espontânea ou

uma solicitação nem sempre remunerada gera grande liberdade em relação ao tema, juízo de valor emitido e também quanto ao modo de expressão verbal¹⁶.

Sobre uma possível organização textual do artigo de opinião, Melo (1985) traz novamente as considerações de Vivaldi (1973) para afirmar que, independentemente da estrutura desse gênero, há um processo ideal de elaboração que passa por três momentos essenciais: invenção, disposição e elocução. Nesse contexto, inventar é tirar do mundo, dos fatos e das ideias, é buscar uma justificativa para o encontro com os leitores. Entretanto, identificar uma ideia é algo insuficiente, sendo necessário que o articulista pondere seu desenvolvimento. Dispor é colocar em ordem as ideias, ordená-las. Já a elocução é a própria expressão escrita das ideias, que dá forma aos pensamentos (MELO, 1985).

Com base nas considerações feitas até aqui, presumimos que analisar a situação de comunicação em que se inscrevem os artigos de opinião do *Boletim* UFMG – um suporte que acreditamos ter características tanto do domínio jornalístico quanto do domínio acadêmico – pode favorecer uma compreensão mais ampla do artigo de opinião como gênero discursivo.

Contudo, em meio a todas as reflexões feitas até o momento, questionamo-nos novamente onde residiria essa característica complexa do *Boletim* e dos artigos de opinião, por consequência, uma vez que os textos opinativos em análise respeitam a mesma estrutura composicional de artigos de opinião em geral. Reiteramos essa hipótese tendo em vista o suporte ou dispositivo material de divulgação dos textos e a identidade dos parceiros de comunicação, que envolve, em sua maioria, docentes e discentes da UFMG. Sujeitos, portanto, legitimados a tecer considerações sobre questões relativas ao cotidiano universitário para um público também universitário. Relembremos Charaudeau (2004) mais uma vez ao dizer que o estatuto do ator social, bem como o papel que ele representa, são determinantes para julgar a pertinência de um discurso em relação ao domínio no qual ele é produzido. Principalmente no que diz respeito ao sujeito professor-pesquisador, sua autorização para tomar a palavra advém fortemente de sua formação, que o constitui polifonicamente. Esse sujeito compõe, em sua prática cotidiana, os lugares de sua formação e atuação, como de ex-graduando, pós-graduando, professor e pesquisador, lugares de autoridade que poderiam ser determinantes no processo de interpretação do leitor. Essa ideia vai ao encontro do que expusemos anteriormente a partir de Melo (1985, p. 94), que aponta para o fato de que

¹⁶ Dado que Melo (1985) afirma, com base em Vivaldi (1973) que há liberdade de conteúdo e de forma por parte do articulista, importa ressaltar que essa liberdade é, de certa forma, restrita, pois “ele deve tratar de fato ou ideia da atualidade, coadunando-se com o espírito do jornal” (MELO, 1985, p. 92).

[...] muitas vezes torna-se difícil distinguir entre o artigo doutrinário e o científico quando estamos diante de colaborações que têm como objeto as ciências sociais [...] isso vem se tornando comum nas revistas semanais brasileiras [...] cujo quadro de colaboradores tem se ampliado com a convocação ou afluência de pesquisadores sociais que se propõem a dizer o que pensam sobre os temas em debate.

Sobre a questão do lugar de autoridade do sujeito, Emediato (2003) relembra Bourdieu (1982, *apud* EMEDIATO, 2003, p. 66) e esclarece que “[...] o poder das palavras não é outra coisa que o poder delegado do porta-voz’ pelo fato de que o poder não se encontra nas palavras, mas nas condições sociais de utilização delas”. Nesse sentido, lembramos Charaudeau (2004) mais uma vez, pois, segundo o autor, em uma dada comunidade comunicacional (que reúne sujeitos que partilham representações semelhantes), não é exatamente o conteúdo do que é dito que está em jogo, mas sim o lugar situacional em que o dito é mostrado.

É por essas razões que julgamos haver grande influência da identidade dos sujeitos articulistas (professor e, muitas vezes, pesquisador) nos textos que pesquisamos, que, somados ao suporte, podem oferecer caráter diferenciado na percepção do leitor. Sobre a questão do suporte, Maingueneau assevera que a dimensão midiológica é de fundamental importância para a concepção de um gênero. Segundo o autor,

uma modificação do suporte material de um texto modifica radicalmente um gênero do discurso: um debate político pela televisão é um gênero de discurso totalmente diferente de um debate em sala para um público exclusivamente formado pelos ouvintes presentes. O que chamamos ‘texto’ não é, então, um conteúdo a ser transmitido por este ou aquele veículo, pois o texto é inseparável de seu modo de existência material: modo de *suporte/transporte* e de *estocagem*, logo de *memorização*. (MAINGUENEAU, 2002, p. 68, grifos do autor)

Podemos pensar, então, que o suporte *Boletim* imprime ao texto opinativo um lugar sócio-histórico da ciência, legitimado pelo espaço universitário em que é divulgado, ainda que o artigo de opinião não seja de caráter propriamente científico. Assim, a argumentação presente em tais textos poderá ser marcada por relatos de experiências pessoais, notadamente aquelas vinculadas a sua vivência acadêmica, bem como por dados de pesquisas sobre o tema em debate, situação bastante comum no espaço universitário. Também o nome do dispositivo material dos artigos de opinião, *Boletim*, mais do que uma nomeação, remete ao suporte revista científica (boletins e anais), segundo Marcuschi (2008).

Ao final dessas primeiras considerações, poderíamos pensar a que utilidade levaria tal compreensão situacional do artigo de opinião no *Boletim* UFMG – no entre-lugar

do domínio jornalístico e do domínio acadêmico. Presumimos que a serventia desses contornos para o artigo de opinião no contexto do *Boletim* reside no fato de que muitas estratégias de construção de imagens sobre as cotas raciais podem recorrer a valores do espaço situacional de divulgação desses textos, a universidade, com vistas a garantir sua efetividade argumentativa, inclusive podendo gerar influência no modo de consumo dos textos por parte dos interlocutores, dado o lugar de autoridade dos articulistas. Concordamos, então, com a frase atribuída a Bakhtin, ao afirmar que "o que vemos é governado pelo modo que vemos e este é determinado pelo lugar de onde vemos".

Finalmente, é preciso destacar que os aspectos situacionais do artigo de opinião serão retomados posteriormente, no desenvolvimento desse trabalho, pela análise argumentativa do discurso, no processo de investigação de representações da vertente racial das Ações Afirmativas nos textos opinativos selecionados. Partimos, agora, para uma apresentação do contexto histórico brasileiro sobre as relações raciais após a abolição da escravidão, em maio de 1888. A apresentação dessa conjuntura se faz-se importante para uma compreensão mais ampla sobre a política de cotas, que também será mais bem detalhada no capítulo seguinte. A discussão a seguir objetiva, portanto, favorecer nossa análise sobre as cotas raciais de uma perspectiva sócio-histórica para, então, adentrarmos nos conceitos da análise argumentativa do discurso.

2 “SOMOS TODOS BRASILEIROS?” AS AÇÕES AFIRMATIVAS DE RECORTE RACIAL E O (DES)ENCONTRO DA NAÇÃO

2.1 Racismo (não) existe: a retomada do debate racial

“Isso não quer dizer nada, isso é loucura da sua cabeça.” Então, respondi: “Você fala assim porque tem os olhos verdes” – fazendo alusão ao fato de ele ter herdado as características da minha mãe, o que o impossibilitava de vivenciar o mesmo tipo de experiência que eu vivencio. Independentemente dos problemas causados por tal posição, escolhi ser negro é por perceber que no momento em que era objeto de discriminação, não importavam as mil e uma variações nas quais poderiam me colocar e sim a possibilidade de ser subjugado a partir delas. (SILVEIRA, 2012¹⁷).

No ano de 2012, a população brasileira acompanhou a aprovação, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), da Lei nº 12.711, a chamada “Lei de Cotas” para Universidades e Institutos Federais. Contudo, os primeiros passos que culminaram na promulgação dessa lei não eram recentes, mas completavam uma década de intenso debate em diversos setores sociais e mais de um século de conflitos no contexto de formação da nação brasileira. Ao longo dos anos precedentes à regulamentação da lei sobre o ingresso no ensino federal pelo STF, de 2002 a 2012, universidades como a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), a Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), a Universidade de Brasília (UNB), a Universidade Federal da Bahia (UFBA), a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a Universidade federal do Paraná (UFPR), dentre outras, adotaram cotas raciais e sociais em seus vestibulares, algumas baseadas em resoluções estaduais e outras, em determinações relativas à instituição, especificamente. De um modo geral, vemos que os sujeitos reconhecem o valor simbólico de que goza a universidade pública – “espaço privilegiado da produção de saber” –, o que favoreceu para que as trajetórias dessas e outras instituições mantivesse o assunto das Ações Afirmativas, notadamente em sua modalidade de cotas, na ordem do dia de 2002 a 2012 e ainda em dias atuais. Ao mesmo tempo, a disputa em torno do acesso ao ensino superior acendeu (ou reacendeu) o debate em torno das relações raciais desenvolvidas no Brasil desde a sua constituição enquanto nação.

Nesse cenário, ainda que o movimento negro brasileiro já tivesse empreendido tentativas junto a órgãos políticos no sentido de promover uma inserção real da população negra na sociedade, foi a partir da III Conferência Mundial de Combate ao Racismo,

¹⁷ Relato de Jules Ventura Silva, aluno de ciências sociais, turma de 2005, UFRGS.

Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, ocorrida de 31 de agosto a 8 de setembro de 2001 em Durban, na África do Sul, que as cotas raciais, que integram políticas de Ações Afirmativas, passaram a constituir a pauta de debates sobre políticas públicas no país, com destaque para o contexto da democratização do ensino superior, nosso foco de discussão. Além de ser a primeira iniciativa do Estado para promover a integração da população negra e indígena em espaços de poder, os dez anos que antecederam a Lei nº 12.711 demonstram que as cotas para o ensino superior têm sido a política pública que mais gerou polêmicas e opiniões divergentes entre a população de modo geral, muitas vezes encabeçadas pela opinião da mídia brasileira¹⁸.

Em nossas observações sobre o recorte temporal para essa dissertação (que compreende os anos de 2002 a 2012), formadas por meio de leituras, participações em eventos acadêmicos e conversas cotidianas, pudemos perceber que falar de cotas raciais é, muitas vezes, colocar em xeque crenças caras ao imaginário de nação brasileira. É demarcar a parcialidade de conceitos como o de democracia racial no dia-a-dia de uma grande parte da população que não vivencia de forma plena essa referida democracia e sobre a qual se operam mecanismos sutis de exclusão. Outras vezes, em situações de maior informalidade, percebemos o incômodo que causava tocar no assunto do recorte racial das Ações Afirmativas. Nessas situações, ainda que a pauta em discussão fosse uma política pública para cidadãos brasileiros, sem que fosse feita qualquer referência direta ao assunto das relações raciais e ao racismo que leva ao fomento de tal política, não foi raro escutar construções como as destacadas a seguir, acompanhadas de um tom de ofensa, de reprimenda, de negação imediata e às vezes de apoio à causa: “não sou racista, mas...” ou “o problema do país não é racial, mas social...” ou ainda “cotas não passam de um vitimismo dos negros por causa da escravidão, que já passou”.

Tais afirmativas sempre nos remetiam ao pensamento sobre como é lacunar a problematização sobre as relações raciais no Brasil, permeadas por não ditos que adormeciam em paz nos diversos campos de atuação dos sujeitos, no qual a educação se inclui. Até que, no séc. XXI, a proposição de uma política pública acorda emoções que apontam para o fato de que falar de cotas não é apenas falar sobre mais uma decisão do Estado como tantas outras. Antes sim, diz respeito a visões de mundo até então situadas em uma zona de conforto pouco tocada ou mesmo analisada pelo viés da cordialidade no tocante às relações raciais brasileiras.

¹⁸ Segundo Charaudeau (2010), o mecanismo de construção do sentido de discurso resulta de um duplo processo de transformação e de transação. Dessa forma, o autor aponta que o “mundo a comentar” passa pela construção de sentido de um sujeito de enunciação que o constitui em “mundo comentado” dirigido a um outro em que se estabelece a identidade e a diferença.

Confirma essa perspectiva o fato de que a possibilidade de haver uma reserva de vagas orientada pelo critério da renda não gerou tamanha celeuma por parte da população em geral ou mesmo por alguns intelectuais¹⁹, chegando, inclusive, a ser incentivada como uma saída possível para a reserva racial.

Ainda nesse contexto temático de debates, no final dos anos de 1980, uma pesquisa sobre racismo conduzida pela USP, cujos dados foram analisados por Lília Schwarcz, apontou resultados curiosos. Enquanto 97% dos entrevistados afirmaram não ter preconceito racial, 98% deles afirmaram conhecer pessoas próximas que tinham esse tipo de preconceito. Assim, para Schwarcz (1996), “[...] Todo brasileiro se sente como em uma ilha de democracia racial, cercado de racistas por todos os lados” (p. 155)²⁰.

Vemos, então, que, para além de uma política pública, a vertente racial das Ações Afirmativas tem caracterizado um importante convite à população, que, a nosso ver, apresenta uma dupla orientação: a primeira delas seria de se perceber, de fato, o problema racial no Brasil, forjado na cordialidade. A segunda, de conceber esse problema para além do fato de que a escravidão foi um período trágico em nossa história e apenas isso. O convite, então, seria para se pensar as relações raciais de uma perspectiva crítica, propositiva e desvinculada do conservadorismo social.

Ao remontar a história, desde o início dos anos 2000, diversos pesquisadores de todas as partes do país empreenderam esforços em analisar a vertente de cotas das Ações Afirmativas e as relações raciais desenvolvidas no país, seja para defendê-la ou para refutá-la; fato que perdura em momentos mais recentes, mesmo após a determinação de constitucionalidade da política de cotas pelo STF. Essa situação, especialmente no campo da mídia, apontou, não raras vezes, para um binarismo argumentativo e posicionamentos apaixonados: um debate centrado em torno dos contrários e dos favoráveis à política de cotas, fato que, naturalmente, foi refletido na população em geral. Contudo, no contexto do desacordo de opiniões, pesquisas que se dedicaram a observar os enquadramentos argumentativos divulgados na mídia relataram um maior número de posicionamentos contrários às cotas, como já demonstrado por trabalhos como o do já citado Observatório Brasileiro de Mídia, em parceria com o CEERT, além de outros, como o de Moya e Silvério

¹⁹ Ver Fry (2008).

²⁰ SCHWARCZ, Lília Moritz. As teorias raciais, uma construção histórica de finais do século XIX: o contexto brasileiro. In: SCHWARCZ, LÍLIA MORITZ & QUEIROZ, RENATO DA SILVA (Orgs.). *Raça e diversidade* (p. 147-185). São Paulo: Edusp, 1996.

(2009)²¹. Até mesmo em artigos científicos, livros, dissertações e teses de pesquisadores de universidades brasileiras foi possível perceber polaridades entre os “contra” e os “a favor” das cotas raciais. Importa ressaltar que, no contexto acadêmico, entretanto, foi possível verificar análises sobre a evolução dessa medida ao longo dos anos, bem como a importância (ou a ausência de importância, para outros) da política de cotas associada a uma reflexão mais ampla sobre a discriminação histórica sofrida pela população negra em nosso país. Nesse sentido, concordamos com Jesus (2011, p. 18), ao afirmar que “[...] por trás dos posicionamentos rápidos e objetivos, contra ou a favor, se escondem elementos muito complexos e profundos que não se revelam nos posicionamentos dicotômicos”.

É de nosso conhecimento que discorrer sobre as cotas raciais impõe ao pesquisador que deseja compreender o tema de uma perspectiva mais ampla a necessidade de traçar um percurso histórico sobre relações raciais no Brasil. Estamos cientes, ainda, de que esse percurso já foi realizado por diversos pesquisadores das Ciências Sociais, Antropologia, Direito e inclusive da Linguística, como pode ser observado pelos trabalhos de Fabi Jesus²² (2008) e André Ricardo Nunes Martins²³ (2004), dentre outros. Entretanto, é objetivo desse capítulo remontar esse percurso para o nosso campo de estudo, a Análise do Discurso, apesar de não ser o intuito dessa dissertação uma revisão historiográfica minuciosa do Brasil até a Primeira República. Entendemos, pois, que é por meio dessa imersão na história que se faz possível uma análise das imagens do outro empreendidas no e pelo discurso sobre as cotas raciais nas universidades e os projetos de persuasão arquitetados para esse fim. Em outras palavras, esse percurso se justifica por crermos ser este o caminho mais viável e seguro para percebermos com mais nitidez as vozes históricas presentes na argumentação dos textos que compõem o nosso *corpus*, quando faremos, em capítulo posterior, o uso mais específico do quadro epistemológico da Análise do Discurso em sua vertente argumentativa.

Ainda sobre o binarismo conceitual com que a questão das cotas foi abordada durante os seus dez anos de implementação em universidades públicas, concordamos com Pereira (2011, p. 17), que afirma que

²¹ Ver MOYA, Thais Santos, SILVÉRIO, Valter Roberto. Ação afirmativa e raça no Brasil contemporâneo: um debate sobre a redefinição simbólica da nação. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 12, n. 2, p. 235-250, jul./dez. 2009.

²² “... Quem é negro no Brasil?” Uma análise discursiva de artigos que versam sobre a adoção de “cotas” em universidades públicas. Dissertação em Linguística, UNICAMP.

²³ A polêmica construída - racismo e discurso da imprensa sobre a política de cotas para negros. Tese em linguística, UNB.

[...] as diferenças entre os que impulsionam e os que se opõem às cotas raciais não são desprezíveis e é o reflexo de um conflito complexo e multifacetado, que envolve fundamentalmente a distribuição social de um bem desejado, neste caso o acesso à universidade, mas com repercussão em vários campos da vida social. Este tema polêmico envolve questões cruciais para a sociedade brasileira, tais como as relações entre a universidade pública e a sociedade, a formação da elite brasileira, as mazelas do passado escravocrata, a ideologia da democracia racial brasileira, a questão da distribuição de renda e, talvez mais importante, pensar o projeto brasileiro enquanto nação.

Nesse sentido, reiteramos a proposta desse capítulo, que é a de resgatarmos estudos sobre a construção da identidade nacional brasileira, abordando conceitos como os de raça e racismo, para, então, envolver esse percurso em torno das cotas raciais, uma vertente das políticas de Ação Afirmativa. Soma-se a esse fato a importância de retomar o processo histórico para ampliar nossa compreensão sobre os mecanismos que explicam e resultaram na disparidade social entre negros e brancos, levando, assim, ao entendimento de possíveis razões para as atuais políticas de reparação e os antagonismos argumentativos que discutimos nesse trabalho.

2.1.1 A busca pela identidade: uma nação idealizada

As demandas relativas a um projeto de nação do ponto de vista racial não são recentes, como é possível perceber ao analisarmos a história do país. Para que um sonho de progresso espelhado em nações europeias pudesse ser alcançado, a elite brasileira do séc. XIX e do séc. XX passou a formular diversas manobras para contornar um iminente problema sociorracial que o fim da escravidão pareceu criar.

O nosso empreendimento na busca e na análise de pesquisas feitas por autores que se debruçaram no exame das relações raciais nos momentos finais do regime escravista e na primeira república no Brasil, como Ortiz (1994), Munanga (2004), Azevedo (2008), Nóbrega e Daflon (2009), Jesus (2011), entre outros, fez com que entendêssemos os motivos que levam à proposição de cotas por lideranças governamentais (tanto no plano internacional como no nacional): a insistência na reprodução de querelas sociais, notadamente aquelas relacionadas à exploração de um grupo sobre o outro, e que permanecem sem solução. As mazelas raciais presentes nas relações entre os sujeitos possuem raízes profundas, que foram sendo consolidadas ao longo do tempo. Na composição desse quadro, verifica-se que Ação Afirmativa não se trata de assunto novo, mas revisitado e adaptado aos moldes brasileiros. Assim, as perspectivas dos autores citados acima, assim como as de outros pesquisadores, que abalizaram o percurso histórico que faremos a seguir, apontaram que os problemas raciais que

hoje percebemos no Brasil, escamoteados tantas vezes pelo véu superficial do fenômeno de classe, são fruto de equívocos na condução de políticas sociorraciais desde os primeiros passos da nação. Outra conclusão a que a análise de pesquisas sobre o histórico das relações raciais nos conduziu foi a de que a problemática racial desenvolvida e aclimatada no Brasil tem na educação e no discurso suas principais ferramentas de manutenção. Vejamos agora uma breve síntese do pensamento de alguns teóricos brasileiros sobre a questão racial após o período escravista em relação à identidade da nação brasileira que começava a despontar, para, assim, verificarmos em que medida essas vozes ecoam em nossa análise dos artigos de opinião.

2.1.2 As teorias racialistas do século XIX e o não lugar do mestiço

As breves considerações que faremos a seguir sobre o pensamento de precursores das Ciências Sociais no Brasil tais como Sílvio Romero, Nina Rodrigues e Euclides da Cunha, são de suma importância para a compreensão de argumentos contemporâneos sobre a questão racial, principalmente no que toca ao disputado conceito de raça. Para Ortiz (1994), a posição de precursores dada a esses autores se deve ao fato de os seus discursos terem possibilitado o desenvolvimento de escolas de pensamento posteriores, como a escola da Antropologia brasileira. Assim, nas palavras de Ortiz (1994, p. 14) “Sílvio Romero, Nina Rodrigues e Euclides da Cunha podem ser tomados como produtores de um discurso paradigmático do período em que escrevem”. Veremos, então, que esses e outros autores sugerem perspectivas de representações sobre a questão do negro que repercutiram (e muitas vezes ainda repercutem) fortemente em nosso conceito de nação, ainda que de forma ressignificada por efeito do tempo. Nesse sentido, concordamos com a perspectiva de Chartier (1990, p 17), para quem as representações

[...] não são discursos neutros: produzem estratégias e práticas tendentes a impor uma autoridade, uma deferência, e mesmo a legitimar escolhas. Ora, é certo que elas colocam-se no campo da concorrência e da luta. Nas lutas de representações tenta-se impor a outro ou ao mesmo grupo sua concepção de mundo social: conflitos que são tão importantes quanto às lutas econômicas; são tão decisivos quanto menos imediatamente materiais.

Vejamos, então, pontos importantes da produção discursiva desses autores das Ciências Sociais como forma de contextualizar e favorecer a compreensão do desdobramento de suas ideias no pensamento sobre as relações raciais contemporâneas.

Após abolição da escravidão e a proclamação da república, em 1888 e 1889, respectivamente, a dúvida sobre o que fazer com o negro liberto tornou-se um problema no cenário brasileiro no que diz respeito ao desenvolvimento da nação, como aponta Azevedo (2004). Nesse contexto, para a criação da almejada “nacionalidade” brasileira

[...] era preciso que se forjasse uma população plenamente identificada com a ideia de pátria, de sociedade brasileira, não só em termos de limites geográficos como principalmente no sentido de uma ética nacional. Contudo, a percepção de uma explosiva heterogenia sociorracial destacava-se como um considerável entrave no pensamento daqueles que almejavam transformar o país recém-independente em nação (AZEVEDO, 2004, p. 51).

Com o objetivo de buscar soluções para a herança racial que os negros deixariam, diversos intelectuais procuraram na chamada ciência europeia, enredada pelo determinismo biológico, possíveis soluções para a identidade racial brasileira. Nesse contexto, Azevedo (2004) relembra que “[...] a ideia da inferioridade dos africanos, vista até então em termos do seu ‘paganismo’ e ‘barbarismo’ cultural, começou a ser revestida por sofisticadas teorias raciais, impressas com o selo prestigioso das ciências” (p. 52). Foi em decorrência da disparidade racial entre brancos e não brancos que surgiu a importância do imigrante europeu e a ambiguidade de pontos de vista sobre o brasileiro mestiço para a nascente identidade brasileira. Na perspectiva de escritores do séc. XIX, muito mais do que uma realidade concreta, o mestiço, imaginado de forma imprecisa devido às diferentes perspectivas dos teóricos da época, representa uma categoria de sujeitos através da qual uma necessidade social se exprime (ORTIZ, 1994).

Nesse contexto, influenciados por teorias em voga no cenário europeu, como o darwinismo social, o evolucionismo e o positivismo, o pensamento de que o Brasil representava uma degeneração biológica em relação à Europa era vigente entre os pensadores de teorias racialistas. Para Sílvio Romero (1851-1914), por exemplo, “[...] todo brasileiro é um mestiço, quando não no sangue, nas ideias” (ROMERO, [19?], p. 2). Contudo, no pensamento de Romero, essa referida mestiçagem não levaria a uma nação de mulatos, pois, conforme explica Munanga (2008), no processo da mestiçagem ocorreria uma seleção natural em que prevaleceria o tipo mais numeroso, que, para Romero, seria o branco. Este fato seria devido à intensificação da imigração europeia, ao extermínio de índios e ao fim do tráfico negreiro (MUNANGA, 2008). Assim, vemos que Sílvio Romero admitia a mestiçagem, porém, apenas como uma transição da qual nasceria um povo tipicamente brasileiro, mas homogêneo em caracteres brancos. Romero destacava, ainda, que “[...] o desaparecimento total do índio, do negro e do mestiço poderia ocorrer, apenas, se toda a miscigenação futura

incluir um parceiro extremamente claro (senão branco)” (ROMERO, 1914 *apud* MUNANGA, 2008, p. 50).

Já Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906) vai na contramão de Romero sobre a questão do processo de miscigenação. Em sua obra *As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal do Brasil*, de 1894, a possibilidade de construção de um tipo brasileiro branco com base na fusão das três raças não é contemplada, já que os negros e os índios eram inferiores biologicamente, o que formaria um povo mestiço degradado. Dessa forma, há discordância entre os dois autores, já que aquele via a mestiçagem como transição. Além disso, Rodrigues destacava que a imigração europeia tinha predominância nas regiões mais ao sul do país, devido principalmente a questões climáticas, o que geraria uma distribuição desigual da população branca pelo território brasileiro. Sobre a questão da mestiçagem, afirmava Nina Rodrigues:

a julgar por certos fatos, a mistura entre as raças de homens muito dessemelhantes parece produzir um tipo sem valor, que não serve nem para o modo de viver da raça superior nem para o da raça inferior, que não presta enfim para gênero de vida algum [...] (RODRIGUES, 2011, p. 54)

Para Nina Rodrigues, uma vez que o mestiço era inferior, a criminalidade seria sua característica natural, resultado de condições climáticas e antropológicas da mistura racial que ocorria no Brasil.

Já Euclides da Cunha (1866-1909), autor de famosa obra intitulada *Os Sertões* (1902), promove um retorno da ideia de um tipo racial brasileiro que seria o resultado do intercurso dos grupos branco, indígena e negro. Entretanto, ao contrário de Sílvio Romero, que via no mestiço de caracteres brancos o tipo nacional brasileiro, Cunha defendia a existência de vários tipos de mestiços, o que seria devido à variedade racial. Mas, ainda assim, Cunha julgava o mestiço como um desequilibrado. Nas palavras do autor:

A mistura de raças mui diversas é, na maioria dos casos, prejudicial. Ante as conclusões do evolucionismo, ainda quando reaja sobre o produto o influxo de uma raça superior, despontam vivíssimos estigmas da inferior. A mestiçagem extremada é um retrocesso. O indo-europeu, o negro e o brasílio- guarani ou o tapuia exprimem estádios evolutivos que se fronteiam, e o cruzamento, sobre obliterar as qualidades preeminentes do primeiro, é um estimulante à revivescência dos atributos primitivos dos últimos. De sorte que o mestiço — traço de união entre as raças, breve existência individual em que se comprimem esforços seculares — é, quase sempre, um desequilibrado. Foville compara-os, de um modo geral, aos histéricos. Mas o desequilíbrio nervoso, em tal caso, é incurável: não há terapêutica para este embater de tendências antagonistas, de raças repentinamente aproximadas, fundidas num organismo isolado (CUNHA, 1984, p. 48).

Nesse aspecto, o mestiço, na concepção de Cunha, seria inconstante e de moralidade rudimentar, associado à possibilidade de fecundidade, desprovido da energia física relativa aos ascendentes inferiores e também sem a altitude intelectual dos ancestrais superiores (CUNHA, 1984). Para justificar a instabilidade do mestiço, Euclides da Cunha retoma a noção de hereditariedade inferior, como apontado por Nina Rodrigues, e opera uma distinção entre os sertanejos do interior e os mestiços do litoral. Nesse sentido, Jesus esclarece que

[...] enquanto os mestiços do litoral eram compostos por tipos heterogêneos, tanto na cor quanto na aparência física, "o sertanejo era antes de tudo, um forte. Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral". Dessa maneira, o autor mescla em um mesmo modelo, características físicas e morais, que se traduzem nas superstições, nos vícios e nas virtudes (2011, p. 39).

Para Munanga (2008), “Euclides previa, implicitamente, a aparição eventual de um produto homogêneo que seria alguma coisa mais próxima da mistura índio-branco” (p. 56). Assim, o autor via na imigração europeia uma solução para o caso do brasileiro, povo este que não poderia ser visto como nação em função da ausência de traços nacionais uniformes (MUNANGA, 2008).

Nas considerações dos três pensadores da identidade nacional destacados até aqui, há em comum a ideia de inferioridade dos não brancos, ainda que o conceito de mestiçagem apresente diferenças de abordagem em cada um deles. Mais intensamente no caso de Romero e Cunha, Munanga (2008) aponta que para esses autores a ideia de racismo foi desfeita, dada a miscigenação. Enquanto para Silvio Romero haveria um branqueamento progressivo da população, para Euclides da Cunha o mestiço do interior, o sertanejo, resultado do branco com o índio, seria uma possível solução para a ausência de caracteres raciais tipicamente brasileiros e similares ao modelo europeu.

A observação dos três autores aqui destacados revela que, apesar das *nuances* de perspectiva em relação ao mestiço, todos viam o elemento nacional não branco como inferior e depreciativo da nação que começava a se constituir. Jesus (2011, p. 36) relembra, ainda, o fato de que estes autores “(Sílvio Romero, Nina Rodrigues e Euclides da Cunha), por consequência, exerceram grande influência também nas políticas públicas, sobretudo as educacionais, colocadas em prática ao longo de toda a Primeira República Brasileira”.

Em posição divergente das teorias racialistas defendidas por pensadores em meados do séc. XIX, Alberto Torres e Manuel Bonfim tiveram perspectivas discordantes daquelas vigentes sobre a constituição racial do brasileiro. De acordo com Jesus (2011, p. 39),

as contribuições de ambos os autores, não acompanhavam a tendência geral da historiografia clássica brasileira, todavia, muito lentamente, vêm reverberando em produções mais recentes, que têm confrontado as visões ainda hegemônicas de que o negro foi um sujeito passivo como escravo e biologicamente inferior como cidadão.

Conforme Munanga (2008), para Alberto Torres (1865-1917) a diversidade racial não se constituiria num obstáculo à construção da identidade nacional do povo brasileiro. O conceito de nação defendido por Torres seria composto pela diversidade, tanto racial quanto cultural, e o problema estaria no impasse imaginado entre a realidade brasileira em relação às nações europeias, ocasionando alienação à realidade nacional (MUNANGA, 2008).

Já Manuel Bonfim (1861-1932) era um crítico do determinismo de sua época. Para o estudioso, os problemas econômicos e culturais do Brasil eram produto da colonização. Por essa razão, Bonfim teceu críticas à política brasileira pela postura de abandono aos escravizados e apontou a educação como saída viável para a construção da nação (MUNANGA, 2008). A perspectiva de Bonfim torna-se ainda mais inovadora em relação às teorias da época ao levarmos em consideração que ele não via a educação da população negra e indígena como forma de civilização desses povos. Nas palavras de Jesus:

a confiança na capacidade dos grupos subalternizados e da população negra de contribuir intelectual, material e politicamente para a construção de outra sociedade brasileira, capaz de extirpar a herança ibérica e suas influências degenerativas, diferenciava o autor de *Os males de origem* dos demais pensadores de sua época (2011 p. 40).

Outro teórico que teceu considerações sobre a questão racial do Brasil foi Francisco José de Oliveira Vianna (1883-1951), que, ao contrário de Alberto Torres e Manuel Bonfim, resgatava o imaginário de inferioridade do elemento não branco na sociedade. De acordo com Ortiz (1994), houve questionamentos das teorias racialistas já com o advento da primeira guerra mundial; entretanto, a influência deixada por tais ideologias foi tamanha que possibilitou que as ideias de Oliveira Viana, baseadas em teorias racistas de fins do séc. XIX, encontrassem guarida já na década de 1920. É o que comenta Jesus:

É interessante notar, por exemplo, como as teorias racialistas vigentes no final do século XIX e início do século XX no Brasil defendidas por Oliveira Vianna, durante primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945), estavam sintonizadas com as tendências nacionais e internacionais dominantes desta época. Dentre estas, destaca-se a tendência de anulação do elemento negro da historiografia do Brasil (com exceção dos episódios nitidamente vinculados a escravidão), que, de certo modo, cumpriam importante papel na sustentação e na legitimação de um sistema produtivo escravocrata, centrado no trabalho braçal da população africana e por seus descendentes escravizados. (JESUS, 2011, p. 30)

Segundo Munanga (2008), Viana defendia que os mestiços eram portadores de uma bastardia originária do elemento índio e negro, além de se relacionarem entre si com repúdio mútuo. Dessa forma, “[...] o mameluco se faz inimigo do índio, e o mulato desdenha e evita o negro” (MUNANGA, 2008, p. 62). Haveria, então, na concepção de Viana, uma tentativa do mestiço em obter uma posição de maior privilégio na sociedade, repelindo índios e negros, mas, por outro lado, sendo repudiado pelos brancos. Nas palavras de Oliveira Viana:

Essa classificação, porém, é provisória ou, melhor, ilusória. O mestiço, na sociedade colonial, é um desclassificado permanente. O branco superior, da alta classe, o repele. Como, por seu turno, ele foge das classes inferiores, a sua situação social é indefinida. Ele vive continuamente numa sorte de equilíbrio instável, sob a pressão constante de forças contraditórias. Daí a sua psicologia estranha e paradoxal. Essa humilhação social, a que o meio o submete, fere-o. Debaixo dessa ofensa constante, a sua irritabilidade se aviva, a sua sensibilidade se apura; crescem-lhe por igual prevenção, a desconfiança, a animosidade, o rancor. Fica, a princípio, irritável melindroso, suscetível. Torna-se, depois, arrogante, atrevido, insolente. Acaba agressivo, sarcástico, turbulento, rebelde. (VIANA, 2005, p.103)

Munanga (2008) relembra o fato de que Viana cria haver duas classes de mulato – o inferior e o superior; uma que se assemelharia mais detidamente ao fenótipo negro e outra, com maior semelhança com o fenótipo branco. Assim como Euclides da Cunha, Viana julgava os mestiços oriundos da mistura entre brancos e índios superiores aos mulatos, já que o mulato descendia de uma raça servil (MUNANGA, 2008). Contudo, assim como Nina Rodrigues, para Viana nenhum mestiço interessava à nação, o que era baseado na crença de que estes inevitavelmente herdariam as características físicas e morais das raças ditas inferiores. Assim, Munanga (2008), ao interpretar a concepção racial de Viana, aponta que todos os mestiços, fossem ditos superiores ou inferiores, seriam julgados por seu fenótipo. Em outras palavras, “as qualidades morais e intelectuais dos mestiços são definidas por sua aparência física mais ou menos negroide, mais ou menos caucasoide, isto é, a partir de seu grau de arianização” (MUNANGA, 2008, p. 68).

Finalmente, interessa notar, como relembra Jesus, a consonância do pensamento de Viana em relação à ordem mundial que se pretendia estabelecer:

Chama-nos a atenção, como bem destaca Ramos (1943, p. 408) que ‘[...] isso foi escrito em 1938, época do apogeu do nazi-fascismo no plano internacional e do estado-novíssimo no plano nacional’. Notadamente, houve coerência nas afirmações do autor, uma vez que “suas ideias não tinham significado científico, todavia político” (JESUS, 2011, p. 41).

Nesse sentido, cabe ressaltar o papel que as teorias raciais da Primeira República tiveram na desconstrução da identidade negra. Seja no aspecto estético ou cultural, o desenvolvimento de tais teorias favoreceu a crença em um paraíso racial brasileiro, pautado não na incorporação efetiva do negro na sociedade, mas na busca por torná-lo branco²⁴. Ao relacionar a situação racial do negro brasileiro à do negro norte-americano, vemos mais uma vez o pensamento de Viana sobre a naturalidade com que o branqueamento era desenvolvido no Brasil:

Não há perigo de que o problema negro venha a surgir no Brasil. Antes que pudesse surgir seria logo resolvido pelo amor. A miscigenação roubou o elemento negro de sua importância numérica, diluindo-o na população branca. Aqui o mulato, a começar da segunda geração, quer ser branco, e o homem branco (com raras exceções) acolhe-o, estima-o no seu meio. Como nos asseguram os etnógrafos, e como pode ser confirmado à primeira vista, a mistura de raças é facilitada pela prevalência do elemento superior. Por isso mesmo, mais cedo ou mais tarde, ela vai eliminar a raça negra daqui. É óbvio que isso já começa a ocorrer. Quando a imigração, que julgo ser a primeira necessidade do Brasil, aumentar, irá, pela inevitável mistura, acelerar o processo de seleção (SKIDMORE *apud* MUNANGA, 2008, p.75).

Como é possível perceber nas palavras de Viana, o autor julgava que o futuro resguardaria uma harmonia racial no país, sem desconsiderar, entretanto, que esta se daria tendo o elemento branco como padrão dominante, diluindo os caracteres negros. Cremos, então, que a herança sobre o pensamento da inferioridade dos não brancos, apregoado por intelectuais do fim do império, bem como o conceito de democracia racial, mais desenvolvido após os anos de 1930, resultou em forte barreira discursiva para o debate sobre o racismo e as relações raciais no Brasil, que despontava como nação. Vejamos agora outro fato relevante no que toca as relações raciais e econômicas desenvolvidas no Brasil: a imigração europeia.

²⁴ Para trazer um exemplo desse apagamento da identidade negra do ponto de vista estético e cultural, podemos citar uma propaganda de cosméticos veiculada no jornal "O Clarim D'Alvorada" em que se percebe a associação da estética negra a fatores negativos, sendo necessário buscar meios de se aproximar ao máximo do padrão estético branco para alcançar a beleza e a elegância:

"Uma invenção maravilhosa!... 'O cabelisador'. Alisa o cabelo o mais crespo sem dôr. Uma causa que até agora parecia impossível e que constituia o sonho dourado de milhares de pessoas, já é hoje uma realidade irrefutável. Quem teria jamais imaginado que seria possível alisar o cabelo, por mais crespo que fosse, tornando-o comprido e sedoso? Graças á maravilhosa invenção do nosso 'CABELISADOR', consegue-se, em conjuncto com duas "Pastas Mágicas", alisar todo e qualquer cabelo, por muito crespo que seja. Com o uso deste maravilhoso instrumento, os cabelos não só ficam infallivelmente lisos, mas também mais compridos. Quem não prefere ter uma cabelleira lisa, sedosa e bonita em vez de cabelos curtos e crespos? Qual a pessoa que não quer ser elegante e moderna? Pois o nosso "Cabelisador" alisa o cabelo o mais crespo sem dôr." (O Clarim D'Alvorada, São Paulo, 9 de junho de 1929). Só mais recentemente, dado à popularização das redes sociais, passou-se a verificar um número cada vez maior de pessoas interessadas em valorizar o cabelo crespo enquanto resgate da cultura e estética negra.

2.1.3 *Afinal, uma saída! A política de imigração europeia e a substituição da mão de obra negra*

Como temos observado até então, a produção discursiva da elite intelectual de fins do século XIX e início do século XX sobre a questão racial tem muito a dizer sobre um imaginário construído acerca de um determinado ser brasileiro e seu *modus vivendi* em relação às demais nações. Como esclarecem Nóbrega e Daflon (2009, p. 1):

a partir de um branco e de um negro simbólicos, local e historicamente situados, estabeleceu-se relacionalmente o lugar de cada trabalhador nessa sociedade, o que por sua vez exerceu influência sobre as possibilidades de inserção dos indivíduos no mercado de trabalho e no preenchimento de determinadas ocupações.

A situação de libertação do negro levou alguns pensadores a refletir sobre esse grupo pela perspectiva da substituição desta mão de obra pela do imigrante europeu, dando início, assim, ao que conhecemos como projeto imigrantista (AZEVEDO, 2008), vigente do final do séc. XIX ao início do XX, bem como ao ideal de embranquecimento da nação. Segundo Nóbrega e Daflon (2009), a transição da ordem escravocrata para a assalariada fez com que a introdução de imigrantes de origem europeia tornasse a organização social mais complexa, modificando o significado de nação em vigor até o fim do império. Nesse sentido, surge o projeto imigrantista, que teve como alvo as lavouras cafeeiras de São Paulo e grandes cidades em processo de industrialização. Tal iniciativa teve como base um modelo de sociedade em que a razão, a ciência positivista e o liberalismo econômico se mantinham como elementos pilares.

Mais ainda, o projeto imigrantista que se desenvolveu no Brasil não pretendia que europeus ocupassem lugares em que havia escassez de mão de obra, mas que substituísse o trabalho de ex-escravos em todos os setores. Destaca-se ainda, nesse período, um amálgama entre argumentos liberais e raciais, que em sua maioria defendiam a inferioridade da população negra, fazendo com que a imigração europeia fosse cada vez mais vislumbrada. É o que comenta Azevedo:

A associação entre os males da escravidão e a inferioridade racial do negro é explícita. A observação é importante porque de certo modo a historiografia atual continua a tratar o tema da transição do trabalho escravo para o trabalho livre sem se referir à questão racial subjacente e que em seu tempo teve um lugar privilegiado entre as motivações imigrantistas. Assim, tornou-se um lugar-comum pensar a escravidão como um regime irracional, por ser trabalho forçado, em contraposição à racionalidade do trabalho livre, racional, porque em liberdade (2008, p. 55).

Azevedo (2008) complementa, ainda, que a irracionalidade da escravidão não foi explicada apenas do ponto de vista do trabalho forçado, mas também por meio da inferioridade do negro que realizava tais trabalhos. Dessa forma, o projeto de nação foi arquitetado de forma a deixar à margem de seus planos a população não branca.

Somava-se a esse contexto histórico um imaginário de que a abolição seria a solução definitiva para os problemas provocados pelo regime escravocrata sem que houvesse a necessidade de políticas direcionadas ao negro livre – o que acabou por gerar uma hierarquização social possível de ser verificada até os dias de hoje²⁵. Nas palavras de Nóbrega e Daflon (2009): “dessa forma, foram deixados de lado os problemas de integração dos ex-escravos e acreditou-se que imediatamente após a abolição imperaria a ‘harmonia racial’ no Brasil” (NÓBREGA; DAFLON, 2009, p. 11). Por conseguinte, a opção pelo imigrante europeu tornou-se a via mais agradável aos olhos de reformadores do final do séc. XIX, em função da crença em estereótipos²⁶ que colocavam o negro como inapto ao trabalho intelectual. Pensava-se que tal característica era decorrente da inferioridade racial e cultural da população negra, em oposição à eficiência e superioridade do europeu. Nesse sentido, o imigrante europeu, visto como uma saída viável para o problema sociorracial que o país enfrentava após a escravidão, conferiu maior impulsividade às teorias raciológicas sobre as quais discorremos no tópico anterior. Tais conceitos, que buscavam o *status* prestigioso de ciência para confirmar a inferioridade intrínseca a negros e índios em relação ao branco, ofereceram mais força a teorias que vislumbrassem a chamada ideologia do branqueamento. Segundo Domingues, (2003):

O branqueamento é uma categoria analítica que vem sendo usada com mais de um sentido. Ora ele é visto como a interiorização dos modelos culturais brancos pelo segmento negro, implicando a perda do seu *ethos* de matriz africana; ora é definido como o processo de “clareamento” concreto da cor da pele da população brasileira, registrado, sobretudo, pelos censos oficiais e previsões estatísticas do final do século XIX e início do XX (DOMINGUES, 2003, p. 253).

Domingues (2003) esclarece, ainda, que o estatuto de ciência conferido ao ideal de branqueamento ocultava o racismo que trazia em sua essência, legitimando, então,

²⁵ Para maiores informações sobre as desigualdades entre brancos e negros em nossos dias quanto ao mercado de trabalho, escolaridade e outros setores, ver Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD Brasil: *Relatório de desenvolvimento humano - Brasil 2005*; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea: *Retrato das desigualdades de gênero e raça*- 4ª Ed., 2011; ou ainda Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE: Censo 2010.

²⁶ Segundo Amossy (2011) a estereotipagem tenta passar por reais representações culturais e, dessa forma, cristalizá-las no imaginário coletivo. A noção de estereótipo será desenvolvida no terceiro capítulo dessa dissertação, quando retomaremos o conceito com base em Amossy (2011).

políticas públicas que desamparavam ou excluíaam a população negra e que carregavam a aparência de imparcialidade (DOMINGUES, 2003; JESUS, 2011; NÓBREGA; DAFLON, 2009). Nesse contexto, as primeiras experiências de imigração em larga escala se deram com europeus de origem germânica, passando então para os italianos. Estes últimos eram figurados como mais maláveis ao relacionamento com o povo brasileiro e, portanto, bastante adequados às características do país. Alguns excertos retirados dos jornais *Correio da manhã* e *A província de São Paulo*, atual *O Estado de São Paulo*, demonstram essa referida preferência pelo imigrante europeu, ocorrida desde fins do séc. XIX e chegando a prevalecer até momentos bastante recentes da nossa história, em fins da década de 1950.

Na Figura 1, vê-se um trecho de um artigo de 1884 em que é relevante o uso do termo “problema” para se referir à substituição do braço escravo. Já o termo “escravidão” parece simbolizar uma metonímia para “negro”, dado que se pensava poder extirpar o negro da sociedade após sucessivas relações com povos brancos; ademais, demonstra-se que a “chaga da escravidão” não parece ser uma questão a ser resolvida de modo a inserir o povo negro no mercado de trabalho ou na perspectiva de reeducação da população em geral sobre a inclusão do grupo liberto na sociedade. Em contrapartida, a cautela para que se estendessem incentivos econômicos para que o imigrante europeu se estabelecesse no país é bastante presente no trecho destacado:

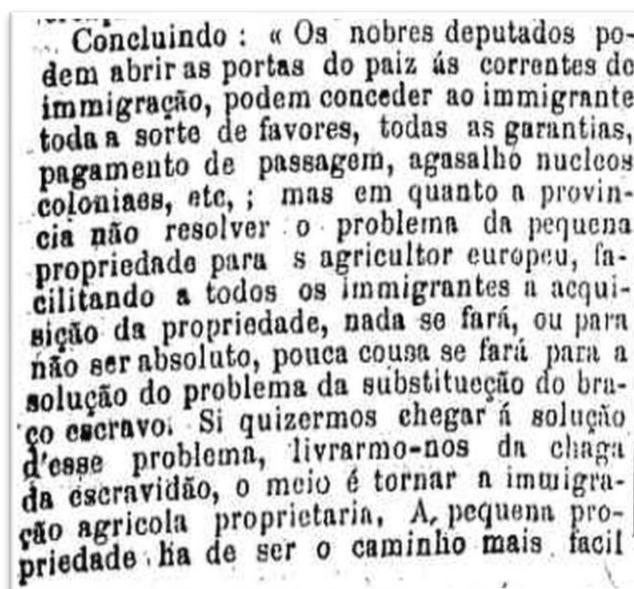


Figura 1: trecho do jornal *A província de São Paulo* – 15 de fevereiro de 1884²⁷.

²⁷ Proposta do Conselheiro Antônio Prado para o “problema da substituição do braço escravo”. Sessão ordinária da Assembleia Provincial de São Paulo em 14 de fevereiro de 1884. Imagem cedida por Gustavo Barreto.

Já nas Figuras 2 e 3 a seguir, é possível notar que a busca por imigrantes perdurou ainda por muitos anos. Ambos os artigos são do ano de 1959 – já em meados do séc. XX:

O Brasil precisa de imigrantes e muito principalmente de imigrantes europeus. Não se trata de racismo. O europeu tem muito mais afinidade com o brasileiro do que o asiático oriental. É cristão como nós e quase sempre católico. Fala o mesmo idioma ou um idioma muito mais semelhante ao nosso do que qualquer idioma asiático. Deixa-se assimilar muito mais facilmente. Os rapazes não mandam buscar noivas na Itália, Espanha, Portugal, Alemanha ou Hungria como os japoneses têm o péssimo vício de fazê-lo. Ora, não somos racistas. Mas não queremos quistos.

O Brasil precisa muito de imigrantes. Seria muito bom se recebesse mais de 100 mil anualmente. Deve preferir imigrantes europeus.

Pimentel Gomes

Figura 2: trecho do artigo de Pimentel Gomes intitulado “Imigrantes”. *Jornal Correio da manhã* - 29 de abril de 1959²⁸.

Disponível em: <http://midiacidada.org/deputado-propoe-solucao-definitiva-para-resolver-o-problema-da-substituicao-do-braco-escravo-tornar-o-europeu-um-proprietario-agricola/>. Acesso em 20 de fevereiro de 2015.

²⁸ Disponível em: <http://memoria.bn.br/>

Tambem conversamos um pouco sôbre as imigrações. Os estrangeiros cõntinuam a chegar ao Brasil, anualmente, às dezenas de milhares. Há a imigração espontânea e a dirigida ou subvencionada. Nesta última, recebe mais imigrantes o país que mais gasta. Infelizmente, as verbas brasileiras são pequenas. É lastimável, pois se trata de uma imigração muito útil ao Brasil. Em 1952, o Brasil recebeu 9.784 imigrantes subvencionados, imigrantes da ICEM (“Intergovernmental Committee for European Migration”). Em 1953, 12.718; em 1954, 16.353; em 1955, 8.920; em 1956, 5.977; em 1957, 11.283; em 1958, aproximadamente, 7.085; em 1959, talvez cheguem ao Brasil 9.380 imigrantes subvencionados. Não é muito. Poderia e deveria ser muito mais, pois se trata de gente muito boa, quase sempre de técnicos indispensáveis à indústria.

Figura 3: trecho do artigo de Pimentel Gomes intitulado “Colônias e imigrantes”. *Jornal Correio da manhã*- 9 de junho de 1959²⁹.

Na Figura 2, conclusão do artigo intitulado Imigrantes, a valorização do europeu pode ser averiguada por meio da adjetivação positiva endereçada a esse grupo em comparação ao asiático. Nota-se também o medo de que o país fizesse a opção por incentivar a vinda de orientais ao Brasil em detrimento de europeus. Isso porque, quando se aproximava o fim da escravidão, tentava-se abafar quaisquer tentativas pelo imigrante chinês, já que este também era considerado de raça inferior, além de demonstrar incapacidade de assimilação cultural, na visão dos defensores da imigração europeia (AZEVEDO, 2008). Também é possível perceber uma determinada repulsa pela terminologia “racismo”, dado que o autor se justifica dizendo que a sua preferência não seria um caso de racismo, mas sim de afinidade do povo europeu com o brasileiro, somado ao fato de não se querer “quistos³⁰”. Já na Figura 3, artigo do

²⁹ Disponível em:
<http://memoria.bn.br/>

³⁰ Em biologia, o termo quisto tem equivalência ao termo cisto, ou seja, o acúmulo de substância mole incrustada em um órgão ou tecido (HOUAISS, 2009). No contexto do projeto imigrantista brasileiro, quisto étnico ou racial era uma referência a núcleos de imigrantes resistentes à assimilação cultural e linguística; medidas contra a formação de quistos foram operadas no Estado Novo. Interessante notar que tais agrupamentos ou quistos foram formados não só por japoneses, mas também por outros povos de origem europeia, como alemães e italianos, os quais, contudo, não eram atingidos pela campanha contra a formação de quistos étnicos. Ver: GERALDO, Endrica. O combate contra os “quistos étnicos”: identidade, assimilação e política imigratória no Estado Novo. *Locus: revista de história*, Juiz de Fora, v. 15, n. 1 p. 171-187, 2009.

mesmo autor e publicado no mesmo jornal, Gomes lastima os poucos recursos que o país destinava ao imigrante europeu. Assim, por serem indispensáveis ao desenvolvimento do país, mais recursos deveriam ser direcionados à população europeia para que se instalasse no Brasil.

Ainda de uma perspectiva econômica, a preferência pela mão de obra branca europeia em detrimento do negro liberto da escravidão, regime que durara mais de três séculos, Nóbrega e Daflon (2009) esclarecem que houve campanhas de desqualificação da mão de obra negra, de maneira que a esse grupo fosse dificultada a promoção de sua própria ascendência social:

a exemplo das indústrias paulistas na década de 1920, que segundo dados estatísticos coletados por Andrews (1991) aplicavam barreiras de forma absoluta e sem exceções para a ascensão dos negros de ocupações de colarinho azul para aquelas de colarinho branco. Mesmo os empregos industriais eram quase que exclusivamente reservados para trabalhadores brancos europeus. (NÓBREGA; DAFLON, 2009, p. 18).

Dessa forma, a crença no racismo científico e as barreiras impostas por essa ideologia fizeram com que os não brancos fossem relegados ao discurso meritocrático se quisessem se aproximar de posições sociais em que eram preteridos.

Os anos que se seguiram ao de 1930 foram de muita importância nos campos político e social, tornando obsoletas as políticas raciológicas desenvolvidas até então e trazendo a necessidade de uma nova leitura do Brasil (ORTIZ, 1994). É nesse contexto que o pensamento de Gilberto Freyre adquire importância, deslocando o conceito de raça para o de cultura, conforme Munanga (2008). É sobre essa mudança de perspectiva operada no imaginário racial de construção da nação que iremos discorrer a seguir.

2.1.4 Um problema já superado? A aclimatação do racismo cordial

Brasil
Meu Brasil brasileiro
Meu mulato inzoneiro
Vou cantar-te nos meus versos
 [...]

Brasil
Terra boa e gostosa
Da morena sestrosa
De olhar indiferente
 (BARROSO, 1939)

O Brazil não conhece o Brasil
O Brasil nunca foi ao Brazil [...]
 (TAPAJÓS; BLANC, 1978)

A referida música de Ary Barroso é conhecida internacionalmente por descrever características idealizadas do Brasil de forma poética. Ressalta elementos da natureza e valores cultivados como caros ao imaginário nacional, entre os quais se incluem a constituição racial do país e os estereótipos a ela associados. O mulato e a mulata, termos pejorativos para se referir à mistura do negro com o branco, são retratados por palavras de campo semântico semelhante, inzoneiro (mexeriqueiro, sonso, manhoso) e sestrosa³¹ (que também se refere a manhoso, porém numa conotação voltada para a sensualidade). Como veremos adiante, a perspectiva que exalta elementos da cultura brasileira ressignifica o mestiço e o traz como símbolo de brasilidade, diferente das primeiras teorias do início do século. Já em *Querelas do Brasil*, há um deslocamento da percepção do país como um local idílico para uma nação que não se conhece, perspectiva que começou a ganhar força crítica apenas em momentos mais recentes, no séc. XXI.

Foi com a obra *Casa Grande e Senzala* (1933), ao lado de *Sobrados e Mucambos* (1936), ambas de Gilberto Freyre (1900-1987), que o conceito de mestiçagem, antes ambíguo nas teorias raciais da virada do século, adquiriu nova perspectiva – de degeneração da população ou passagem para um povo branco, passou a símbolo de brasilidade. Entretanto, como nota Ortiz (1994), não há ruptura do pensamento de Freyre com relação a Sílvio Romero; antes sim, existe uma reinterpretação da questão racial de pensadores do séc. XIX – reinterpretação esta que permanece no imaginário social até os dias de hoje.

Freyre deixa de lado a construção racial como categoria científica para atingir o conceito de culturalismo, do norteamericano Franz Boas. Assim, o dano irremediável que as

³¹ Dicionário Caldas Aulete 5ª edição, 1964.

teorias ditas científicas atribuíam ao mestiço e à nação que o compreendia, como verificado em Nina Rodrigues, Oliveira Vianna e outros, no pensamento de Freyre ganha outro contorno: o elemento mestiço mantém a centralidade na discussão, porém, agora, de um ponto de vista que o enaltece como símbolo do nacional:

A ideologia da mestiçagem, que estava aprisionada nas ambiguidades das teorias racistas, ao ser reelaborada pode difundir-se socialmente e se tornar senso comum, ritualmente celebrado nas relações do cotidiano, ou nos grandes eventos como o carnaval e o futebol. O que era mestiço torna-se nacional (ORTIZ, 1994, p. 41).

Nesse contexto, a miscigenação foi responsável por diminuir a distância entre a casa a grande e a senzala; esse processo, na visão de Freyre, se deu pela aproximação sexual das escravas negras e as índias com os senhores brancos, de forma harmoniosa. Na perspectiva do equilíbrio de relacionamentos que Freyre advoga, contudo, não é levada em conta a assimetria de poder entre os senhores e as escravas, criando uma imagem de que a escravidão no Brasil foi forjada em bases de tolerância e convivência em relação a outros países que adotaram o mesmo sistema.

Na perspectiva da identidade nacional, Ortiz (1994) vê que as obras de Freyre tiram o país da angústia de sua própria indefinição enquanto povo: “ao retrabalhar a problemática da cultura brasileira, Gilberto Freyre oferece ao brasileiro uma carteira de identidade” (p. 42).

É da ideia de uma dupla mistura, biológica e cultural, que começa a nascer o **mito da democracia racial**, que concebe o povo brasileiro como ausente de preconceitos de ordem racial, imaginário fundado na relação entre brancos, negros e índios. Essa harmonia reinante entre as três raças foi o legado marcante da obra de Freyre e ainda perdura no imaginário nacional. Dessa forma, pensa-se, *grosso modo*, que no Brasil não haveria barreiras para a ascensão da população negra e que as oportunidades seriam as mesmas para todos, bastando o esforço de cada indivíduo para o alcance de objetivos. Tal concepção tornou-se um severo obstáculo para o debate sobre as relações raciais no Brasil, vistas tantas vezes como tabu, já que para se argumentar sobre a posição do negro e do índio na sociedade seria preciso passar pelo questionamento do mestiço enquanto sustentáculo da idealizada harmonia racial brasileira. Nas palavras de Munanga (2008, p. 15): “apesar de o processo de branqueamento físico da sociedade ter fracassado, seu ideal inculcado através de mecanismos psicológicos ficou intacto no inconsciente coletivo brasileiro”.

Nesse sentido, é ainda Munanga (2006) que aponta para uma categorização da noção de racismo, a saber, o “racismo universalista” e o “racismo diferencialista”. Para o autor, no Brasil se desenvolveu o racismo universalista, que não se opõe à mestiçagem – ao contrário, tem nela uma forma de neutralizar a diferença dos povos negros no país. Já o racismo diferencialista teria encontrado guarida em outras nações do globo, que se oporiam à mestiçagem³².

Guimarães (1995) nota que a ideia de mestiçagem não apenas apetece aos moldes de uma identidade nacional, como ainda parece servir como argumento de que a sociedade brasileira não seria racista. Nas palavras do autor:

Qualquer estudo sobre o racismo no Brasil deve começar por notar que o racismo no Brasil é um tabu. De fato, os brasileiros se imaginam numa democracia racial. Essa é uma fonte de orgulho nacional, e serve, no nosso confronto/comparação com outras nações, como prova incontestada de nosso status de povo civilizado (GUIMARÃES, 1995, p. 26).

Eis, então, o maior ponto de conflito, na atualidade, entre aqueles que julgam não haver necessidade de uma política destinada ao segmento negro da população e aqueles que defendem a proposição da medida. Quando são aglutinadas as manifestações de cor e as relações nelas desenvolvidas no discurso do nacional por excelência, as políticas raciais parecem perder o sentido; muitos passam a questionar quem é negro no Brasil, desconsiderando-se, assim, todo o processo histórico de construção dessas identidades. A nação brasileira, então, figura-se sem racismo por não apresentar uma forma genocida explícita³³ ou de segregação, como se pode perceber em países como Estados Unidos ou África do Sul.

Ainda no contexto histórico das relações raciais no cenário brasileiro, com o fim da Segunda Guerra Mundial, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) patrocinou uma série de pesquisas sobre as relações raciais no Brasil, o que ficou denominado “Projeto UNESCO”. O projeto, desenvolvido entre 1951 e 1952,

³² Moya e Silvério (2009) alertam para a diferença entre as terminologias mestiçagem e miscigenação, não raras vezes tomadas como sinônimas. Segundo os autores, a miscigenação seria um conceito biológico, ligada à mistura genética dos povos. Já a mestiçagem seria de base cultural, mais abrangente que a noção de miscigenação e ligada a elementos constituintes do Estado-nação. Ver Moya e Silvério (2009).

³³ Com a crescente popularização das redes sociais, o racismo brasileiro começa a perder o *status* de ameno, escondido, para se mostrar de forma mais explícita. Todos os dias, páginas de combate ao racismo divulgam no *Facebook* e em outras mídias sociais notícias, *tweets* e comentários de cunho racista dirigidos a pessoas negras, sejam anônimas ou famosas. No ano de 2015, os comentários racistas de internautas dirigidos a personalidades famosas de uma grande rede de televisão receberam destaque na mídia e nas conversas cotidianas.

contou com pesquisas para entender a harmonia racial desenvolvida no país. Segundo Maio (1999, p.143):

A "opção Brasil" guarda íntima relação com o contexto internacional da época. Após os resultados catastróficos da Segunda Guerra Mundial, a Unesco foi criada tendo como um de seus principais objetivos tornar inteligível o conflito internacional e sua consequência mais perversa, o Holocausto. A persistência do racismo, especialmente nos EUA e África do Sul, o surgimento da Guerra Fria e o processo de descolonização africana e asiática mantiveram a atualidade da questão racial. A Unesco, em perspectiva igualitária e universalista, estimulou a produção de conhecimento científico a respeito do racismo, abordando as motivações, os efeitos e as possíveis formas de superação do fenômeno.

Inicialmente, as pesquisas do projeto contemplariam unicamente a Bahia; contudo, ela foi ampliada posteriormente para São Paulo, Rio de Janeiro e Recife. A hipótese inicial era a de encontrar no Brasil a chave para eliminar os conflitos raciais no cenário mundial, o que não foi atingido da forma que se imaginava:

[...] na esperança de encontrar a chave para a superação das mazelas raciais vividas em diversos contextos internacionais, a agência intergovernamental teria acabado por se ver diante de um conjunto de dados sistematizados sobre a existência do preconceito e da discriminação racial no Brasil (MAIO, 1999, p. 151).

Florestan Fernandes, um dos pesquisadores de grande destaque envolvido no Projeto UNESCO, prefacia, no início dos anos de 1960, o livro *Cor e mobilidade social em Florianópolis*, escrito por Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni, fruto do desdobramento do Projeto para o Sul do Brasil. Fernandes é categórico ao afirmar a inexistência de uma democracia racial efetiva no Brasil. Para ele, essa referida democracia satisfaria a coexistência em um mesmo espaço social, disfarçando a desigualdade (JESUS, 2011). Em outro momento, Fernandes afirma que o problema racial brasileiro, na verdade, é fruto da absorção precária da população negra no mercado de trabalho, ficando este grupo relegado às margens, com o desemprego e o subemprego (FERNANDES, 1972). Em outras palavras, a manutenção de estereótipos e posições sociais subalternas, decorrentes da falta de debates e de políticas públicas para a população negra no período pós-escravidão, pode ter contribuído para uma naturalização de papéis sociais de menor expressão social aos pretos e pardos, mesmo em nossos dias.

Vemos ainda que a crença numa democracia racial poderia ter favorecido a imagem, na atualidade, de que raça seria um termo relacionado apenas ao contexto biológico. Ora, é bem verdade que a distinção dos seres humanos em raças e a hierarquia envolvida

nesse conceito já foram invalidadas. No entanto, essa mesma crença não considera as implicações sociais que a cor da pele implica como construto social. Ao tratar da temática das cotas raciais em universidades públicas, Schwartzman (2008), assim como Fry (2008), por exemplo, não considera a questão histórica das relações raciais no Brasil como sintomáticas das desigualdades entre negros e brancos na contemporaneidade. Na mesma perspectiva, o jornalista Ali Kamel lançou uma obra durante o debate sobre as cotas defendendo a tese de que o racismo é algo já superado no Brasil, o que torna a adoção de cotas um equívoco que tornaria vivo o racismo em nosso país.

Nota-se, portanto, que a questão do racismo no Brasil, a despeito de todas as pesquisas acadêmicas comprometidas com a situação do negro que vêm sendo desenvolvidas desde o Projeto UNESCO, ainda é um tema que desperta polêmica e, muitas vezes, negação. Uma possível razão para esse quadro talvez resida no fato de que aspectos da história, a exemplo dos destacados nessa pesquisa, geralmente não são trabalhados de forma detalhada e crítica nas escolas de educação básica³⁴. Os fatos ocorridos desde a abolição até os dias de hoje são tratados como uma mera sequência neutra de acontecimentos e, não raras vezes, temáticas relacionadas às relações raciais ficam delimitadas a datas especiais, como o dia da consciência negra e o dia do índio. Quando há um trabalho eficiente que problematize a abolição, as teorias racialistas e a imigração, ele normalmente fica restrito às aulas de história ou literatura, acontecendo de forma pontual em determinadas escolas.

Passemos, agora, para um entendimento do contexto atual da política de cotas propriamente dita.

2.2 A adoção de Ações Afirmativas de recorte racial no ensino superior: uma arena de embates discursivos

A adoção das cotas raciais no âmbito de políticas de Ação Afirmativa tem sido um tema colocado na agenda nacional desde o início do séc. XXI em universidades públicas brasileiras. Foram dez anos de intenso debate dentro e fora das universidades – desde fins do ano de 2001, para então chegar-se à Lei nº 12.711, de agosto de 2012. Dentre as políticas de Ação Afirmativa, a reserva de cotas para candidatos autodeclarados pretos, pardos e indígenas

³⁴ Em 2003 foi promulgada a Lei nº 10.639, que institui obrigatoriedade do ensino sobre história e cultura afro-brasileira na educação básica. A referida lei foi alterada em 2008 (Lei 11.645) para incluir o ensino de história e cultura indígena. Contudo, pouco se tem feito nas escolas para a aplicação dessa Lei, que permanece não aplicada de forma efetiva em muitas escolas mesmo após 12 anos de sua primeira promulgação.

é a que gerou – e continua a gerar – maior debate e, muitas vezes, reprovação por diversos segmentos da sociedade.

Apesar de terem objetivos muito aproximados, Ação Afirmativa não é sinônimo de cota racial, conforme destacam pesquisadores comprometidos com a pesquisa sobre a temática étnico-racial (GOMES, 2004; MUNANGA, 2008; JESUS, 2011) e contrariando muito do que se convencionou pensar. As Ações Afirmativas, então, seriam uma denominação para uma série de políticas com vistas à melhoria das condições para algum grupo social marginalizado, sendo as cotas raciais uma das iniciativas possíveis de Ação Afirmativa. É também característica dessa política ser transitória e emergencial, ou seja, sua continuidade ou interrupção é determinada por uma avaliação que considera se houve ou não mudança na situação de discriminação que a motiva. É nesse sentido que Joaquim Barbosa Gomes traça uma definição para Ação Afirmativa:

[...] um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero, por deficiência física e de origem nacional, bem como para corrigir ou mitigar os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego (GOMES, 2007, p. 55).

O jurista afirma, ainda, que, diferentemente de políticas públicas de caráter proibitivo ou punitivo da discriminação, as Ações Afirmativas têm caráter multifacetário e visam evitar a discriminação que se opera por mecanismos difusos, naturalizados, enraizados no imaginário coletivo (GOMES, 2007). É, portanto, uma medida para prevenção e reparação de efeitos discriminatórios. Outro elemento que se deve destacar no conceito de Ações Afirmativas e de cotas raciais é a modificação de perspectiva no universo de crenças dos sujeitos, moldado por costumes e pela história; além de possibilitar acesso a condições materiais e espaços de poder à população negra e indígena. Isso porque, embora manifestações claras de racismo sejam repudiadas por uma parcela considerável da população brasileira, as manifestações naturalizadas da discriminação do passado ainda se reproduzem e não são detectadas com facilidade. Afirma Gomes (2007, p. 58),

[...] o efeito mais visível dessas políticas, além do estabelecimento da diversidade e representatividade propriamente ditas, é o de eliminar as “barreiras artificiais e invisíveis” que emperram o avanço de negros e mulheres, independentemente da existência ou não de política oficial tendente a subalternizá-los.

Assim, ainda que o conceito de raças inferiores e superiores, em voga até o início do séc. XX, tenha sido abandonado em sua perspectiva biológica, uma maior representatividade de negros e indígenas em espaços de poder, além de constituir um direito, trabalharia de forma educativa para a eliminação do mito de inferiores e superiores remanescente em determinadas relações. Para exemplificar essas barreiras simbólicas, selecionamos alguns relatos de alunos cotistas da Universidade Federal do Paraná (UFPR), compilados no projeto Memórias dos cotistas raciais da UFPR, presentes no texto de Silveira (2012):

[...] Quando ainda era estagiária, um dia, ao sair da sala, o chão estava todo sujo devido a algumas obras. Deparei com uma mulher que pediu para que eu passasse a vassoura naqueles lixos do corredor. Fiquei calada e dei de costas, mas sabia ao que me comparava. O que me preocupou foi ver que todos identifiquem somente os negros como as pessoas que desempenham tais funções. Será que há um padrão de pessoa para cada qualificação ou, quem sabe, aquela senhora que me identificou com a faxineira tivesse uma conhecida que também trabalhava na limpeza e que era a minha cara³⁵? (SILVEIRA, 2012, p. 165).

Outro caso emblemático destacado por Silveira (2012) e que ilustra a permanência de racismo na crença dos sujeitos trata-se do relato de uma aluna do curso de ciências sociais:

Outro caso aconteceu no elevador, junto a pessoas que cursavam as mesmas disciplinas do primeiro semestre. Quando saí, a piada conclusiva: ‘eu fico brava é com a princesa Isabel que assinou a Lei Áurea, se não fosse ela, eu poderia ter calado a boca do fulano’- referindo-se a um colega negro que protagonizou uma discussão em sala de aula. Todos que estavam naquele espaço riram. Isso que acabo de escrever geralmente acontece em corredores, elevadores, cantina, com e para pessoas que acham graça. Em sala de aula não há esse tipo de observação ‘engraçada’, talvez por causa da punição que podem sofrer³⁶ [...] (SILVEIRA, 2012, p. 156).

As políticas de Ação Afirmativa não são elemento novo e vêm sendo utilizadas em vários países do globo, como Índia, Estados Unidos, África do Sul, Canadá, Inglaterra, Alemanha, entre outros. No caso brasileiro, tais políticas começam a ser debatidas no processo de redemocratização do país, quando grupos subalternizados passam a reivindicar direitos básicos de forma mais ampla, como aponta Moehlecke (2004, p. 758):

Foi somente nos anos de 1980, com a redemocratização do país, que o então deputado federal Abdias Nascimento formulou o primeiro projeto de lei propondo uma “ação compensatória” ao afro-brasileiro em diversas áreas da vida social como reparação pelos séculos de discriminação sofrida. O debate, restrito até então ao

³⁵ Júlia Conceição da Silva, ciências sociais, turma de 2005.

³⁶ Áurea Teixeira da Silva, ciências sociais, turma de 2005.

movimento negro e a alguns intelectuais, amplia-se a partir de meados dos anos de 1990. Em 1995, pela primeira vez, o presidente da República reconhece que o Brasil é sim um país racista e organiza um encontro, no ano seguinte, com o objetivo de pensar ações que modifiquem essa situação.

Em 2001, como já citamos, o governo brasileiro assumiu publicamente o compromisso de um olhar apurado para a desigualdade racial, na 3ª Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, que aconteceu em Durban, na África do Sul. Em 2003, foi sancionada a Lei nº 10.639, que modificou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para que haja o ensino de história e cultura afro-brasileira na educação básica. Também em 2003 foi criada a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR, que possui *status* de ministério e busca articular políticas para a promoção da igualdade racial. Ainda no período pós-Durban, cotas foram adotadas em ministérios, fora do contexto universitário, como foi o caso do Ministério do Desenvolvimento Agrário, do Ministério do Trabalho e do Ministério da Justiça (GOMES, 2004).

Entretanto, foram as cotas raciais no ensino superior as que mais obtiveram destaque e descontentamento. A Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) foram precursoras no tocante às cotas raciais no país, chamando a atenção da imprensa e da população em geral. Em seguida, diversas outras universidades adotaram a reserva de vagas, como UNB, UNEB, UFPR, UFMA, entre outras. No caso de universidades como a UFMG, Unicamp e UFPE, foi adotado um sistema que privilegiava a pontuação adicional. A possibilidade de cada universidade optar pelo sistema de Ação Afirmativa que julgasse mais adequado vigorou até o ano de 2012, quando houve a implementação da Lei de Cotas para o vestibular 2013 nas universidades federais do país.

Apesar de o descontentamento com a política de cotas ter sido algo visível nos anos de sua implantação, a consulta a pesquisas sobre os primeiros anos de república no Brasil acabou por mostrar que a política não é algo novo, mesmo no contexto brasileiro; ainda que tenha recebido nomes diferentes ao longo da história. Nesse sentido, julgamos que o incentivo econômico voltado para o estabelecimento de imigrantes europeus no Brasil pode ser considerado uma cota. Em regiões do sul do país, por exemplo, houve a reserva de terras destinadas à compra exclusiva por descendentes diretos de alemães e alemães católicos. Na década de 1930, em decorrência do grande contingente de imigrantes e da preferência observada por tais trabalhadores, Getúlio Vargas promulgou a Lei de Nacionalização do

Trabalho, que determinava a presença de, no mínimo, dois terços de trabalhadores nacionais na indústria e no comércio brasileiro. Destacamos, ainda, a Lei do Boi, de 1968, que defendia a reserva de 50% das vagas a candidatos agricultores ou seus filhos em escolas agrícolas técnicas ou superiores – mais um exemplo de cota.

Passemos, agora, para a apreciação de alguns enquadramentos argumentativos sobre as cotas raciais mais recorrentes durante o recorte temporal que estabelecemos (2002 a 2012).

2.2.1 Disputas argumentativas: o conceito de raça

Dentre as disputas argumentativas geradas em torno da reserva de vagas em universidades, destacaremos, nessa parte da pesquisa, aquelas que relacionam a noção de raça, de classe social e de meritocracia, sobre as quais intentamos discorrer a seguir.

Para Fry e Maggie (2004), por exemplo, a adoção de Ações Afirmativas, notadamente na acepção de cotas, representaria um retrocesso, podendo gerar embates sociais e divisão nacional. A liberdade dos cidadãos também estaria ameaçada, já que estes teriam de se identificar como negros ou brancos:

o argumento de que as cotas acabarão incentivando animosidades “raciais” não pode ser facilmente descartado, porque a sua lógica é cristalina. Não se vence o racismo celebrando o conceito “raça”, sem o qual, evidentemente, o racismo não pode existir. Iniciativas de ação afirmativa oriundas da sociedade civil produzem consequências semelhantes para aquelas poucas pessoas envolvidas. Mas quando cotas raciais se tornam política de Estado, determinando a distribuição de bens e serviços públicos, ninguém escapa à obrigação de se submeter à classificação racial bipolar. O impacto sobre a sociedade como um todo não pode ser subestimado, portanto (FRY; MAGGIE, 2004, p. 77).

O ponto crucial na argumentação destes e de outros autores que viram na possibilidade de cotas um perigo à nação é a crença na inexistência do conceito de raça, o que, para nós, acaba por tocar no mito da democracia racial. Nesse sentido, ainda que a noção de raça como foi utilizada por teóricos do racismo científico tenha sido abandonada pela ciência contemporânea, quando pesquisadores das relações raciais utilizam tal conceito, eles o fazem considerando a noção de raça como uma construção social, histórica e política (GOMES, 2004). Assim, a concepção gira em torno do fenótipo e se sustenta pelo fato de que a sociedade ainda mantém atitudes discriminatórias com base na cor de pele.

De maneira geral, tanto se reforçou, nos dez anos de implementação de cotas, a inexistência do conceito de raça no sentido biológico, que tal alegação foi, aparentemente,

utilizada sem maiores reflexões, como argumento de autoridade, com *status* de ciência por carregar a imagem de neutro, exato. O estudo do genoma humano, encabeçado pelo professor Sérgio Danilo Pena, da UFMG, que visa comprovar a inexistência de raças do ponto de vista genético, foi amplamente revisitado como argumento para desacreditar a política de recorte racial, tanto em setores da mídia como em conversas cotidianas ou em artigos científicos. Um exemplo bastante conhecido foi a utilização do resultado do trabalho de Pena e Bortolini na edição de junho de 2007 da revista *Veja*, que trazia na capa a afirmação: “Raça não existe”. Na matéria, há uma tentativa clara de argumentar de forma a depreciar o sistema de cotas raciais em voga na UnB, comparando-o ao regime nazista e ao *apartheid* sul-africano. Em artigo intitulado “Pode a genética definir quem deve se beneficiar das cotas universitárias e demais ações afirmativas?”, Pena e Bortolini defendem que a ancestralidade africana e europeia encontra-se presente no genoma da população brasileira em maior ou menor grau. Interessa destacar, entretanto, que esses mesmos autores não descartam a existência de discriminação por características fenotípicas:

mesmo não tendo o conceito de raças pertinência biológica alguma, ele continua a ser utilizado, *qua* construção social e cultural, como um instrumento de exclusão e opressão. Independente dos clamores da genética moderna de que a cor do indivíduo é estabelecida por apenas um punhado de genes totalmente desprovidos de influência sobre a inteligência, talento artístico ou habilidades sociais, a pigmentação da pele ainda parece ser um elemento predominante da avaliação social de um indivíduo e talvez a **principal fonte de preconceito** (BORTOLINI; PENA, 2004, p. 46, grifos nossos).

Vê-se, então, que raça, enquanto **fenômeno social**, que independe de uma razão biológica, é algo bastante presente nas relações cotidianas, a despeito de se dizer popularmente que somos um país miscigenado.

Um elemento interessante contido nesse mesmo artigo diz respeito a um aspecto que foge da aparente assepsia emocional de artigos científicos de revistas conceituadas, especialmente aqueles do campo da biologia e áreas afins, que costumam carregar esse *ethos* de forma mais evidente: a epígrafe que abre o texto de Bortolini e Pena é parte do famoso pronunciamento do líder da luta por direitos civis para negros norte-americanos, Martin Luther King: “I have a dream that my four children will one day live in a nation where they will not be judged by the color of their skin but by the content of their character”³⁷. Em seguida, é possível ver uma imagem na qual King acena para uma multidão. O apelo

³⁷ Tradução livre: eu tenho um sonho de que minhas quatro crianças irão um dia viver em uma nação onde elas não serão julgadas pela cor de sua pele, mas pelo conteúdo de seu caráter.

emocional é atestado não só pelas palavras do líder, mas, principalmente, pelo uso de sua imagem.

É bem verdade que as ideias de King são já aceitas entre os que defendem uma sociedade com distribuição equânime de oportunidades, tornando-se um lugar comum nessa questão. Por essa razão, vemos que recorrer ao pronunciamento de King e, principalmente, à sua imagem, concatena duas visadas simultâneas: em primeiro lugar, a construção de uma imagem positiva do locutor, que evoca para si um *ethos* de virtude, de humanidade e de justiça. Dessa forma, é bem provável uma intenção de amparar possíveis refutações por antecipação advindas do interlocutor, já que a figura do líder pelos direitos civis da população negra norte-americana sugere que a sua voz – dos autores dos artigos – estaria assentada na voz de Martin Luther King e nas virtudes associadas à sua figura. De forma paralela, poderíamos inferir uma visada emocional (*pathos*) que objetiva influenciar o interlocutor com base nas emoções que a imagem do líder junto ao povo é capaz de evocar, posto que a persuasão pode ser mais facilmente empreendida por aqueles por quem nutrimos algum tipo de afeto do que por aqueles por quem nos desafeiçoamos. Da mesma forma, destacar um trecho do pronunciamento que é bastante conhecido por diversas pessoas ao redor do mundo é um lugar-comum que poderia criar uma imagem de que o artigo em questão seria acessível a todos, apesar de tratar de genética, temática pouco comum no cotidiano do cidadão não especialista. Ainda no tocante à articulação entre *ethos* e *pathos*³⁸ pela imagem de King em um artigo acadêmico que versa sobre um tema tão complexo no contexto brasileiro, é possível pensar na elaboração da imagem de um locutor de caráter e humanitário, em oposição a um “outro” com quem é travado um diálogo por vias interdiscursivas. Ainda assim, é preciso destacar que o uso desse recurso argumentativo é mais ou menos paradoxal, uma vez que foi utilizado para a defesa de posicionamentos contrários aos da luta pelos movimentos civis encabeçada por lideranças como Martin Luther King.

Sobre o uso constante do ponto de vista genético como argumentação contra a adoção de cotas em universidades, pontuam Duarte e Netto (2012):

A ampliação dos programas de ação afirmativa para negros certamente envolve problemas operacionais que devem ser resolvidos com a experiência, porém, a descoberta de que a raça não se sustenta do ponto de vista da genética, por exemplo, é uma descoberta tão nova quanto a de que a chuva molha [...]. A discriminação e as desigualdades, essas sim, são categorias científicas comprovadas. O paradoxo das

³⁸ As relações possíveis entre as provas retóricas *ethos*, *pathos* e *logos* com o *corpus* da pesquisa serão mais bem detalhadas em capítulo seguinte.

raças não pode ser resolvido pelas ciências biológicas, mas pela apreensão das finalidades de uma norma que propõe garantir a igualdade material mínima entre grupos ou indivíduos desiguados pelos fatos sociais. O fato social da discriminação não precisa ser cientificamente lógico para existir; ele pode ser reconhecido à medida que sua generalização é estatisticamente comprovada e sujeitos sociais, na condição de vítimas, empreendem uma luta por reconhecimento cujo cerne é a busca por igual respeito e consideração (DUARTE; NETTO, 2012, p. 55).

Nesse contexto, os posicionamentos, aparentemente irreconciliáveis, marcaram a primeira década dos anos 2000, o que se mostrou ainda mais evidente pelo aparecimento de documentos em forma de manifesto assinados por intelectuais. O primeiro destes, intitulado *Todos têm Direitos Iguais na República Democrática*, de 2006, foi entregue às lideranças que à época presidiam o Senado e a Câmara Federal. Poucos dias depois, esse mesmo manifesto teve sua versão opositora, o chamado *Manifesto em favor da Lei de Cotas e do Estatuto da Igualdade Racial*³⁹. Também assinado por intelectuais, o texto foi igualmente entregue ao Senado e à Câmara Federal e sustentava posicionamento favorável à adoção de cotas em universidades. Nesse mesmo ano de 2006, o livro *Não Somos Racistas – uma reação aos que querem nos transformar em uma nação bicolor*, do jornalista Ali Kamel, foi entregue ao presidente do Congresso Nacional da mesma forma que os demais. O livro teve ampla divulgação em uma emissora de televisão e em meios jornalísticos e diversos de seus argumentos foram reproduzidos pela opinião pública brasileira (JESUS, 2011).

Os argumentos que, como vimos, pautam-se em posições antagônicas sobre as cotas continuaram em 2008. Outros dois manifestos foram entregues ao Supremo Tribunal Federal e ao Senado. O primeiro deles, intitulado *113 Cidadãos Antirracistas contra as Leis Raciais*, se mostrava contra as cotas e o Estatuto da Igualdade Racial. O segundo era chamado *Manifesto em Defesa da Justiça e Constitucionalidade das Cotas*. Nesse mesmo período, outras manifestações defendendo bandeiras diferentes foram trazidas a público. Em meio a tantos textos, chama-nos a atenção a forma com que o termo *raça* era adotado por defensores e por detratores das cotas raciais durante todo o período de debate. Aparentemente, houve poucas iniciativas, por parte dos reivindicantes, de conciliar os objetivos da política de cotas, que se sobrepõem a qualquer terminologia, fato que nos leva a pensar que os imaginários

³⁹ Aprovado em 2010 por meio da Lei nº 12.288, o Estatuto da Igualdade Racial objetiva garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, o combate à discriminação entre outras demandas. Por prever elementos básicos para a efetivação da igualdade racial, como a liberdade de cultos religiosos de matriz africana e a definição da ação de discriminação racial, vemos que sua aprovação foi extremamente tardia frente os efeitos gerados pelos mais de três séculos de regime escravista. A lei que regula o Estatuto está disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm. Acesso em 25 de fevereiro de 2015.

residuais do pós-escravidão é que foram colocados em jogo nos debates. Ou seja, em meio às possibilidades que as Ações Afirmativas representam, foi a temática racial, notadamente em sua acepção terminológica, que teve grande destaque. Como destacou Jesus:

Chama-nos a atenção o fato de que, em ambos os períodos, e nos quatro manifestos, o debate em torno da existência ou inexistência de raças no Brasil e, em consequência, em torno da pertinência da adoção de políticas com recorte racial, continuou tendo centralidade. Assim, para além das evidentes controvérsias em torno das alternativas mais adequadas para resolver os problemas raciais brasileiros, é possível perceber que também estamos envolvidos em um debate sobre a existência ou inexistência de problemas raciais no Brasil (JESUS, 2011, p. 116).

Finalmente, a ideia reiterada de que o Brasil é um país mestiço traz a bandeira de que as cotas fariam de nós uma nação bipolar (FRY; MAGGUE, 2004; FRY, 2008), mas não explica como ocorre a discriminação cotidiana, que é de cunho subjetivo, a exemplo daquelas que destacamos dos alunos da UFRGS e que ocorre com tantos outros sujeitos em diversos locais. Para Fry (2008), retomar a consciência histórica das raízes da população negra é um perigo, pois institucionaliza o racismo e promove conflitos. Dessa forma, o Brasil não possuiria relações de raça, mas de classe, porque somos um país mestiço – argumento-álibi das relações raciais harmônicas. Já para Jesus (2011), a consciência histórica das relações raciais é importante, dado que pode ressignificar marcas utilizadas para desumanizar. Como pondera Silvério (2003):

[...] a invisibilidade do negro é decorrente de uma representação social que o “apaga”, porque nós, no Brasil, não temos negros, somos todos mestiços, ao mesmo tempo, as práticas discriminatórias e racistas cotidianas são banalizadas, porque no pós-Abolição nunca tivemos segregação racial legal (SILVÉRIO, 2003, p. 70).

Dessa forma, ao debater o conceito de raça, estudiosos e militantes do movimento negro consideram, em sua argumentação, que, muito além da genética, existe um hiato histórico e social que justifica a exclusão cotidiana como decorrente de outros fatores que não o racismo, ainda visto no Brasil como algo que está em outro lugar. Ou seja, se, de um lado, a raça não existe para aqueles que são detratores da política de cotas, amparados pelo discurso científico, por outro, ela se mantém presente, seja nas representações de menor prestígio, nas ausências dos espaços de poder, ou na violência física e simbólica do cotidiano.

2.2.2 Disputas argumentativas: a classe social e as políticas universalistas

No tocante às considerações que giram em torno da invalidade do termo raça, é possível perceber uma relação íntima com pontos de vista que defendem a impossibilidade de se identificar quem é negro ou branco, já que o Brasil é um país mestiço. Nesse aspecto, as desigualdades de cunho econômico parecem ficar mais latentes e, portanto, desvencilhadas do recorte racial. Argumenta-se, ainda, que a “pobreza no Brasil é negra” e sobre as más condições do ensino público, espaço em que é possível encontrar maior quantidade de alunos pretos e pardos. Nesse ponto de vista, a sub-representação da população negra nos espaços de poder seria fruto de uma sociedade estratificada em classes, como defende Kamel (2006). Para o autor, o problema racial parece ser algo já superado, que talvez nunca tenha existido:

Estou cada vez mais convencido de que o racismo decorre essencialmente do ‘classismo’. O negro que dirige um carro de luxo e é confundido com um motorista, e, por isso, maltratado, é mais vítima de ‘classismo’ do que racismo. Uma vez desfeito o mal entendido, um tapete vermelho se estende para a vítima (KAMEL, 2006, p. 101).

As palavras do jornalista são sintomáticas de uma crença que nega a existência de racismo, provavelmente devido a uma comparação com o racismo norte-americano. Nessa perspectiva, recusa-se o fato de que o imaginário social que leva o negro a ser confundido com um motorista quando este se encontra em poder de um carro de luxo encontra forte relação com a sua naturalização em posições sociais de menor prestígio em nossa sociedade⁴⁰. Nesse sentido,

[...] para a grande maioria dos brasileiros, a discriminação racial ainda é vista como sinônimo de interdição, impossibilidade de entrar em algum lugar. É claro que isso resulta da histórica comparação entre as relações raciais brasileiras e estadunidenses, em que os autores frequentemente destacavam a ausência de segregação racial oficial no Brasil em oposição aos Estados Unidos, além da suposta benevolência do colonizador português e da miscigenação como importantes fatores que contribuíram para tornar as relações raciais no Brasil mais amenas (FIGUEIREDO; GROSGOUEL, 2009, p. 229).

⁴⁰ Fato semelhante ao imaginado por Kamel aconteceu em 2004, quando um dentista negro que dirigia seu carro ao sair do aeroporto internacional de Guarulhos foi confundido com bandidos. Contudo, o engano não pode ser desfeito, já que ele foi morto pelos policiais antes que pudesse tomar a palavra. Também destacamos o uso do termo “cor padrão” já utilizado por policiais na identificação de um suspeito de crime, referindo-se à cor negra do suspeito. Disponível em: <http://extra.globo.com/noticias/brasil/dentista-negro-foi-confundido-com-ladrao-morto-por-pms-em-2004-320928.html>. Acesso em 10 de jan. de 2015. Em 2015, um estudante da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) foi abordado por policiais e levado para a delegacia acusado de ter roubado o próprio carro. Disponível em: <http://noticias.r7.com/minas-gerais/universitario-negro-diz-ter-sido-acusado-por-policiais-de-roubar-o-proprio-carro-18042015>. Acesso em 18 de maio de 2015.

No intento de traçar explicações para o racismo desenvolvido no Brasil e em relação aos Estados Unidos, Oracy Nogueira define que o primeiro seria “de marca”, enquanto o segundo seria “de origem”. Assim, no preconceito de marca a atitude discriminatória é centrada na aparência, no fenótipo; varia subjetivamente em função de quem julga e de quem é observado. Já no caso do preconceito de origem, presume-se a exclusão pelas características hereditárias dos membros. No Brasil, o preconceito se intensifica à medida que se acentuam os traços negroides: contudo, laços de amizade ou simpatia entre os sujeitos não são incompatibilizados. Nos Estados Unidos, por sua vez, o preconceito pode tomar forma de segregação e assim assumir a feição de ódio e antagonismo entre grupos (NOGUEIRA, 2006). Dentre os vários elementos que Nogueira (2006) usa para diferenciar o preconceito de marca do preconceito de origem, inclui-se a questão da classe, sobre a qual afirma:

onde o preconceito é de marca, a probabilidade de ascensão social está na razão inversa da intensidade das marcas de que o indivíduo é portador, ficando o preconceito de raça disfarçado sob o de classe, com o qual tende a coincidir; onde o preconceito é de origem, o grupo discriminador e o discriminado permanecem rigidamente separados um do outro, em *status*, como se fossem duas sociedades paralelas, em simbiose, porém irredutíveis uma à outra (NOGUEIRA, 2006, p. 290).

No contexto das relações raciais brasileiras, em que “[...] não é de bom tom puxar o assunto da cor” (NOGUEIRA, 2006, p. 299), especialmente diante de uma pessoa preta ou parda, a incorporação do debate sobre classes à adoção de políticas públicas surgiu como forte saída para a possibilidade da reserva de vagas com recorte racial. Como aponta Jesus (2011), o processo de implantação de cotas raciais parece ter favorecido o debate em torno das cotas sociais – estas que se faziam praticamente ausentes do debate sobre o ensino superior até surgir a proposta racial.

É importante ressaltar que não se pode ignorar a importância da variável classe social para o acesso ao ensino superior, tampouco a influência da escolarização dos candidatos: quanto melhor sua trajetória escolar, maiores são as possibilidades de obtenção de sucesso na entrada para a universidade. Com foco nessa situação, as ideias em torno de cotas sociais para alunos da rede pública de ensino foram parte da seleção do vestibular de algumas universidades, como foi o caso da UFMG, que teve o bônus aprovado pelo Conselho Universitário em 2008⁴¹.

⁴¹ A política de bônus da UFMG entrou em vigor no vestibular de 2009 e vigorou até a seleção de 2012. A medida consistia em um bônus adicional de 10% à nota das provas dos candidatos que tivessem cursado os sete

Contudo, para além do problema existente de classe social que figura no país, a reserva de vagas para negros e indígenas serviria de meio para a criação de diversidade nos espaços de poder dos quais a população negra e indígena foi alijada pelos processos históricos de construção da nação. Assim, uma política universalista baseada no conceito de classe social não atingiria a população negra diretamente, como se convencionou pensar. Destacamos como uma das razões para esse ponto de vista a evasão escolar da população negra nos anos finais da escolarização. Dados do Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF (2012) – sobre adolescentes de 15 a 17 anos apontam que 16,1% dos adolescentes negros estão fora da escola, o que representa um total de 937.681 jovens. Quanto aos adolescentes brancos nessa mesma faixa etária, esse percentual cai para 13,1% – ou seja, 592.966. O trabalho infantil também é elemento fundamental que coloca em risco a estabilidade da criança na escola. Ainda segundo a UNICEF, entre crianças de 11 a 14 anos, 1.090.117 trabalham de forma paralela aos estudos. Entre as crianças brancas, esse percentual é de 34,60%, ou 377.167 crianças, e entre as negras, de 64,78%, ou seja, 706.160 crianças.

Outro argumento importante parece ter sido o de que uma política de recorte racial excluiria a necessidade de uma política para a melhoria do ensino público de base, quando, na verdade, haveria complementaridade entre ambas. Entretanto, não foi essa a perspectiva adotada pelos grandes meios de comunicação nacional, que, não raras vezes, apontaram para o fato de que cotas representariam um não investimento na base educacional e seriam, portanto, políticas concorrentes.

Essa referida complementaridade das políticas de cota racial e social deve-se, basicamente, aos objetivos diferenciados que cada uma carrega. Conforme Gomes (2004, p. 48), “[...] em nosso país, o negro não é discriminado só porque ele é pobre. Ele é discriminado porque é negro e, também, porque é pobre”. Ou seja, havendo um contingente reduzido de brancos pobres na universidade, esse fato não decorre de questões raciais, mas sim da má distribuição de renda e suas consequências, exigindo uma política que leve em conta a baixa renda, dado que a representatividade de sujeitos brancos já está garantida. Uma política de cunho racial, paralelamente, estaria focada na garantia da representatividade dos sujeitos negros, devido à sua ausência tanto no espaço universitário quanto em outras instâncias de poder, que não se explica exclusivamente pelo viés de renda, mas também pelo racismo, que exclui esses sujeitos para além do fato de serem pobres.

É no sentido de analisar a questão racial em comparação com a social que o relatório de desenvolvimento humano realizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD – coloca a questão racial como parte de problemas sociais:

cada vez mais se aceita que a pobreza tem subjacente, o problema da desigualdade social. No caso brasileiro, acrescenta-se a desigualdade racial. O centro da questão estaria no confronto entre minorias que comandam e maiorias que sustentam os privilégios daquelas. Em sociedade, não se disputam apenas bens materiais escassos. Carência material, em si, não implica necessariamente desigualdade, se for a mesma para todos. A desigualdade aflora entre agentes históricos que disputam poder e dimensões correlatas, como prestígio, oportunidades, vantagens, liderança (PNUD, 2005, p. 44).

Dessa maneira, como destaca ainda o relatório do PNUD, a natureza da escravidão no Brasil levou a uma destituição de poder econômico da população negra (PNUD, 2005). Assim, as relações, ditas harmônicas por haver ausência de uma segregação explícita entre negros e brancos, não foram o bastante para o alcance da igualdade de oportunidades. Os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) sobre as desigualdades de gênero e raça (2011) apontam a relativa desproporção entre brancos e negros no ensino superior:

Em 1995, a taxa de escolarização líquida no ensino superior – que mede a proporção de pessoas matriculadas no nível de ensino adequado para sua idade – era de 5,8%, chegando, em 2009, a 14,4%. Neste mesmo ano, esta taxa era de 21,3% entre a população branca, contra apenas 8,3% entre a população negra, chegando a apenas 6,9% entre os homens negros. Em 2009, a taxa de escolarização das mulheres no ensino superior era de 16,6%, enquanto a dos homens, de 12,2%. A taxa de escolarização de mulheres brancas no ensino superior é de 23,8%, enquanto, entre as mulheres negras, esta taxa é de apenas 9,9%. As políticas de expansão das universidades, o Prouni, as ações afirmativas e outras políticas têm contribuído para os avanços nesta área, no entanto, as desigualdades raciais que determinam e limitam as trajetórias de jovens negros/as explicam a discrepância dos dados (IPEA, 2011, p. 21).

A despeito dos conflitos de opinião que se pôde verificar nos dez anos de debates sobre as Ações Afirmativas, o recorte racial dessa política acabou por ter menos espaço que o recorte social na Lei de Cotas de 2012 – a Lei nº 12.711, direcionada a instituições federais de ensino, que estabelece a reserva de 50% das vagas para alunos oriundos de escola pública. No contexto dessa Lei de Cotas, que é de caráter majoritariamente social, foram operadas subcotas, com diferentes critérios de renda e o de raça. Dessa forma, o que temos no contexto universitário federal na atualidade são cotas sociais com recorte racial.

Ao problematizar a ideia da classe como parte predominante de práticas racistas, ponderam Figueiredo e Grosfoguel:

temos refletido pouco sobre a eficácia do discurso sobre a desigualdade de classe no Brasil e, conseqüentemente, sobre o preconceito e a discriminação de classe que perdura em nossas representações até hoje. Desde crianças, somos socializados para percebermos a desigualdade de classe – quando visitamos um bairro cujos habitantes são majoritariamente, quando não exclusivamente, brancos, denominamos o local de bairro de classe média, e não como bairro de brancos; o mesmo ocorre com as escolas, sempre referidas a partir da classe, e não da cor. Frequentemente, quando somos excluídos, tendemos a interpretar a exclusão a partir da classe, e não da cor. (FIGUEIREDO; GROSGOUEL, 2009, p. 229).

Os autores continuam, afirmando que uma perspectiva que analise as diferenças entre os sujeitos e que se centre unicamente na classe social não apenas dificulta o reconhecimento de práticas racistas, mas também contribui para um olhar desfavorável ante as Ações Afirmativas de recorte racial.

2.2.3 Disputas argumentativas: a meritocracia

Outro argumento bastante aludido no contexto das cotas foi a ameaça ao mérito acadêmico que tal política poderia representar. Segundo Jesus (2011), o mérito corresponde a um princípio liberal de seleção dos mais aptos e tem origem na Europa entre os séculos XVII e XIX, em que ocorriam grandes transformações de cunho político e social. Para esse autor, a defesa do mérito se relaciona à noção de liberdade dos indivíduos e, nesse sentido, a crença na máxima “somos todos iguais” não é o mesmo que a crença na inexistência de distinções, mas em distinções produzidas com base no esforço individual. Parte-se do pressuposto de que cada indivíduo possui capacidades e oportunidades no mesmo pé de igualdade para a competição (JESUS, 2011).

No que se refere ao ensino superior, a defesa do mérito individual e acadêmico foi evocado com certa recorrência no contexto de ações afirmativas de recorte racial. Na perspectiva de acadêmicos contrários à medida, julgou-se que a proposição de cotas seria uma afronta ao princípio constitucional da isonomia, com base no pressuposto de que o mérito seria o único meio para garantir a igualdade em processos seletivos. O posicionamento que defende o mérito como um *locus* inquestionável parte da perspectiva de uma sociedade ideal: aquela em que todos os cidadãos possuem oportunidades equivalentes de concorrência. Tal lógica não assimila diferenças produzidas socialmente, como raça, gênero, classe social e região geográfica, por exemplo, que são fatores de reprodução de desigualdades entre os

indivíduos (MOYA; SILVÉRIO, 2009). Como demonstram dados da UNICEF (2012), o Brasil apresenta desigualdades regionais bastante marcantes “em termos geográficos, sociais e econômicos, que influem de forma significativa em suas redes de ensino e nos desafios que precisam ser vencidos” (p. 21). Soma-se a isto o fato de crianças e adolescentes negros ainda representarem a maioria dos jovens fora da escola. É como aponta Jesus (2011):

Aqui, o conceito liberal de igualdade, assentado na igual capacidade dos indivíduos de tornarem-se diferenciados por meio do mérito individual, convive, de modo paradoxal, com evidências empíricas que mostram as desiguais oportunidades que diferenciam homens e mulheres, trabalhadores urbanos e trabalhadores rurais, negros e brancos etc. (JESUS, 2011, p. 127)

Nesse contexto, quando se considera que a universidade é formada por uma chamada elite intelectual, como se tem convencionado dizer, essa referida elite acaba por ser, em primeiro lugar, uma elite econômica, por consequência branca, para a qual há uma maior disposição de recursos materiais e simbólicos de acesso. É o que aponta, grosso modo, o Censo Socioeconômico dos Alunos de Graduação da UFMG sobre o retrato geral do aluno dessa instituição: de classe média, de ensino médio diurno, não profissional e privado; solteiro, de cor branca e, em sua maior parte, do sexo masculino. No caso de cursos que gozam de maior prestígio social, como arquitetura, engenharia elétrica ou medicina, a presença de egressos do ensino público é inferior a 20%⁴².

Outro fator que se alia ao discurso da meritocracia é o da democratização do ensino superior. Há recortes argumentativos que atestam que a universidade não é e não deve ser um espaço de acesso democrático, mas sim um espaço para poucos, como acabamos de destacar. Nessa linha de raciocínio, valores atinentes ao campo da pesquisa estariam ameaçados. É o que destaca um relato colhido por Moya e Silvério (2009) na ocasião de um seminário promovido pelo Instituto de Estudos Avançados (IEA) da USP, em 2009:

O tema da “inclusão social” passou a ser dominante no debate intelectual sobre o ensino superior do país, e isto está prejudicando a discussão de outros temas fundamentais. Uma forte pressão “igualitarista” também está afetando instituições que deveriam ter como base os valores tradicionais da academia: competência, competição e concentração de talentos, de uma “elite” do conhecimento (MOYA; SILVÉRIO, 2009, p. 238).

⁴² Disponível em: <https://www.ufmg.br/censo/>. Acesso em 02 de março de 2015.

Em plano contrário, argumentos favoráveis à adoção de Ações Afirmativas de recorte racial também não negam o mérito acadêmico, mas o realocam, tanto do ponto de vista da admissão quanto do ponto de vista da trajetória acadêmica do aluno. Assim, da perspectiva da admissão, em nenhum momento de implementação das cotas raciais foi prevista a aplicação de provas diferentes para candidatos autodeclarados pretos, pardos e indígenas. Ou seja, os candidatos cotistas estariam submetidos às mesmas avaliações e nota para aprovação. A diferenciação estaria no fato de que aqueles que optassem pelo sistema de cotas seriam avaliados ao lado de outros candidatos que optassem pelo mesmo sistema. Já da perspectiva da trajetória acadêmica, o mérito seria construído no processo desenvolvido pelo aluno na universidade. Na perspectiva de D'ávila e Lesser (2008), que comparam a noção de mérito acadêmico no Brasil em relação aos Estados Unidos:

uma das diferenças mais importantes entre a cultura acadêmica no Brasil e nos Estados Unidos reside na definição de mérito [...]. O prestígio verdadeiro vem de se formar por Harvard, não de ser admitido em Harvard. No Brasil, acredita-se que o mérito pode ser avaliado objetivamente por meio de um único exame, o vestibular. Um aluno entra em uma universidade brasileira com o mérito registrado através de sua colocação no exame (D'ÁVILA; LESSER, 2008, p. 123).

Dessa forma, vemos que a proposta de Ações Afirmativas no ensino superior não é de eliminar o mérito no processo de admissão dos candidatos, mas de adicionar ao processo de admissão aqueles critérios historicamente utilizados para excluir. Em outras palavras, trata-se de oferecer relevância para diferenças de ordem natural que foram desenvolvidas como desigualdades sociais (SILVÉRIO, 2002).

Como pudemos perceber, o exame dos argumentos em torno das políticas de Ação Afirmativa, especialmente em sua versão de cotas, não se mostrou conciliador. Tal fato nos leva a crer que a reparação histórica que tais políticas agregam para si não é algo tranquilo, pois se liga a crenças que, como explica Charaudeau (2007), constituem-se de um saber polarizado em torno de valores socialmente compartilhados.

Essa é a razão do interesse em destacarmos as contribuições que os estudos do discurso podem oferecer para a linguagem em ação, que se manifesta nos mais diversos campos de relação dos sujeitos. Dessa forma, para que possamos promover uma análise da temática das cotas raciais a partir de sua materialização nos artigos de opinião do *Boletim*, no espaço temporal de 2002 a 2012, importa promover uma associação do material sócio-histórico ao linguístico. Por isso, ressaltamos mais uma vez a importância do resgate histórico que fizemos até aqui, na medida em que ele confere maior clareza para indicar os sentidos

mobilizados para persuadir o outro, esclarecer representações expostas em propósitos argumentativos, e apontar os estereótipos usados na construção de imagens dos sujeitos envolvidos e da política em si. Essa abordagem nos faz concordar com Amossy (2007, p. 128) sobre a “necessidade de examinar os funcionamentos argumentativos no entrecruzamento do linguístico e do social”.

A fim de concluir o percurso teórico dessa dissertação, no capítulo seguinte utilizaremos o aporte teórico da Análise do Discurso em sua vertente que considera a argumentação no discurso, o que nos leva a partilhar com Amossy (2001, p. 129) da concepção de que, “na medida em que a análise do discurso espera descrever o funcionamento do discurso em situação, ela não pode evitar sua dimensão argumentativa”. Tal abordagem nos parece frutífera, pois possibilita melhores ferramentas para a análise em torno da dimensão da construção de imagens nos artigos de opinião por meio de marcas deixadas na tessitura dos textos selecionados.

3 IMAGENS DAS COTAS RACIAIS À LUZ DA ANÁLISE ARGUMENTATIVA: A IMPORTÂNCIA DA TRIÁDE *ETHOS*, *PATHOS* E *LOGOS*

É da natureza comunicacional do discurso que importa partir (AMOSSY, 2007).

A epígrafe em destaque é parte de um trabalho de Ruth Amossy que discute sobre o lugar que a análise argumentativa pode ocupar nos estudos em AD. O referido trabalho e tantos outros que versam sobre argumentação permitem pensar que, para além de voltar nossa atenção para o campo das trocas verbais *strictu sensu*, orientar nossa atenção para a natureza comunicacional do discurso é lançar olhares sobre os elementos de linguagem que regem os fatos circulantes nas relações entre os sujeitos; relações permeadas por consensos e dissensos. Assim, comunicar, na perspectiva de análise que apresentaremos a seguir, é mover ideias para a ação. Nesse sentido, este capítulo se propõe a revisitar algumas noções importantes para o estudo contemporâneo da argumentação, voltando-se principalmente para a análise argumentativa do discurso, além de algumas contribuições da Teoria Semiológica. Antes, contudo, façamos um breve retrospecto dos assuntos tratados nesse trabalho até então.

No primeiro momento dessa dissertação, propusemos uma leitura sobre a noção de gênero discursivo a partir das contribuições de Bakhtin (2006), junto de alguns apontamentos da Teoria Semiológica de Patrick Charaudeau e de outros teóricos que têm trazido observações relevantes para o estudo dos gêneros discursivos, como Marcuschi (2008), Carolyn Miller (2009) e Charles Bazerman (2009), estes últimos representantes da Escola Norte-Americana. Esse apanhado foi importante para compor um primeiro entendimento comum sobre as nossas impressões de gênero discursivo para o nosso objeto de estudo – artigos de opinião do *Boletim* UFMG que trazem a temática das cotas raciais.

Consideramos que o artigo de opinião é um gênero bastante comum no cotidiano de muitos sujeitos desde a educação básica, e que comumente faz parte do cotidiano de leitura jornalística de muitos sujeitos. Contudo, julgamos que o suporte dos artigos que vamos analisar, o *Boletim*, que definimos como uma publicação jornalística universitária, editado e distribuído pela UFMG, seria capaz de imprimir características relevantes a tais textos. De maneira geral, pudemos pensar que os sujeitos não leem ciência do mesmo modo que um comentário jornalístico, e que os artigos de opinião, quando publicados no *Boletim*, devido às suas características situacionais já comentadas, poderiam criar um modo de recepção específico.

Posteriormente, procedemos a uma recapitulação histórica desde a construção da identidade nacional brasileira nos anos iniciais da república, passando pelos mitos e os ideais de nação difundidos por uma pseudociência que atestava a inferioridade do sujeito negro. Em seguida, discorreremos sobre as políticas imigrantistas que visavam substituir a mão de obra negra pela europeia a fim de branquear a nação, fato que ficou conhecido como ideologia de branqueamento. Vimos ainda, com Munanga (2008), que, mesmo que o branqueamento tenha falhado no objetivo de resultar em uma nação de caracteres fenotípicos brancos, os imaginários que compunham esse ideal conseguiram permanecer nas crenças dos sujeitos. Por fim, fizemos uma passagem pelo pensamento culturalista de Gilberto Freyre, que oferece uma leitura do Brasil como uma nação com relações raciais forjadas na harmonia – imaginário que ainda ecoa fortemente em nossa sociedade e é conhecido como mito da democracia racial. Essa caminhada histórica é importante, uma vez que demonstra as raízes das desigualdades entre negros e brancos e justifica, ao menos para os que detêm posicionamentos favoráveis, a criação da primeira política pública que abarca o segmento não branco da sociedade: a política de cotas, temática debatida em nosso objeto de estudo.

Nessa terceira parte da dissertação, lançaremos olhares sobre a análise argumentativa do discurso ou a argumentação no discurso, perspectiva centrada no campo de estudos da AD e que trará contribuições relevantes para nossa posterior análise do *corpus*.

Ao traçar um panorama de teorias para o estudo da argumentação, Emediato (2001) assinala que o pesquisador desse campo irá se deparar, em algum momento, com o problema da “intenção de influência” e da “persuasão”, o que parece ser uma preocupação comum entre os diferentes panoramas teóricos. Nesse sentido, ainda que consideremos, com Amossy (2007), que nem todo ato de tomar a palavra tem o objetivo fundamental de convencer⁴³, há sempre o exercício de influência em maior ou menor grau, orientando, assim, maneiras de ver e de pensar. Desta forma, são colocadas em cena estratégias discursivas de diversas ordens, como os lugares comuns, a construção de imagens, as emoções, elementos que os estudos em argumentação no discurso objetivam compreender nas diferentes situações de comunicação. Antes de adentrarmos na perspectiva da análise argumentativa do discurso propriamente dita, vejamos brevemente o entendimento de alguns estudiosos sobre o campo da argumentação.

Especialistas como Ruth Amossy, Patrick Charaudeau, Chaïm Perelman, Oswald Ducrot e Christian Plantin, para citar alguns, concordam sobre o fato de que os estudos em

⁴³ Nesse trabalho não nos deteremos na distinção entre convencer e persuadir traçada por alguns estudiosos da argumentação. Ver Perelman e Olbrechts-Tyteca, 1958.

argumentação retomam a tradição retórica⁴⁴ após o longo período de rejeição a que essa disciplina foi submetida desde que o racionalismo da idade moderna passou a operar. Apenas no final dos anos de 1950, com a publicação da obra *Tratado da Argumentação: a Nova Retórica*, de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1958), é que a retórica retomou sua importância e passou a ser estudada no campo da argumentação. Na visão de Emediato (2001, p. 164) “o que encontramos em Perelman e Olbrechts-Tyteca corresponde, com efeito, a uma retomada da retórica clássica e de grande parte de seus fundamentos”. Ainda segundo o autor (EMEDIATO, 2001), além da fidelidade à retórica clássica que a perspectiva contemporânea dos autores da Nova Retórica apresenta, há, na obra, uma busca por analisar técnicas de discurso capazes de causar determinados efeitos em um auditório.

Também o criador da Teoria Semiolinguística, Patrick Charaudeau, elaborou uma proposta para o estudo da argumentação, colocando-a no interior dos modos de organização do discurso – enunciativo, descritivo narrativo e argumentativo (CHARAUDEAU, 2012). O modo argumentativo em Charaudeau, *grosso modo*, é definido sobre os modos de raciocínio e de uma encenação argumentativa⁴⁵. Outra perspectiva para o estudo da argumentação seria aquela desenvolvida por Toulmin (1958), que centra suas análises em uma lei de passagem variável em função do tipo de argumento e do domínio ao qual ele faz referência (EMEDIATO, 2001). Na perspectiva de Toulmin, são estudadas as técnicas para um determinado raciocínio, o que o coloca na mesma perspectiva dos autores da Nova Retórica, apontando para uma visão racional do discurso argumentativo (LIMA, 2006).

Destacamos ainda a Teoria da Argumentação na Língua (ADL), de Anscombe e Ducrot, em seu desdobramento na Teoria dos *Topoi*. Amossy (2007) considera que foi por meio dos trabalhos de Anscombe e Ducrot que os estudos da argumentação entraram para a ciência da linguagem. Nesse caso, a argumentação seria vista como um encadeamento de proposições, sendo, portanto, um fato da língua e não de discurso (AMOSSY, 2007). Sumariamente, a ADL de Ducrot recupera a noção de *topos* aristotélico, propondo-o no quadro de uma lei de passagem. A Teoria da Argumentação na Língua volta-se para objetivos

⁴⁴ Reconhecemos a fundamental importância de se compreender os primeiros pensadores da história da retórica para os estudos contemporâneos em argumentação. Seria um engano desprezar, por exemplo, a relevância dos gêneros retóricos, as contribuições de Aristóteles, dos sofistas e dos romanos para o estudo das estratégias de persuasão que buscamos compreender na atualidade. Contudo, não iremos fazer um percurso histórico detalhado das bases da retórica até os dias de hoje, devido às dimensões de uma pesquisa de mestrado, ainda que em determinados momentos dessa pesquisa possamos nos remeter brevemente aos fundamentos clássicos da disciplina. Um percurso minucioso da história da retórica até os estudos contemporâneos da argumentação pode ser encontrado na tese de doutoramento de Helcira Lima intitulada “Na tessitura do Processo Penal: a argumentação no Tribunal do Júri”, defendida em 2006 na Universidade Federal de Minas Gerais.

⁴⁵ Apesar de nos valermos em vários momentos das contribuições da Teoria Semiolinguística, não adentraremos nos Modos de Organização do Discurso. Para maiores informações, ver Charaudeau, 2012.

diferentes daqueles da Teoria da Argumentação no Discurso ou análise argumentativa, que, dentre outras bases, “pretende mostrar que a força da fala não é puramente intrínseca à língua (na qual as conclusões seriam sempre dadas de antemão), nem puramente exterior à linguagem, porque vinda do poder proveniente da legitimidade institucional” (AMOSSY, 2007, p. 128), mas há um elo entre essas posições.

Para este trabalho, ao nos depararmos com uma variedade de caminhos para o tratamento da argumentação, optamos por trilhar a vertente de Amossy (2010 e 2011). Presumimos que o prisma adotado pela Análise Argumentativa do Discurso nos pareceu mais se adequar aos nossos objetivos de análise, que vez ou outra será acrescida da contribuição de outros teóricos cujas perspectivas encontrem eco para o diálogo com a teoria eleita. Estamos cientes, contudo, de que essa escolha é uma entre outros caminhos possíveis para subsidiar nossa análise dos artigos de opinião sobre a temática das cotas raciais no contexto do *Boletim* da UFMG.

No campo da análise argumentativa, Amossy (2007) relaciona dois pontos fundamentais para caracterizar a sua teoria da argumentação no discurso como um ramo da AD. Em primeiro lugar, a autora elenca a inscrição da argumentação na materialidade linguageira, participando, assim, do funcionamento global do discurso. Em segundo lugar, é destacada a importância do exame dos funcionamentos argumentativos na interseção do linguístico e do social. Nesse sentido, a autora concorda com Maingueneau (2007, p. 19), que percebe “o discurso como intricação de um texto e de um lugar social, o que significa dizer que seu objeto não é nem a organização textual, nem a situação de comunicação, mas aquilo que as une por intermédio de um dispositivo de enunciação específico”. Outro aspecto importante é que a análise argumentativa guarda grande relação com a retórica, pois que resgata o estudo dos meios utilizados para gerar uma influência sobre o outro. A respeito da influência dos pressupostos da retórica na AD, afirma Lima:

o fato é que a herança retórica se faz presente de modo significativo no âmbito da AD, o que traz à tona a relação entre o caráter social e o caráter cultural da linguagem [...] a AD apropria-se, assim, da herança retórica ao lidar com a linguagem em uso visando a uma ação (LIMA, 2015, p. 3).

A autora continua a esclarecer o vínculo que une a retórica à AD ao relacionar que tanto esta quanto aquela pressupõem tomadas de atitudes e de posições dos sujeitos em determinado quadro político-social, dado que os grupos humanos se constituem em torno de valores simbólicos que os unem. Essa perspectiva se assemelha à de Michel Meyer, que vê a

retórica como o espaço em que identidade e diferença são colocadas em jogo, ora de aproximação ou de comunhão, ora de exclusão (MEYER, 2007). Esta é também a relação estabelecida com o *corpus* dessa pesquisa, uma vez que o texto opinativo é um gênero em que pesa a negociação de distâncias com vistas a obter adesão em torno de valores e bens simbólicos, nesse caso o acesso à universidade, ao lado de uma possível redefinição das relações raciais desenvolvidas no Brasil. Sobre a questão do uso da palavra com vistas à ação de que o discurso retórico é portador, afirma mais uma vez Lima (2015, p. 3): “é preciso agir em função desses valores, contra ou a favor, mas, de todo modo, é preciso agir em relação a esse universo de signos, de crenças, de interesses”.

Em suma, cremos ser possível pensar que a análise argumentativa é um campo de estudos que se vale de uma associação entre a herança retórica, por lidar com a linguagem em uso com vistas à ação, associada à argumentação linguística, pois é nessa materialidade que se torna possível captar as marcas deixadas na enunciação, oferecendo, assim, maior sustentação às análises empreendidas. Tal perspectiva de entendimento da argumentação prima por ser, dessa forma, linguístico-discursiva-retórica (LIMA, 2015). Nessa relação, um olhar para as condições de produção do discurso, como destaca Lima (2015), mostra-se de suma importância: é a partir desse olhar que são abertas possibilidades de pensar a argumentação como estando vinculada às relações de poder existentes nas interações, e que se materializam nos diferentes objetos de análise. Nessa esteira, buscamos discorrer sobre alguns conceitos teóricos que julgamos importantes para se pensar acerca da elaboração de imagens de si e do outro, considerando que *pathos* e *logos* contribuem para arquitetar as imagens sobre as Ações Afirmativas de recorte racial.

3.1 A análise argumentativa do discurso: algumas noções

Antes de iniciar nossas considerações sobre as dimensões *ethos*, *pathos* e *logos* na análise argumentativa do discurso, voltemos nossa atenção para os seguintes questionamentos: como o discurso é dotado do poder de influenciar? Por quais meios verbais, por quais estratégias programadas ou espontâneas ele garante sua força? Essas indagações são levantadas por Ruth Amossy (2010, p. 5) para ensejar o diálogo profícuo entre elementos retóricos, pragmáticos e linguísticos que constituem o seu entendimento do que seria argumentação. Assim, perceber, no encadeamento discursivo, uma determinada *visée* (**finalidade**) ou **dimensão** argumentativa, e os meios empregados para que essa relação se

estabeleça corresponde a uma das preocupações desse campo de estudos. Ou seja, ainda que o ato de tomar a palavra nem sempre tenha o objetivo de conduzir à aprovação de uma tese, mesmo das materializações discursivas mais simples até as mais complexas, a questão de se orientar maneiras de ver está sempre presente (AMOSSY, 2007, 2010). Nesse quadro teórico, o ato de argumentar é característica constante na organização discursiva em maior ou menor grau, não sendo caracterizado como um elemento específico de determinados textos cuja função argumentativa é feita evidente, como é o caso do gênero artigo de opinião e de outros, como a resenha crítica, a coluna ou o editorial. Por essa razão, a fim de evitar possíveis desentendimentos sobre a argumentatividade inerente ao discurso, Amossy (2010) propõe uma diferenciação entre que seria uma determinada **dimensão** e uma **finalidade** (*visée*) argumentativa. Dessa maneira, a **dimensão** argumentativa estaria presente nos mais diversos discursos sem uma intenção clara de defender determinados pontos de vista e de orientar pensamentos; como o caso do texto literário ou de determinadas conversas cotidianas.

Já no que corresponde à **finalidade** (*visée*) argumentativa, a autora alega que esta é uma característica referente a determinados discursos cuja função argumentativa é claramente programada para influenciar o interlocutor. Seria o caso do gênero propaganda e do artigo de opinião. Contudo, julgamos oportuno pensar que, por serem os gêneros a materialização de discursos, talvez não seja uma tarefa simples classificar alguns textos a partir da ideia da dimensão ou da finalidade argumentativa, porque tais textos podem ser usados socialmente para fins diversos. Nesse sentido, concordamos com Galinari (2007) ao refletir que argumentar nem sempre se trata de uma atividade consciente. Ou seja, determinados gêneros que não possuem uma finalidade argumentativa *a priori*, mas sim uma dimensão argumentativa inerente a todo ato discursivo, podem carregar um discurso em que a finalidade (*visée*) argumentativa esteja presente. Nas palavras do autor:

Por outro lado, sabemos que influenciar não é sempre uma atividade consciente e/ou programada: um discurso pode orientar/reforçar pensamentos, condutas ou estados psicológicos por caminhos imprevistos. Em muitas conhecidas piadas, por exemplo, passa-se muitas vezes preconceitos (acerca das mulheres, dos negros...), embora a finalidade principal do gênero não seja converter o interlocutor a uma posição racista/sexista, mas simplesmente instaurar o “humor”. Nesse sentido, embora não exista propriamente uma intenção consciente de persuasão (ou uma situação conflituosa), o discurso possuiria uma dimensão argumentativa capaz de orientar/reforçar teses discriminatórias e, o que é pior, no âmbito da inconsciência que naturaliza as “verdades”. E isso valeria também para quaisquer outras conversas cotidianas – “despreocupadas” –, e demais gêneros que, a princípio, se eximem de uma carga retórica (GALINARI, 2007, p. 54).

Outro aspecto que vai ao encontro da noção de finalidade e de dimensão argumentativa que defende a autora diz respeito ao fato de que os discursos estão envolvidos em uma argumentatividade mais ou menos evidente. Dessa forma, o dialogismo, na acepção de Bahktin (2006), está presente em todo fazer discursivo, ou seja, a argumentatividade seria uma consequência do dialogismo (AMOSSY, 2010). Todo discurso estaria em diálogo com outros, respondendo ao que foi dito, ainda que essa “resposta” não aconteça de forma evidente. Na perspectiva de Bakhtin:

Toda enunciação, mesmo na forma imobilizada da escrita, é uma resposta a alguma coisa e é construída como tal. Não passa de um elo na cadeia dos atos de fala. Toda inscrição prolonga aquelas que a precederam; trava uma polêmica com elas; conta com as reações ativas da compreensão, antecipa-as (BAKHTIN, 2006, p. 99).

A proposta da análise argumentativa, então, não desconsidera o dialogismo constitutivo de todo discurso e adota um horizonte de análise que prima pela união da materialidade discursiva a um determinado lugar social. Nesse contexto de interação discursiva, importa trazer à baila a noção de **interdiscurso**, que contribui largamente para uma compreensão das circunstâncias sociais e históricas de produção:

É nesse quadro comunicacional e sócio-histórico que é preciso estudar de perto a maneira como a argumentação se inscreve, não somente na materialidade discursiva (escolha dos termos, deslizamentos semânticos, conectores, valor do implícito etc.), mas também no interdiscurso. O modo como o texto assimila a fala do outro pelas numerosas vias do discurso relatado, do discurso direto, ou da citação ao indireto livre, é primordial (AMOSSY, 2011a, p. 133).

Como já discutimos, todo discurso constitui-se de outros (BAKHTIN, 2006; 2006a), dado que toda enunciação é uma reação à palavra do outro, seja para retomá-la, refutá-la ou modificá-la (AMOSSY, 2010, 2011a). Maingueneau considera o interdiscurso em uma dinâmica do “jogo” de “reenvios entre discursos que tiveram um suporte textual, mas de cuja configuração não se tem memória” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008, p. 286). Assim, pelo interdiscurso seriam permitidas determinadas inferências na enunciação. Vejamos um exemplo: quando os defensores da política de cotas raciais nas universidades argumentam sobre a necessidade de uma reparação histórica para a população negra, é por meio de uma análise das relações interdiscursivas que se tornam possíveis inferências que ligam a “reparação histórica” ao fato de que os negros foram escravizados no Brasil, à truculência e desumanização característica desse regime ou, ainda, ao fato de que, desde a abolição, não houve qualquer política pública destinada ao segmento negro da sociedade.

Nessa esteira de raciocínio, consideramos novamente Maingueneau (1997), que considera o interdiscurso como um conjunto de discursos que mantêm determinada inter-relação. O autor compreende a noção a partir de três perspectivas: **universo discursivo, campo discursivo e espaço discursivo**. O universo discursivo seria um conjunto heterogêneo de formações discursivas capazes de interagir em um dado contexto. Já o campo discursivo seria determinado por um conjunto de formações discursivas que manter-se-iam em relação de concorrência; haveria, assim, uma variada composição de campos no universo discursivo – no caso do nosso *corpus*, artigos de opinião sobre as cotas raciais no ensino superior brasileiro, seria possível pensar que eles se situam, por exemplo, nos campos discursivos político, acadêmico e jornalístico. Já no que diz respeito aos espaços discursivos, Maingueneau (1997) propõe que estes seriam subconjuntos de formações discursivas que mantêm relação entre si. O espaço discursivo seria definido a partir das escolhas feitas pelo analista, a partir do recorte que venha a fazer em sua pesquisa. Dessa maneira, Maingueneau (1997) acrescenta que

[...] essa rede de remissões de um campo para outro (citações explícitas, esquemas tácitos ou captações...) contribui bastante para essa eficácia: confrontado com um discurso de certo campo, um sujeito encontra elementos elaborados em outro lugar, os quais, intervindo sub-repticiamente, criam um efeito de evidência (MAINGUENEAU, 1997, p. 117).

À noção de interdiscurso, Amossy (2010, p. 94) relaciona a *doxa*, ou, como prefere a autora, elementos dóxicos, as opiniões partilhadas: “nous utiliserons le terme d’interdiscours pour renvoyer à la dissémination et la circulation des éléments doxiques dans des discours de tous types”⁴⁶. Dessa forma, a autora pretende demonstrar que tanto a ideia de elemento dóxico quanto a de interdiscurso são capazes de demonstrar que a argumentação é tributária de um conhecimento partilhado, prévio à tomada de palavra⁴⁷. Nas palavras da autora:

les notions d’élément doxique et d’interdiscours permettent ainsi de marquer à quel point l’échange argumentatif est tributaire d’un partagé et d’un espace discursif, tout en évitant de conférer à ces matériaux préexistants une trop grande systématité⁴⁸ (AMOSSY, 2010, p. 94).

⁴⁶ Tradução livre: “vamos usar o termo interdiscurso para nos referirmos à disseminação e circulação de elementos dóxicos em discursos de todos os tipos”.

⁴⁷ Entendemos que noção de *doxa* pode ser compreendida no contexto dialógico do discurso, no sentido de fundar relações interdiscursivas e também por ser condição para as trocas verbais.

⁴⁸ Tradução livre: “As noções de elemento dóxico e de interdiscurso permitem, assim, marcar como a troca argumentativa é tributária do intercâmbio argumentativo e de um conhecimento compartilhado de um espaço discursivo, evitando, ao mesmo tempo, dar a estes materiais existentes uma sistematicidade excessiva”.

E acrescenta:

On rattachera donc la notion de “doxa” ou opinion commune d’une parte à celles des ensembles discursifs – discours social ou interdiscours – qui la portent, d’autre part aux formes (logico-)discursives particulières – topoi (lieux communs) de tous types, idées reçues, stéréotypes, etc. – où elle émerge de façon concrète (AMOSSY, 2010, p. 85)⁴⁹.

Segundo Galinari (2007), os elementos dóxicos nem sempre se encontram explicitados no discurso, mas podem estar presentes “nas ‘entrelinhas’ do processo argumentativo (não ditos), permitindo-o e definindo as suas consequências” (p. 88).

Ao levarmos em conta a questão das crenças partilhadas, importa relacionar a influência dos elementos argumentativos sobre o outro no discurso. Nesse sentido, há importante contribuição da noção de auditório, desenvolvida por Perelman e Olbrechts-Tyteca⁵⁰. Dessa forma, ao falarmos de elementos dóxicos é importante traçar uma relação com a questão do auditório, ou, como preferimos nesse trabalho, do interlocutor, dado que ao trabalhar sobre os valores partilhados por seu público o locutor pode obter maior sucesso na empreitada persuasiva. Dessa forma, para Amossy (2010) o interlocutor não deixa de ser uma entidade variável e constituída ao sabor de uma imagem elaborada pelo locutor, pensada por ele de forma mais ou menos consciente para obter adesão. Ou seja, para a autora, a instância que se deseja persuadir corresponde a uma imagem projetada e não aos sujeitos empíricos. É por meio dessa projeção, que corresponde à natureza e ao estatuto do(s) interlocutor(es), que o dinamismo argumentativo é pensado. Nessa esteira, como destacamos no primeiro capítulo desta dissertação, quando falamos sobre o aspecto situacional do gênero artigo de opinião em relação ao seu suporte, que o divulga, vemos que os leitores de tais textos publicados no *Boletim* são, em sua maioria, parte da comunidade acadêmica da UFMG. Ou seja, trata-se de um público, em geral, do meio universitário, a quem interessa a dinâmica dos acontecimentos do meio acadêmico e que reconhece uma determinada autoridade dos articulistas dos textos

⁴⁹Tradução livre: “Vincularemos, então, a noção de ‘doxa’ ou opinião comum, de um lado, aos conjuntos discursivos – discurso social ou interdiscurso – que a contêm, de outro lado, às formas (lógico) discursivas particulares – *topoi* (lugares comuns) de todos os tipos, ideias consagradas, estereótipos, etc. – nas quais ela emerge de maneira concreta”.

⁵⁰ Amossy (2010, p. 39) aponta para a necessidade de se repensar a noção de auditório tal como concebida na Nova Retórica, retraduzindo o conceito em termos de discurso. Nas palavras da autora: *c'est pour fournir des concepts opératoires qu'il semble utile de reprendre les considérations de la nouvelle rhétorique sur l'auditoire. Encore faudra-t-il les retraduire les en termes de discours.* Tradução livre: “Para fornecer conceitos operacionais parece útil incluir as considerações da nova retórica sobre o auditório. Contudo, é necessário retraduzi-lo em termos de discurso”. Nesse aspecto, a autora aponta para outros termos, como “público”, “alocutário” ou “interlocutor” que poderiam se aplicar ao conceito de auditório dependendo das condições de produção estabelecidas pelo discurso. Nesse trabalho, para falar da instância daquele que o locutor (orador, em termos da Nova Retórica) visa gerar influência, utilizamos o termo interlocutor.

opinativos, em sua maioria professores de instituições universitárias ou pessoas que mantêm algum tipo de relação com este espaço institucional. Julgamos que é também devido à imagem projetada sobre os leitores que a temática das Ações Afirmativas esteve tão presente nos artigos de opinião do *Boletim*, talvez com base em uma crença de que qualquer possível mudança no ingresso e na permanência universitária seria de interesse direto da comunidade acadêmica. Assim, julgamos que a relevância que a análise argumentativa confere ao interlocutor não poderia ser desacompanhada de uma atenção para as crenças partilhadas; elemento complexo e, por isso, digno de análise. Se, por um lado, a adaptação a um público carrega a necessidade de levar em consideração elementos dóxicos “fora dos quais todo diálogo se revelaria impossível” (AMOSSY, 2011, p. 123), por outro, essa adaptação é capaz de se assentar em determinadas crenças equivocadas que, propagadas como verdades e desprovidas de uma reflexão crítica, orientam maneiras de ver e de agir igualmente equivocadas, a exemplo do que se verifica acerca de um determinado grupo em relação a outro. Isso é o que se pode perceber no trato com os estereótipos, elemento dóxico por definição.

Como esclarecem Amossy e Hetschberg Pierrot (1997), a concepção de estereótipo tem sua gênese na imprensa do século XIX, a partir da necessidade de se reproduzir um determinado modelo fixo em larga escala, gerando, assim, a clichagem ou estereotipia. Naquele mesmo século, a clichagem passou a ser vista por um paradigma do negativo, conceituando aquilo que poderia ser reproduzido indiscriminadamente, sendo também associada a frases repetidas muitas vezes, fosse de forma escrita ou oral. Para as autoras, é por esse contexto que a noção de estereótipo adquire uma aura relacionada à fixidez, algo reproduzido por longos tempos sem que haja alteração (AMOSSY & HETSCHBERG; PIERROT, 1997). As autoras esclarecem, ainda, que, enquanto o estereótipo corresponde à imagem prévia que um determinado grupo social alimenta em relação a outro, o clichê encontraria maior relação com o linguístico, “une expression figée, répétable sous la même forme⁵¹”, ou ainda: “le cliché représente la matérialité de la phrase; le lieu commun plutôt la banalité de l’idée⁵²” (GOURMONT, 1899, p. 288, *apud* AMOSSY; HETSCHBERG PIERROT, 1997, p. 12). Em outras palavras, a noção de estereótipo passa por uma imagem coletiva simplificada e fixa dos outros e das coisas, herdada culturalmente, podendo determinar atitudes e comportamentos (AMOSSY, 2010). Assim, como dissemos, se os

⁵¹ Tradução livre: “uma expressão congelada, repetível, na mesma forma”.

⁵² Tradução livre: “o clichê representa a materialidade da sentença; o lugar comum da ideia”.

estereótipos e os clichês estão na base da interação social, por outro lado, podem (re)criar “o real”.

No que corresponde à perspectiva dos estereótipos culturais, utilizados como forma de criar imagens e saberes sobre grupos de pessoas, podemos citar a obra *Imprensa, Humor e Caricatura: a questão dos estereótipos culturais* (2011), organizada por Isabel Lustosa. Nesse livro há um artigo de Marcela Gené que evidencia como os lugares-comuns e as crenças de determinado grupo foram utilizados em caricaturas de judeus na imprensa argentina dos anos 1930-1940 de maneira a associar ao povo semita elementos que os constituíam como inimigos da nação. Tal exemplo torna possível retomarmos mais uma vez a questão que discutimos anteriormente sobre a finalidade e a dimensão argumentativa do discurso aplicada a determinados gêneros. Pois, se a caricatura enquanto gênero seria portadora de uma dimensão argumentativa, com vistas a instaurar o humor pela reprodução deformada de algum elemento (HOUAISS, 2009), a sua elaboração e os seus objetivos teriam uma finalidade argumentativa, levando em conta o contexto em questão (período de segunda guerra mundial) e as relações de poder estabelecidas. Nas palavras de Gené:

a princípio, poderia pensar-se que analisar essas caricaturas nada acrescentara às argumentações acerca das teorias do complô judaico universal [...] no entanto, nos interessa refletir sobre o uso das caricaturas como instrumento de “prática política” dos grupos antissemitas e sua eficácia como arma de terror e de exclusão. Nesse contexto, a caricatura abandona o lugar de ilustração dos textos, para se erigir, como defende Marie-Anne Matarad-Bonnucci, na ‘figura maior do discurso antissemita’ (GENÉ, 2011, p. 441).

Já no caso dos artigos de opinião que iremos analisar, o trabalho com o estereótipo pode ser notado, por exemplo, a partir de lugares-comuns que dependem do posicionamento argumentativo assumido por cada articulista. Assim, argumentos em torno da meritocracia ou da inexistência de raças no sentido biológico seriam exemplos de lugares-comuns utilizados por aqueles que se colocaram contra as cotas raciais. Por outro lado, argumentos que passam pela necessidade de reparação advinda da escravidão e falta de representatividade de negros em espaços de poder exemplificariam esse lugar-comum por parte dos favoráveis às cotas. Vejamos mais uma contribuição de Amossy (2011) sobre a noção de estereótipo:

na perspectiva argumentativa, o estereótipo permite designar os modos de raciocínio próprios a um grupo e os conteúdos globais do setor da doxa na qual ele se situa. O locutor só pode representar seus locutores se os relacionar a uma categoria social, étnica, política ou outra [...] isso quer dizer que a construção do auditório passa necessariamente por um processo de estereotipagem (2011, p. 126).

A estereotipia em nosso *corpus*, como já começamos a adiantar, passa, também, pela construção de imagens sobre os possíveis leitores, ao ser considerada a natureza do periódico em que a publicação do artigo se dará e seu local de distribuição. Nesse sentido, a própria característica do suporte para os artigos de opinião, bem como o seu local de distribuição, é capaz de criar perfis dos envolvidos no processo argumentativo (a política de cotas, os possíveis beneficiários da medida, os supostamente não beneficiados pela medida) a partir de estereótipos. Ou seja, um artigo que mostrasse uma argumentação favorável às cotas provavelmente teria uma construção de imagens e uma orientação argumentativa distinta se publicado em um periódico destinado a ativistas do movimento negro. O mesmo poderia acontecer no caso de um artigo de opinião publicado em um veículo de comunicação voltado para assuntos de economia. Assim, afirma Amossy:

les mêmes représentations du juif ou de l'Arabe peuvent avoir une portée divergente dans un journal français d'extrême droite, un discours maoïste anti-imperialiste, une histoire drôle racontée par les membres de ces collectives⁵³ (2010, p. 105)

Importa considerar, ainda, que problematizar os estereótipos, as crenças e os lugares-comuns não se trata de tarefa tranquila. Retomamos Charaudeau (2006) acerca dos saberes de conhecimento e os sabres de crença. Ainda que o linguista não mencione diretamente o termo estereótipo para abordar tais saberes, a relação é possível: enquanto os saberes de conhecimento se relacionam a verdades sobre o mundo, os sabres de crença ligam-se à avaliação do sujeito sobre os fatos do mundo. Contudo, o próprio autor reconhece a porosidade na delimitação desses conceitos, que podem ser intercambiados em virtude dos objetivos da comunicação. A questão sobre os saberes de crença e de conhecimento será retomada no decorrer deste capítulo. Na seção a seguir, objetivamos apresentar as três dimensões do discurso argumentativo: *ethos*, *pathos* e *logos*, a fim de oferecer maior embasamento para a nossa empreitada de análise.

⁵³ Tradução livre: “as mesmas representações do judeu ou do árabe pode ter uma representação divergente em um jornal francês de extrema direita, um discurso maoísta anti-imperialista, uma anedota contada por membros daquele coletivo”.

3.2 As três dimensões do discurso argumentativo

Como nos relembra Lima (2015), argumentar é persuadir, de acordo com a retórica de base aristotélica, e configura-se como o uso da palavra como prática para a ação. Foi a partir do lugar privilegiado que Aristóteles conferiu à retórica que foram abertas possibilidades para o desenvolvimento de estudos em torno da argumentação na contemporaneidade, que releem a base sistematizada pelo filósofo, adaptando-a para fins de estudo específicos. Sobre a contribuição da retórica para os atuais estudos em AD afirma Lima (2015, p. 4):

É preciso salientar que no terreno da AD não lidamos com a retórica em si, mas com sua herança, associada às contribuições de domínios diversos – linguística, psicologia, antropologia, filosofia da linguagem.

Vemos, então, que a AD se vale dos pressupostos retóricos bem como de outros campos do saber, uma vez que, ao lidarmos com o discurso, é imperioso não desconsiderarmos a constituição social e histórica que se materializa na linguagem. A esse respeito, afirma novamente Lima (2015, p 3):

No que tange ao social, trata-se de pensar que tanto a Retórica quanto a AD pressupõem atitude, relações; posições de indivíduos humanos no interior de um quadro político e institucional de algum tipo, os quais existem e subsistem a partir de usos, meios, leis, códigos, rituais, cuja observância e inobservância funda o jogo da sociedade. O caráter cultural destaca o fato de o jogo social somente ser pensado na história, a partir do momento em que os grupos humanos são constituídos em torno de valores simbólicos que lhes unem, que tornam dinâmicas suas relações e os motivam.

Dessa forma, para pensarmos a análise argumentativa do discurso, há a necessidade de uma visão integrada entre provas de persuasão (LIMA, 2006). Vejamos a concepção de Aristóteles sobre a natureza desses elementos:

Entre as provas fornecidas pelo discurso, distinguem-se três espécies: umas residem no caráter moral do orador; outras, nas disposições que se criaram no ouvinte; outras, no próprio discurso, pelo que ele demonstra ou parece demonstrar. Obtém-se a persuasão por efeito do caráter moral, quando o discurso procede de maneira que deixa a impressão de o orador ser digno de confiança. [...] Obtém-se a persuasão nos ouvintes, quando o discurso os leva a sentir uma paixão, porque os juízos que proferimos variam consoante experimentamos aflição ou alegria, amizade ou ódio. [...] Enfim, é pelo discurso que persuadimos, sempre que demonstramos a verdade ou o que parece ser verdade, de acordo com o que, sobre cada assunto, é suscetível de persuadir. (ARISTÓTELES, [198-?], p.33).

A partir da elaboração do filósofo, os estudos contemporâneos em argumentação definem, *grosso modo*, que as provas relacionadas ao caráter do orador e os meios empreendidos para a construção de imagens dizem respeito ao *ethos*. As provas retóricas da ordem do *logos* seriam aquelas ligadas ao próprio discurso ou que nele conduzem elementos relacionados à lógica, ainda que essa referida lógica não seja prerrogativa exclusiva dessa dimensão⁵⁴. Na perspectiva do *pathos*, é possível pensar nos elementos que remetem às emoções para um fim persuasivo.

No horizonte que adotamos para esse trabalho, apesar da inter-relação das provas retóricas, não podemos desconsiderar que determinados domínios discursivos podem apresentar primazia de um ou de outro elemento argumentativo. No caso do nosso objeto de análise, ou seja, os artigos de opinião, julgamos que há predominância da dimensão de construção de imagens em articulação com os efeitos possíveis da ordem do *pathos*.

3.2.1 A construção de imagens de si e do outro no processo argumentativo: o *ethos*

A investigação acerca dos elementos que compõem a imagem do locutor no processo argumentativo é matéria recorrente de debates e de pesquisas, como é possível perceber desde a retórica antiga até os estudos contemporâneos da argumentação. Os diferentes meios empregados para a elaboração de imagens – sejam elas de si ou do outro – são capazes de suscitar percepções várias de um mesmo objeto em questão. Por esse motivo, e talvez por muitos outros ainda, a temática não é uma preocupação somente da AD: a sociologia, a psicologia, a educação e diversos outros campos correlatos do saber têm buscado meios de compreender o assunto em algum grau de especificidade. A própria noção de *ethos*, a que os estudos da AD têm se detido para analisar a construção de imagens, é vista de modos distintos segundo o horizonte de análise adotado. Para Aristóteles, a imagem de si é de elaboração discursiva; já para os romanos, o *ethos* é de constituição prévia e diz respeito ao estatuto do sujeito na hierarquia social. Em abordagens contemporâneas, é possível encontrar filiações teóricas que vão dizer de cada uma dessas tradições ou mesmo tentativas de junção de ambas. Este último é o caso da análise argumentativa do discurso, o que torna possível

⁵⁴ Por vezes nesse trabalho, iremos nos referir às provas *ethos*, *pathos* e *logos* como dimensões, partilhando da perspectiva de Lima (2015) que considera os três elementos argumentativos como dimensão da construção de imagens, dimensão patêmica e dimensão da construção discursiva. O uso desses termos teria como objetivo apontar para constante interrelação desses elementos no processo argumentativo.

destacarmos a importância do termo imagem⁵⁵ na esteira de Amossy (2011), dado que essa terminologia abre leque para tantos outros vieses de análise, seja no domínio da AD ou de suas fronteiras. Ao termo imagem podemos atrelar abordagens que levam em conta os imaginários, as representações, os estereótipos, a posição institucional do sujeito. Lima (2006), por exemplo, oferece notoriedade à questão da imagem em relação ao termo *ethos* para trilhar um caminho que envolve não apenas a imagem de si no discurso, mas também a do outro. Assim, nesse espaço limítrofe de constituição da AD, que acolhe contribuições de outros campos saber, concordamos com Lima (2006), que pensa a noção de imagem como

[...] resultante das representações. As imagens, correspondentes a traços psicológicos, físicos e morais, refletem imaginários sociais e, nesse caso, refletem imaginários sócio-discursivos. Como produto dos imaginários e fruto de um processo cognitivo, elas são construídas de forma quase automática, pois nascem de nossas relações com o mundo. Todavia, as imagens podem também ser construídas estrategicamente de modo a envolver o indivíduo ao qual o discurso se dirige, condicionando sua avaliação acerca do enunciador ou acerca de um outro ao qual ele se refere (LIMA, 2006, p 142).

Ao considerarmos, como relembra Amossy (2010), o fato de que o *ethos* na perspectiva dos antigos liga-se à construção de uma imagem de si com vistas ao sucesso persuasivo, a forma como o locutor mostra-se ao público é dotada da capacidade de levar o outro a compartilhar determinados pontos de vista. É nesse sentido que, desde os primeiros passos da retórica até os estudos contemporâneos da argumentação, a construção de imagens é vista como um elemento basilar para o processo argumentativo. Na perspectiva de Aristóteles, “o caráter moral [*ethos*] deste [o orador] constitui, por assim dizer, a prova determinante por excelência” (ARISTÓTELES, [198-?], p. 33), e corresponde à postura que o locutor deve assumir para obter confiança. Dessa forma, enquanto o *pathos* tem relação com o interlocutor, o *logos* diz respeito ao discurso propriamente dito (espaço de manifestação de *ethos* e *pathos*), e o *ethos* aponta para a instância que se encarrega da produção do discurso. Contudo, interessa ressaltar, com Eggs (2011), que o *ethos* aristotélico não é apenas moral, mas também estratégico. Ou seja, para o autor, haveria um campo da construção de imagens que teria relação com a ideia de honestidade, enquanto outro teria relação com uma boa forma de se expressar:

⁵⁵ Uma vez que nesse trabalho a noção de *ethos* é vista por uma perspectiva contemporânea que combina elementos prévios à tomada de palavra e ao discurso propriamente dito (*ethos* prévio e *ethos* discursivo, cf. Amossy, 2011), em diversos momentos abordaremos a noção de *ethos* a partir do termo “imagem”, pois que o termo abre espaço para esse movimento teórico. A importância do termo *imagem* também é relevante nessa pesquisa pelo fato de que não nos deteremos unicamente nos elementos relativos aos produtores do discurso, os articulistas do artigo de opinião, mas também, imagens do outro: os interlocutores e, principalmente, da política de cotas raciais.

Embora o *ethos* tenha aqui um sentido moral ou ideal, é preciso ver que essa moralidade não nasce de uma atitude interior ou de um sistema de valores abstratos; ao contrário, ela se produz pelas escolhas competentes, deliberadas e apropriadas. Essa moralidade, enfim, *o ethos como prova retórica* é, portanto, *procedural*. (EGGS, 2011, p. 37. Grifos do autor).

Ainda “[...] é preciso agir e argumentar estrategicamente para poder atingir a sobriedade moral do debate. Essas duas faces do *ethos* constituem, portanto, dois elementos essenciais do mesmo procedimento: *convencer pelo discurso*” (EGGS, 2011, p. 39, grifos do autor).

Desde a antiguidade, o entendimento sobre *ethos* divide-se em dois caminhos fundamentais: discursivo e prévio. O primeiro atende à concepção de Aristóteles, que defende ser o *ethos* elaborado no discurso. No atual cenário, que traz propostas de releituras dessa prova, a concepção de que a imagem é de construção discursiva é a mesma a que se filia Maingueneau (2011), que pensa o *ethos* no contexto da cenografia. Há, ainda, um segundo caminho, que segue a perspectiva dos romanos, com base em Isócrates, que entendia ser o *ethos* um dado preexistente ao discurso e apoiado na autoridade do orador (autoridade própria, moral, institucional). Como bem destaca Lima (2006), os estereótipos, as questões morais e institucionais e o *status* do locutor estariam em jogo na concepção de *ethos* prévio, influenciando sobremaneira as impressões do interlocutor.

Na atual retomada dos estudos sobre argumentação, pesquisadores têm buscado trazer a noção retórica de *ethos* (seja a partir dos pressupostos de Aristóteles ou dos romanos) para os estudos discursivos, a exemplo de Amossy (2011), que apresenta não apenas a sua própria perspectiva sobre a construção de imagens, como também a de outros autores, como os já citados Eggs e Maingueneau. Para a proposta desse trabalho, consideraremos principalmente as reflexões de Amossy (2011), que percebe o *ethos* em sua base retórica, associando as concepções dos gregos e dos romanos. Tal perspectiva agrega ainda a contribuições da sociologia dos campos e da pragmática, o que define uma percepção do *ethos* na interseção de disciplinas.

Na concepção de Amossy (2011), para se pensar a noção de *ethos* é preciso levar em conta o *status* institucional do sujeito e a sua figura propriamente dita (relacionados com o *ethos* prévio), bem como elementos constituintes da sua produção discursiva (ligados ao *ethos* discursivo). Dessa forma, torna-se possível pensar que, nos liames do discurso, o locutor poderia jogar com a sua reputação, seja para reafirmá-la ou para modificá-la. Nesse ínterim, o interlocutor poderá ter pontos de vista diferenciados de acordo com aquilo que o locutor

representa previamente ao discurso (informações relativas a uma bagagem dóxica mobilizada pelo interdiscurso) e o que é dito na tomada de palavra. Nesse sentido, a autora defende que o *ethos* prévio carrega a capacidade de condicionar a elaboração do *ethos* discursivo (AMOSSY, 2011), o que implica a necessidade de se reelaborar estereótipos desfavoráveis que possam influenciar negativamente a eficácia do argumento. Ou seja, a perspectiva da análise argumentativa adota um entendimento sobre o *ethos* na interseção entre a posição institucional do locutor e os meios languageiros utilizados por ele para elaborar uma imagem de si. Nas palavras de Amossy (2011):

Parece, portanto, que a eficácia da palavra não é nem puramente exterior (institucional) nem puramente interna (languageira). Ela acontece simultaneamente em diferentes níveis. Não se pode separar o *ethos* discursivo da posição institucional do locutor, nem dissociar totalmente a interlocução da interação social como troca simbólica (no sentido de Bourdieu) (AMOSSY, 2011, p. 136).

A noção de *ethos* na análise argumentativa também busca contribuições na perspectiva sociológica de Pierre Bourdieu, para quem a eficácia da palavra não residiria no discurso, mas nos princípios interiorizados pelos interlocutores, que definiriam, por sua vez, a imagem do sujeito. Ou seja, para o sociólogo, a interpretação do conceito do *ethos* aconteceria a partir da noção de *habitus*, “lei social incorporada” (BOURDIEU, 2003, p. 64). Dessa maneira, o *ethos*, para Bourdieu, corresponderia a uma série de princípios que guiam a conduta dos sujeitos de forma inconsciente (AMOSSY, 2011) e teria uma dupla orientação: interacional (que diz respeito às trocas simbólicas entre os participantes, agentes sociais) e institucional (que diz das posições que os participantes ocupam no campo). Nesse caso, a força das palavras estaria ligada à autoridade de que goza o locutor, já que sua fala seria dotada de um “capital simbólico acumulado pelo grupo que lhe conferiu o mandato e do qual ele é, por assim dizer, o procurador” (BOURDIEU, 1996, p. 89). Amossy (2011) continua sua explicação e exemplifica quais sujeitos seriam dotados desse capital simbólico (institucional) em suas respectivas comunidades: o padre, o político, o escritor e também aqueles que são a maior parte dos articulistas dos artigos de opinião que selecionamos: os professores universitários. A palavra proferida por esses sujeitos seria, na perspectiva de Bourdieu, eficaz, dado que eles são investidos de poder aos olhos do público.

Já a pragmática contemporânea, outro campo de estudos de que a análise argumentativa se vale para entender a noção de *ethos*, concebe a eficácia da palavra no discurso propriamente dito, no interior da troca verbal, o que consubstancia o *ethos* como um fenômeno exclusivamente discursivo, sem relação com o *status* social do locutor (AMOSSY,

2011). Na perspectiva pragmática, como explica a autora, o *ethos* seria analisado como uma troca baseada no exame das instâncias da interação verbal e da forma como o locutor se coloca para elaborar uma imagem de si⁵⁶. Essa perspectiva encontra eco na tradição aristotélica de construção de imagens, dado que considera somente os elementos internos ao discurso no processo persuasivo.

Além das contribuições da sociologia dos campos e da pragmática, o *ethos*, na análise argumentativa, busca ainda as contribuições da Nova Retórica de Perelman e Tyteca (1958), notadamente no que diz respeito à importância conferida ao auditório e os meios para exercer influência sobre ele. É justamente sobre a noção de auditório, ou interlocutor, que pela análise argumentativa torna-se possível pensar para além da construção de uma imagem de si no processo argumentativo e abarcar imagens do outro, o que traz novamente à cena o trabalho com as crenças partilhadas. Sobre essa questão, afirma Amossy (2011):

a importância atribuída ao auditório acarreta naturalmente a insistência no conjunto de valores, de evidências, de crenças, fora dos quais todo diálogo se revelaria impossível; em outras palavras, conduz a uma doxa comum. É mediante um trabalho sobre a doxa que o orador tenta fazer seu interlocutor partilhar seus pontos de vista (2011, p. 123).

Na gestão de imagens, é possível retomar, como já destacamos outras vezes nesse trabalho, a importância de elementos dóxicos como os lugares comuns, as crenças, as representações sociais, os estereótipos, não apenas na elaboração de imagens de si, mas também do outro. Nesta perspectiva, Amossy (2011) traz uma leitura da “nova retórica” que considera o fato de que “a interação entre o orador e seu auditório se efetua necessariamente por meio da imagem que fazem um do outro” (p. 124). Ou seja, o *ethos* seria constituído a partir do que a autora chamou de “jogo especular”, pois o locutor tenderia a elaborar sua imagem com base nos elementos que ele imagina serem partilhados por seu interlocutor⁵⁷. Posição semelhante é adotada por Charaudeau (2006), que considera que o *ethos* não é propriedade exclusiva daquele que fala, mas sim o resultado do “cruzamento de olhares” entre os envolvidos no ato linguageiro:

o *ethos* relaciona-se ao cruzamento de olhares: olhar do outro sobre aquele que fala, olhar daquele que fala sobre a maneira como ele pensa que o outro o vê [...] O sentido veiculado por nossas palavras depende ao mesmo tempo daquilo que somos

⁵⁶ Cf. Ducrot, 1984.

⁵⁷ Como também já destacamos outras vezes nesse trabalho, o potencial persuasivo dos elementos dóxicos não necessariamente possui uma relação direta com a verdade, mas com o que pode ser crível.

e daquilo que dizemos. O *ethos* é o resultado dessa dupla identidade, mas ele termina por se fundir em uma única (CHARAUDEAU, 2006, p. 115).

Nesse jogo em que são refletidas as imagens de si e do outro, a já destacada noção de estereótipo é de suma importância, pois que está relacionada a modelos culturais e esquemas coletivos cristalizados⁵⁸. Sobre essa questão, afirma Lima:

Desse modo, se se considera a existência de uma imagem anterior ao discurso e se, durante o ato de linguagem, o sujeito é avaliado pelo outro em relação ao que diz e ao que é, os conhecimentos prévios, os estereótipos que são frutos das representações sociais contribuem de forma decisiva na construção dessa imagem. Isto porque ela é tomada segundo os modelos culturais, segundo o estoque de imagens de uma sociedade dada (LIMA, 2006, p. 148).

Ao relacionar os estereótipos à construção de imagens, é possível concordar novamente com Charaudeau (2006) acerca da existência de um *ethos* coletivo. Segundo o autor, a noção de *ethos* pode se ligar ao indivíduo e a um grupo de indivíduos e é associada a representações que tendem a essencializar visões (CHARAUDEAU, 2006). Ao aplicar a percepção do linguista francês ao nosso objeto, pensamos haver, nos artigos de opinião que iremos analisar, essa relação entre *ethos* individual e o de abrangência coletiva. Ou seja, julgamos haver a elaboração de uma imagem de si feita pelo articulista e que objetiva orientar maneiras de ver que, por sua vez, elaboram imagens de grupos de sujeitos. Nesse cenário coletivo estaria o resgate de imagens do que é ser povo brasileiro e também do que é ser parte de uma comunidade universitária. Pensamos que a articulação desse duplo *ethos* (individual e coletivo) colabora para formar as imagens da política de cotas raciais para o ingresso em universidades públicas. Assim, nesse processo de elaboração de imagens (de si, do(s) outro(s), e de um terceiro, as cotas raciais) há inter-relação entre informações prévias (interdiscursivas) e presentes (ligadas ao discurso).

Outra contribuição que não se liga diretamente ao campo da AD, mas que pode auxiliar sobremaneira para se pensar e ampliar a compreensão sobre o *ethos* é a abordagem interacional desenvolvida pelo sociólogo Erving Goffman. Para o autor, ao desempenhar um papel, um indivíduo solicita que sua representação seja levada a sério, o que implica fornecer imagens de si para influenciar os parceiros envolvidos na troca (GOFFMAN, 2002). Essas imagens fornecidas pelo sujeito vão, de alguma forma, permitir ao outro fomentar determinadas ideias sobre o interlocutor. É ainda Goffman, em sua obra de 1974, que desenvolve outro conceito bastante atrelado à elaboração de imagens – a noção de face, vista

⁵⁸ Ver Amossy & Hetschberg Pierrot, 1997.

como “o valor social positivo que uma pessoa reclama efetivamente para si por meio da linha que os outros supõem que ela seguiu durante determinado contato. A face é a imagem da pessoa delineada em termos de atributos sociais aprovados” (GOFFMAN, 1970, p. 13). Nesse sentido, a ideia de face tem relação com a de *ethos* na medida em que corresponderia à imagem construída a partir de elementos sociais possíveis de serem partilhados pelos sujeitos que interagem.

Ainda no campo da elaboração de imagens, podemos citar, a partir de Amossy (2010), o trabalho de Kerbrat-Orecchioni (1997), que trata de procedimentos linguísticos como os *shifters*, os modalizadores e os termos avaliativos que permitem ao locutor imprimir sua marca na mensagem, seja de forma explícita ou implícita. Nesse contexto, a linguista desenvolve em seu trabalho um estudo sobre as marcas deixadas na enunciação e que designam subjetividade. Assim, as escolhas lexicais⁵⁹, por exemplo, teriam características avaliativas (axiológicas), assim como os substantivos e os adjetivos.

Como pudemos perceber, o *ethos*, no viés da análise argumentativa, é a junção de contribuições advindas de diversos campos teóricos, fato que, longe de descaracterizar as análises contemporâneas sobre a construção de imagens, enriquece-as, permitindo aplicabilidade em diversos objetos de estudo, como é o nosso caso: verificaremos as imagens do articulista (tanto as de elaboração prévia ao discurso como as de construção discursiva), bem como daqueles a quem os artigos de opinião são dirigidos, para, assim, chegar às imagens da política de Ações Afirmativas de recorte racial. Sobre a constituição do *ethos* na análise argumentativa, sumariza Amossy:

Ora, a teoria da argumentação, ao manter a ideia de uma livre escolha fundada em normas de racionalidade, valoriza a eficácia da palavra que as perspectivas influenciadas por Bourdieu anulam. Para a retórica, se o dizer é um fazer, ele o é na medida em que agir sobre o auditório, leva-o a adotar teses capazes de moldar comportamentos. O orador influencia as opiniões que, no momento oportuno, traduzir-se-ão em atos, e é por isso que ele deve produzir em seu discurso uma imagem adequada de sua pessoa. A construção positiva de uma imagem de si é suscetível de conferir ao orador sua autoridade, isto é, o poder de influir nas opiniões e modelar atitudes. Essa ótica corrobora com as perspectivas da pragmática que considera [...] que o discurso permite (inter)agir (AMOSSY, 2011, p. 142).

É por essa maleabilidade de abordagens possíveis que pensamos ser a noção de *ethos* da análise argumentativa a mais adequada para investigar a elaboração de imagens das cotas raciais nos artigos de opinião do *Boletim*. Nessa perspectiva teórica, podemos pensar

⁵⁹ Amossy (2010) oferece contribuições para se pensar sobre a questão da seleção lexical e outros elementos de ordem pragmática na empreitada argumentativa no capítulo intitulado “*éléments de pragmatique pour l’analyse argumentative*”.

nos elementos de base prévia que os articulistas utilizam para agir sobre os seus leitores e assim levá-los a fomentar imagens sobre a política de cotas, sejam elas favoráveis ou contrárias, moldando, assim, comportamentos⁶⁰. Esse viés de análise permite-nos discutir a possibilidade de se orientar maneiras de ver pautadas na posição institucional dos articulistas, vinculados (em algum grau) a um espaço de poder, que é a Universidade. O *ethos* na análise argumentativa favorece ainda pensar sobre os elementos de base discursiva, sendo capaz de mobilizar elementos históricos a exemplo da construção da identidade nacional brasileira, os estereótipos e os mitos relativos ao ideal brasileiro após 1930. É, por fim, devido à sua constituição sócio-histórica que o *ethos* elaborado a partir da análise argumentativa interessa a esse trabalho. A fim de dar continuidade aos nossos apontamentos teóricos, passemos para algumas considerações sobre o *pathos*.

3.2.2 O emprego das emoções como estratégia argumentativa: o *pathos*

Neste momento da pesquisa, apontaremos alguns elementos que compõem o *pathos* como elemento argumentativo para, assim, verificarmos como a negociação das paixões no discurso pode contribuir para a elaboração de imagens de si e do outro. Conforme pesquisas contemporâneas em argumentação já têm atestado, analisar o papel das emoções no processo argumentativo não se trata de algo menos digno de crédito – ao contrário, o próprio Aristóteles consagrou todo um livro para tratar do assunto⁶¹, demarcando a importância do *pathos* para a retórica⁶². Apesar de um olhar vigente na era clássica, que delimitava as emoções como um elemento que devia ser subordinado à razão, a perspectiva contemporânea dos estudos sobre as emoções herda de Aristóteles a premissa básica de que “persuadir um auditório consiste em produzir nele sentimentos que o predisponem a partilhar o ponto de vista do orador” (CHARAUDEAU, 2007, p. 242).

Contudo, ainda que recorrer às emoções para gerar adesão seja uma preocupação antiga⁶³, o tratamento dos afetos⁶⁴ só bem recentemente passou a receber um olhar que busca

⁶⁰ Como já dissemos anteriormente, os artigos de opinião selecionados são do intervalo de tempo entre os anos 2002 e 2012, quando a constitucionalidade das cotas raciais e sua execução nos processos seletivos das universidades ainda não eram uma realidade. Dessa forma, pensamos que não só os articulistas dos artigos de opinião do *Boletim*, como a mídia em geral objetivou influenciar na opinião pública de forma a gerar posicionamentos que pudessem interferir na decisão do STF.

⁶¹ *Retórica das paixões*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

⁶² Entendemos que o olhar do filósofo para as paixões submeta-as ao *logos*, a uma abordagem taxionômica que, pela ótica das releituras contemporâneas, pode não alcançar toda a complexidade do *pathos* como recurso no processo argumentativo.

⁶³ Não só Aristóteles, mas também os romanos Cícero e Quintiliano debruçaram-se sobre o estudo das paixões.

aliar os estudos do discurso aos da emoção⁶⁵. Sobre o silenciamento a que as emoções foram submetidas, comenta Galinari (2007):

um primeiro exemplo disso [o silenciamento das emoções] é que não encontramos referências significativas sobre as emoções nos trabalhos refundadores da retórica argumentativa, a saber, nas obras de Perelman & Olbrechts- Tyteca (2002) e de Toulmin (1958), concebidas na década de 1950. Algum tempo depois, o que se vê são formulações condenatórias direcionadas aos sentimentos, tratados geralmente como “expedientes” irracionais e/ou falaciosos, que deveríamos evitar em nossas “boas” e “civilizadas” argumentações (GALINARI, 2007, p. 82).

A retomada das emoções como elemento de discurso, como pudemos observar nos últimos anos, implica ao analista a necessidade de pensar como estudar essa categoria de uma perspectiva linguageira, demarcando seu espaço perante outras disciplinas. Nesse sentido, Charaudeau (2010) propõe uma delimitação para o estudo das emoções no discurso, distinguindo a perspectiva da AD de uma “psicologia das emoções” e de uma “sociologia das emoções”. Pela ótica de Charaudeau (2010), as emoções na AD não diriam respeito àquilo que o indivíduo sente (abordagem de uma psicologia das emoções) e nem às normas que regulam as relações entre os sujeitos (ramo da sociologia das emoções); antes sim, as emoções, na AD, estariam ligadas aos sentidos produzidos na linguagem capazes de suscitar emoção e os efeitos visados para esse fim. Em outras palavras, seriam os meios linguístico-discursivos que, em dada situação de comunicação, teriam a possibilidade de desencadear emoções em interlocutores específicos. Importa considerar, contudo, que Charaudeau (2010) não despreza que para estudar emoções a AD precisa se valer das contribuições tanto da sociologia quanto da psicologia, dado o seu caráter interdisciplinar. Nesse sentido, a fim de traçar uma filiação dos estudos sobre a emoção na perspectiva discursiva, o linguista aponta uma preferência pelos termos *pathos*, patêmico ou patemização, como destacamos a seguir:

É a razão pela qual prefiro os termos “pathos”, “patêmico” e “patemização” ao de emoção. Isso me permite, por um lado, inserir a análise do discurso das emoções na filiação da retórica que desde Aristóteles trata os discursos em uma perspectiva de visada e de efeitos (ainda que ordenamentos sejam necessários a essa filiação); por outro lado, me permite demarcar a análise do discurso, caso seja necessário, da psicologia e a sociologia (CHARAUDEAU, 2010, p. 35).

⁶⁴ Neste trabalho, os termos designativos de emoção – afetos, paixões, sentimentos serão abordados como sinônimos. De nossa parte, para marcar um lugar de fala da Análise do Discurso, daremos preferência ao termo *pathos* e seus correlatos patemização e patêmico, seguindo a trilha de Charaudeau (2010).

⁶⁵ A partir da década de 1980 começou-se a oferecer um olhar mais apurado para compreender as emoções nas relações sociais. Segundo Lima (2006) a atenção para as emoções nos estudos do discurso começou a ter força a partir dos anos de 1990, aliando contribuições de outras áreas do saber. No caso da UFMG, essa empreitada teve forte influência do Núcleo de Análise do Discurso (NAD), da Faculdade de Letras.

Sobre a utilização do termo *pathos*, Galinari (2007, p. 86) alerta que tal não corresponde às emoções propriamente ditas, mas aos “[...] seus elementos linguageiros deflagradores”. Dessa forma, caberia ao analista perceber tais elementos na materialidade linguística para depreender a análise de um determinado objeto.

A fim de lançar luz sobre os meios de se trabalhar a emoção no discurso, Charaudeau (2010) apresenta três aspectos relevantes: as emoções são de ordem **intencional**, estão ligadas a **saberes de crença** e estão inscritas em uma **problemática da representação psicossocial** (CHARAUDEAU, p. 26). Vejamos como o linguista desenvolve cada um desses aspectos.

No que concerne ao caráter **intencional** das emoções, Charaudeau (2010) aponta para o fato da existência de um caráter racional nas mesmas, que corresponderia à ação para alcançar determinados objetivos. Em outras palavras, o caráter intencional diz respeito à escolha de determinados elementos capazes de gerar emoção em meio a um conjunto de outros elementos possíveis. Interessa notar que destacar a existência de um caráter intencional nas emoções desvela um caminho distinto daquele que determina uma dicotomia entre razão e emoção.

A presença de um aspecto racional nas emoções é também defendida por Lima (2006), que advoga, a partir de observações fundadas em outros campos do saber, como a medicina e a psicologia, que emoção e razão não fariam parte de categorias distintas, mas de um mesmo sistema, para assim defender a concepção de uma “união essencial entre pensar e sentir” (LIMA, 2006, p. 133). A fim de trazer mais um exemplo do caráter intencional das emoções, Galinari (2007a), ao defender que o *pathos*, se manifesta a partir de elementos linguísticos capazes de emocionar, propõe uma integração das emoções ao *logos*. Na perspectiva do autor, “[...] o *logos* decorreria dos atributos materiais-textuais das línguas humanas, nas suas dimensões *linguística* e *para-linguística*, somados aos raciocínios intelectualmente colocados pela sequência escritural” (GALINARI, 2007a, p. 232, grifos do autor). Nesse sentido, a seleção lexical, pronomes pessoais, demonstrativos, advérbios, o arranjo sintático das palavras, além de outros elementos, como ritmo ou ênfase, quando organizadas no discurso, seriam meios de obter uma visada emocional. Entraremos em detalhe sobre o *logos* em seção adiante; contudo, de antemão, é imperioso reconhecer o potencial de adesão pelo *pathos* de que o discurso em sua concretude é portador.

A mesma associação entre as provas discursivas é possível de ser feita entre *pathos* e *ethos*. Nesse sentido, quando um locutor se apoia em uma imagem de si como daquele que sente como o outro, há possibilidade de gerar identificação em torno de sua

figura. É o que aponta Plantin (2008), ao afirmar que aderir a um discurso pressupõe a identificação com o autor – o que justificaria, por exemplo, a utilização de termos afetivos na elaboração do *ethos*. Vejamos as palavras do autor:

“Ele sente como nós”; o *ethos* tem ainda uma “estrutura emocional” na medida em que a emoção (ou o controle emocional) manifestada no discurso repercute inevitavelmente sobre a fonte dessas manifestações, o que estabelece uma primeira ligação entre *ethos* e afetos (PLANTIN, 2008, p. 115).

Este seria o caso, por exemplo, de um recurso bastante utilizado no discurso político: determinado candidato pode articular em seu pronunciamento elementos de sua história de vida que, organizados segundo os valores de determinada sociedade, podem gerar emoção a partir da imagem do lutador, do sujeito portador de ideais nobres de vida.

Retomamos agora as considerações de Charaudeau (2010), que aborda os **saberes de crença** aos quais os elementos da ordem do *pathos* também estão ligados. Como explicita o autor, há critérios ligados à subjetividade, a valores que não necessariamente têm ligação com a verdade e que devem ser levados em conta nos estudos sobre emoção. Dessa forma, o autor explica que esses critérios corresponderiam a um saber de crença, oposto a um saber de conhecimento. Nessa esteira, o linguista destaca que as emoções, não raro, são interpretadas por meio de valores partilhados por um grupo social “[...] e cujo respeito ou não leva a uma sanção moral (elogio ou repreensão)” (CHARAUDEAU, 2010, p. 29). Nesse aspecto, vemos que há um viés argumentativo em determinados artigos que selecionamos como nosso *corpus* que questiona acerca da validade e da necessidade das cotas raciais, principalmente em um país como o Brasil, configurado como mestiço e imaginado, segundo um saber de crença, sem conflitos raciais, com oportunidades iguais para todos que se esforçam para alcançar seus objetivos⁶⁶. Com base em argumentos como estes, usados diversas vezes para caracterizar o Brasil frente a outras nações, haveria a possibilidade de uma repreensão sobre aqueles que argumentam a favor das cotas, pois colocar em xeque tais valores seria dessacralizar o lugar do Brasil e da imagem fabricada de seu povo em relação a outros países.

Outro viés para se analisar as crenças em que as emoções se inscrevem diz respeito à “[...] diversidade dos efeitos de um mesmo ato de enunciação e suas especificidades culturais”, que Charaudeau (2010, p. 36) menciona para ampliar a compreensão sobre o surgimento de determinados efeitos emotivos. Contudo, antes de fazermos a associação do exemplo trazido pelo linguista com o nosso objeto, é importante

⁶⁶ Referimo-nos a alguns argumentos comuns para o combate às cotas raciais que discutimos no segundo capítulo desse trabalho: o elogio à meritocracia, o mito da democracia racial, e a inexistência de raça.

explicarmos em qual fato, exatamente, reside a nossa comparação. Vejamos: no debate sobre as Ações Afirmativas de recorte racial, foi possível perceber, em larga escala, posicionamentos dicotômicos sobre a política nos mais distintos espaços de debate, como já apontamos. Como também já ressaltamos, na maioria dos debates que se mantinham favoráveis às cotas, esteve presente o discurso sobre a existência de racismo no Brasil e os efeitos da escravidão possíveis de serem percebidos pela população negra na atualidade.

Feitas essas considerações, retomemos, agora, a exemplificação de Charaudeau (2010). O linguista cita em seu artigo a experiência relacionada a uma campanha publicitária da marca *Benetton*, que mostrava a inscrição HIV sobre um braço, como se tatuado. Segundo o autor, tal campanha teve efeitos diferentes na França e na Grã-Bretanha: houve choque na França, mas não na Grã-Bretanha. Tal diferença de recepção é atribuída pelo autor aos distintos universos de crença dos países envolvidos: a França é marcada pela memória da deportação de seus cidadãos judeus para campos de concentração, o que é capaz de desencadear nos franceses uma rede inferencial em torno do sofrimento, morte e genocídio, podendo suscitar efeitos patêmicos de indignação e revolta mesmo em momentos atuais (a partir de uma relação entre a tatuagem e a marca que os deportados para os campos de concentração recebiam). O autor destaca, ainda, que essa mesma propaganda, na Grã-Bretanha, teve apenas o caráter informativo, por não ter havido ali a experiência direta com os campos de concentração, ou seja, o contato da população inglesa com os campos é apenas de informação, e não de vivência, podendo impedir o desencadeamento da mesma força patêmica (CHARAUDEAU, 2010). A mesma relação é possível de ser feita entre as crenças que afetam os sujeitos brasileiros que defendem e os que são contrários às cotas apesar de partilharem o mesmo espaço cultural (a nação brasileira), a forma com que cada um vivencia os efeitos da escravidão na contemporaneidade é diferente, gerando efeitos patêmicos igualmente distintos. Ou seja, enquanto os defensores das políticas afirmativas, que não raras vezes são negros⁶⁷, podem perceber mais diretamente os efeitos da escravidão ainda presentes no cotidiano, a exemplo dos diversos impedimentos simbólicos vivenciados por essa parcela da população no Brasil contemporâneo, para muitos dos que se opõem às cotas, o conhecimento da escravidão e de seus efeitos é voltado apenas para a informação de um dado histórico. Dessa forma, devido a uma não vivência dos efeitos remanescentes da escravidão em seu cotidiano, cotas para as minorias sociais poderiam carregar efeitos patêmicos como a

⁶⁷ Este fato não configura uma regra. Não é nossa intenção a partir desse exemplo indicar que todos os negros são favoráveis às cotas raciais e que todos os brancos seriam contrários, por consequência, já que não vivenciariam diretamente os efeitos da escravidão.

indignação para os que não se enquadram nesse grupo, devido a uma não percepção de tais barreiras simbólicas cotidianas no universo da população negra e tampouco no seu próprio. Complementando a ideia que acabamos de expor sobre as especificidades culturais e de vivência para uma avaliação patêmica sobre as cotas raciais, Charaudeau (2010) propõe, ainda, que as emoções seriam dependentes das circunstâncias em que surgem. Dessa forma, o efeito pragmático ou patêmico de determinadas situações dependeria da relação que o sujeito mantém com o objeto em questão.

Julgamos ser possível, então, estabelecer uma relação entre os saberes de crença e o terceiro elemento destacado por Charaudeau (2010) para o tratamento discursivo das emoções: elas – as emoções – se inscrevem em uma **problemática da representação**. Nesse sentido, o autor sublinha a possibilidade de se falar de “representações patêmicas”, ou seja, teriam uma carga patêmica as representações que descrevem situações que abarcam um julgamento de valor compartilhado pelo coletivo e, portanto, instituído como norma social. Nessa esteira, “a relação patêmica engaja o sujeito em um comportamento reacional segundo as normas sociais às quais ele está ligado, as que ele interiorizou ou as que permanecem nas suas representações” (CHARAUDEAU, 2010, p. 31).

A partir desses pressupostos, consideramos que, ao estabelecermos uma relação entre o fazer-sentir (*pathos*) e as imagens da população brasileira enquanto nação, torna-se possível sugerir possíveis fazer-criar instaurados sobre a vertente racial das cotas. Esse fazer-criar, a nosso ver, aponta para, pelo menos, dois caminhos distintos:

- a) sob a perspectiva dos articulistas que se colocam favoráveis às cotas: um fazer-criar calcado na narrativa sobre a falta de direitos básicos a que a população negra no Brasil foi historicamente submetida;
- b) sob a perspectiva dos articulistas que se colocam contrários à política de cotas: o recorte racial das Ações Afirmativas é divisor do país, pois vai de encontro a uma retórica oficial de brasilidade, instaurando um fazer-criar que cotas para negros no ensino superior brasileiro seria um contrassenso.

Lima (2006), ao discorrer sobre as representações que cercam o estudo das emoções, acaba por nos lembrar o caráter interdisciplinar que envolve a AD:

esta ideia de representação da qual Charaudeau se utiliza baseia-se tanto na Sociologia quanto na Psicologia, pois ela seria, em seu entender, “sócio-discursiva”, no sentido de que o processo de configuração simbolizante do mundo se faz não através de um sistema de signos isolados, mas de enunciados que significam a vida dos seres do mundo. Tais enunciados nada têm de arbitrário uma vez que são determinados pela relação do sujeito com o mundo, com seus valores e seus julgamentos. São eles que contribuem na formação dos saberes de crenças,

considerados pelo autor como sóciodiscursivos, em oposição ao caráter externo dos saberes de conhecimento (LIMA, 2006, p. 139).

Esse percurso, não sem lacunas, que fizemos sobre o *pathos* para viabilizar uma apreciação, no capítulo seguinte, sobre a gestão dos afetos na materialidade linguística dos artigos de opinião do *Boletim* sobre as cotas raciais acabou por apontar para dois caminhos que julgamos essenciais. O primeiro está ligado à necessidade de uma relação entre o situacional e o linguístico; como já destacaram autores como Bakhtin (2006) e Charaudeau (2010), dentre outros, palavras simplesmente não teriam o poder de emocionar, ainda que se relacionem a um campo semântico da emoção, porque para emocionar há a necessidade de um enunciado concreto, de uma situação de comunicação específica para que seja viabilizada uma análise dos meios utilizados para que a linguagem funcione pateticamente. Outro caminho que as observações sobre o *pathos* nos legou, mas que segue a mesma rota do primeiro, diz respeito à combinação dessa prova com as imagens de si e do outro: como afirma Galinari (2007a, p. 237), “o *ethos* guarda consigo, no seu ‘código genético’, uma carga patêmica, capaz de desnudar-se numa situação propícia/favorável.” Nesse sentido, o autor explica sobre o valor simbólico de palavras como “acessibilidade”, “carisma” e “gentileza”, que, associadas ao locutor, seriam “capazes de conduzir a instância de recepção para estados emocionais favoráveis” (GALINARI, 2007a, p. 237). Passemos, agora, para a terceira dimensão argumentativa discutida nesse trabalho: o *logos*.

3.2.3 A organização discursiva no processo persuasivo: o *logos*

Feitas nossas considerações sobre os elementos ligados à construção de imagens e aos afetos, voltemos, agora, nossa atenção para os caracteres argumentativos advindos do discurso propriamente dito, o *logos*, espaço de materialização do *ethos* e do *pathos*. Na concepção aristotélica, os aspectos vinculados ao *logos* estão relacionados com a necessidade de que o orador “mostre possuir certas disposições e as inspire ao juiz” (ARISTÓTELES, [198-?], p. 97), correspondendo, então, aos elementos argumentativos efetivamente aparentes no discurso. Ao se debruçar sobre as possíveis manifestações do *logos* na empresa argumentativa, Galinari (2007) sugere uma dupla orientação para essa prova retórica que nos parece bastante didática. Para o autor, teríamos significações para o *logos* que corresponde à fala ou discurso, de um lado e, à razão ou raciocínio, de outro.

No primeiro caso, em que o *logos* é associado à fala ou discurso, o potencial argumentativo, em parte, residiria na significação mesma da linguagem, o que abarcaria:

- a. a seleção lexical e seus desdobramentos, como pronomes pessoais e demonstrativos, adjetivos, substantivos, verbos, advérbios, conectores dentre outras classes linguísticas;
- b. funções sintáticas de base, como a voz ativa, passiva, asserções, negações, interjeições, silenciamentos e pressupostos, pontuação e quantificadores, dentre outros.

O exposto acima nos permite pensar que a orientação argumentativa teria forte influência das escolhas linguísticas efetuadas, pois a própria escolha do léxico pode direcionar visões acerca de determinado elemento e influenciar pressuposições e outros modos de ver (GALINARI, 2007).

Já a esfera que Galinari (2007) associa à razão ou raciocínio apresenta relação com as provas que visam o estabelecimento de uma verdade, de uma lógica. Na tradição dos estudos retóricos, não raras vezes o *logos* foi visto como espaço único de manifestação da razão, especialmente se confrontado com o domínio do *pathos*. Como relembra Plantin (2008), desde os estudos clássicos da retórica até a sua retomada contemporânea, às emoções foi relegado um espaço subordinado à chamada lógica do discurso. Contudo, como destaca Lima (2006), o fato de ao *logos* serem associadas provas técnicas e racionalidade não implica ausência de razão nas demais dimensões argumentativas, como também já destacamos. Como discutido em nossas considerações sobre o *pathos*, a própria intencionalidade de que as emoções são portadoras, conforme Charaudeau (2010), já apontaria para um aspecto racional. As provas técnicas associadas ao domínio do *logos*, no caso do nosso objeto de estudo, poderiam corresponder aos dados numéricos relativos às especificidades das universidades brasileiras e sua comunidade, fatos históricos sobre as relações raciais no Brasil, entre outros. As deduções e pressuposições feitas a partir da organização discursiva, notadamente quando associadas aos argumentos da ordem do *ethos* e do *pathos*, seriam capazes de angariar valor ao processo argumentativo. Assim, retomando Galinari (2007), o entimema, a dedução, o exemplo e os *topoi* entrariam na segunda rota de entendimento do *logos*. No caso da argumentação baseada no exemplo, Galinari (2007) recorda a força que episódios históricos possuem para orientar condutas coletivas. Nas palavras do autor:

os episódios (históricos) colocados como exemplos, além de associarem um acontecimento (particular) a uma possível generalidade de circunstâncias, acabariam construindo uma analogia entre momentos históricos que não possuiriam ou não

demonstravam, até então, semelhanças. O exemplo participa, portanto, da construção simbólica da realidade (GALINARI, 2007, p. 69).

No caso de nosso objeto de estudo, julgamos que não só os fatos históricos são responsáveis por construir uma associação no processo argumentativo, mas também a experiência de outros países que já adotaram as cotas raciais em seu processo de seleção ou mesmo as possíveis narrativas de vida apresentadas pelos articulistas. Galinari (2007) destaca, ainda, que construções de linguagem como a comparação, relação de oposição, proporcionalidade, dentre outros, estariam também no domínio do *logos*.

Considerando que a esfera do *logos* possui relação com os raciocínios lógicos (elemento muito privilegiado na cultura ocidental contemporânea), e também com provas técnicas, exemplos, entre outros, a essa dimensão é dada uma característica da ordem do verossímil. Talvez seja em decorrência desse fato que Eggs (2011), na esteira de Aristóteles, tenha atestado que o *logos* convenceria por si mesmo: “[...] o que é preciso reter inicialmente aqui é o fato de que [...] o *logos* convence *em si e por si mesmo*, independentemente da situação de comunicação concreta, enquanto o *ethos* e o *pathos* estão sempre ligados à problemática específica de uma situação e, sobretudo, aos indivíduos concretos implicados” (EGGS, 2011, p. 41, grifos do autor). Em posição distinta, Lima (2006) sustenta a importância das circunstâncias no processo argumentativo, como o desempenho do orador no manejo das provas de que dispõe: “evidentemente, o sucesso da persuasão está associado à performance do orador, pois nada garante que seus objetivos sejam alcançados apenas pela apresentação de elementos técnicos e por uma elaboração mais lógica de seu discurso” (LIMA, 2006, p. 155). A posição de Lima é, também, a nossa: nos dez anos de debates sobre as cotas raciais na mídia e outros setores sociais, foram (e continuam a ser) apresentados dados que apontam para a diminuta participação da população negra na divisão dos bens sociais. Há também dados que apontam para a pequena presença de negros e indígenas nas universidades, principalmente na primeira década dos anos 2000 e a associação desse fato a processos históricos de construção da nação. Os elementos a que nos referimos são passíveis de ser consultados nos resultados de pesquisas feitas por institutos como IPEA, IBGE, UNICEF, entre outros. Consideramos que as pesquisas que esses órgãos apresentam podem ser caracterizadas como argumentos da ordem do *logos*, por funcionarem como provas técnicas. Contudo, mesmo a apresentação de tais evidências não foi suficiente para evitar que parcela razoável da população mantivesse posturas desfavoráveis à adoção de cotas para o ingresso no ensino superior. Tal fato nos leva a crer na existência de um conjunto de elementos (ligados ao *ethos* e ao *pathos*) que vão além do *logos* no processo persuasivo. Nesse aspecto,

destacamos a observação de Lima (2006) ao afirmar que “[...] os *topoi* [relacionados ao raciocínio lógico] não repousam apenas em conhecimento, mas também em crenças” (p. 157).

No caso do nosso *corpus*, julgamos que, por mais que tenham sido apresentados números sobre a discrepância social entre a população negra e a população branca, por mais que se considere o fim recente de um regime longo como foi a escravidão, o discurso da meritocracia e o mito da democracia racial⁶⁸, acalentados no imaginário brasileiro, faz com que a parcela opositora às cotas no ensino superior não perceba que tais disparidades sejam um fator relacionado à escravidão do povo negro e seus desdobramento. Pelo contrário, tais disparidades acabam sendo relegadas ao sujeito empírico e sua vivência particular, a questões de cunho unicamente social, como a pobreza, ou mesmo a estereótipos coletivos que associam a população negra à preguiça⁶⁹.

Por fim, destacamos mais uma vez com Lima (2006) sobre a inter-relação constante das dimensões discursivas *ethos*, *pathos* e *logos*, mesmo que haja preponderância de uma ou outra em determinada situação de comunicação. Assim, a separação que fizemos no percurso teórico desta dissertação teve apenas finalidade metodológica, objetivando oferecer maior clareza às características de cada uma delas. Nas palavras da Lima, “[...] o que determina tais relações possíveis, a meu ver, não se restringe a questões formais, mas está intimamente ligado a questões situacionais, à identidade dos sujeitos, ao universo de crenças e de conhecimento desses sujeitos e daqueles com os quais eles estão interagindo” (LIMA, 2006, p. 158). Assim, de forma a verificar como as três dimensões do processo argumentativo podem funcionar discursivamente para gerar adesão, passemos para a análise do nosso *corpus*, que compreende, como já destacamos, 14 artigos de opinião do *Boletim UFMG*, na seção intitulada Opinião, que abrange o intervalo de tempo entre os anos 2002 a 2012, período em que o debate sobre as cotas raciais obteve grande destaque nos mais diversos setores da atividade social.

⁶⁸ Como já debatemos em capítulo anterior, a ideia de meritocracia advoga que todos têm iguais oportunidades de acesso, sem levar em conta as disparidades de toda ordem em que vive a população em um país como o Brasil. Já segundo o mito da democracia racial, que ganha força a partir da primeira metade do século XX, o Brasil seria um paraíso racial em que negros, índios e brancos conviveriam em perfeita harmonia.

⁶⁹ A presença desse estereótipo (da preguiça) permaneceu intensa durante todo o debate sobre as cotas e mesmo hoje ainda é possível ser percebido. Durante os dez anos em que o debate se fez mais intenso, não raro aconteceram em manifestações para o veto das cotas raciais a frase “quer passar no vestibular, estude”, que associa a política à preguiça, à ausência de estudo. No intuito de retirar estudantes negros do silêncio, alunos da UNB promoveram a campanha intitulada “Ah, branco, dá um tempo!”, de 2015, inspirados em uma iniciativa semelhante feita por alunos da universidade de Harvard, nos Estados Unidos. No caso da UNB, foram coletadas e divulgadas por meio de fotos, diversas frases que os estudantes negros costumavam ouvir em seu cotidiano como universitários. No caso dos cotistas, houve frases como “você é cotista? Então nem precisou estudar pra entrar aqui!” “você tem sorte de ser negra, nem precisou estudar pra passar no vestibular” Ou ainda, “não sabia que gente como você tinha sensibilidade pra arquitetura”. A campanha teve grande adesão, sendo acolhida por outras universidades públicas do país, como a UFJF, ganhando repercussão na mídia.

4 EMBATES DISCURSIVOS SOBRE AS COTAS RACIAIS: MERAS OPINIÕES OU PROJETOS DE NAÇÃO EM DISPUTA? A ANÁLISE DO *CORPUS*

Essas palavras porosas, carregadas de discursos que elas têm incorporadas e pelos quais elas restituem, no coração do sentido do discurso se fazendo, a carga nutriente e destituente, essas palavras embutidas, que se cindem, se transmudam em outras, palavras caleidoscópicas nas quais o sentido, multiplicado em suas facetas imprevisíveis, afasta-se, ao mesmo tempo, e pode, na vertigem, perder-se, essas palavras que faltam, faltam para dizer, faltam por dizer – defeituosas ou ausentes – aquilo mesmo que lhes permite nomear, essas palavras que separam aquilo mesmo entre o que elas estabelecem o elo de uma comunicação, é no real das não coincidências fundamentais, irredutíveis, permanentes, com que elas afetam o dizer, que se produz o sentido. Assim é que, fundamentalmente, as palavras que dizemos não falam por si, mas pelo “Outro” (AUTHIER-REVUZ, 1998).

Neste quarto capítulo da dissertação, buscaremos investigar alguns trechos dos artigos de opinião sobre a temática das cotas raciais publicados no *Boletim UFMG* selecionados para o nosso *corpus*. É nossa meta lançar olhares sobre as marcas deixadas na materialidade discursiva que resgatam e sustentam imaginários que não só compõem determinadas representações sobre o recorte racial das Ações Afirmativas circulantes no espaço da UFMG de 2002 a 2012, como também refletem olhares sobre as relações raciais brasileiras e os projetos de nação a elas associados.

Para o cumprimento dessa tarefa, o nosso trabalho passou pelas seguintes etapas: no primeiro capítulo, verificamos os contornos situacionais do suporte para o gênero artigo de opinião que estamos analisando: o *Boletim* da UFMG. Esse primeiro percurso, que teve na noção de gênero discursivo o seu eixo condutor (BAKHTIN, 2006), foi necessário para refletirmos acerca do caráter dialógico da linguagem que se materializa em nosso *corpus* e sustenta as diversas tomadas de posições por meio de distintas estratégias argumentativas. A partir dessa e de outras reflexões, propusemos uma avaliação do artigo de opinião a partir de seu suporte (o *Boletim*) e de seu domínio discursivo (acadêmico e jornalístico), o que fez com que denominássemos o *Boletim UFMG* como uma publicação jornalística universitária, característica que o diferencia de veículos exclusivamente de publicação periódica, bem como

de uma mídia exclusivamente jornalística. Presumimos, então, que, tendo o *Boletim* como suporte, ao texto opinativo poderia ser conferido um lugar sócio-histórico da ciência, legitimado pelo espaço universitário em que é divulgado e pela identidade institucional do sujeito articulista, sem a necessidade de que o locutor se atenha às especificidades de um texto científico.

Já em nosso segundo capítulo, realizamos um resgate histórico sobre as relações raciais no Brasil desde os finais do período escravagista, quando o país passava por uma elaboração, no plano ideológico, de uma identidade nacional. Discutimos, ainda, a questão do imaginário de democracia racial após os anos de 1930, até chegarmos às considerações sobre a política de cotas propriamente dita. Nesse ínterim, abordamos os enquadramentos argumentativos mais comuns sobre o recorte racial das Ações Afirmativas, tanto a partir de perspectivas contrárias quanto favoráveis à medida. Em seguida, já em nosso terceiro capítulo, tecemos considerações sobre a Análise do Discurso, mais notadamente no que diz respeito à análise argumentativa do discurso, que embasa nossas considerações teóricas para a análise. Nesse momento da pesquisa, foram abordadas noções como as de *doxa*, estereótipo, interdiscurso e imaginários sociodiscursivos, associadas às três dimensões que ancoram a argumentação – *ethos*, *pathos* e *logos*.

Neste último capítulo, analisaremos os imaginários que sustentaram as diversas tomadas de posição pelos locutores e que por sua vez elaboram distintas imagens sobre as cotas raciais durante os dez anos em que a medida esteve em debate no contexto nacional. Nesse percurso, retomaremos as noções de *ethos*, *pathos* e *logos*, com foco na elaboração de imagens de si e do outro.

Como já sinalizamos em capítulos anteriores, pudemos perceber que as discussões em torno das cotas raciais se fizeram polarizadas entre os contrários e os favoráveis à medida. Para nós, esse quadro deflagra intenções dirigidas não apenas ao contexto restrito das cotas como forma de admissão nas universidades públicas. Outras políticas já foram e continuam a ser propostas todos os dias nos diversos setores da vida cotidiana sem que sejam travados posicionamentos tão acirrados entre os atores sociais, e ainda por tanto tempo. Nesse contexto, a perspectiva binária no tratamento das cotas raciais nos revelou diferentes olhares sobre o passado brasileiro, que, por consequência, engendram intuítos distintos sobre o futuro da nação. Dessa forma, julgamos que os artigos de opinião que selecionamos, a partir da temática das cotas raciais, carregam uma *visée* persuasiva declarada acerca das relações raciais brasileiras, fazendo com que a política de cotas, temática presumidamente central nos textos escolhidos, figurasse como um tema transversal para motivar assuntos como raça e

racismo de modo mais amplo. Isso porque, como afirma Joice Berth, “se o Brasil não fosse um país racista, como tenta de todas as maneiras dizer para si mesmo, cotas não seriam motivo de discussão”⁷⁰ (BERTH, 2015).

Feitas essas primeiras considerações, para melhor operacionalizar nosso trabalho de análise, buscamos dividir o capítulo em itens temáticos de maior recorrência no tratamento das cotas raciais no *Boletim* da UFMG, que, por sua vez, não deixam de ser um reflexo do tratamento sobre o assunto na mídia em geral. Por essa razão, os recortes temáticos que fizemos coincidem com aqueles que já elencamos em nosso segundo capítulo. Ressaltamos, ainda, que no decorrer da análise iremos repetir alguns trechos ou artigos de opinião. A razão para o fato é que encontramos mais de um enquadramento temático em alguns trechos destacados do *corpus*.

A primeira abordagem de análise será acerca de determinados elementos que, materializados discursivamente, colaboram para fundar a imagem de sujeito autorizado a tomar a palavra para tratar do assunto das cotas raciais. Em seguida, discutiremos os enquadramentos argumentativos que trabalham a identidade nacional e os conceitos de raça e racismo. As políticas universalistas serão o próximo item estudado, para, em seguida, finalizarmos com uma análise sobre os argumentos em torno da meritocracia e das construções de sentido sobre o futuro da nação brasileira no contexto da reserva de vagas para o ensino superior com critérios raciais.

Antes de passarmos efetivamente para a análise do *corpus*, é importante tecermos algumas considerações sobre o método de seleção que fez com que chegássemos ao conjunto final de 14 artigos de opinião do *Boletim* UFMG como nosso objeto de análise. Confirmado o nosso interesse em verificar as imagens elaboradas sobre o recorte racial das Ações Afirmativas em artigos de opinião, o próximo passo seria a escolha do meio a ser utilizado para esse fim; se uma publicação periódica de circulação nacional – jornal ou revista – em sua versão digital ou impressa, ou publicações de alcance local. Foi possível verificar que outras pesquisas já se haviam ocupado de analisar reportagens ou artigos de opinião publicados na grande mídia, o que fez com que optássemos pela análise de artigos de opinião em um veículo de informação talvez pouco abordado em pesquisas acadêmicas, a publicação jornalística universitária, ou o *Boletim* UFMG, em nosso caso. A partir desse ponto, a primeira questão que nos colocamos foi como selecionar os artigos de opinião para compor o *corpus* – se na

⁷⁰ BERTH, Joice. Negros nas universidades: além de cotas, precisamos também de escolta? Disponível em: <http://justificando.com/2015/10/22/negros-nas-universidades-alem-de-cotas-precisamos-tambem-de-escolta/> Acesso em 28 out. 2015.

versão impressa ou digital – e qual o recorte de tempo para o nosso objeto. Para todos esses questionamentos, a versão *online* da publicação se mostrou a mais viável, pois pelo site da UFMG seria possível ter acesso a quase todas as edições do *Boletim* desde setembro de 1998 até os dias atuais. Optamos, então, por escolher artigos publicados entre os anos de 2002 até 2012, período em que se inicia a proposição e o debate sobre as cotas raciais no cenário nacional, até a declaração da constitucionalidade da política pelo STF, em 2012. Este também foi o momento em que houve maior debate sobre o tema das cotas no *Boletim*, devido aos mesmos motivos citados.

Feita a opção pela versão digital do *Boletim* no referido período de publicação, fez-se necessária a escolha dos textos propriamente ditos; o que fizemos pela aplicação de palavras-chave aos textos, como cotas; cotas raciais; cotas sociais; ações afirmativas; reforma universitária. A partir de tais palavras-chave, foram encontrados 42 textos, 30 deles com referência direta às cotas raciais ou outra forma de Ação Afirmativa. Por ser um material muito extenso, especialmente para uma pesquisa de mestrado, desses 30 artigos de opinião, fizemos uma seleção daqueles que discutiam a temática das cotas raciais de forma ainda mais direta, o que fez com chegássemos ao total de 14 artigos de opinião: sete de orientação argumentativa favorável à política e sete de orientação argumentativa contrária.

Como já discutimos nesse trabalho, notadamente com base em Melo (1985), em textos opinativos, como é o caso do gênero artigo de opinião, a assinatura do articulista é de grande importância; muitos leitores buscam a opinião de determinadas pessoas em jornais ou revistas justamente para saber a posição daquele sujeito com relação a determinado tema em discussão no momento. Assim, ainda que reconheçamos a importância da assinatura no texto opinativo, para a realização dessa pesquisa optamos por omitir os nomes dos articulistas nos textos escolhidos⁷¹. Uma vez verificado que todos os artigos são assinados por professores, sejam eles docentes da UFMG ou de outras universidades do país, optamos por levar em consideração, neste trabalho, que a eficácia da palavra ligada à autoridade do locutor, conceito importante para se pensar a noção de *ethos* prévio, estaria ligada às funções sociais de professor e pesquisador viabilizadas pela sua *praxis* cotidiana e não à figura empírica do locutor em si, mesmo porque muitos destes docentes não são figuras públicas amplamente conhecidas, como acontece quando se analisa, por exemplo, o discurso da esfera política. Nesse sentido, julgamos que a indicação do *status* de intelectual poderia obter maior carga argumentativa do que a indicação única de seus nomes, já que seriam desconhecidos de

⁷¹ Vide textos na íntegra na seção “anexos”.

muitos leitores, ao contrário de sua função social, carregados de imagens prévias e, muitas vezes, estereótipos. Sobre a eficácia do discurso ligada ao locutor, afirma Amossy (2011), a partir das ideias de Bourdieu (1982):

Ele [o *ethos*] se confunde com o *skeptron* (cetro) estendido àquele que toma a palavra. Em outros termos, ele consiste na autoridade exterior de que goza o locutor. Este aparece como um 'porta-voz autorizado' [...]. O professor universitário, o padre, o político, o escritor proferem um tipo de discurso que extrai sua eficácia do fato de que eles são, aos olhos do seu público, habilitados a produzi-lo (AMOSSY, 2011, p. 120).

Assim, desconsideraremos o sujeito empírico, o indivíduo, para considerar o sujeito do discurso, que confere à materialidade traços do lugar social e histórico que o atravessam. Passemos, agora, para a análise do nosso *corpus*.

4.1 O lugar do sujeito de ciência: imagens do discurso autorizado

Que a maneira de dizer induz a uma imagem que facilita, ou mesmo condiciona a boa realização do projeto, é algo que ninguém pode ignorar sem arcar com as consequências (AMOSSY, 2011)

Como já sinalizamos em capítulos anteriores, os criadores dos artigos de opinião do *Boletim*, que selecionamos como *corpus* dessa pesquisa, são todos professores e pesquisadores de diferentes faculdades e universidades do país⁷², notadamente da própria UFMG. Nesse contexto, sustenta-se no imaginário social a crença de que o sujeito de ciência é capaz de apontar elementos para além do senso-comum, sendo, portanto, tido como crítico e intelectual. Ainda que nem todos os articulistas exerçam a docência em instituições públicas de ensino, todos possuem alguma ligação com este espaço, ainda que seja por cursarem (ou terem cursado) alguma etapa de sua formação em uma universidade pública. Dentre os articulistas, há ainda os professores dotados de reputação acadêmica de reconhecimento nacional, cujos textos, em sua maioria, tiveram sua primeira publicação em periódicos de grande circulação nacional. Dessa forma, vemos que todos os articulistas possuem a formação acadêmica capaz de creditá-los no tratamento de assuntos que digam respeito ao cotidiano acadêmico.

Como pudemos observar nas discussões dos capítulos anteriores, desde a retórica clássica é ressaltada a importância de se elaborar uma **imagem positiva de si** que possa

⁷² A exceção é de um artigo, assinado por um professor brasileiro em uma universidade francesa.

favorecer a adesão às teses apresentadas. Entendemos, então, que, de acordo com as imagens que os locutores agregam para si, há a elaboração de imagens do outro – via de mão dupla que ocorre por meio da utilização de diversos recursos de ordem linguístico-discursiva, como o estilo da escrita, a seleção lexical, a demonstração de saberes enciclopédicos, os saberes de crença e de conhecimento. Nesse item, portanto, destacaremos determinados elementos que fazem emergir uma imagem (*ethos*) que identifica o lugar de intelectual acadêmico ocupado pelo articulista e o autorizam a falar sobre questões relativas à universidade.

Embora a credibilidade dos articulistas seja pressuposta pela função social que exercem, a exposição de seus pontos de vista envolveu argumentos de impacto razoável sobre o leitor para orientar maneiras de ver de acordo com o posicionamento defendido por cada um. Basta uma retrospectiva dos anos de 2002 a 2012 para percebermos as disputas acirradas em âmbito nacional sobre o tema das Ações Afirmativas de recorte racial até a declaração de sua constitucionalidade pelo STF. Nesse contexto, é possível pensar que, em ambas as polaridades de opinião, a adesão da opinião pública foi fato importante, possivelmente pela possibilidade de gerar influência na decisão das autoridades responsáveis pelo julgamento da política⁷³. Nesse sentido, afirma Amossy (2011) que pela maneira dizer é induzida uma imagem que pode facilitar ou mesmo condicionar a realização de um projeto de fala.

O primeiro elemento que julgamos capaz de fundar o direito à fala sobre assuntos relativos à admissão no ensino superior em nosso *corpus* diz respeito às informações atreladas à assinatura de cada articulista. Em alguns casos, há a descrição da universidade ou da unidade acadêmica em que lecionam; outras vezes há dados de sua formação, como onde realizaram ou realizam o curso de doutorado. Nesse caso, o lugar de professor ou de pesquisador daquele que escreve é um elemento de que o leitor toma conhecimento no momento da leitura do texto, por meio de nota explicativa. Tais elementos nos habilitam a pensar que a posição institucional daquele que escreve pode trazer para si uma imagem favorável por meio do valor simbólico atribuído à imagem do professor (conhecedor, estudioso, habilitado a falar de assuntos de educação), ainda que o leitor em potencial não saiba quem é o sujeito empírico que irá argumentar sobre a política de cotas. Assim, a informação sobre o sujeito que escreveu o texto opinativo é capaz de instaurar um contrato de comunicação fundado em uma legitimidade socialmente atribuída. Ademais, pode ser

⁷³ Relembramos os quatro manifestos entregues ao Senado, à Câmara Federal e ao STF, entre 2006 e 2008, apresentando, cada um deles, argumentos contrários e favoráveis às cotas raciais, todos assinados por intelectuais acadêmicos, personalidades públicas e ativistas sociais. O livro Não somos racistas – uma reação aos que querem nos transformar em uma nação bicolor, do jornalista Ali Kamel também pode ser visto como uma tentativa de gerar influência na opinião pública e no Congresso Nacional (que recebeu um exemplar da obra), para uma visão contrária às cotas.

estabelecido um efeito de objetividade alusivo à ciência e ao *status* das universidades públicas no Brasil. Os elementos que compõem a formação do professor universitário corroboram essa hipótese, como o processo de formação, que envolve anos de estudo na pós-graduação. Nesse sentido, a apresentação do lugar de fala do locutor adianta a imagem de especialista com que será percebido. Tal perspectiva é defendida por Bourdieu (1996), para quem a autoridade da palavra é extralinguística, tributária de uma força externa à estrutura da linguagem, e está ligada à figura do locutor e da instituição que o autoriza⁷⁴. Já Charaudeau (2006) entende a imagem do sujeito a partir de uma dupla identidade que se funde em uma única: aquilo que ele é e aquilo que ele diz.

Outro caminho utilizado por muitos locutores para legitimar a imagem de sujeito autorizado a opinar sobre as cotas raciais é a elaboração de um *ethos* de ciência, de conhecimento, cujas marcas são deixadas no decorrer do texto⁷⁵ e remetem à objetividade do campo científico. Nesse contexto, a menção a pesquisas acadêmicas, a referência a intelectuais, a apresentação de dados estatísticos e o relato de sua trajetória pessoal podem adquirir notável importância argumentativa no domínio discursivo em que os textos são divulgados, uma universidade pública que tem a pesquisa, o ensino e a divulgação científica como princípios valorizados. Tal recurso argumentativo aparece tanto nos artigos de opinião favoráveis às cotas raciais quanto naqueles que se mostram contrários a elas, a exemplo dos trechos destacados a seguir⁷⁶:

O *Ipea* publicou uma **pesquisa** intitulada Desigualdade racial no Brasil; evolução das condições de vida na década de 90, que revela **dados** alarmantes sobre a **educação** de negros e brancos em nosso país. **Em 1999, 89% dos jovens brancos entre 18 e 25 anos não haviam ingressado na universidade. Entre os jovens negros nessa mesma faixa de idade, 98% deles não ingressaram na universidade, ou seja, só 2% conseguem alcançar tal nível de ensino** (Artigo nº1, grifos nossos).

Não é exatamente isso o que mostra **o estudo ainda inédito de José Murilo de Carvalho e Mônica Grin, professores da UFRJ, fundado em números contidos no Censo 2000, na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2002, no Provão aplicado aos formandos de 2003 e em levantamento feito no**

⁷⁴ Amossy (2011) não considera que a eficácia da palavra decorre unicamente de elementos extralinguísticos, ainda que não desconsidere os elementos ligados à posição institucional do locutor. Seguimos, portanto, a posição da autora, que considera haver complementaridade de componentes institucionais e aqueles ligados ao discurso propriamente dito. Nessa concepção, a autora aponta para importância das noções de *ethos* prévio e discursivo.

⁷⁵ É de nosso conhecimento que tais recursos para gerar credibilidade não se limitam aos artigos de opinião de publicação no Boletim UFMG.

⁷⁶ Como dissemos no início deste capítulo, os nomes dos criadores dos artigos de opinião foram omitidos por uma questão de coerência metodológica, o que nos permite dar mais atenção ao sujeito de discurso, que interessa a esse trabalho, e não ao sujeito empírico. Ressaltamos, entretanto, que os textos selecionados podem ser lidos na íntegra na seção “Anexos”.

Departamento de História da UFRJ [...]. Enquanto a Pnad mostra que os automeados negros representam 10% da população do Rio de Janeiro, nos cursos diurno e noturno de história da UFRJ eles configuram, respectivamente, 6% e 15% do alunado. São negros 6% dos brasileiros e 4% dos alunos que completaram o curso superior em 2003 (Artigo nº 4, grifos nossos).

De acordo com Silva Júnior (2003), a adoção de políticas de ações afirmativas no ensino encontra amplo respaldo legal (Artigo nº 7, grifos nossos).

Radicalizando as ideias **de Gilberto Freyre, Darcy Ribeiro afirmou:** “No Brasil, a mestiçagem sempre se fez com muita alegria” (artigo nº 2, grifos nossos).

A citação de outros autores ou de institutos de pesquisa reconhecidos, como demonstram os grifos, pode ser vista como argumento de autoridade, julgamentos de uma pessoa ou grupo de pessoas utilizados como meio de prova a favor do que se diz (KOCH, 1996). Assim, Koch (1996) se apoia em Ducrot ao esclarecer que o raciocínio por autoridade corresponde a “[...] uma espécie de raciocínio experimental em que se parte do fato de que ‘X disse P’ e, com base na suposição de que X, de acordo com sua situação ou competência, tem boas razões para não estar enganado, conclui-se quanto à verdade ou a verossimilhança de P” (KOCH, 1996, p. 148). Assim, a exposição de estatísticas e a citação de autores, bem como a seleção lexical ligada à esfera acadêmica, como “pesquisa”, “estudo inédito”, “dados”, “números”, podem conferir um valor de ciência aos argumentos. Vemos, então, que a utilização de tais elementos faz com que a argumentação dos articulistas apresente uma imagem de rigor e veracidade aparentemente acima da opinião que é enunciada. Ainda nesse contexto, Koch (1996) comenta que o argumento de autoridade é, muitas vezes, utilizado de maneira abusiva, “como se as autoridades invocadas fossem infalíveis” (p. 148). Há, portanto, nos exemplos selecionados, a formulação de um *ethos* de competência a partir do que é dito em outro lugar, dado que tais elementos – os dados estatísticos e a citação de pesquisas, aliados à posição institucional – são informações que podem colaborar para que os articulistas sejam vistos como conhecedores do contexto universitário de maneira global, podendo, portanto, propor intervenções nesse meio.

A observação dos trechos selecionados também permite pensar, de acordo com Aristóteles, que “[...] a nossa confiança é tanto mais firme quanto mais convencidos estivermos de ter obtido uma demonstração” (ARISTÓTELES, [198-?], p. 30). Nesse campo, encontramos uma relação possível entre *ethos* e *logos*, ou, nos dizeres de Eggs (2011, p. 31) “[...] o lugar que engendra o *ethos* é, portanto, o discurso, o *logos* do orador, e esse lugar se mostra apenas mediante as escolhas feitas por ele”. Nesse sentido, as estatísticas sobre a realidade educacional brasileira (como visto nos trechos dos artigos nº 1 e nº 4) carregam a

possibilidade de tornar a argumentação palpável ao leitor, além de corroborar a imagem do articulista como sujeito conhecedor de detalhes do assunto que está tratando. Por conseguinte, ainda que o artigo de opinião não seja um gênero científico, vemos que os sujeitos que escrevem (professores-pesquisadores) e o suporte que socializa os textos (o *Boletim* da UFMG) imprimem, ainda que indiretamente, um *ethos* de ciência aos artigos de opinião publicados⁷⁷. Por essa razão, é possível concordar com Charaudeau (2006) sobre os *ethé* de credibilidade: segundo o linguista, no discurso científico a questão da credibilidade não se coloca, pois o sujeito pesquisador, supostamente, expõe uma verdade.

A associação dos elementos citados, acompanhados do uso da primeira pessoa do discurso e o relato de sua trajetória pessoal, confere um caráter de aproximação com aquele que lê. Mais do que falar de algo distante de si, o locutor busca mostrar elementos que compuseram sua experiência, como nos exemplos a seguir: “A **minha** pesquisa nas escolas públicas no Rio de Janeiro revela” (Artigo nº 5, grifo meu); “**Parece-me** que a segunda lei – reserva de vagas – tem sido defendida a partir de dois argumentos: a utilidade social e a justiça” (Artigo nº 11, grifo meu). O uso da primeira pessoa do discurso, nos exemplos destacados, ressalta a imagem de prudência (*phrónesis*), associada à competência do homem de ciência: ele não apenas fala daquilo em que crê, como demonstra o porquê de sua crença. Segundo Eggs (2011, p. 41)

a *phrónesis* — o habitus intelectual que é ‘a virtude do logos’ [...] a *phrónesis*, estando ligada à situação concreta, que inclui necessariamente a pessoa do orador, não pode se manifestar senão mediante sua personalidade, sua ‘autoridade pessoal’.

Na mesma linha, a apresentação de uma imagem de sinceridade e virtuosidade (*areté*) pode ser favorecida pela apresentação de situações que exijam a primeira pessoa do discurso e suas variantes, como no exemplo a seguir: “**permitam-me** deixar por um momento a condição de coordenador-geral do Vestibular e passar a falar **no plano pessoal, como um professor entre milhares de outros. Tenho** uma posição formada: não às cotas.” (Artigo nº8, grifos nossos). Os locutores inspiram tanto mais confiança quanto mais honestos e sinceros se apresentam, e, nesse sentido, podemos incluir que a tomada clara de uma posição

⁷⁷ Silveira (2012) dedicou um artigo científico para refletir sobre a forma muitas vezes irrefletida do uso da linguagem acadêmica e argumentos científicos no debate das cotas raciais. Para Silveira, autores acadêmicos, utilizando de linguagem científica, fizeram uso de argumentos muito próximos do senso comum contemporâneo sobre o tema, reforçando estereótipos ou deixando de apresentar reflexões relevantes. Cf. SILVEIRA, Marcos Silva da. Banalização dos argumentos científicos no debate das cotas raciais nas universidades brasileiras. In: COSTA, Hilton, PINHEL, André, SILVEIRA, Marcos Silva da. (Orgs.). *Uma década de políticas afirmativas: panorama, argumentos e resultados*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2012.

em relação às cotas, seja contrária, como no caso do artigo nº 8, quanto favorável, corrobora o *ethos* de sinceridade. Vejamos outro exemplo: “Esclareço, desde já, que **sou favorável à implementação das cotas, desde que** tal ação seja contextualizada, problematizada e discutida à luz da história e da realidade brasileira e não como mera transposição da experiência norte-americana” (Artigo nº 1, grifos nossos).

Outro elemento importante diz respeito ao uso da primeira pessoa do discurso associado à apresentação da trajetória pessoal do locutor. Tal recurso ajuda a envolver o leitor na medida em que evoca elementos da ordem do *pathos*. Vejamos os exemplos a seguir:

Após a histórica decisão do STF que declarou a constitucionalidade das cotas nas universidades federais, **fiquei pensando sobre o seu significado para o país, para a população negra e, particularmente, para a vida de tantos negros com os quais tenho tido o privilégio de conviver e partilhar experiências de vida.** E, óbvio, qual o significado **para minha própria história pessoal. Eu e as cotas?** Muda alguma coisa? [...]. A escola tampouco contribuía para dar sentido ao caos existencial **que eu vivia.** Entre a primeira série e o doutorado, **22 anos se passaram, e eu tive apenas uma professora negra. Como me sentir acolhido, respeitado e representado em espaços nos quais pessoas como eu estavam praticamente ausentes?** [...]. Graças ao professor de algoritmo e lógica computacional **quase abandonei a escola. Foram quatro horas ininterruptas de aula permeadas por incontáveis piadas racistas.** Ao dizer que **me sentia ofendido com suas piadas,** ele me afirmou não poder ser racista, afinal era casado com uma afrodescendente, e que não se sentiria ofendido caso eu saísse da sala quando ele contasse piadas [...]. **Hoje eu entendo melhor a minha escolha pela docência dentre as opções que tive. Eu vejo como ser um professor universitário negro, no Brasil, faz uma diferença, ainda que mínima, na vida dos meus alunos. Especialmente para os estudantes negros.** Há maior liberdade para se tocar em assuntos tabus e para compartilhar suas dificuldades e experiências de sofrimento, mas também de vitória e superação (Artigo nº13, grifos nossos).

A matéria **exige a reflexão** de todos. E aqui, nesse plano do nosso **debate interno, permitam-me deixar por um momento a condição de coordenador-geral do Vestibular e passar a falar no plano pessoal, como um professor entre milhares de outros. Tenho** uma posição formada: não às cotas. **A UFMG me deu** a oportunidade de viver por quatro anos em uma universidade americana, experiência cujo valor não está apenas na qualificação profissional, mas nas lições que se retira da convivência com outra cultura. **Nos Estados Unidos nasceu a ideia de cotas universitárias,** como parte das chamadas ações afirmativas. As universidades da Califórnia, sempre na vanguarda dessas questões, foram as primeiras a propor as cotas e as primeiras a recuar da proposta, duas décadas depois, ao perceber suas **consequências desastrosas.** (Artigo nº 8, grifos nossos).

Tanto no trecho do artigo nº 13 quanto do artigo nº 8, os locutores apresentam elementos de sua trajetória pessoal para gerar adesão pelo viés das emoções. Ademais, nota-se a influência das escolhas linguísticas efetuadas na orientação argumentativa favorável e contrária à política de cotas (artigos nº 13 e 8, respectivamente). No caso do trecho do artigo nº 13, os termos e sentenças de valor axiológico, como “acolhido”, “sofrimento”, “dificuldades”, “superação”, e construções como “eu tive apenas uma professora negra”;

“quase abandonei a escola”, adquirem maior potencial argumentativo (e emocional) dado que o locutor se identifica como professor universitário negro. Assim, ele fala em seu nome (sobre as adversidades e as ausências em sua trajetória acadêmica) e também em nome de uma coletividade: os colegas negros que se fizeram ausentes durante o seu processo de formação. Há, portanto, a imagem de um sujeito que se coloca na posição de porta-voz autorizado para falar da importância de uma política de recorte racial; mais do que a uma trajetória docente de sucesso, é o seu pertencimento racial que o autoriza, por ter vivenciado situações de racismo em sua formação acadêmica.

Já no trecho destacado do artigo nº 8, a apresentação de uma trajetória pessoal para gerar adesão do interlocutor também se faz presente, porém de uma perspectiva argumentativa contrária às cotas raciais. Nesse contexto, o locutor opta por enunciar a partir do lugar social de professor: “**permitam-me deixar** por um momento a **condição de coordenador-geral do Vestibular** e passar a falar no **plano pessoal**, como **um professor entre milhares de outros**”. Nesse contexto, o articulista deixa uma posição institucional respeitada – coordenador geral do vestibular – para então falar do lugar de **professor**. Apesar do *status* que a posição coordenador geral do vestibular poderia trazer para sua imagem, trata-se de um lugar social pouco comum no cotidiano dos sujeitos e, portanto, difícil de identificar por uma representação comum no imaginário social. A posição de professor, ao contrário, está repleta de imagens tanto positivas quanto negativas, o que o torna uma figura popular. Ademais, em condições minimamente ideais, todos nós já tivemos contato com algum tipo de professor. Contudo, não se trata de qualquer figura docente a que o locutor em questão busca associar a sua imagem. Antes sim, ele busca a figura do professor que carrega imaginários sociais positivos, como amizade e confiança, cumplicidade e estima, o que fica aparente pelas sentenças “no plano pessoal” e “um professor entre milhares de outros”, marcando um *ethos* de humildade. O locutor, então, evoca a sua vivência nos Estados Unidos⁷⁸ como argumento de autoridade não para mostrar a necessidade da política de cotas, mas para rejeitá-la.

Ainda no tocante às imagens de si, o *ethos* de humanitário ou virtuoso foi um recurso utilizado em alguns artigos de opinião contrários às cotas. Dessa forma, foi possível verificar uma imagem de benevolência (*eúnoia*), manifesta na sugestão de meios para substituir a política de cotas. O locutor, então, não apenas justifica o seu posicionamento

⁷⁸ No item sobre identidade nacional e raça de nossa análise, discorremos sobre a recorrência aos Estados Unidos como argumento sobre as cotas.

contrário, como protege a sua face⁷⁹ da possibilidade de parecer avesso a uma política pública de cunho social. Ao que pudemos perceber, tais propostas alternativas presentes em nosso *corpus* nos textos de opinião contrária à política de cotas foram, basicamente, a abertura de vagas em cursos noturnos, a melhoria do ensino público e a modificação na estrutura do então utilizado vestibular. Vejamos os trechos:

Rápidas mudanças estão ocorrendo, para as quais **os cursos noturnos** contribuem destacadamente [...] **a escola pública e gratuita ainda é um importante meio de acesso ao ensino superior**, função em que **obteria mais êxito se** o sistema público de ensino de importantes unidades da federação não estivesse tão deteriorado (Artigo nº 4, grifos nossos).

Diante da insistência dos interlocutores, explicamos que a última posição formal da UFMG está num documento de 2003 do Conselho Universitário sobre a necessidade de ampliação do acesso de estudantes, **cujo teor privilegia a criação de cursos noturnos** [...]. **A universidade precisa, sim, abrir mais vagas** [...]. O fato de o Vestibular não alcançar os **jovens capacitados** que se encontram nas **camadas pobres da população** é outro problema. Essa distorção existe porque **o exame baseia-se muito no acúmulo de informações, quesito em que o jovem desfavorecido, mesmo que muito capaz, não consegue competir com os que têm acesso a informações. Portanto, a meu ver, esse viés deve mudar. Como? Por um lado, as provas devem seguir sendo aprimoradas para medir sempre mais a competência do que a informação. Por outro, a introdução de provas que avaliassem diferentes capacidades cognitivas seria muito útil ao processo. Uma prova de lógica, outra de percepção sensorial e capacidade de abstração (artística, por que não?!), outra sobre a capacidade imaginativa seriam, a meu ver, instrumentos interessantes a serem considerados, ao lado das tradicionais provas de conhecimento** (Artigo nº 8, grifos nossos).

Nos trechos destacados, vemos que as sugestões apresentadas desconsideram a história das relações raciais como uma razão para a desproporção entre negros e brancos no ensino superior para, então, considerar as políticas universalistas⁸⁰ como alternativa às cotas raciais. Assim, expressões adjetivas como “jovens capacitados”; “jovem desfavorecido, mesmo que muito capaz” (artigo nº 8) são utilizadas em substituição à palavra “negros”, e associadas diretamente às camadas pobres, desconsiderando o recorte racial da política de cotas. Já no trecho referente ao artigo nº 4, ao privilegiar a melhoria da rede pública fundamental de ensino como alternativa à criação de cotas raciais, o locutor demonstra um projeto de sociedade apoiado no espaço do plausível, sustentado pela *doxa*, dado que a melhoria do ensino público corresponderia a um lugar comum tido como incontestável.

⁷⁹ Ver Goffman, 1974.

⁸⁰ O recorte temático acerca das políticas universalistas será discutido com maiores detalhes adiante. Por ora, interessa-nos apontar os elementos capazes de proporcionar uma imagem de benevolência associada à figura do locutor em sua materialização discursiva.

No caso da argumentação que privilegia a abertura de vagas no curso noturno (artigos nº 4 e 8), vemos que ela se atrela à crença de que o estudo diurno é destinado aos alunos que não precisam trabalhar e o turno noturno, aos que precisam. Não desconsideramos que estudar à noite é normalmente a opção mais acessada por alunos que trabalham; por outro lado, essa premissa parte de uma generalização: todos que trabalham o fazem durante o dia e não durante a noite; é no período noturno que se encontra a população pobre da universidade. Ter os cursos noturnos como opção primeira para aqueles que precisam trabalhar para se manter, ainda que de forma não declarada, dialoga com um sentimento corrente entre os discentes de que os cursos noturnos seriam o espaço autorizado para os sujeitos que historicamente não ocupavam as universidades. Tal questão encontra precedentes na história: segundo o Ministério da Educação, “o Decreto nº 7.031-A, de 6 de setembro de 1878, estabelecia que **os negros só podiam estudar no período noturno** e diversas estratégias foram montadas no sentido de impedir o acesso pleno dessa população aos bancos escolares” (BRASIL, 2005, p. 7, grifo nosso). Da mesma forma, a modificação na estrutura do então utilizado vestibular (artigo nº 8) também marca o *ethos* de benevolência do sujeito que apresenta alternativas às cotas. Uma vez colocada a posição institucional do locutor (coordenador geral do vestibular e professor), a apresentação de uma proposta para a admissão no vestibular parte de um sujeito autorizado e digno de crédito para tal.

Após analisar alguns dos elementos que visam garantir a legitimidade dos articulistas enquanto seres dotados de saber para discorrer sobre as Ações Afirmativas de recorte racial, importa considerar, com Souza (2011, p. 53), que “as concepções dos intelectuais, no entanto, quer tenhamos consciência disso ou não, são centrais para a forma como uma sociedade escolhe e leva a cabo seus projetos coletivos”. Assim, ao *ethos* do sujeito de saber, representado em nosso *corpus* pela figura do professor universitário, são atreladas imagens de confiabilidade e saber, apontando caminhos para a construção de verdades.

Finda a primeira parte, focada nos elementos que o locutor utiliza para instituir sua legitimidade para tomar a palavra sobre a reserva de vagas por critérios raciais nas universidades, passemos para uma análise acerca das temáticas mais recorrentes extraídas de nosso *corpus* sobre o assunto. A partir desse momento, buscaremos apontar os imaginários que sustentam as tomadas de posição a partir da identidade nacional, raça, políticas universalistas e a meritocracia.

4.1.1 Identidade em perigo? Os discursos sobre raça nas representações sobre a nação

Raça é signo e, como tal, depende de contextos definidos e delimitados para obter significação, definida como aquilo que é socialmente relevante [...]. À medida que o signo do negro, o rosto negro, se fizer presente na vida universitária, assim como em posições sociais e profissões de prestígio onde antes não se inseria, essa presença tornar-se-á habitual e modificará as expectativas da sociedade. A nossa recepção do negro habilitado para exercer profissões de responsabilidade será automática e sem sobressaltos. O nosso olhar se fará mais democrático, mais justo. Não mais pensaremos que o médico negro é um servente do hospital. Nunca mais uma funcionária da Varig falará em inglês a um Milton Santos, na certeza de que por seu porte digno não poderia ser um negro brasileiro (SEGATO, 2005).

Como já discutimos no segundo capítulo deste trabalho, na busca por traçar um caminho que contemple o discurso a partir de seu contexto e lugar social, ressaltamos que o imaginário da mestiçagem configurou elemento fundamental para se pensar o Brasil, especialmente em comparação a outras nações do globo, não apenas em fins do século XIX e início do XX, mas também nos dias de hoje. Também discorremos que foi a partir de obras como *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre, além das contribuições de outros teóricos dos anos de 1930 e 1940, que as ideias celebradas pelo racismo científico passaram a perder espaço nas teorizações sobre o Brasil e o termo raça adquiriu o sentido de um dizer interdito. Como alguns textos opinativos do nosso *corpus* podem demonstrar, a proposição de Ações Afirmativas de recorte racial se mostrou e ainda tem se mostrado elemento importante para se (re)pensar olhares sobre nosso ideário de nação. Tanto assim se fez que conceitos como os de raça e mestiçagem, atrelados a modelos tanto conservadores quanto progressistas de Brasil, foram temas revisitados pela mídia em geral e, como não poderia ser diferente, pelos articulistas do *Boletim* em ambas as posições.

Ao que pudemos perceber, nos textos de opinião contrária às cotas raciais, há uma filiação argumentativa voltada para os conceitos desenvolvidos no contexto dos anos 1930. Baseados no conceito de “convivência harmônica das três raças” advogado por Gilberto Freyre, nesses textos foi possível notar uma tendência conservadora dos moldes nacionais.

Vejamos alguns trechos em que o imaginário de convivência harmônica se fez presente em determinados artigos de opinião:

O Brasil **não tem cor**. Tem todo um mosaico de combinações possíveis. Falar de raça – no singular ou no plural – é **anti-científico**, social e ideologicamente muito perigoso. **Quem, no Brasil, falou de raças foi uma elite que, no século XIX, intimidada pelo eurocentrismo**, assumiu como ciência o determinismo ambiental e racial de um Blake (que explicava o êxito britânico pelo desafio e potencialidade do ambiente insular) e de um Gobineau, que se apoiava na pureza racial como o propulsor civilizatório e a **mestiçagem** da raça dominante como o vetor explicativo de sua decadência. O Império Romano serviu-lhe como exemplo. Euclides da Cunha viu no sertanejo do semiárido e no caboclo amazônico raças históricas em formação, com potencialidade civilizatória [...]. **Toda esta bobagem foi sepultada por Gilberto Freyre e pelo Movimento Antropofágico, que exaltaram, no brasileiro, a mistura étnica-cultural** (Artigo nº 10, grifos nossos).

O Brasil até hoje tem-se constituído em um país de **legislação a-racial**. Esta mudança legal significa que **agora** os direitos serão atribuídos a partir da definição **obrigatória** em uma das categorias utilizadas pelo IBGE. As cotas raciais ao serem introduzidas nos fazem sair necessariamente de **um país que se queria misturado e onde a cor dos indivíduos não deveria influenciar** a vida do cidadão para entrar no **mundo dividido entre "raças"**. Ou se é negro ou não se é negro legalmente (Artigo nº 5, grifos nossos).

Como já vimos com Bakhtin (2006), toda enunciação é uma reação à palavra do outro, que retoma enunciados já emitidos ao longo da história num encadeamento dialógico. Nos trechos destacados, essa reação acontece no sentido de defender um estereótipo de Brasil para refutar os argumentos dos favoráveis às cotas raciais. No caso do trecho destacado do artigo nº 10, é possível pensar que o articulista elabora uma imagem positiva de si ao passo que não nomeia diretamente os sujeitos que defendem as cotas raciais, associando-os, de maneira indireta, aos teóricos racialistas do século XIX: “quem, no Brasil, falou de raças foi uma elite que, no século XIX, intimidada pelo eurocentrismo, assumiu como ciência o determinismo ambiental e racial de um Blake [...]” (Artigo nº10). Nesse contexto, o locutor em questão volta-se para o senso-comum sobre a inexistência de raças no Brasil, país onde, historicamente, “puxar o assunto de cor”, como a política de cotas vinha propondo, não seria “de bom tom” (NOGUEIRA, 2006). A partir de tal associação, é elaborada uma imagem dos defensores das Ações Afirmativas de recorte racial como “os verdadeiros racistas”, por estarem supostamente evocando discursos que trazem o ranço do separatismo e do racismo. O título do artigo nº 10 é outro elemento que associa essa mesma imagem aos defensores das cotas raciais: “o Brasil *não é* bicolor”. Tal enunciado permite evocar outras vozes em seu interior que estariam afirmando o contrário: “o Brasil *é* bicolor”. Essa mesma relação pode ser feita com o título do artigo nº 5, também destacado acima: “em breve, um país dividido”. A

locução adverbial “em breve” aponta para o fato de que haveria um **antes** das cotas raciais e haverá um **depois** delas. Nesse momento tido como **antes**, o povo brasileiro viveria em união e harmonia racial, característica que seria ameaçada pelo **depois** que a constitucionalidade das cotas raciais poderia representar. Mais uma vez, às cotas raciais é atribuída uma imagem de propagar o racismo, especialmente pela construção “país dividido”, que remonta à memória das leis *Jim Crow* nos Estados Unidos e do *Apartheid*, na África do Sul⁸¹. Vejamos algumas sentenças do artigo nº 5 em que percebemos uma avaliação das cotas raciais como promotoras do racismo: “o Brasil **até hoje** tem-se constituído em um país de **legislação a-racial**. Esta **mudança legal** significa que **agora** os direitos serão atribuídos a partir da definição **obrigatória** em uma das categorias utilizadas pelo IBGE” (artigo nº 5, grifos nossos). Neste trecho, a elaboração de uma imagem de periculosidade sobre a proposição de cotas raciais pode ser percebida por meio do léxico “a-racial” para definir as relações raciais no Brasil sem cotas; uma mudança nesse quadro é apontada pelo uso dos dêiticos “até agora” e “agora”, ao que podemos inferir que esse “agora” se refere ao momento em que cotas podem ser implementadas (antes das cotas não havia raças; agora, haverá). Quanto à utilização do termo “obrigatória” para caracterizar a autodeclaração dos candidatos no vestibular, vemos que o termo traz uma memória, viabilizada semanticamente, de imposição de atitudes, de submissão a uma norma, que, por sua vez, possuem relação com o período escravista e as leis segregacionistas citadas. A mesma crença de que as cotas raciais estariam inaugurando o conceito de raça e o racismo em nossa história pode ser vista no seguinte trecho do mesmo artigo, notadamente pelo emprego da oração “pela primeira vez na nossa história”:

[...] **pela primeira vez na nossa história introduziu-se o critério "racial"** tanto para o acesso ao ensino superior público federal quanto para a concessão de bolsas de estudo e crédito educativo que permitem ampliar a cobertura do sistema privado de ensino superior (Artigo nº 5, grifo meu).

Assim, em ambos os trechos destacados (artigos nº 10 e nº 5) nota-se uma aproximação com o pensamento freyreano pelo viés culturalista de se pensar os indivíduos

⁸¹ O sistema *Jim Crow* vigorou no sul dos Estados Unidos entre os séculos XIX e XX e instituiu oficialmente a segregação racial entre brancos e negros. Já o *Apartheid* aconteceu no século XX, na África do Sul e também se caracterizou pela segregação entre negros e brancos. Fatos como esses ocorridos em países de colonização inglesa serviram de comparação para Gilberto Freyre em relação à colonização portuguesa e ainda servem de argumento no domínio do senso comum para dizer que o Brasil não é um país racista. O pensamento de Freyre, muito provavelmente, é tributário de sua própria vivência. Ele estudou nos Estados Unidos no início do século XX, momento em que ainda vigorava o sistema *Jim Crow*, o que o levou a celebrar as relações ditas harmônicas desenvolvidas no Brasil, em sua perspectiva, decorrente do caráter suave e tolerante da colonização portuguesa. Por essa razão, Munanga (2004) aponta que, em países de colonização inglesa vigorou um racismo diferencialista, já no caso brasileiro, de colonização portuguesa, o racismo se desenvolveu de forma assimilacionista, pela ideologia do branqueamento.

que constituem a nação. Por essa perspectiva, o brasileiro, ainda que mestiço, é entendido a partir de um todo monocultural homogeneizante. A filiação ao pensamento culturalista desenvolvido por Freyre no Brasil pode ser percebida ainda no trecho: “toda esta **bobagem** foi **sepultada** por Gilberto Freyre e pelo Movimento Antropofágico, que **exaltaram**, no brasileiro, a **mistura étnica-cultural**” (Artigo nº 10, grifos nossos). Com base no uso dos termos “bobagem” e “sepultada”, o articulista associa a criação de cotas a algo sem valor e atrelado a conceitos pseudocientíficos sem validade na sociedade contemporânea. Nesse sentido, ter um critério racial na admissão universitária seria uma ameaça à identidade nacional por seguir na contramão de um Brasil idealizado do início do século XX. Como é possível compreender a partir de Souza (2011), a identidade nacional pode ser entendida como um mito moderno visto pelo autor como imaginário social⁸², capaz de prover a sociedade de um “sentido moral” para os grupos sociais de uma determinada sociedade, sentido este que permitiria regular a identificação social e a noção de pertencimento grupal. Nesse sentido, nos trechos destacados, a noção de miscigenação é celebrada como o discurso da unidade, que torna todos os brasileiros uma identidade singular e “a-racial”. Entretanto, é importante destacar, novamente com Souza (2011), que “[...] o racismo, no entanto, apesar de disfarçado, continua na visão culturalista que também, como em todo racismo, ‘essencializa’ e torna homogêneos indivíduos e sociedades inteiras” (p. 57). Nesse contexto, consideramos com d’Adesky (2001)⁸³ que celebrar a miscigenação significa, ideologicamente, exaltar o embranquecimento da população brasileira.

O imaginário de que a miscigenação aconteceu no Brasil de forma harmônica também pode ser percebido em outro trecho do artigo nº 10 que destacamos a seguir. Por meio da seleção lexical, o autor silencia a relação violenta em que os intercursos sexuais ocorreram em sua fase inicial: “os lusos vinham para o Brasil **sem mulheres**”, “era imensa a **falta de mulher**”, “a **principal contribuição ameríndia** foi **fornecer** o ventre aos lusos que, pela mesma razão, tiveram a **companhia das pretas escravas**” (Artigo nº 10, grifos nossos). Assim, é possível notar que, mesmo passados pouco mais de 70 anos da publicação de Casa Grande e Senzala, o articulista do artigo em questão resgata a ótica do senhor patriarcal para avaliar a miscigenação, oferecendo um caráter de normalidade e consentimento à violência gerada sobre mulheres negras e indígenas. Tal relação pode ser percebida pelo uso do verbo

⁸² Charaudeau (2006) também discorre sobre a noção de imaginário social (imagens que interpretam a realidade a partir de um universo de significações). O linguista visa integrar o conceito ao campo da Análise do Discurso a partir do já citado conceito de *imaginário sociodiscursivo*.

⁸³ D’ADESKY, Jacques. *Pluralismo étnico e multiculturalismo*. Racismos e antirracismos no Brasil. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

“fornecer” e o substantivo “companhia”. Paralelamente, a participação dessas mulheres na história é representada como passiva e reduzida à função sexual, pois, segundo o olhar do locutor, fornecer o ventre aos lusos constituiu a principal função ameríndia.

Como a própria história esclarece, tais relações sexuais em seu início eram sedimentadas na assimetria de poder entre o homem branco e a mulher negra e indígena, sem que essas mulheres fossem trazidas para a condição familiar de esposas.⁸⁴ Munanga retoma Abdias do Nascimento para afirmar que é “[...] absurdo apresentar o mulato que, na sua origem, é o fruto desse covarde cruzamento de sangue, como prova de abertura e saúde das relações raciais no Brasil” (MUNANGA, 2008, p. 86).

Ainda no artigo nº 10, o mesmo olhar que naturaliza a violência sexual é também direcionado para a condição de escravos a que os negros foram submetidos. Tal perspectiva pode ser percebida no trecho em que se lê “importação de escravos”, como se houvesse uma relação direta entre ser negro e ser escravo, mercadoria. Ao recorrer ao estereótipo que mantém o negro ligado à imagem de escravidão, outras referências mais adequadas para se referir à população negra são silenciadas, como africanos escravizados ou escravização da população negra. Vejamos o trecho em que as duas ideias estão presentes:

Os lusos vinham para o Brasil **sem mulheres**; na **importação** de escravos, havia uma relação de 3 para 1 entre homens e mulheres. Na Colônia, **era imensa a falta de mulher**. Alberto Costa e Silva gosta de sublinhar – e com razão – que a **principal contribuição ameríndia foi fornecer o ventre aos lusos que, pela mesma razão, tiveram a companhia das pretas escravas**. Gerações de mestiços se multiplicaram. **Esta é a explicação** prosaica do Brasil multicolorido. [...] Após a Primeira Guerra Mundial, cuja hecatombe dissolveu a empáfia eurocêntrica, os intelectuais brasileiros descobriram o Brasil mestiço. **Gilberto Freyre é o teórico e pesquisador sem romantismo desta produção em massa do brasileiro de todas as cores**. Oswald de Andrade e tantos outros definiram o Brasil como **o país da mistura**. **Nos orgulhamos** desta dimensão, que é **a herança positiva da longa história da escravidão** (Artigo nº 10, grifos nossos).

Assim, no tocante à identidade nacional, nos artigos de argumentação contrária às cotas foi elaborada uma imagem de que a política seria uma ameaça à identidade brasileira, a qual os articulistas visam preservar a todo custo. No caso do artigo nº 10, há, inclusive, a referência a uma “herança positiva” da escravidão, como é possível perceber pelo trecho “**nos orgulhamos** desta dimensão, que é **a herança positiva** da longa história da escravidão” (Artigo nº 10, grifos nossos). Há novamente uma relação direta entre ser negro e ser escravo, pois a herança positiva, segundo o locutor, é advinda da escravidão e não da presença dos

⁸⁴ Confirma essa hipótese o dito popular recorrente em finais do século XIX: “branca para casar, mulata para fornicar, negra para trabalhar”.

negros nos país. Nessa sentença, o articulista fala em nome de uma coletividade, expressa pela terceira pessoa do discurso (nos orgulhamos), interpelando o leitor a partir de um imaginário sociodiscursivo de nacionalidade. Segundo Souza (2011), é possível associar o elogio incontestado à identidade nacional ao complexo de inferioridade sobre a dessemelhança brasileira em relação à Europa, ideal da elite de fins do século XIX e início do XX. Para o autor, trata-se de associar a imagem do Brasil a algo que poderia ser único nos permitindo ser “brasileiros com orgulho e não com vergonha” (SOUZA, 2011, p. 35), situação que estaria sendo ameaçada pela política de cotas raciais. Ao sublinhar seu orgulho da identidade nacional brasileira, é possível inferir que as Ações Afirmativas de recorte racial suscitam elementos do campo das paixões como o medo ou preocupação, ou desarmonia, em oposição a sentimentos de pertencimento nacionalista a partir de um *ethos* coletivo de ser brasileiro (CHARAUDEAU, 2006). Nesse sentido, podemos concordar novamente com Souza (2011), para quem a identidade dos sujeitos não se liga apenas à perspectiva individual. Segundo explica o autor, não somos apenas filhos de nossos pais e mães, mas, também, filhos da nação. Torna-se possível, então, inferir o caráter patêmico com que o mito nacional é internalizado e reproduzido para ser imune a críticas. Tal perspectiva vai ao encontro do que esclarece Amossy (2010, p. 172) sobre emoções e saberes de crença:

l'émotion s'inscrit dans un savoir de croyance qui déclenche un certain type de réaction face une représentation socialement et moralement prégnante. Des valeurs, des croyances implicites sous-tendent les raisons qui suscitent le sentiment⁸⁵.

Nesse sentido, a negação do conflito é celebrada em oposição à postura dos movimentos negros, por exemplo, que vêm apoiar medidas de correção histórica, dado que muitos imaginários sobre o país poderiam ser reelaborados. Por essa razão, é possível afirmar que

a aversão ao conflito é o núcleo de nossa ‘identidade nacional’, na medida em que penetrou a alma de cada um de nós de modo afetivo e incondicional. O mito da brasilidade, assim construído, é extremamente eficaz de norte a sul e constitui-se em base indispensável para qualquer discurso sobre o país (SOUZA, 2011, p. 39).

Nesse contexto, entendemos que compreender a origem da identidade nacional brasileira pode dizer muito sobre as perspectivas argumentativas que rejeitaram a adoção de cotas raciais. Interessa ressaltar, ainda como destaca o Relatório Anual das Desigualdades

⁸⁵ Tradução livre: “a emoção faz parte de um saber de crença que desencadeia uma reação face algum tipo de representação socialmente e moralmente aceita. Os valores, as crenças implícitas subjazem as razões que suscitam o sentimento”.

Raciais no Brasil (2009-2010), que não se trata de desmerecer as contribuições de Freyre; é importante levar em conta as condições de produção de sua obra num momento de preponderância do racismo científico no Brasil e do nazifascismo na Europa, para citar alguns exemplos. Contudo, é preciso ir além e considerar novas formulações para os problemas raciais que persistem na contemporaneidade.

Outro argumento que possui íntima relação com a identidade nacional é o imaginário de que no Brasil vivemos uma democracia racial. No tocante ao trecho destacado do artigo nº 5, é possível perceber uma argumentação que dialoga com essa perspectiva, manifesta por meio das escolhas lexicais “legislação a-racial”, “um país que se queria misturado”. Contudo, é possível perceber, pelo uso do futuro do pretérito no trecho “**um país que se queria misturado e onde a cor dos indivíduos não deveria influenciar** a vida do cidadão para entrar no mundo **dividido entre ‘raças’**”, que nem mesmo o locutor está certo dessa democracia racial a que faz alusão. Ao que se pode perceber, o futuro do pretérito nesse trecho aponta para uma hipótese ou uma incerteza – “não deveria influenciar”, o que permite pressupor: **não deveria influenciar, mas influencia**. Como afirma Koch (1996), o futuro do pretérito pode ser visto como uma “metáfora temporal de validade limitada, exprimindo hipótese, probabilidade a ser confirmada”⁸⁶ (p. 46). Já no que toca à pressuposição, Kerbrat-Orecchioni (1986, p. 25) esclarece que

toutes les informations qui, sans être ouvertement posées (i.e. sans constituer en principe le véritable objet du message à transmettre), sont cependant automatiquement entraînées par la formulation de l'énoncé, dans lequel elles se trouvent intrinsèquement inscrites, quelle que soit la spécificité du cadre énonciatif.⁸⁷

O discurso que remonta ao conceito de democracia racial e ausência de racismo também pode ser percebido no seguinte trecho do artigo nº 10: “**Todo este movimento existe para combater um racismo que existe minoritário e envergonhado**. O ‘bicolorismo’ e o sistema de cotas darão ‘naturalidade’ ao conceito, subversivo e **ideologicamente negativo**, de raça” (grifo nosso). Nesse caso, o locutor traz à tona o caráter ambíguo do racismo brasileiro,

⁸⁶ Para maiores detalhes sobre a noção de metáfora temporal, ver o trabalho de Koch (1996) sobre a proposta de H. Weinrich sobre os tempos verbais que não iremos desenvolver nesse trabalho por questões de extensão. Contudo, brevemente esclarecemos, que a metáfora temporal, segundo Koch (1996) pode ser observada quando há introdução de verbos do mundo narrado no mundo comentado ou vice-versa. Assim, é possível pensar que o uso do futuro do pretérito em situação comentadora exprime o sentido de validade limitada.

⁸⁷ Tradução livre: “todas as informações que, sem ser abertamente postas, (ou seja, sem constituir o verdadeiro objeto da mensagem), são, no entanto, automaticamente trazidas pela formulação do enunciado, no qual elas se encontram intrinsecamente inscritas, seja qual for a especificação do quadro enunciativo”.

elaborado a partir de sua negação. Assim, no contexto do mito da democracia racial, brancos, índios e negros teriam as mesmas oportunidades econômicas e sociais e, dessa forma, todos os indivíduos seriam iguais.

A partir da memória discursiva da democracia racial para justificar um posicionamento contrário sobre as cotas raciais, fazem-se possíveis, ao menos, duas conclusões. A primeira delas: uma vez que não existe racismo, não há razão para uma política como a de cotas, vinculando uma imagem de inutilidade à medida; a segunda, de uma incapacidade inerente aos sujeitos que a política de cotas visa abarcar: uma vez que negros e indígenas estão na mesma posição que brancos desde a formação da nação (como celebra a democracia racial), as atuais desigualdades entre esses grupos seriam responsabilidade exclusivamente deles (GOMES, 2005). Assim, apesar do fato de que no Brasil há sim uma heterogeneidade fundamentada no processo de mestiçagem, o mito da democracia racial não esclarece o processo de exclusão existente ainda assim, amenizando o racismo brasileiro. O questionamento da persistência do racismo na contemporaneidade é a perspectiva argumentativa encontrada no artigo nº 1, que questiona a ideia de uma democracia racial, pelo uso de termos como “desvelam”, “processo histórico” e “estrutural de discriminação”:

As cotas são apenas uma das estratégias de aplicação dessas ações e, ao serem implantadas, **desvelam a existência de um processo histórico e estrutural de discriminação que assola determinados grupos sociais e étnico-raciais**. Talvez por isso elas **incomodem** tanto a sociedade brasileira, uma vez **que ainda impera em nosso imaginário a crença de que somos uma "democracia racial"**. Ora, a realidade social e educacional dos negros e mestiços revelada pelas pesquisas mais recentes nos mostra o contrário. [...] Em vez de passarmos longas horas argumentando se somos contra ou a favor das políticas de ação afirmativa, poderíamos questionar o que a sociedade brasileira tem feito para **superar** o racismo e a discriminação racial (Artigo nº 1, grifos nossos).

Na construção argumentativa do trecho destacado do artigo nº 1, favorável às cotas raciais, há a elaboração de uma imagem de que a política não recria o racismo no Brasil, mas sim revela sua dimensão histórica e velada, como no trecho “desvelam a existência de um processo histórico e estrutural”, “ainda impera em nosso imaginário a crença de que somos uma ‘democracia racial’”. Nesse contexto, o articulista também elabora uma imagem de habilitado a falar do assunto, ao fazer referência a pesquisas mais recentes. Da mesma forma, à política de cotas é atrelada uma imagem de inovação, por carregar a possibilidade de modificar estruturas de discriminação racial já arraigadas na cultura brasileira. Nesse sentido, importa considerar a inevitável associação entre cotas e as relações raciais desenvolvidas no Brasil, o que pode ser notado no trecho: “Em vez de passarmos longas horas argumentando se

somos contra ou a favor das políticas de ação afirmativa, poderíamos questionar **o que a sociedade brasileira tem feito para superar o racismo e a discriminação racial**” (Artigo nº 1, grifos nossos). Nesse sentido, o trecho em destaque revela uma argumentação que visa incitar o leitor a perceber a escravidão em um sentido que vai além de um fato histórico, mas que ainda permanece na sociedade, reforçado pelo uso do verbo “superar” no presente.

Já no trecho destacado do artigo nº 2, também de posicionamento favorável às cotas, há um panorama que sugere perceber a identidade nacional e as atuais desigualdades raciais para além do viés pitoresco celebrado pelo culturalismo. No trecho destacado desse artigo, há menção à informalidade da discriminação e à desigualdade do processo de mestiçagem, apontada pela especificação de que o pai era da comunidade branca e a mãe, da comunidade negra:

No Brasil pós-escravista predominou uma **discriminação informal** embaciada por um **amplo processo de mestiçagem**. O fato de esse processo resultar de um **estatuto desigual** em que **o pai** - na esmagadora maioria das vezes - pertencia à comunidade dominante branca, e **a mãe**, à comunidade dominada negra, não impediu que ele fosse **generosamente celebrado em tese, prosa e verso**. Radicalizando as ideias de Gilberto Freyre, Darcy Ribeiro afirmou: “No Brasil, a mestiçagem sempre se fez com muita alegria” [...]. No Brasil, a última carantonha da discriminação brotou no campus da USP no começo de março. **Segundo o jornal O Globo, pela primeira vez (!)** em sua história, a USP realizou um censo étnico entre seus 39 mil estudantes de graduação e constatou que há **apenas** 1,3% de negros [...]. O que não dá mais é **continuar** no Brasil com a política grotesca do “**deixar estar como está para ver como é que fica.**” (Artigo nº2, grifos nossos).

Mais uma vez, a cordialidade⁸⁸ como traço da identidade do brasileiro é retomada, agora no sentido de questionamento de uma matriz argumentativa utilizada para se pensar o Brasil de modo conservador. Nesse sentido, alguns índices de polifonia, como a referência ao jornal *O Globo*, indicam uma situação que já faz parte do cotidiano brasileiro e que o locutor julga necessitar de modificação. A pesquisa feita pelo jornal aponta para o reduzido número de alunos negros na USP, a maior universidade do país, estatística descoberta por meio de um censo étnico antes nunca realizado pela universidade. Nesse contexto, é possível notar a entonação expressiva (BAKHTIN, 2006) adquirida no contexto do enunciado para a sentença “pela primeira vez na história”. No caso do trecho em análise, o locutor demonstra surpresa

⁸⁸ O imaginário da cordialidade pode ser entendido pela leitura do livro *Raízes do Brasil* (1936) de Sérgio Buarque de Holanda, que ao lado das obras de Gilberto Freyre, compõe o pensamento social do Brasil dos anos de 1930. Na perspectiva de Holanda, a noção de cordialidade diria respeito à generosidade e hospitalidade do povo brasileiro, especialmente se confrontado com outras nações do Globo. Essa seria, portanto, uma das razões que explicariam o saber de crença segundo o qual o brasileiro seria um povo de caráter emotivo, apaixonado, receptivo. Outros apontamentos sobre emoções e construção da identidade nacional poderiam ser feitos, o que deixaremos para um trabalho posterior dado as dimensões de uma dissertação.

com o fato de o referido censo ter sido realizado na USP apenas no ano de 2003, chamando a atenção do leitor para o caráter tardio da medida, o que fica evidenciado pelo uso da exclamação entre parênteses. Já no caso do artigo de nº 5, a sentença “pela primeira vez na nossa história” vem apontar para uma dita novidade de se falar em raça no Brasil, a partir de uma intenção distinta do artigo nº 2. Outro marcador de polifonia presente na argumentação em destaque no artigo nº 2 trata-se do uso do verbo “continuar”. Nesse sentido, o autor destaca o quadro atual de discriminação racial no país, conhecimento que ele pressupõe ser partilhado por seu interlocutor: “o que **não dá mais é continuar** no Brasil com a política grotesca do **‘deixar estar como está para ver como é que fica’**” (Artigo nº 2, grifos nossos). O uso da sentença entre aspas corrobora o aspecto polifônico da argumentação. Marcada por aspas, a sentença não é atribuída a ninguém em específico no texto, mas a toda a população brasileira que supostamente partilha desse *habitus*.

Passemos, agora, para o recorte acerca dos sentidos da palavra raça. Ao longo desse trabalho, foi possível perceber a existência de uma complexa discussão sobre o termo, tanto articulando um olhar progressista quanto conservador sobre o mesmo, no domínio do senso comum. Com base na pesquisa que realizamos e pela análise do nosso *corpus*, notamos que as diferentes conotações para o termo raça variam segundo a identidade discursiva daquele que toma a palavra, podendo adquirir uma dimensão político-social e até um julgamento de ordem moral. No bojo das possibilidades semânticas da palavra, destacamos o viés patêmico suscitado pelo termo, especialmente em comparação à palavra etnia⁸⁹, que teria um sentido tido como moderado e socialmente aceito. Sobre as diferenças de percepção de uma mesma palavra, situação semelhante pode ser percebida quanto à ideia de democracia racial e meritocracia⁹⁰. Tal diferença na recepção de um mesmo objeto pode ser relacionada ao que esclarece Charaudeau (2010) sobre os distintos universos de crença e o modo como cada um é afetado pela memória discursiva relacionada a tais termos, suscitando, assim, diferentes efeitos emotivos e diferentes imagens, por consequência.

De acordo com o que já discorreremos ao longo dessa pesquisa, a noção de raça⁹¹ não só sofreu mudanças de entendimento ao longo da história, como sempre esteve presente

⁸⁹Segundo Silveira (2012) etnia refere-se à presença de vários grupos sociais que se definem a partir de referenciais culturais coletivos compartilhados, como os xavantes, as guaranis, os escravos do Paraná, dentre outros.

⁹⁰ Discorreremos no próximo item desse trabalho sobre as orientações argumentativas baseadas na meritocracia.

⁹¹ A manutenção do termo *raça* por parte de pesquisadores das relações étnico-raciais e movimentos negros decorre de ser esta a palavra que mais se aproxima de uma dimensão verdadeira da discriminação em relação aos sujeitos negros.

no pensamento brasileiro (SKIDMORE, 1994)⁹². Nesse contexto, ainda que a ideia de raça biológica seja uma questão já superada em quaisquer campos teóricos das relações raciais, esse sentido se encontra presente notadamente no pensamento dos locutores que se posicionaram de forma contrária às cotas raciais. Dessa maneira, o artigo nº 10, contrário à adoção de cotas, associa um olhar biologizante ao léxico, como é possível perceber a partir de elementos como “anti-científico” e “pureza racial”. Contudo, ainda no artigo nº 10, é possível perceber que o locutor faz uso de um saber compartilhado que identifica a existência de diferentes fenótipos entre os sujeitos: “Logo após a Abolição, o Brasil tinha 14 milhões de **brancos**, sendo um milhão de imigração ultra-recente, dois milhões de **pretos** e seis milhões de **pardos**” (Artigo nº 10, grifos nossos), o que permite concluir o reconhecimento de diferentes fenótipos para além da miscigenação existente entre os grupos.

Já no trecho destacado a seguir, é possível inferir uma perspectiva sobre raça e democracia racial já apontada por pesquisadores como Munanga (2008), Ortiz (1994) entre outros, de que a mestiçagem, dupla mistura biológica e cultural, é celebrada ao aproximar o fenótipo negro do branco. Tal orientação argumentativa pode ser percebida quando a palavra negro é tratada como nova expressão, vista, portanto, como inexistente, como uma construção advinda da discussão sobre cotas. Mais uma vez, a identificação dos sujeitos a partir de seu pertencimento racial é feita: **brancos, negros e pardos**.

Os **pardos** certamente são uma percentagem maior de afrodescendentes; porém são também eurodescendentes. **Pardos somados aos pretos deram origem a uma nova expressão – negro** –, que seriam 47,9% dos brasileiros. Lançando mão do corte de linha de pobreza, dos quase 57 milhões de brasileiros pobres, 34,2% são **brancos**, 58,7%, **pardos**, e 7,1%, **negros**. O **truque** de somar pardos com pretos, **denominando-os negros**, faz 65,8% dos pobres. **Se criássemos** a categoria **branquelos**, como resultado da soma de **brancos** mais **pardos**, teríamos 92,9% de **branquelos** pobres... (Artigo nº10, grifos nossos)⁹³.

O silenciamento da categoria negro pode ser notado por meio de expressões que conferem um tom irônico à argumentação presente no trecho, recurso que gera aproximação do interlocutor que se coloque desfavorável à adoção de cotas e distanciamento daquele se coloque em postura favorável à medida. Assim, o emprego do tom irônico relega às políticas afirmativas de recorte racial a imagem de descrédito, o que pode ser percebido pelos itens

⁹²Em SKIDMORE, Thomas E. (1994) os usos políticos ligados à raça são revisitados.

⁹³ Segundo o relatório anual das desigualdades raciais no Brasil; 2009-2010, a opção estatística por se analisar conjuntamente pretos e pardos é devida à maior proximidade entre os indicadores desses grupos do que ocorre em relação aos indicadores dos brancos. Disponível em: http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2011/09/desigualdades_raciais_2009-2010.pdf. Acesso em 02 out. 2015.

lexicais “truque”, “branquelos” e pela oração adverbial condicional “se criássemos a categoria branquelos”. Assim, a categoria negro não existiria, tal como a branquelos não existe, pois trata-se de algo criado para justificar as políticas afirmativas de recorte racial. A partir desse silenciamento, os elementos ligados ao negro, como a cultura e a identidade, são vistos como elementos igualmente irreais por consequência. Segundo pesquisas já têm atestado, questões envolvendo o apagamento dos negros estão presentes nos mais diversos discursos. Um exemplo desse fato é o que mostra o estudo em literatura desenvolvida pela professora Regina Dalcastagnè na UNB, que promoveu um mapeamento estatístico e uma leitura minuciosa de romances brasileiros contemporâneos⁹⁴. Em resumo, os resultados apontam a baixa presença da população negra entre as personagens, notadamente protagonistas. Além disso, a pesquisa revela a representação estereotipada de tais personagens nos romances analisados.

Passemos agora para artigo de opinião nº 14, de argumentação favorável à adoção de cotas raciais. Ao contrário de associar à medida imaginários ligados à obrigação e divisão racial, como pudemos ver em outros textos analisados, o trecho do artigo nº 14 relaciona as políticas afirmativas de recorte racial a princípios democráticos baseada na liberdade de poder se reconhecer na identidade negra e indígena. O diálogo no sentido de refutar outras vozes contrárias à política é marcado pelas aspas na expressão “racismo às avessas” que o locutor retoma e atribui a outrem.

Em segundo lugar, emerge o princípio do **reconhecimento à diversidade cultural** dos povos. A **afirmação da identidade negra** contida na declaração de um candidato a uma vaga na universidade expressa **não um “racismo às avessas”, mas o direito democrático de todo grupo social de se diferenciar dos demais, sem hierarquizá-los, com base em sua cultura e história específica, no caso dos negros, pardos e indígenas do país fortemente marcadas pela violência e exclusão praticadas e/ou consentidas pelo Estado** (Artigo nº14, grifos nossos).

De argumentação semelhante, no trecho que destacamos para o artigo nº7 está presente um tom de denúncia sobre o conceito de democracia racial, elemento que o locutor julga inexistente em nossa sociedade devido à falta de cidadania em patamares satisfatórios para a população negra na atualidade e o passado escravocrata brasileiro, razão para a atual discriminação com base na cor da pele:

Vale lembrar, no entanto, que o Brasil foi **o último país a abolir a escravidão** dos povos de origem africana. Noutras palavras, **a cidadania para o negro brasileiro** e para grande parcela da população ainda está longe de atingir os patamares satisfatórios previstos na Constituição. [...] O processo de admissão baseado na

⁹⁴ DELCASTAGNÈ, Regina. Entre silêncios e estereótipos: relações raciais na literatura brasileira contemporânea. In: *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, nº 31, 2008, p. 87 - 110.

neutralidade quanto ao pertencimento étnico-racial **desconsidera a história de constituição da sociedade brasileira ao tentar escamotear o nosso passado escravocrata associado aos cinco séculos de discriminação racial generalizada** (Artigo nº 7, grifos nossos).

A mesma perspectiva que visa contestar o imaginário de democracia racial pode ser percebida no trecho destacado do artigo nº 12:

Para Cuti, a cota faz parte de uma série de reivindicações dos movimentos negros **empenhados historicamente** em promover os afro-descendentes na qualidade de **portadores do próprio discurso**, podendo, assim, **ultrapassar de maneira contundente o problema histórico da invisibilidade social e dos perversos mecanismos de reificação**. [...] **Historicamente, coube aos brancos o acesso livre à educação e às instâncias institucionais do poder, enquanto restou aos negros amargar a exclusão deste processo**. Em oposição a esse quadro lamentável, a cota abre alas para a comunidade negra acessar o que lhe é de direito. [...] De forma contundente e sagaz, o poeta destaca a **existência de ‘um mar de dívidas/contraídas/pelos que sempre tornaram gorda a sua cota’**. Notem que ‘o mar de dívidas’ **retoma todo o histórico de opressão vivido pelos afro-descendentes desde a instalação bárbara da lógica do ‘navio negreiro’**. Já a ‘cota gorda’, ou seja, a ‘cota da desigualdade’, como diria o sociólogo Emir Sader, em texto publicado no Jornal do Brasil há cinco anos, representa a elevada margem de participação dos brancos, que tradicionalmente gozaram e ainda gozam de mais privilégios em relação aos negros no acesso à universidade (Artigo nº 12, grifos nossos).

Nesse trecho, a argumentação do locutor é feita com base na interpretação de um poema do escritor Cuti (Luiz Silva), recurso que gera aproximação com o público universitário por meio da elaboração de um *ethos* de saber do locutor. O olhar para a história, horizonte utilizado para se pensar a adoção de cotas na atualidade por seus defensores, é retomado no sentido de manifestar a invisibilidade social da população negra desde a escravidão, em oposição à exaltação da identidade nacional. Assim, a associação de cotas à possibilidade de o povo negro ser portador do próprio discurso trabalha a memória de que a identidade negra foi elaborada a partir do olhar do homem branco da elite intelectual e econômica, a exemplo das já citadas obras de Gilberto Freyre.

O trabalho com a memória discursiva também se faz presente no trecho em que o locutor destaca que o acesso à educação da população negra se fez de maneira limitada. Ainda no século XIX, permaneciam legislações que excluía a população negra do acesso à educação, como o Decreto de Lei nº 1.331, de 17 de fevereiro de 1854, que estabelecia a não admissão de escravos nas escolas públicas do país e que a instrução para adultos negros dependeria da disponibilidade de professores (BRASIL, 2005, p. 7). Desse contexto, é possível notar, mais uma vez, que nos textos opinativos favoráveis às cotas raciais a identidade nacional e a democracia racial dela advinda são postas em xeque e interpretadas

como um saber de crença. Já os que adotam uma perspectiva desfavorável, há exaltação tanto da identidade nacional como da democracia racial, colocando esses dois elementos na condição de um saber de conhecimento.

Para finalizar nosso tópico de análise em torno da identidade nacional e dos elementos a ela associados, como raça, racismo, mestiçagem e democracia racial, chamou a nossa atenção a comparação com os Estados Unidos promovida por alguns articulistas. Vejamos, então, dois exemplos, um de argumentação favorável à adoção de cotas e outro, de argumentação contrária: “Esclareço, desde já, que sou favorável à implementação das cotas, desde que tal ação seja **contextualizada, problematizada e discutida à luz da história e da realidade brasileira e não como mera transposição da experiência norte-americana**” (Artigo nº 1, grifos nossos).

Nos Estados Unidos nasceu a ideia de cotas universitárias, como parte das chamadas ações afirmativas. **As universidades da Califórnia**, sempre na vanguarda dessas questões, **foram as primeiras a propor as cotas e as primeiras a recuar da proposta, duas décadas depois, ao perceber suas consequências desastrosas** (Artigo nº 8, grifos nossos).

Ao que pudemos perceber, o artigo nº 1 não apresenta uma comparação direta com os Estados Unidos, mas aponta para a recorrência com que o debate sobre a adoção de cotas no Brasil tem sido feito a partir da comparação com experiência norte-americana, o que pode ser inferido pela conjunção “desde que” para enfatizar a necessidade de se pensar as cotas raciais conforme a realidade brasileira. Nesse contexto, julgamos que a comparação com os Estados Unidos no debate sobre cotas acontece por duas razões: a primeira, devido à disseminação de uma crença de que o sistema de cotas, advindo de Ações Afirmativas, teria nascido nos Estados Unidos⁹⁵, como pode ser visto no trecho destacado do artigo nº 8: “Nos Estados Unidos **nasceu** a ideia de cotas universitárias”. Já a outra razão residiria no valor simbólico atribuído à nação norte-americana. Segundo Souza (2011, p. 33), “a comparação com os Estados Unidos se impõe a si mesma”, portanto, dispensaria maiores explicações. Essa comparação, portanto, decorreria de uma série de elementos semelhantes entre as duas nações:

nós, brasileiros nunca nos comparamos com a Bolívia, com a Guatemala ou mesmo com a Argentina [...] na realidade a comparação explícita ou implícita com os Estados Unidos é o fio condutor de praticamente todas as interpretações da singularidade brasileira no século 20 - porque percebemos que apenas eles são tão grandes e expressivos como nós mesmos no continente americano [...] Os Estados Unidos e o Brasil possuem várias similitudes morfológicas e históricas: extensão

⁹⁵ A Índia foi o primeiro país a implementar Ações Afirmativas.

territorial, tamanho populacional, tempo de colonização, importância da escravidão (SOUZA, 2011, p. 33).

Nesse sentido, no trecho do artigo de opinião nº 8, a comparação com os Estados Unidos traz o exemplo da nação de maior expressão econômica em toda a América. Dessa forma, é possível visualizar uma construção argumentativa ligada à dedução sobre o seguinte *topos*: uma vez que as cotas não deram certo nos Estados Unidos, é natural que o mesmo ocorra no Brasil; conclusão possível dado que os *topoi* são formas dóxicas que não se apoiam apenas em conhecimento, mas também nas crenças (LIMA, 2006). Ainda no tocante à comparação com os Estados Unidos, o locutor classifica a Universidade da Califórnia como “vanguardista de questões” que o locutor não nomeia, mas que inferimos, pela temática do texto, que seja a inclusão social da população negra e outras minorias sociais. É possível, portanto, inferir uma sugestão para que as universidades brasileiras sejam tão vanguardistas quanto a Universidade da Califórnia: não implantem um sistema fadado à falência como as cotas raciais.

Após as análises empreendidas sobre a ambiguidade das relações raciais no contexto de identidade nacional, passemos, agora, para outro viés argumentativo que se fez presente no debate das cotas raciais: as políticas universalistas.

4.1.2 Políticas universalistas e focalizadas: as imagens da desigualdade

Neste tópico, buscamos analisar o panorama argumentativo sobre a defesa de políticas de cunho universalista⁹⁶ em oposição às cotas raciais, uma política focalizada. No viés argumentativo desfavorável às cotas, a adoção de políticas universalistas foi vista como alternativa ao recorte racial das Ações Afirmativas. Segundo esse entendimento, não há relação entre acesso a espaços de poder e fenótipo dos sujeitos, fato que nega, novamente, o racismo como mecanismo simbólico de exclusão. De forma implícita, a orientação argumentativa que visa privilegiar de modo unilateral a adoção de políticas universalistas parece dialogar com o conceito de racismo desenvolvido nos Estados Unidos como única forma de racismo existente: aquele baseado na segregação em vias legais, ao contrário do que

⁹⁶ Como debatido no segundo capítulo desse trabalho, políticas universalistas são destinadas à população em geral, sem considerar as diferentes especificidades dos grupos sociais, como raça e gênero.

foi desenvolvido no Brasil em que a discriminação racial acontece mais diretamente na forma de violência simbólica (BOURDIEU, 2010).

Já no caso da argumentação favorável às cotas raciais, não há negação da necessidade das chamadas políticas universalistas, como melhoria da rede pública de ensino e maior equilíbrio na distribuição de renda. Antes sim, é ressaltada a urgência de se somar uma política específica para o segmento negro, como é o caso das cotas raciais, dado a dívida histórica advinda da escravidão, cujos resquícios permanecem como impedimentos para a ascensão da população negra na contemporaneidade. Vejamos, agora, alguns trechos extraídos do nosso *corpus* que discorrem sobre os campos argumentativos que acabamos de destacar.

As políticas de ação afirmativa, das quais as cotas são parte integrante, inserem-se nesta perspectiva de **universalização real** do direito à educação [...]. **O processo de admissão baseado na neutralidade quanto ao pertencimento étnico-racial** desconsidera a história de constituição da sociedade brasileira ao tentar **escamotear o nosso passado escravocrata** associado aos cinco séculos de discriminação racial generalizada (Artigo nº7, grifos nossos).

No trecho destacado, que apresenta uma perspectiva favorável à adoção de cotas raciais, há uma crítica sobre a ineficiência do modelo baseado apenas no critério universalista para o acesso à educação: as políticas afirmativas, portanto, comporiam a universalização vista como real pelo locutor. Mais uma vez, as memórias da escravidão e da discriminação racial são trazidas à tona como argumentos que legitimam a adoção de cotas raciais na contemporaneidade. Nesse contexto, o locutor constrói a sua imagem como aquele que denuncia a injustiça provinda do critério universalista de admissão, uma vez que esse procedimento isoladamente escamoteia o passado escravocrata do país.

A mesma direção argumentativa pode ser notada no trecho a seguir, que também adota um posicionamento favorável às Ações Afirmativas de recorte racial. Nesse caso, o articulista visa explicar em seu artigo de opinião aquilo que ele denomina “os olhares políticos sobre as cotas”, título do seu texto. Assim, são elencadas quatro posições teóricas sobre o assunto que o articulista explica uma a uma, associando um *ethos* de ponderação à sua figura. Tal elemento reforça a imagem de sujeito de ciência, digno de crédito porque demonstra suas razões em uma aparente objetividade científica. Assim, há a apresentação de uma perspectiva teórica (como um observador de fora da situação, que retoma a voz do outro) para, então, ser apontado o seu posicionamento sobre o assunto, como se convencionou fazer entre os sujeitos que falam sobre as cotas raciais, a exemplo de elementos como: “acredito”, “fico com a quarta posição”, “considero”. Além das características de estilo, o léxico utilizado

também vincula o locutor a um espaço de erudição, o que auxilia a compor o seu *ethos* de saber, como apontam os termos “análise global e crítica”, “corrente” (no sentido de pensamento), “sociedade de classes”. Vejamos o trecho.

Na quarta posição estão os defensores das “políticas afirmativas”. Sem desvinculá-las de uma **análise global e crítica da sociedade de classes**, essa **corrente** denuncia que a desigualdade social é intrínseca ao capitalismo. Assim, a crítica ao sistema deve ser sempre colocada. **Chamam** de falácia o princípio da igualdade de direitos **quando se sabe** que parcelas da população possuem trajetória de vida de carências materiais e, **aliado a isto, seriam vítimas do racismo**. Assim, esta quarta posição **lutaria** contra a desigualdade imposta por uma sociedade submissa ao capital (exploração) e as desigualdades culturais incorporadas socialmente, como o racismo (opressão). Porém, **lutar por políticas universalistas e contra a sociedade capitalista seria fundamental, mas não bastaria para mudar a situação do negro, pois o racismo não se restringe a uma questão socioeconômica; é também cultural**. Essa posição é criticada porque, ao abarcar questões diferentes, ela correria o risco de desfocar as questões centrais e, na prática, nada mudar. É certo que a principal luta é pelo livre acesso às universidades, como já acontece em muitos países, mas esta é uma questão que não se resolve no curto prazo. Assim, **acredito** que, de imediato, **devemos lutar por ações focadas tanto nos explorados quanto nos oprimidos, tanto em políticas globais quanto em políticas afirmativas, tanto numa sociedade igualitária quanto numa sociedade que respeite as diferenças**. Assim, **fico** com a quarta posição, pois **considero** fundamental, numa sociedade desigual como a brasileira, criar canais para que as classes populares e oprimidas pelo racismo possam frequentar a universidade. Também defendo que se leve em conta o “mérito” na seleção, porém as notas não podem ser o único critério de avaliação para a entrada na universidade. Até para que possamos oferecer condições de igualdade de competição para os candidatos, temos que apresentar algum diferencial. (Artigo nº 9, grifos nossos).

No trecho destacado, o locutor associa a adoção de políticas afirmativas a uma atitude de ponderação, tal como faz na elaboração de seu *ethos* pessoal. Isso porque as políticas afirmativas lutariam não apenas contra as desigualdades causadas pelo capital (perspectiva universalista), mas também contra as desigualdades sociais incorporadas culturalmente, como é o caso do racismo. No trecho do artigo nº 9, o entendimento sobre a complementaridade das duas políticas pode ser notado, ainda, pelo uso do comparativo de igualdade – tanto e quanto: “ações focadas **tanto** nos explorados **quanto** nos oprimidos, **tanto** em políticas globais **quanto** em políticas afirmativas, **tanto** numa sociedade igualitária **quanto** numa sociedade que respeite as diferenças”.

Ainda no mesmo trecho, o locutor tenta desvincular uma determinada imagem de que as Ações Afirmativas seriam algo novo, sem fundamentação e possivelmente perigoso para a sociedade quando relembra que essa questão tem precedentes e que tais não se ligam, diretamente, à questão racial⁹⁷:

⁹⁷ Como também já fizemos referência em capítulos anteriores, o país adota políticas de cunho afirmativo já há algum tempo, como é o caso o incentivo econômico voltado para o estabelecimento de imigrantes europeus, a

E lembro que esta questão tem precedentes. Em muitas situações legais, o país trata os desiguais de forma desigual, até mesmo na busca de maior igualdade de oportunidades e de vida digna para todos. Existem, por exemplo, **políticas de desenvolvimento regional voltadas para a correção de distorções entre as regiões do estado ou do país. Impostos são pagos de forma diferenciada conforme rendimento ou lucro**. E por aí vai (Artigo nº 9, grifos nossos).

Dessa forma, o interlocutor pode ser levado à reflexão que favoreça a adoção de cotas raciais, ou seja, se medidas focalizadas já acontecem em nossa sociedade, por que não adotar a mesma medida para o segmento negro da população?

Vejam agora outros dois trechos de artigos de opinião que trazem considerações sobre a questão das políticas universalistas e que apresentam posicionamentos contrários às cotas raciais:

De nada adianta implantar o regime de cotas na universidade, **se as escolas fundamental e média continuarem na indigência em que se encontram**. A decadente qualidade de ensino nesses níveis de escolarização é que constitui uma das principais fábricas de **injustiça social neste país, e não só de injustiça racial. A porta dos fundos não fará justiça a ninguém. Os alunos barrados no vestibular não o são por sua raça**. Eles o são, negros ou brancos, porque não atingem o nível mínimo e básico de conhecimento para ingressar na universidade. Seu destino é decidido na **precária escolaridade prévia que os inabilita** para seguir adiante. A escola deficiente é apenas o reflexo de outras muitas injustiças próprias de um país em que ainda há trabalho escravo [...]. **A universidade deve ser pensada em termos universais**. Ela se torna pobre por não abrigar **talentosas vítimas da injustiça social** de todas as condições sociais; e esse é o verdadeiro problema [...]. **O verdadeiro sujeito dessa questão não é o negro, é a vítima** (Artigo nº 3, grifos nossos).

Ao ressaltar os problemas relativos à qualidade do ensino público e a necessidade de melhoria desse sistema, o locutor faz uso de um lugar comum que o mantém coerente com o espaço universitário em que o texto é divulgado. Nesse contexto, o articulista visa não contrariar o universo dóxico do seu leitor, dado que a melhoria do ensino básico constitui um argumento de valor universal. No que diz respeito à adoção de cotas no ensino superior, ao recorrer à oração condicional “de nada adianta implantar o regime de cotas na universidade, **se as escolas fundamental e média continuarem na indigência em que se encontram**” (Artigo nº 3, grifos nossos) o locutor protege a sua face, pois não refuta a política de cotas abruptamente, mas condiciona a sua aplicação à melhoria da escola pública.

Outro elemento utilizado no sentido de dialogar com valores presumidos pelo público leitor diz respeito à justiça. O locutor busca refutar o valor de justiça decorrente do débito da escravidão para associar a verdadeira justiça à melhoria do ensino básico e, posteriormente, à erradicação da pobreza, pois lá estariam as “[...] principais fábricas de injustiça social neste país e **não só** de injustiça racial” (Artigo nº 3, grifos nossos). Ao que pudemos perceber, o termo em destaque carrega um tom polifônico: o locutor estaria contestando uma voz que diz que a injustiça neste país é unicamente racial. Esse tom polifônico, ao contrário do que se poderia pensar, não dialoga com os argumentos favoráveis às cotas raciais, mas sim, com os próprios argumentos contrários a ela. Isso porque, como já destacamos nesse trabalho e como atestam pesquisadores das relações raciais, como os já citados Moya e Silvério (2009), medidas de recorte racial e de melhoria do ensino público de base não são políticas concorrentes, mas complementares. Assim, julgamos que, durante os dez anos de debate sobre as cotas raciais, havia um imaginário sustentando por opositores da medida de que as cotas representariam a manutenção do descaso com o ensino básico e com outras medidas universalistas.

O discurso de que a questão racial não possui influência no acesso aos espaços de poder, como a universidade, encontra, novamente, ressonância nos argumentos que advogam haver uma democracia racial no país. Assim, os defensores das políticas universalistas também têm, na negação do racismo, uma justificativa para a oposição à política de cotas, como mostram os trechos do artigo nº 3: “Os alunos barrados no vestibular **não o são por sua raça**. Eles o são, negros ou brancos, porque não atingem o nível mínimo e básico de conhecimento para ingressar na universidade [...]. A universidade deve ser pensada **em termos universais**” (grifos nossos). A partir da perspectiva do locutor, torna-se possível inferir que o principal (e talvez único) problema da sociedade brasileira decorreria da pobreza, que, por sua vez, caracteriza a falta de qualidade do ensino básico. De maneira complementar, os termos universais segundo os quais a universidade deveria ser pensada dialogam com o discurso de homogeneização das diferenças e de que cotas seriam um meio de oferecer privilégios à população negra. Assim, é possível depreender, da argumentação presente no trecho do artigo do artigo nº 3, uma invisibilização simbólico-discursiva do racismo que sofre a população negra, reforçada pela sentença “o **verdadeiro sujeito** dessa questão **não é o negro, é a vítima**” (artigo nº3, grifos nossos).

Assim, uma relação importante de ser feita diz respeito ao trabalho com os implícitos ou os não-ditos. Conforme Amossy (2010) “l’argumentation se soutient dependent

autant de ce qu'elle dit em toutes lettres que de ce qu'elle laisse entendre"⁹⁸, ou ainda: "l'implicite contribue à la force de l'argumentation dans la mesure où il engage l'allocutaire à compléter les éléments manquants."⁹⁹ Assim, faz parte de nossa memória discursiva relacionada ao racismo estrutural¹⁰⁰ o imaginário de que a "porta dos fundos", assim como o "elevador de serviço", seriam espaços destinados aos empregados e à população economicamente pobre. Assim, ao afirmar que "a porta dos fundos não fará justiça a ninguém", há uma associação entre cotas raciais e a manutenção da "porta dos fundos" das relações sociais, o que tornaria o ingresso na universidade menos digno de crédito.

Ainda no tocante ao gerenciamento de valores compartilhados socialmente, é possível notar uma série de elementos da ordem do *pathos* e que colaboram para um *ethos* de benevolência sobre a figura do locutor do artigo nº 3. Assim, ao argumentar contra as cotas raciais, o articulista visa defender seu posicionamento por políticas universais buscando mostrar-se solidário aos menos favorecidos economicamente. Para tanto, ele narra um quadro hipotético, ainda que bastante comum nos grandes centros urbanos, capaz de gerar efeitos patêmicos como indignação ou compaixão: "Quando vejo uma **criança** cheirando cola ou perambulando **pelas ruas**, seja ela **negra ou branca**, fico pensando na **vítima** que nela há, que é **a sociedade inteira**" (Artigo nº 3, grifos nossos). Nesse sentido, o termo vítima ganha uma tonalidade emocional intensa quando associado à imagem da criança, notadamente a criança de rua a que o articulista faz menção, podendo mobilizar valores em torno da ternura, fraternidade e até mesmo proteção. Os valores universais defendidos pelo locutor ficam ainda mais evidentes ao notabilizar que a pobreza, em seu ponto de vista, não tem cor, pois que ele vê a vítima em crianças brancas e negras que perambulam pelas ruas. Ao fazer uso desse lugar-comum de ordem patêmica, o locutor se exime de tratar em seu discurso sobre as razões que levam crianças a perambularem pelas ruas. Recorrer à imagem da criança de rua como argumento que tende à universalidade o desobriga, inclusive, de refletir sobre as possíveis razões que fazem com que ele certamente veja mais crianças negras do que brancas perambulando pelas ruas. O viés emocional da imagem elaborada pelo articulista adquire maior expressividade por recorrer à imagem que associa a criança de rua a profissões de

⁹⁸ Tradução livre: "a argumentação muito se apoia no que se diz com todas as letras e também no que se deixa entender".

⁹⁹ Tradução livre: "o implícito contribui para a força da argumentação na medida em que engaja o alocutário a completar os elementos em falta".

¹⁰⁰ Segundo o Ipeafro, o racismo estrutural encontra forte relação com os implícitos. Dessa forma, o instituto considera que "é importante compreendermos que o racismo não se reduz ao insulto racial ou às manifestações de indivíduos racistas. Mais importante é o racismo estrutural, aquele que permanece sem afirmação explícita, mas faz com que os negros sejam excluídos dos ambientes privilegiados da sociedade".

elevado prestígio social, como o médico e o engenheiro, construção que é associada a um estilo poético de escrita e seleção lexical:

Quando vejo uma **criança cheirando cola ou perambulando pelas ruas, seja ela negra ou branca**, fico pensando na **vítima** que nela há, que é a sociedade inteira. As estratégias de sobrevivência dessa **criança**, mesmo na sua não rara nocividade, mostram-nos uma maravilhosa competência para driblar as adversidades da vida. **Essa mesma competência poderia torná-la um médico que salva vidas, um engenheiro que constrói estradas, um arquiteto que sonha moradias, um físico ou biólogo que desvenda mistérios da vida e do mundo, um paisagista que semeia flores, um juiz que faz justiça, um agrônomo que sacia a fome de tantos com o fruto da fartura. O verdadeiro sujeito dessa questão não é o negro, é a vítima** (Artigo nº 3, grifos nossos).

Dessa forma, concordamos com Charaudeau (2010) e Lima (2006) sobre o encadeamento entre emoções e racionalidade, bem como entre emoções e crenças. Nas palavras de Charaudeau (2010):

nessa perspectiva, as emoções deveriam ser tratadas sob o olhar de julgamentos que se apoiariam nas **crenças** que um grupo social partilha e **cujo respeito ou não** leva a uma *sansão moral* (elogio ou repreensão). A esse respeito, as emoções são efetivamente um tipo de **estado mental racional** (CHARAUDEAU, 2010, p. 29, grifos nossos).

Nesse sentido, a construção discursiva do *pathos* colabora diretamente para a elaboração de imagens tanto das cotas raciais quanto do locutor: enquanto a primeira seria egoísta, particularista, o segundo defenderia valores altruístas para todos. Nesse contexto, afirma Jesus (2011):

Enquanto, os defensores das políticas com recorte racial reivindicavam um modelo de Estado capaz de implementar políticas públicas que **articulem** ações **universalistas e ações focalizadas** no combate às desigualdades, reconhecendo tanto as **especificidades** geracionais, de gênero e étnico-raciais; seus opositores (como os definiu Sueli Carneiro) reivindicavam a necessidade e, sobretudo, a premência de um Estado implementador de políticas universalistas. Para este segundo grupo, ao passo que as políticas reivindicadas pelos defensores das cotas carregavam consigo o **perigo** de provocar a **fragmentação da nação e gerar felicidade apenas para um grupo** (a elite negra); as políticas universalistas seriam àquelas *redentoras*, capazes de promover a **'felicidade geral da nação'** (JESUS, 2011, p. 237, grifos nossos).

No contexto da ideia de que cotas gerariam felicidade apenas para um grupo, o trecho seguinte, que já foi comentado em nossa análise, sugere uma orientação argumentativa voltada para a adoção de cotas sociais em detrimento das raciais, já que o Brasil não poderia

ser racista por ser miscigenado, mas poderia sim, ser classista. Dessa forma, a desigualdade no acesso ao ensino superior atingiria igualmente brancos e negros pobres.

Para a concessão de bolsas através do Prouni, o estudante também terá que **provar, além da carência, a sua cor, assim instaurando o que o ministro dissera que não queria fazer: a concorrência entre "negros" e "brancos" pobres [...]. Será que o ministro e seus assessores estão pensando nas consequências dessa mudança tão radical, esquecendo os seus receios iniciais? Será que os nossos representantes se dão conta de que essa mudança, aparentemente pequena, é um passo muito grande para a criação de um país dividido entre brancos e negros? [...]** A minha pesquisa nas escolas públicas no Rio de Janeiro revela a **dimensão do problema que estará diante de nós nos anos vindouros com os legalmente negros duelando com os legalmente brancos por vagas. Não podemos saber como vai ser o futuro, mas é nossa responsabilidade pensar nas consequências possíveis de uma política dirigida para o ensino superior com sérias implicações para a sociedade** (Artigo nº 5, grifos nossos).

O futuro catastrófico vislumbrado pelo articulista do trecho em questão não passa pela perda de qualidade nas instituições superiores, mas no vislumbre de uma divisão racial da nação entre negros e brancos que duelariam por vagas no ensino superior. No trecho em questão, a concessão de bolsas do Prouni submeteria os candidatos a uma humilhação, dado que a sua carência estaria sendo posta em xeque, pois teria de ser provada. Ademais, o uso do marcador “além de” aponta que a afirmação da cor do candidato seria um excesso ainda maior. Nesse contexto, é possível notar o retorno do discurso sobre a concepção de raça que se assenta em determinações biológicas e não sociais, demonstrado pelo uso de aspas nas palavras negro e branco. Ao utilizar esse recurso, o locutor marca o seu distanciamento em relação aos termos em destaque, demonstrando um estranhamento ou até mesmo desdém quanto aos mesmos. Importa ressaltar, ainda, o uso que o locutor faz de perguntas para implicar o interlocutor em seu projeto argumentativo, conclamando-o a agir. Também nesse trecho, o locutor marca um tom de indignação e se coloca na posição de sujeito esclarecido, denunciante de desastres vindouros. Assim, podemos inferir que o articulista não faz tais perguntas de maneira despretensiosa, dada a orientação argumentativa do texto, pois que o interlocutor é orientado implicitamente a formular determinadas respostas já pressupostas por quem as formulou. Nesse contexto, devido às condições em que a troca é realizada (os interlocutores não estão face a face), as perguntas dirigidas ao público dialogam, ainda mais fortemente, com as crenças que o articulista julga partilhadas pelos seus leitores: a necessidade de políticas universalistas e não focalizadas e o desastre que essas últimas podem causar. A intenção de envolver o leitor em uma proposta argumentativa contrária às cotas raciais acontece, ainda, pelo uso dos pronomes “nós” e “nossa” e dos verbos na primeira

pessoa do plural. Assim, é “[...] o problema que estará diante de **nós** ou não **podemos** saber como vai ser o futuro, mas é **nossa** responsabilidade pensar nas consequências possíveis de uma política dirigida para o ensino superior com **sérias implicações para a sociedade**” (Artigo nº 5, grifos nossos). Nesse contexto, o locutor inclui-se como responsável pelo seu país, atraindo para si um *ethos* de união e patriotismo e, ao mesmo tempo, atribuindo às políticas de recorte racial uma imagem de confronto e de quebra da harmonia nacional, o que é intensificado pela expressão sérias consequências.

A associação de valores de ordem moral na elaboração de imagens das cotas raciais também está presente na argumentação do artigo nº 11, igualmente contrário à implementação das mesmas.

É fato que, **infelizmente**, a instituição das cotas raciais gerou em alguns setores da sociedade um **compreensível, ainda que injustificável, recrudescimento do preconceito racial**. Fato observado em Brasília, onde a medida adotada pela UnB acarretou, há meses, **reação** de alguns vestibulandos e universitários no Orkut. Esses estudantes, **revoltados**, procuraram, assim, **revidar** uma **injustiça** que, por sua vez, procurava **revidar a injustiça** contra os negros. Isso mostra que o que está **por trás** das boas intenções das intervenções políticas, administrativas e jurídicas aqui debatidas não é **um suposto afro-nazismo**, que exaltaria a **superioridade da etnia provinda dos escravos**, mas tão-somente uma **concepção errônea sobre a justiça**, entendendo-a como uma compensação de forças e ofensas. Para extirpar a intolerância, a discriminação e os preconceitos raciais, **não devemos praticar a institucionalização da vingança**, mas promover uma **justiça** que esteja **acima dos particularismos**, dos **interesses pessoais ou de grupos sociais determinados**. Enfim, uma **justiça sem reservas** (Artigo nº 11, grifos nossos).

Novamente, os valores partilhados em torno da justiça são evocados, bem como outros elementos discursivos que carregam representações de efeitos patêmicos negativos, como “afro-nazismo”, “superioridade”, “intolerância”, “vingança”, “particularismos”, “racismo”, “reação”, “revidar”, “injustiça”. Na perspectiva unilateral de defesa de políticas universalistas em que se localizam os argumentos em questão, vemos que evocar uma adjetivação como afro-nazismo em seu discurso sobre as cotas raciais aparece não como crítica, mas como recurso de aproximação com os valores supostamente partilhados pelo universo dóxico do interlocutor. Isso porque, como aponta o locutor, essa característica é suposta por alguém, seja pelo próprio articulista, que se protege do conteúdo citado, ou por uma dada comunidade discursiva. Nesse contexto, afirma Koch (1996), a partir de Stalkner (1973),

as pressuposições seriam algo como as crenças em que o falante se esteia. Afirma [Stalkner, 1973] que este enfoque permite explicar fatos particulares sobre as pressuposições em termos de máximas gerais da comunicação racional, que normalmente tem como pano de fundo um conjunto de crenças ou convicções

partilhadas entre os interlocutores e reconhecidas por eles como tais (KOCH, 1996, p. 54).

Ainda nesse contexto, como se vê no início do trecho em destaque, o locutor aponta para dois aspectos antagônicos ao abordar o racismo: **compreensível** e **injustificável** (infelizmente). Assim, o articulista deixa transparecer um posicionamento que vê coerência em posturas racistas ao afirmar que a implementação de cotas na UnB favoreceu um agravamento **compreensível** do racismo. Contudo, como tal declaração soaria claramente racista, o locutor modaliza a sentença para se proteger, qualificando esse recrudescimento como **injustificável** segundo um valor social partilhado. Vemos, portanto, que a relação entre modalização e *doxa* pode configurar-se como importante estratégia argumentativa, uma vez que a modalização protege o locutor de qualquer responsabilidade moral advinda das lacunas preenchidas pelo interlocutor. Isso porque o locutor recorre a uma voz que não é sua, mas que é capturada do mundo e colocada em seu discurso aparentemente sem pretensões.

Por fim, a seleção lexical do trecho em destaque projeta no discurso imagens sobre as cotas raciais que desencadeiam uma rede de inferências em torno do individualismo (particularismos, interesses pessoais, grupos sociais determinados) e do contexto sócio-histórico do nazismo presente na memória recente de todo o planeta (revidar uma injustiça, superioridade da etnia provinda dos escravos), elaborando, assim, uma imagem de nocividade da política de cotas.

Passemos, agora, para mais uma das orientações argumentativas que se fizeram presentes durante os dez anos de debate sobre as cotas raciais para o ingresso na universidade: a meritocracia e as visões de futuro atreladas à política de cotas caso sua legitimidade fosse declarada pelas autoridades públicas.

4.1.3 As condições de concorrência e os olhares para o futuro

Daí o carácter conservador e benéfico da guerra. Supõe tu um campo de batatas e duas tribos famintas. As batatas apenas chegam para alimentar uma das tribos, que assim adquire forças para transpor a montanha e ir à outra vertente, onde há batatas em abundância; mas, se as duas tribos dividirem em paz as batatas do campo, não chegam a nutrir-se suficientemente e morrem de inanição. A paz, nesse caso, é a destruição; a guerra é a conservação. Uma das tribos extermina a outra e recolhe os despojos (...). Ao vencido, ódio ou compaixão; ao vencedor, as batatas.

- Mas a opinião do exterminado?

- Não há exterminado. Desaparece o fenómeno; a substância é a mesma. Nunca viste ferver água? Hás de lembrar-te que as bolhas fazem-se e desfazem-se de contínuo, e tudo fica na mesma água. Os indivíduos são essas bolhas transitórias (ASSIS, 1973).

Nesta última seção de nosso trabalho, objetivamos analisar os elementos que compuseram a argumentação em torno da meritocracia, crença na igualdade formal e oportunidade para todos. Ainda neste tópico de nossa análise, buscaremos relacionar algumas orientações argumentativas utilizadas nos artigos de opinião sobre o futuro da universidade e do país, por consequência, no contexto das cotas raciais.

No caso dos artigos de opinião que tratavam da meritocracia e que sustentaram posicionamentos contrários às cotas raciais, foi possível encontrarmos uma orientação argumentativa sobre as consequências negativas que a política poderia causar na qualidade de ensino das universidades. Assim, a principal argumentação seria de que as cotas prejudicariam o mérito acadêmico. Nas formulações sobre o futuro, encontramos novamente as alegações que retomam o imaginário de medo sobre a divisão racial do país devido à possibilidade de brancos e negros duelarem por vagas na universidade.

No caso do exemplo que destacamos a seguir, o lugar-comum de que no Brasil os problemas raciais e sociais seriam de uma mesma ordem e que, portanto, este último é que merece atenção, se faz presente. Mais uma vez, a recorrência à polifonia pode ser notada, dado que o locutor faz habitar no interior do seu enunciado a voz do então ministro Tarso Genro por meio do discurso indireto a quem é atribuída a responsabilidade do enunciado:

Dias depois [O então ministro Tarso Genro], teve que negar o que disse ao assumir o Ministério da Educação: que políticas de discriminação positiva não necessariamente implicam regime de cotas, que no Brasil os problemas racial e social estão fundidos, em suma, que a discriminação social é que precisa ser corrigida. Teve a grandeza de desdizer tudo isso elucidando ser pessoalmente contra **as tais cotas raciais**. Não há dúvida: Tarso Genro é homem de partido. Já se escreveu que o sistema de cotas é o sonho de todo político - **uma canetada e está feita a inclusão social. Sem gastar um único centavo com a educação pública de qualidade que afiance o acesso ao ensino superior por meio do mérito**. Menos visível é o verdadeiro perfil da inserção social da Universidade brasileira, **reduzida a ralo** por onde escorrem recursos para formar só os filhos da elite branca vindos de escolas privadas (Artigo nº 4, grifos nossos).

A orientação argumentativa contrária às Ações Afirmativas de recorte racial é expressa de maneira desdenhosa, pelo uso da expressão “as tais”¹⁰¹ para se referir à política. De maneira semelhante, às cotas é atrelada a imagem de uma medida gerada de forma irrefletida – “uma canetada e está feita a inclusão social” – e que não considera os “verdadeiros” problemas da sociedade – “Sem gastar um único centavo com a **educação pública de qualidade** que afiance **o acesso** ao ensino superior por meio do **mérito**.” Mais uma vez, o discurso de que a adoção de políticas afirmativas exclui a necessidade de políticas universalistas se faz presente, ao passo que é atrelada à percepção de ausência de mérito na seleção por cotas raciais.

Ao considerarmos, com Charaudeau (2004), que as comunidades discursivas reúnem virtualmente sujeitos que partilham das mesmas crenças e ideologias, as terminologias utilizadas para desabonar a política de cotas são ainda mais contundentes por se darem em uma publicação jornalística universitária, como é o caso do *Boletim* em seu espaço de divulgação, uma universidade pública. Nesse contexto, o discurso ideológico da meritocracia, poderia funcionar como argumento de autoridade, especialmente se o projeto de fala para influenciar o sujeito leitor coincidir com o estereótipo de que cada indivíduo é o único responsável por suas vitórias acadêmicas e profissionais, como afiança a ideologia do mérito. Vejamos outro trecho de um artigo que compõe o nosso *corpus* e que sustenta o mesmo posicionamento em relação à política de cotas:

Característico **fenômeno de decadência cultural** é o **achatamento de valores**. Característico e **perverso**, pois o que, **segundo a boa razão**, antes exprime uma perda que um ganho, passa a se ver assimilado ao avanço e ao progresso. O ethos que, de um lado, **conferia rosto e identidade às instituições e, de outro, demarcava no imaginário coletivo o bom e o ruim, dilui-se [...]**. Ora, **onde tudo se parece, não há espaço para a excelência [...]**. **Na milenar tradição cultural do Ocidente e do Oriente, a universidade sempre foi percebida como o lugar ímpar de aplicação às formas superiores do saber [...]**. **Alguns fenômenos** sugerem que

¹⁰¹ Dicionário Houaiss da língua portuguesa, 3ª Ed. 2009.

esteja ocorrendo o contrário. **Catastrofismo?** Antes fosse. Um exemplo é **a ideia de cotas para grupos étnicos ou para desfavorecidos de qualquer outro matiz**. Criar distinções fundadas na etnia ou em condições sociais e econômicas é um **modo cínico e arrogante** de legitimar preconceitos, porque **perpetua a inferioridade** do desvalido. Ao se **afastar do princípio do mérito** para se pôr a serviço do **imediate nivelamento social**, a universidade começa por **trabalhar contra a principal de suas forças**, que é precisamente o dinamismo transformador do saber. **Nega-se a si própria. Rompe com suas origens. Trai o seu destino [...]**. Há muito, de resto, se percebeu, **em ambientes menos festivos**, que a **universalização indiscriminada** do ensino universitário, mesmo sem o sistema de cotas, ao invés de criar uma sociedade universalmente elitária, conduz ao que a crítica da pedagogia fácil chamou de **akademisches Proletariat**: um dos bons roteiros para o desemprego e a indigência [...]. O simples fato de que **fenômenos** como esses _ cotas para afrodescendentes ou egressos do ensino público, dispensa de revalidação de estudos feitos em Cuba, atribuição de diploma a perseguidos políticos _ tenham amplo assento na mídia e constituam objeto de importantes fóruns de discussão, é sintomático. **Revelam o quanto de desapareço votamos à nossa universidade**. E, em outra vertente, **como é chinfrim o respeito que nutrimos pela Constituição da República**, cujo art. 206, VII, faz da **qualidade uma garantia do ensino** sob todas as formas e em todos os níveis. (Artigo nº 6, grifos nossos).

A coloração emocional conferida pela seleção lexical de expressões como “decadência cultural”, “achatamento de valores”, “perverso”, entre outras, não apenas demonstra a posição do locutor sobre a política, mas também implica os leitores sobre a nocividade das cotas no espaço acadêmico em que estão envolvidos. Vejamos em maiores detalhes: em um primeiro momento, o articulista apresenta um panorama bastante pessimista do atual cenário de ingresso na universidade. Assim, para falar ao público acadêmico e influenciar suas escolhas, o locutor constrói para si um *ethos* daquele que valoriza a tradição e que também é sábio, por se remeter a seus saberes enciclopédicos, a exemplo de termos pouco utilizados no vocabulário popular, como “crítica da pedagogia”, a expressão alemã “*akademisches Proletariat*”, o próprio termo grego *ethos*, e a valorização da razão, lugar comum de ciência, por meio da sentença “segundo a boa razão”. Esses elementos que, em um primeiro momento, poderiam causar afastamento ou repulsa no leitor (caracterizando o locutor como um sujeito arrogante, vaidoso), no caso de um público acadêmico, ao contrário, podem gerar aproximação. Vemos, portanto, que a elaboração de seu interlocutor passa pelo estereótipo de universitário ideal que compartilha de valores ligados à meritocracia: dessa forma, o locutor em questão faria parte dos melhores, sua fala advém de um espaço de excelência, logo, sua produção discursiva é legitimada e também dirigida aos melhores.

Na concepção meritocrática, os sujeitos estão envolvidos no princípio do darwinismo social¹⁰² que estipula que “na luta e na competição pela vida, são os melhores que

¹⁰² O escritor brasileiro Machado de Assis já fez referência ao princípio do darwinismo social no romance *Quincas Borba*. Na obra, o discurso darwinista do qual compartilha a meritocracia é apresentado por meio da

ganham¹⁰³”. Assim, é possível pensar que o *ethos* do locutor é ainda mais eficiente dado o seu espaço de divulgação, uma vez que a imagem por ele elaborada sobre a universidade também segue os mesmos valores vinculados à tradição. O princípio da luta presente na concepção darwinista também se mostra pelo uso do lugar comum de que o sistema de cotas legitima preconceitos, pois perpetua a inferioridade do desvalido. Assim, poderíamos concluir que o aluno cotista não poderia se orgulhar de ter combatido no vestibular por supostamente não ter lutado em iguais condições. Como veremos adiante, os argumentos a favor das cotas raciais advogam que a igualdade que defende a meritocracia seria uma falácia, pois que as desigualdades sociais anteriores ao processo não permitem uniformidade real na concorrência. Voltando ao debate sobre o *ethos* do locutor e seu lugar de fala, afirma Amossy (2011):

o *ethos* se torna um instrumento de adesão na medida em que propõe uma imagem de si que se confunde com um *habitus*: ele apresenta maneiras de pensar e de falar, um modo de ser que permite o reconhecimento e a integração no grupo de onde assegura a dominação (AMOSSY, 2011, p. 141).

Segundo o olhar do locutor, há uma “decadência cultural” que advém do “achatamento de valores” que não estariam sendo levados em conta. Esse mesmo *ethos* de valorização da tradição aparece ao evocar a universidade como totem privilegiado de produção do saber, como ela sempre foi percebida em todo o mundo – “na milenar tradição cultural do Ocidente e do Oriente” –, totem este que estaria sendo ameaçado em sua essência natural. Nesse contexto, a avaliação do locutor passa por destituir as cotas raciais do seu lugar de política pública para ser vista como uma “ideia”, um “fenômeno”. Tal terminologia pode denotar um elemento digno de observação pela ciência; entretanto, essa definição, devido a orientação argumentativa do texto em questão, não parece refletir o sentido desejado pelo locutor. Dessa forma, o sentido que mais parece se adequar ao item lexical em questão seria o de algo passageiro, que irrompe a ordem. “Alguns **fenômenos** [...]. Um exemplo é a **ideia de cotas para grupos étnicos ou para desfavorecidos de qualquer outro matiz**; [...] O simples fato de que **fenômenos** como esses – **cotas para afrodescendentes ou egressos do ensino público, [...]** **Revelam o quanto de despreço votamos à nossa universidade**” (Artigo nº 6, grifos nossos).

filosofia humanitas explicada por Quincas Borba a seu amigo Rubião. Para tanto, Quincas Borba evoca uma história sobre duas tribos famintas diante de um campo de batatas, suficientes para apenas um dos grupos.

¹⁰³ Prof. Dr. Kabenguele Munanga, ao traçar considerações sobre o PIMESP, “Programa de Inclusão por Mérito” para as universidades paulistas.

No decorrer do trecho em destaque, há também uma percepção de que mérito acadêmico e inserção social são dois elementos completamente díspares. Assim, o “nivelamento social imediato”, utilizado como sinônimo de cotas raciais, faz com que a medida perca novamente o seu lugar de política pública para ser atrelada ao imediatismo e à irreflexão, prática comumente contrária aos valores partilhados pelo espaço universitário, que prezaria pela reflexão e pelo zelo de análise.

A oposição entre a política de cotas e o mérito acadêmico é ainda acentuada pela repetição de itens lexicais de sentido negativo para caracterizar a inserção social no espaço acadêmico, assinalando, assim, o tom de indignação que pode ser incitado no leitor: “trabalhar contra”, “nega-se”, “rompe”, “*trai*”: “ao se **afastar do princípio do mérito** para se pôr a serviço do **imediato nivelamento social**, a universidade começa por trabalhar contra **a principal** de suas forças, que é precisamente o dinamismo transformador do saber. **Nega-se a si própria. Rompe com suas origens. Trai o seu destino**” (Artigo nº 6, grifos nossos).

De maneira correlata, expressões como “universalização indiscriminada do ensino universitário”, associada a uma situação “de desemprego e a indigência” citada pelo locutor, são apontadas como possíveis consequências desastrosas para a universidade e para a sociedade como um todo no contexto da política de cotas, implicando o leitor pelo medo. Nesse sentido, o trabalho com a memória traz à tona o discurso do darwinismo social sobre o qual se assenta a meritocracia: a crença de que não há lugar para todos, somente os ditos melhores se sobressaem, como algo natural. Dessa forma, a partir do que é dito, podemos inferir não ditos que visam despertar no leitor – já universitário, muitas vezes, dado o suporte e o espaço de divulgação dos artigos de opinião – um desejo para a manutenção de estruturas consagradas de dominação e de privilégios, pois seria o seu futuro que estaria em jogo. Há, portanto, o reconhecimento de que as cotas raciais visam universalizar o ensino superior e não restringi-lo à população negra, ainda que de uma perspectiva pessimista: se todos tiverem acesso à universidade serão todos prejudicados, pois não há lugar para todos. Vemos, portanto, que, nessa perspectiva argumentativa, a relação entre grupos dominantes e grupos dominados é vista como parte de uma ordem natural.

Ainda nesse trecho, o locutor faz referência ao que ele chama de “ambientes menos festivos”. Ora, como não há nenhuma outra referência a essa expressão, é possível pensar que ele recorre ao estereótipo relacionado ao Brasil frente a outras nações – país do samba, do futebol, da alegria –, pois há, em seguida, o uso da expressão alemã “*akademisches Proletariat*”, que rememora o estereótipo de seriedade e objetividade associado a essa nação.

Por fim, ressaltamos novamente a visada patêmica do articulista ao instigar o leitor pela indignação, como apontam os itens lexicais “desapreço” e “chinfrim”. O locutor, então, passa de sujeito que narra e comenta os acontecimentos de maneira exterior para alguém que vivencia os referidos problemas pelo que a universidade vem passando, o que fica evidenciado pelo pronome *nossa* para se integrar ao momento narrado, único lugar em que o pronome foi utilizado. A Constituição da República é também evocada, não só como argumento de autoridade que reforça o seu *ethos* de saber, como também aponta para o imaginário de que a implementação de cotas estaria na contramão da nação: “revelam o quanto de **desapreço votamos à nossa universidade**. E, em outra vertente, como é **chinfrim o respeito** que nutrimos pela **Constituição da República**, cujo art. 206, VII, faz da **qualidade uma garantia do ensino** sob todas as formas e em todos os níveis” (Artigo nº 6, grifos nossos).

O imaginário de que as cotas raciais colocariam em xeque a excelência acadêmica também está presente no trecho destacado do artigo nº 8:

As cotas, **por mais que sejam bem intencionadas** na busca da equidade social, **acabam por desestruturar a única baliza de qualquer sistema de ensino: o mérito**. A **única forma** de efetividade social que, a nosso ver, toca a uma universidade é a de ensinar muito bem, pesquisar excelentemente e estender o seu conhecimento à sociedade. Fazendo bem essas três funções, **cuja baliza é o mérito acadêmico**, a universidade cumprirá a sua função de aprimorar a sociedade e o país. Abdicar dessas funções específicas **é tornar o seu papel inócuo**. [...] **Cotas apenas trocam o perfil dos ingressos à custa da excelência acadêmica** (Artigo nº 8, grifos nossos).

Nesse trecho, o locutor aciona uma imagem favorável de si ao caracterizar as cotas como “bem intencionadas na busca da equidade social”. Contudo, o elogio à política é feito em uma oração intercalada, que permite ser suprimida sem prejuízo de sentido na oração principal. Tal elemento aponta que as características positivas das cotas raciais não são o centro de sua argumentação, mas sim uma estratégia para gerar aproximação com o leitor a partir de uma imagem agradável de si. O mérito, novamente, é evocado como o lugar comum inquestionável e único meio de se manter a excelência universitária: é a “única forma, a única baliza” que, se desrespeitada, fere a função primordial da universidade.

Já na última sentença, o locutor elabora uma imagem dos alunos cotistas que fariam parte da comunidade universitária, caso a medida fosse aprovada. Vemos então uma formulação que pode ser associada à perspectiva racialista do século XIX sobre uma inferioridade natural dos não brancos. Tal imagem não está formulada de forma literal no

texto, mas pode ser inferida pela estruturação da sentença: “Cotas **apenas trocam o perfil** dos ingressos **à custa** da **excelência acadêmica**” (Artigo nº 8, grifos nossos). Vejamos os elementos que justificam este nosso entendimento: a política de cotas, em sua gênese, tem como público alvo a população negra. O trecho do artigo de opinião em análise é anterior ao ano de 2012, quando a UFMG não tinha nem cotas raciais e tampouco a política de bônus. Assim, a dedução do locutor de que a excelência acadêmica seria prejudicada, uma vez que a universidade em questão ainda não recebia nenhum tipo de aluno cotista, fosse racial ou social, adviria, portanto de um imaginário de seres superiores e inferiores, pois as cotas “trocariam” o perfil dos ingressos nas universidades “à custa da excelência acadêmica.”

Já no trecho que destacamos a seguir, de orientação favorável às cotas raciais, o argumento sobre a meritocracia é retomado, agora, no sentido de apontar as falhas dessa perspectiva ideológica:

No que concerne ao ensino superior brasileiro, as cotas têm **esbarrado** no argumento de seu **caráter nocivo ao "bem-arquitetado" sistema meritocrático**. Parece, aos olhos dos defensores desse sistema, que realizar políticas públicas com base no pertencimento étnico **tornaria ainda mais vulneráveis** os beneficiários dessas políticas, visto que o diploma, decorrente de processos de formação dessa natureza, **não atestaria** a habilidade profissional ou educacional do portador. Verifica-se aí um primeiro engano digno de nota. O processo de admissão baseado na **neutralidade quanto ao pertencimento étnico-racial desconsidera a história de constituição da sociedade brasileira ao tentar escamotear o nosso passado escravocrata associado aos cinco séculos de discriminação racial generalizada**. [...] Ressalta-se ainda que, sob **o manto da irrepreensível meritocracia, repousam letárgicos** aqueles que já constatarem o enorme fosso que impede a população de usufruir os direitos de cidadania. **A defesa das cotas para a população negra constitui, portanto, estratégia fundamental na promoção de uma sociedade fundada na igualdade de direitos e numa concepção radical de cidadania** (Artigo nº 7, grifos nossos).

No trecho em destaque, a noção de meritocracia é apontada como uma barreira discursiva, o que se mostra pelo uso do verbo “esbarrar”. Como estratégia argumentativa, há ainda o resgate de discursos contrários às cotas raciais para, assim, refutá-los na materialidade discursiva: quem atesta o “caráter nocivo” da política de cotas ao mérito são detratores, da mesma forma, o uso de aspas em "bem-arquitetado" e do futuro do pretérito na sentença “tornaria ainda mais vulneráveis os beneficiários dessas políticas”, marca a inserção de outros discursos naquele que lhe é próprio. Nesse contexto, o locutor do trecho em análise baseia a sua argumentação nos raciocínios normalmente utilizados para contestar as cotas raciais, resgata-os e, por sua vez, refuta-os.

O discurso da neutralidade quanto ao pertencimento racial, por exemplo, é retomado, porém não em sentido biologizante, mas na carga histórica e social atribuída a

negros e brancos em nossa história. Dessa maneira, também nesse artigo de opinião, o locutor traz para si um *ethos* de denunciante frente os que intencionam “*escamotear*” o passado escravocrata da nação e a discriminação posterior ao regime. Como já citamos anteriormente, desde a proposição de cotas raciais no início dos anos 2000, a meritocracia foi utilizada por seus opositores como argumento de autoridade em defesa da qualidade da universidade. Assim, enquanto os argumentos em torno da inexistência de racismo no Brasil eram passíveis de dividir opiniões a meritocracia, ao contrário, pareceu ser um recurso argumentativo irrefutável. Nesse sentido, o locutor trava um diálogo com essa perspectiva não apenas com a retomada direta de argumentos contrários, mas também por meio da ironia: a meritocracia é qualificada como “manto irrepreensível”; o caráter de crítica é reforçado pelo advérbio “letárgicos” para designar o modo de ver daqueles que se colocam contrários à adoção de políticas de recorte racial. Nesse contexto, é possível inferir um tom de denúncia fundada em uma memória discursiva dos movimentos sociais negros que apontam os privilégios¹⁰⁴ da população branca advinda do sistema escravocrata. Por fim, o enunciador esclarece a sua posição ao estabelecer uma imagem positiva das cotas raciais como meio para se fundar a igualdade social.

Em outro trecho de nosso *corpus* como o que destacamos a seguir, o discurso sobre a meritocracia e as mudanças futuras que a política de cotas pode proporcionar estão novamente presentes. Nesse sentido, como já destacamos no primeiro item dessa análise, o *ethos* favorável que o locutor agrega para si começa com a imagem do intelectual que analisa uma dada conjuntura política a partir de uma poesia:

De forma contundente e sagaz, o poeta destaca a existência de “um mar de dívidas/contraídas/pelos que sempre tornaram gorda a sua cota”. Notem que **“o mar de dívidas” retoma todo o histórico de opressão vivido pelos afro-descendentes desde a instalação bárbara da lógica do “navio negreiro”**. Já a “cota gorda”, ou seja, a “cota da desigualdade”, como diria o sociólogo Emir Sader, em texto publicado no Jornal do Brasil há cinco anos, representa a elevada margem de participação dos brancos, que tradicionalmente gozaram e **ainda gozam de mais privilégios em relação aos negros no acesso à universidade**. Esta não tem abraçado devidamente o princípio da diversidade. As **estatísticas atestam “a cota gorda”, disfarçada de meritocracia, denunciada poeticamente por Cuti [...]. Não se trata, portanto, de um esforço para atender privilégios, mas para alcançar a tão almejada igualdade de condições entre brancos e negros**. Nas palavras finais do poema de Cuti, a “cota não reforça derrota/equilibra/entre ponto de partida/e ponto de chegada/a vitória coletiva/reinventada”. **Reparem bem: vitória coletiva. E não triunfo de uma só etnia** (artigo nº 10, grifos nossos).

¹⁰⁴ A noção de que privilégios da população branca advém de processos históricos de dominação e que colocam esse grupo como seres humanos normativos mesmo nos dias de hoje.

Ao contrário de grande parte dos artigos de opinião de argumentação contrária às cotas raciais, o discurso de que a proposição de cotas na atualidade deve ser analisada à luz da história se faz presente por meio das expressões “mar de dívidas”, “histórico de opressão” e “navio negreiro”. O discurso da meritocracia também é questionado, visto como disfarce que justifica o acesso desigual de negros e brancos à universidade: “as estatísticas atestam ‘a cota gorda’, **disfarçada de meritocracia**, denunciada poeticamente por Cuti”. Nesse sentido, a crença de que as cotas raciais teriam como objetivo privilegiar a população negra é contestada a partir do pressuposto de que a população branca é herdeira de privilégios históricos. Dessa forma, o tratamento desigual para a população negra viria a equilibrar as desigualdades atuais. A perspectiva para o futuro, na argumentação do autor, iria na contramão de um saber de crença que vislumbra um Brasil dividido entre negros e brancos ou que atesta a ruína do ensino superior, o que se mostra pela adjetivação positiva atrelada à política, como os termos “equilibra” e “vitória coletiva.” Este último, por exemplo, é sublinhado pelo autor para, novamente, dialogar com o imaginário que julga haver na proposição de cotas uma intenção de postular uma superioridade da população negra: “**reparem bem: vitória coletiva**. E não triunfo de uma só etnia”.

Posição semelhante também é defendida pelo articulista do artigo nº 14: “**longe de criar uma situação de exceção, particularista**, as cotas raciais e sociais constituem instrumento necessário, ainda que limitado, **para a efetiva universalização da cidadania e maior legitimidade da democracia em nosso país**” (Artigo nº 14, grifos nossos). Como é possível notar, o trecho em destaque também dialoga com os imaginários segundo os quais as cotas beneficiariam unicamente a população negra no sentido refutá-lo. Nesse contexto, é ressaltada a importância de políticas focalizadas para, assim, chegarmos à universalização da cidadania. O locutor em questão, atraindo para si uma imagem de ponderado, busca dialogar com os que se opõem à política de cotas ao ressaltar o caráter “novamente necessário”, ainda que “limitado” da política de cotas.

Para finalizar nossas considerações sobre as perspectivas para o futuro elencadas pelos locutores no contexto das cotas raciais, o seguinte trecho do artigo nº 13 é também favorável à medida e foi publicado no ano em que foi promulgada a lei que institui a política:

Espero que **as próximas gerações de universitários negros não venham de um processo de fragilização de sua identidade**, que mais opções estejam postas para eles. Que, para além de uma professora negra, eles tenham tido a **oportunidade de conviver com médicos, dentistas, engenheiros e cientistas negros**. Que a presença desses profissionais na vida dos meus futuros alunos não tenha sido um fato

excepcional, marcante pela sua exotividade, mas comum, assim como é comum ver negros servindo mesas e limpando assoalhos (Artigo nº 13, grifos nossos).

Nesse contexto, à política de cotas é associada uma imagem positiva, capaz de favorecer o fortalecimento de identidades, tanto pela possibilidade de haver maior percentual de negros no espaço universitário, quanto pela ampliação de oportunidades de acesso a esses sujeitos. Há também, no trecho, uma carga patêmica marcada pela associação de negros a profissões de menor prestígio – “servindo mesas e limpando assoalhos” – para a possibilidade de ascensão social – “médicos, dentistas, engenheiros e cientistas negros”. Dessa maneira, a imagem de individualismo associado à política por seus opositores é desfeita, associando à medida um caráter progressista e igualitário.

Ao final desse trabalho, reiteramos a relevância da análise argumentativa do discurso no sentido de nos auxiliar a compreender melhor as representações sociais deflagradas discursivamente. Com base em contribuições da retórica colocadas em interseção com os fundamentos da pragmática e da sociologia dos campos, a vertente teórica eleita permite-nos pensar as representações de modo mais amplo.

Por esse caminho, verificamos como as paixões, os usos linguísticos e elementos dóricos partilhados contribuem para a elaboração de imagens nos mais diversos setores da atividade humana, dentre eles, aquelas relativas a uma política pública para o campo educacional, como as cotas raciais, em relação ao racismo desenvolvido no país. Ao final dessa pesquisa, reconhecemos que muitos outros elementos poderiam ter sido abordados e aprofundados, fato que, apesar de gerar incômodo, ao mesmo tempo nos incentiva devido à possibilidade de pesquisas futuras. Passemos, então, para as nossas considerações finais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Words mean more than what is set down on paper. It takes the human voice to infuse them with shades of deeper meaning*¹⁰⁵ (ANGELOU, 1969).

A busca por significados localizados para além do exposto na materialidade discursiva foi o objetivo desta pesquisa. Nosso *corpus*, composto por artigos de opinião publicados no *Boletim* da UFMG, na seção Opinião, abrangeu um espaço de tempo em que a democratização do ensino superior tornou-se uma pauta real de debates em âmbito nacional. A partir desse quadro, uma das conclusões a que chegamos foi de que nos artigos selecionados a temática das cotas raciais no ensino superior pareceu ocupar um lugar de pretexto para se argumentar sobre um assunto mais amplo: a existência (ou inexistência) de racismo no Brasil e o papel da universidade na inclusão racial e social. Somado a esse tema, que envolve duas percepções distintas (existe ou não existe racismo), outros eixos temáticos surgiram, como a melhoria do ensino público de base e a qualidade do ensino superior.

Para a análise de posicionamentos dos locutores quanto à adoção de cotas raciais, voltamos o nosso olhar para a compreensão de elementos de ordem linguístico-discursiva cuja organização compunha imagens sobre a política. Nesse quadro, discutimos os meios utilizados para produzir determinados efeitos sobre o outro, pois quanto mais a opinião pública aderisse a um ou outro projeto de palavra, tanto maiores seriam, possivelmente, as chances de influenciar as autoridades políticas que detinham o poder de decisão sobre a constitucionalidade das cotas raciais.

Assim, os arranjos argumentativos para orientar maneiras de ver o Brasil em suas relações raciais, seja reforçando ou refutando determinadas representações, nos pareceram uma rede de discursos entrelaçados, como um tapete de retalhos: imaginários resgatados, vozes outras retomadas, fatos históricos, estereótipos raciais, sociais, projetos progressistas e conservadores de nação, enfim, uma diversidade de possibilidades dialógicas concorrentes que compunham olhares distintos. É desse contexto que advém a importância de se pensar o interdiscurso em relação aos saberes dóxicos resgatados e que permitem o diálogo com as crenças do interlocutor. É também nesse contexto que são esboçadas formas de persuasão que

¹⁰⁵ Tradução livre: “Palavras significam mais do que está posto no papel. Elas fazem a voz humana infundir-lhes nuances de significado mais profundo”.

evocam o patêmico e as imagens de si e do outro, devidamente organizados em recursos linguísticos e estilísticos.

Para viabilizar a análise final, foi preciso compreender o *corpus* desde suas características mais elementares. Por essa razão, procuramos perceber melhor o artigo de opinião no contexto do *Boletim* UFMG para compreendermos suas características discursivas e situacionais. Nesse ínterim, foi importante traçar primeiras considerações sobre o estatuto do sujeito que toma a palavra em relação ao espaço de divulgação dos textos opinativos – a universidade. A partir desse quadro, foi necessário pensar nas características do *Boletim* UFMG, uma publicação jornalística universitária, para assim refletirmos sobre os artigos de opinião nele publicados. Segundo nossas percepções, aos artigos de opinião publicados no *Boletim* seriam atribuídas um *ethos* ciência, por serem divulgados em uma mídia com características tanto do domínio jornalístico quanto do acadêmico.

Em nossa busca por associar o material sócio-histórico ao linguístico, é possível pensar que as teorias empreendidas até o século XIX, saídas do contexto europeu e refletidas no Brasil, exerceram influência no pensamento nacional como um todo. Na transição da mão de obra escrava para a livre, relembramos as políticas de incentivo à imigração europeia, que tiveram motivações não apenas econômicas, mas também raciais, compondo o ideal de branqueamento da nação. Já no século XX, em que raça deixa de ser vista pelo determinismo biológico para adquirir uma dimensão culturalista, analisamos a redefinição para o conceito de mestiçagem como ideologia de um Estado de democracia racial. As principais abordagens argumentativas sobre as cotas raciais foram introduzidas nesse capítulo, como forma de esclarecer os principais eixos temáticos em que as Ações Afirmativas de recorte racial vinham sendo abordadas em âmbito nacional, e também para apontar alguns dos recortes temáticos que comporiam a análise do *corpus* em capítulo seguinte.

Na abordagem teórica, fizemos um panorama dos estudos em argumentação na AD para então refletirmos sobre a análise argumentativa do discurso a partir das obras de Ruth Amossy (2010; 2011) e Lima (2006). Nesse item, voltamos nossa atenção para os meios discursivos capazes de gerar influência sobre o outro a partir de uma leitura das três dimensões do discurso argumentativo: *ethos*, *pathos* e *logos*. Nesse contexto, também trouxemos considerações sobre algumas noções fundamentais para a argumentação, como *visée* e dimensão argumentativa, interdiscurso, *doxa*, estereótipos. Assim, entendemos que os artigos de opinião publicados no *Boletim* sobre a proposição de cotas apresentavam uma *visée* argumentativa declarada não apenas sobre a medida, mas também, e talvez principalmente, sobre as relações raciais brasileiras. Com esse capítulo, buscamos esclarecer um pouco mais

sobre a questão dos saberes partilhados, que tornam possível o diálogo com o interlocutor. Entendemos que os artigos de opinião do nosso *corpus* se estruturam sobre uma gama de saberes comuns em ambas as polaridades argumentativas, panorama que buscamos esclarecer em nosso capítulo de análise. Sobre as provas retóricas, adotamos a leitura do *ethos* a partir da análise argumentativa que agrega elementos prévios e discursivos à imagem do locutor. Dessa forma, é possível compreender melhor o olhar que direcionamos para o *corpus*, pois consideramos que elementos prévios e institucionais associados ao sujeito articulista são de grande auxílio para lhe gerar credibilidade na tomada de palavra propriamente discursiva.

Os elementos deflagradores de emoção no discurso também foram alvo de nossas considerações, uma vez que há possibilidade de identificação por parte do interlocutor em torno de uma figura ou proposta em que encontre eco emocional. Já a organização discursiva propriamente dita – ou o *logos* – foi entendida nesse trabalho como o discurso propriamente dito em sua estruturação. Dessa forma, a escolha lexical, o estilo, classes gramaticais, entre outros elementos, poderiam influenciar no modo de ver um elemento em disputa. Por isso, chamamos a atenção para a constante inter-relação entre as provas retóricas, por mais que haja a preponderância de uma ou outra em determinada situação de comunicação.

A partir dos pressupostos da análise argumentativa e do resgate histórico sobre as relações brasileiras, empreendemos a análise que objetivou discorrer sobre as imagens elaboradas sobre as Ações Afirmativas de recorte racial entre os anos de 2002 a 2012. Assim, buscamos evidenciar como a produção discursiva dos interlocutores tem na memória discursiva e na *doxa* elementos basilares. Dessa forma, são resgatados sentidos que engendram representações não apenas sobre a política, mas também sobre o lugar social do locutor, as universidades e o ensino superior, a nação e as relações étnico-raciais. Nesse contexto, retomamos os sujeitos e seus lugares de fala a partir de considerações sobre o espaço situacional de divulgação dos artigos de opinião. Na elaboração de um projeto argumentativo com vistas a orientar maneiras de ver e de pensar, a construção de uma imagem favorável de si é de suma importância. Dessa forma, o *ethos* que demonstre um sujeito de ciência, prudente, portador de um discurso condizente com as expectativas de sua posição institucional e com o espaço de divulgação dos textos argumentativos conformam a imagem de um sujeito autorizado a tomar a palavra sobre questões que envolvem a universidade e dão força argumentativa à sua produção discursiva. Para além dos motivos expostos, julgamos importante considerar as imagens associadas aos locutores, pois consideramos, com Souza (2010), que as posições adotadas pelos intelectuais são fundamentais para conformar os modos como uma sociedade leva os seus projetos coletivos.

Em seguida, discorremos sobre as noções de raça e identidade nacional brasileira, talvez o ponto de maior disputa argumentativa entre os favoráveis e os contrários às cotas raciais. Assim, consideramos as perspectivas que argumentavam sobre a importância de se reconhecer o racismo existente no Brasil e desmistificar a ideologia de uma democracia racial, em oposição aos que defendem a inexistência de raça e de racismo no país. Nesse sentido, afirma Gomes (2005), com base no antropólogo Kabengele Munanga, que não há como conciliar esses dois discursos, e que para a análise de ambos é imperioso reconhecer o Brasil como ele é, desvencilhando-o de projeções de uma identidade nacional que desconsidera a real contribuição da população negra. Nossa pesquisa também destacou o viés argumentativo das políticas universalistas e focalizadas, a partir tanto do viés que apoia a adoção de cotas, sem dispensar medidas universalistas, quanto do que considera unicamente o viés universalista, na crença de que o problema maior da nação seria de ordem social e não racial.

Para finalizar, discorremos sobre a meritocracia e as projeções para o futuro do Brasil caso as cotas raciais fossem adotadas como lei na seleção para as universidades públicas. Assim, argumentos em torno da existência e da inexistência de igualdade formal entre os sujeitos foram levantados. Nessa esteira, finalizamos com as considerações que entreviam o fracasso da universidade e a divisão racial entre os concorrentes, em oposição aos argumentos que vislumbravam que as cotas raciais proporcionariam maior pluralidade nos espaços de poder devido à possibilidade de haver equidade no sistema de seleção.

Hoje são passados mais de três anos da constitucionalidade da Lei de Cotas. Desde 2013, as universidades e institutos federais têm de reservar 50% de suas vagas para estudantes oriundos da rede pública de ensino. Apesar do viés majoritariamente social que a política seguiu, há um recorte racial que varia de acordo com a porcentagem de negros e indígenas de cada estado. Nesse cenário, mesmo que ainda não haja proporcionalidade de alunos negros e indígenas em relação aos brancos nas universidades, já é possível perceber uma quantidade antes nunca vista desses grupos no espaço universitário, sujeitos cuja presença começa a marcar outras diretrizes para o ensino superior brasileiro. Já é possível perceber um aumento progressivo na criação de grupos de estudo e laboratórios em diversos campos do saber que têm produzido conhecimento sobre questões étnico-raciais; os debates sobre o racismo e os meios para findá-lo, tanto na universidade quanto fora dela, têm sido pauta de debates entre discentes e docentes, além da criação de grupos de resistência ao racismo entre os discentes.

A maior presença de negros e indígenas no espaço acadêmico traz outras demandas de pesquisa, questiona a perspectiva de uma história única. Também foi a partir do

debate proporcionado pelas cotas raciais no contexto de democratização do ensino superior que vivenciamos um questionamento da identidade nacional e das relações raciais por todo o país, como antes nunca visto. A partir disso, a reação contra manifestações de cunho racista vem ganhando mais espaço na mídia e na academia.

Por fim, estamos cientes dos limites desse trabalho, especialmente ao considerarmos as diversas áreas de conhecimento que nos propusemos a articular tendo a Análise do Discurso em sua perspectiva argumentativa como eixo condutor. Acreditamos, contudo, termos tido a possibilidade de trazer considerações pelo viés discursivo sobre o desafio que ainda é tratar de relações raciais em nosso país. Sabemos que o assunto não foi esgotado e que, mesmo no campo da Linguística, muitas outras abordagens poderiam ter sido feitas. Dentre a multiplicidade de caminhos possíveis, esperamos ter esclarecido a relação inerente entre discurso e história que resgata imaginários por vias interdiscursivas tanto para a manutenção quanto para o questionamento de estruturas consagradas nas relações entre os sujeitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMOSSY, Ruth (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos* (2005). São Paulo: Contexto, 2011

_____. O lugar da argumentação na Análise do Discurso: abordagens e desafios contemporâneos. *Filologia e Linguística Portuguesa*, n. 09, p. 121-146, 2007. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/flp/article/view/59776/62885>. Acesso em: 22 de março de 2015

_____. *L'argumentation dans le discours*. 3e ed. Paris: Armand Colin, 2010

_____. *Argumentação e Análise do Discurso: perspectivas teóricas e recortes disciplinares*. *EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, n. 01, p. 129-144, 2011a. Disponível em: <http://www.uesc.br/revistas/eidea/revistas/revista1/eideaartigo12.pdf>. Acesso em: 25 de março de 2015.

AMOSSY, Ruth, PIERROT, Anne. Herschberg. *Stéréotypes et clichés: langue, discours, société*. Paris: Éditions Nathan, 1997.

ARISTÓTELES. *Arte poética e arte retórica*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, [198-?]

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

AZEVEDO, Célia Marinho de. *Onda Negra, medo branco*. O negro no imaginário das elites século XIX. São Paulo: Anablume Editora, 2008.

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso In: BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p.261-306

BAKHTIN, Mikhail, VOLOSHINOV, Valentin. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. São Paulo: HUCITEC, 2006a

BAZERMAN, Charles. *Gêneros textuais, tipificação e interação*. DIONÍSIO, Angela Paiva, HOFFNAGEL, Judith Chambliss (Org). 3ª Ed., São Paulo: Cortez, 2009.

BERTH, Joice. Negros nas universidades: além de cotas, precisamos também de escolta? Disponível em: <http://justificando.com/2015/10/22/negros-nas-universidades-alem-de-cotas-precisamos-tambem-de-escolta/> Acesso em 28 out. 2015.

BORTOLINI, Maria Cátira, PENA, Sérgio Danilo Junho. Pode a genética definir quem deve se beneficiar das cotas universitárias e demais ações afirmativas? *Revista Estudos Avançados*, vol. 18, nº50, p. 31-50, 2004.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. *A Economia das trocas linguísticas: O que falar quer dizer*. São Paulo: EDUSP, 1996.

_____. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Subjetividade, argumentação, polifonia: a propaganda da Petrobrás*. Unesp, 2012.

BRASIL. Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012. Brasília, 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

CHARAUDEAU, Patrick. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. In: MACHADO, Ida Lúcia & MELLO, Renato (Org.). *Gêneros: Reflexões em Análise do Discurso*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2004. p. 13-42.

_____. *Discurso político*. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

_____. Pathos e discurso político. In: MACHADO, Ida Lúcia, MENEZES, Willian Augusto, MENDES, Emília (Org.). *As emoções no discurso*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007, v.1 p. 240-251.

_____. A patemização na televisão como estratégia de autenticidade. In: MENDES, Emília; MACHADO, Ida Lúcia (Org.). *As emoções no discurso*. Campinas: Mercado das Letras, 2010, v. 2, p. 23 a 56.

_____. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

_____. Uma problemática comunicacional dos gêneros discursivos. *Revista Signos*, Viña Del Mar, v.43, número especial monográfico n 1, p. 77-90, maio, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S071809342010000300006&script=sci_arttext>. Acesso em: 10 nov. 2014

_____. O contrato de comunicação na sala de aula. *Inter-ação – revista da faculdade de educação da UFG*, Goiânia, v. 37, n. 1, p. 1-14, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/interacao/issue/view/1154>. Acesso em: 07 nov. 2014.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2008.

CHARTIER, Roger. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: *A História Cultural entre práticas e representações*. Col. Memória e sociedade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CUNHA, Dóris de Arruda Carneiro da. O funcionamento dialógico em notícias e artigos de opinião. In: DIONÍSIO, Angela Paiva *et al* (Org.). *Gêneros textuais e ensino*. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007, p. 166-179.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. São Paulo: Três, 1984. (Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro).

D'ADESKY, Jacques. *Pluralismo étnico e multiculturalismo*. Racismos e antirracismos no Brasil. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

D'ÁVILLA, Jerry. LESSER, Jeffrey. As cotas através de um espelho distorcido- acertos e desacertos das ações afirmativas no discurso da educação no Brasil In: PEIXOTO, Maria do Carmo de Lacerda, ARANHA, Antônia Vitória (Org.). *Universidade Pública e Inclusão Social: experiência e imaginação*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

DELCASTAGNÈ, Regina. Entre silêncios e estereótipos: relações raciais na literatura brasileira contemporânea. In: *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, nº 31, 2008, p. 87 - 110.

DURBAN. Declaração e Programa de Ação adotados na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata. África do Sul. 31 de agosto a 8 de setembro de 2001.

DOMINGUES, Petrônio. *Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição*. São Paulo: Editora Senac, 2003.

DUARTE, Evandro C. Piza, NETTO, Menelick de Cravalho. A indeterminação dos conceitos nas políticas de acesso ao ensino superior. In: COSTA, Hilton; PINHEL, André; SILVEIRA, Marcos Silva da. (Org.). *Uma década de políticas afirmativas: panorama, argumentos e resultados*. Paraná, Editora UEPG, 2012.

EMEDIATO, Wander. Retórica, Argumentação e Discurso. In: MARI, Hugo, MACHADO, Ida Lúcia, MELLO, Renato de. (Orgs.). *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: FALE, NAD, 2001, p. 157-178.

_____. Os gêneros discursivos como tipos situacionais. In: MARI, H. *et alli*. *Análise do Discurso em Perspectivas*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2003. p. 63-72.

_____. As emoções da notícia. In: MACHADO, Ida Lucia; MENEZES, William; MENDES, Emília (Org.). *As emoções no discurso*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. v. 1, p. 290-309.

EGGS, Ekkehard. Ethos Aristotélico, convicção e pragmática moderna. In: AMOSSY, Ruth (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

GERALDO, Endrica. O combate contra os “quistos étnicos”: identidade, assimilação e política imigratória no Estado Novo. *Locus: revista de história, Juiz de Fora*, v. 15, n. 1 p. 171-187, 2009.

FERNADES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

FIGUEIREDO, Ângela, GROSGOUEL, Ramón. Racismo à brasileira ou racismo sem racistas: colonialidade do poder e a negação do racismo no espaço universitário. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 12, n. 2, p. 223-234, jul./dez. 2009.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 23. Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1984.

_____. *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1951.

FRY, Peter, MAGGIE, Yvonne. A reserva de vagas para negros nas universidades brasileiras. *Revista Estudos Avançados*, vol. 18, nº50, p. 67-80, 2004.

FRY, Peter. Que imagem do Brasil está por detrás das cotas raciais? In: PEIXOTO, Maria do Carmo de Lacerda, ARANHA, Antônia Vitória (Org.). *Universidade Pública e Inclusão Social: experiência e imaginação*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

GALINARI, Melliando Mendes. *A Era Vargas no Pentagrama: dimensões político-discursivas do canto orfeônico de Villa-Lobos*. 2007. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, UFMG, Belo Horizonte, 2007.

_____. As emoções no processo argumentativo. In: MACHADO, Ida Lucia; MENEZES, William; MENDES, Emília (Orgs). *As emoções no discurso*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. v. 1.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

GOMES, Joaquim Benedito Barbosa. A Recepção do Instituto da Ação Afirmativa pelo Direito Constitucional Brasileiro. In: SANTOS, Sales Augusto dos (Org.). *Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas*. Edições Mec/Unesco, Brasília, 2007, p. 129-152.

GOMES, Nilma Lino. Cotas para a população negra e a democratização da universidade pública. In: PEIXOTO, Maria do Carmo de Lacerda. *Universidade e democracia. Experiências e alternativas para a ampliação do acesso à Universidade pública brasileira*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2004.

_____. Alguns Termos e Conceitos Presentes no Debate sobre Relações Raciais no Brasil: Uma breve discussão. In: *Educação Anti-racista: Caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03*. Brasília, 2005, p.39 – 62.

GOMES, Pimentel. Imigrantes. *Correio da manhã*, 29 de abril de 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>. Acesso em 18 fev. 2015

_____. Colônias e imigrantes. *Correio da manhã*, 9 de junho de 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>. Acesso em 18 fev.. 2015.

GOFFMAN, Erving. *Ritual de la interacción*. Buenos Aires: Tiempo Contemporâneo, 1970.

_____. *A representação do eu na vida cotidiana*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Racismo e anti-racismo no Brasil. *Novos Estudos CEBRAP* n.º 43, novembro, 1995, p. 26-44.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Retrato das desigualdades de gênero e raça*. 4ª ed. - Brasília: Ipea, 2011. 39 p.

JESUS, Rodrigo Ednilson de. *Ações afirmativas, educação e relações raciais: conservação, atualização ou reinvenção do Brasil?* 278f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

KAMEL, Ali. *Não somos racistas: uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. *L'Implicite*. Paris: Coli, 1986.

- _____. La enunciación de la subjetividad en el lenguaje. Buenos Aires: Edicial, 1997.
- KOCH, Ingedore G. Villaça. *Argumentação e linguagem*. 4ª ed., São Paulo: Cortez, 1996
- _____. *A Inter-Ação pela linguagem*. São Paulo: Contexto, 2006.
- LIMA, Helcira Maria Rodrigues de. *Na tessitura do processo penal: a argumentação no tribunal do júri*. 2006. 260f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, UFMG, Belo Horizonte, 2006.
- _____. Emoções e discurso: notas sobre a vergonha. In: CHAUVIN, Jean-Pierre (Org.). *Interfaces*. São Paulo: Editora Mackenzie, 2015 (no prelo)
- LUSTOSA, Isabel (Org.). *Imprensa, humor e caricatura: a questão dos estereótipos culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em Análise do Discurso*. Campinas: Editora Pontes, 1997.
- _____. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez Editora, 2002 P. 43-57.
- _____. Diversidade dos gêneros de discurso. In: MACHADO, Ida Lucia, MELLO, Renato de (Org.). *Gêneros: Reflexões em Análise do Discurso*. Belo Horizonte: FALE, NAD, 2004.
- _____. A Análise do Discurso e suas fronteiras. *Matraga*, n.20, v.14, p.13-37. Rio de Janeiro, jan./jun. 2007. Disponível em: <http://www.pgletras.uerj.br/matraga/matraga20/arqs/matraga20a01.pdf>. Acesso em 8 jul.2015.
- MAIO, Marcos Chor. O projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 14, nº 41. Outubro, 1999, p. 141-158
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- MELO, José Marques de. *A opinião no jornalismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- MEYER, Michel. *A Retórica*. Editora Ática, 2007.
- MILLER, C. R. Genre as social action. *Quarterly Journal of Speech*, v. 70, n. 2, p. 151-167, 1984.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações étnico-Raciais e para o Ensino da História e da Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília: MEC, 2005
- MOEHLECKE, Sabrina. Ação Afirmativa no ensino superior: entre a excelência e a justiça racial. *Centro de Estudos Educação e Sociedade*. Campinas, vol. 25, n. 88, p. 757-776, Outubro. 2004. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 10 de fevereiro, 2015

MOYA, Thais Santos, SILVÉRIO, Valter Roberto. Ação afirmativa e raça no Brasil contemporâneo: um debate sobre a redefinição simbólica da nação. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 12, n. 2, p. 235-250, jul./dez. 2009

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: BRANDÃO, André Augusto P. (Org). *Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira*. Niterói: Editora Universidade Federal Fluminense, 2004, p. 15-34.

_____. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil*. Identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2008.

NÓBREGA, Ricardo Avelar da; DAFLON, Verônica, Toste. *Da escravidão às migrações: raça e etnicidade nas relações de trabalho no Brasil*. In: XXVIII International Congress of the Latin American Studies Association, 2009, Rio de Janeiro. Website da Latin American Studies Association, 2009.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem- sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. In: *Tempo Social* - Revista de sociologia da USP, v. 19, n. 1, novembro, 2006 p. 287-308.

ORTIZ, Renato. Memória coletiva e sincretismo científico: as teorias raciais do século XIX. In: *Cultura brasileira e identidade nacional*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PEREIRA, Ilídio Medina. *Debate público e opinião da imprensa sobre a política de cotas raciais na universidade pública brasileira*. 238f. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

PERELMAN, Chaïm, OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2005 [1958].

PISTORI, Maria Helena Cruz. *Relações dialógicas polêmicas e persuasão*. Belo Horizonte, Faculdade de Letras da UFMG, 2014. 16 f. II SEDIAR – SEMINÁRIO DE ESTUDOS SOBRE DISCURSO E ARGUMENTAÇÃO. Texto de apresentação em mesa-redonda. Não publicado.

PLANTIN, Christian. *A argumentação*. História, teorias, perspectivas. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

_____. As razões das emoções. In: *As emoções no discurso*. Campinas: Mercado das Letras, 2010, v. 2, p. 57-80.

POSSENTI, Sírio. Observações sobre interdiscurso. 5º Encontro do Celsul, *Anais...* Curitiba, 2003, 8p.

PRADO, Antônio. O problema da substituição do braço escravo. *A província de São Paulo*, 15 de fevereiro de 1884. Disponível em: <http://midiacidada.org/deputado-propoe-solucao-definitiva-para-resolver-o-problema-da-substituicao-do-braco-escravo-tornar-o-europeu-um-proprietario-agricola/>. Acesso em 20 de fevereiro de 2015.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. Relatório de Desenvolvimento Humano- racismo, pobreza e violência- Brasil. Brasília, 2005.

RAMIRES, Vicentina. Panorama dos estudos sobre gêneros textuais. *Investigações*, Pernambuco, v. 18. n.2, julho, 2005, p. 39-67.

RELATÓRIO FINAL: A mídia Impressa e a Agenda da Promoção da Igualdade Racial. Jornais e Revistas 2001 – 2008. Centro de Estudos da Relações de Trabalho e Desigualdades –CEERT e Observatório Brasileiro de Mídia. São Paulo, julho, 2009. Disponível em: <http://www.smabc.org.br/Interag/temp_img/%7BF7226839-7ED8-4524-ACD3-27A84853504A%7D_relatorio%20observatorio%20de%20midia.pdf>. Acesso em: 11 de outubro, 2014

ROMERO, Sílvio. História da literatura brasileira. Domínio público. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000117.pdf>. Acesso em 02 fevereiro, 2015.

RODRIGUES, Raymundo Nina. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. Rio de Janeiro, Centro Edelstein de Pesquisas Sociais- Biblioteca Virtual de Ciências Humanas (domínio público), 2011.

SANTOS, João Bôsko Cabral dos. Os gêneros discursivos como tipos situacionais. In: MARI, H. *et al. Análise do Discurso em Perspectivas*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2003. P. 73 – 82.

SCHWARTZMAN, Simon. A questão da inclusão social na universidade brasileira. In: PEIXOTO, Maria do Carmo de Lacerda, ARANHA, Antônia Vitória (Org.). *Universidade pública e inclusão social: experiência e imaginação*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2008 p. 23-43.

SEGATO, Rita Laura. *Raça é signo*. Brasília: UnB, 2005

SILVEIRA, Marcos Silva da. Memórias silenciosas. In: COSTA, Hilton; PINHEL, André. SILVA, Marcos Silva da. (Org.). *Uma década de políticas afirmativas: panorama, argumentos e resultados*. Paraná, Editora UEPG, 2012 p. 139-166.

SILVÉRIO, Valter Roberto. Ação Afirmativa e combate ao racismo institucional no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, n. 117, novembro/ 2002, p.55-77

_____. O papel das ações afirmativas em contextos racializados: algumas anotações sobre o debate brasileiro. In: SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves; SILVÉRIO, Valter Roberto. (Org.). *Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica*. Brasília: Inep, 2003

SKIDMORE, Thomas E. *O Brasil visto de fora*. São Paulo: Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994

SOUZA, Jessé. *A ralé brasileira – quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011

UNICEF. Acesso, permanência, aprendizagem e conclusão da Educação Básica na idade certa – Direito de todas e de cada uma das crianças e dos adolescentes /Fundo das Nações Unidas para a Infância. *Iniciativa Global Pelas Crianças Fora da Escola – Brasil*. Brasília, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Boletim (edições *online*). Disponível em: <<https://www.ufmg.br/boletim/>>. Acesso em: 4 fev. 2014.

VIANA, Francisco José Oliveira de. *Populações meridionais do Brasil*. Brasília: Edições do senado federal, vol. 27, 2005

ZONINSEIN, Jonas; JÚNIOR, João Feres (Org.). *Ação Afirmativa no ensino superior brasileiro*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008

ANEXOS

Artigos de opinião na íntegra

Artigo nº 1

Nº 1347 - Ano 28 - 02.05.2002



Ações afirmativas: por que não?

Nos últimos meses, um debate vem tomando espaço nos noticiários e na arena política: as ações afirmativas para o povo negro. Uma questão polêmica e inovadora, mas antiga para aqueles que integram ou que mantêm contato com o movimento negro brasileiro.

No entanto, esse debate, ainda que necessário, vem sofrendo sérias distorções e equívocos. Embora não possa desenvolver uma discussão longa e detalhada nos limites desse texto, julgo oportuno destacar alguns pontos e esclarecer outros, pois reduzir o caráter e a abrangência das políticas de ações afirmativas à concessão de cotas (ou reserva de vagas) para negros na universidade pode ser fruto de falta de informação, de desentendimento e de manipulação política. Esclareço, desde já, que sou favorável à implementação das cotas, desde que tal ação seja contextualizada, problematizada e discutida à luz da história e da realidade brasileira e não como mera transposição da experiência norte-americana. Também esclareço que a concessão de cotas não representa uma novidade para a sociedade brasileira, pois vem sendo implementada nos partidos políticos e em experiências que envolvem pessoas portadoras de necessidades especiais.

O Ipea publicou uma pesquisa intitulada *Desigualdade racial no Brasil; evolução das condições de vida na década de 90*, que revela dados alarmantes sobre a educação de negros e brancos em nosso país. Em 1999, 89% dos jovens brancos entre 18 e 25 anos não haviam ingressado na universidade. Entre os jovens negros nessa mesma faixa de idade, 98% deles não ingressaram na universidade, ou seja, só 2% conseguem alcançar tal nível de ensino. Esses e outros dados apresentados pela pesquisa do Ipea revelam que, ao olharmos a atual situação educacional dos negros brasileiros, sobretudo no ensino superior, encontramos dois eixos sobre os quais ela tem sido estruturada: exclusão e abandono. As trajetórias escolares de jovens negros e brancos continuam pautadas por uma desigualdade secular a ser superada, e as políticas educacionais de caráter universal implementadas ao longo dos últimos anos não têm conseguido alterar a desigualdade racial na educação brasileira.

Em seu livro *Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade*, Joaquim Barbosa Gomes mostra que, do ponto de vista jurídico, as políticas de ação afirmativa podem ser compreendidas como uma criação pioneira do Direito norte-americano, a qual representou, em essência, a mudança da posição do Estado, que, em nome de uma suposta neutralidade, aplicava suas políticas governamentais indistintamente, ignorando a importância de fatores como sexo, raça e cor. O autor nos ajuda a entender que as ações afirmativas podem ser definidas como um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero e de origem nacional, bem como para corrigir os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como educação e emprego.

Dessa forma, é importante esclarecer que as ações afirmativas não se reduzem à concessão de cotas que promoveriam maior igualdade de oportunidades das minorias a determinados setores do mercado de trabalho e a escolas. As cotas são apenas uma das estratégias de aplicação dessas ações e, ao serem implantadas, desvelam a existência de um processo histórico e estrutural de discriminação que assola determinados grupos sociais e étnico-raciais. Talvez por isso elas incomodem tanto a sociedade brasileira, uma vez que ainda impera em nosso imaginário a crença de que somos uma "democracia racial". Ora, a realidade social e educacional dos negros e mestiços revelada pelas pesquisas mais recentes nos mostra o contrário.

A demanda das cotas por alguns setores do movimento negro, do Estado e da sociedade civil revela, também, a existência de um novo posicionamento da nossa sociedade frente à discriminação racial. Por isto, é preciso estar atento, acompanhando de perto os objetivos subjacentes e a concretização dessas propostas. A concessão de cotas é uma medida de caráter emergencial e provisório de correção de desigualdades. Ao estabelecê-las, a sociedade e o Estado devem comprometer-se com a adoção de outras políticas que visem à instauração da democracia entre os diferentes segmentos sociais e raciais. Isso dependerá _ e muito _ do nosso compromisso de lutar contra a discriminação racial e da implementação de estratégias efetivas, ou seja, de ações afirmativas, de superação da desigualdade racial e social.

Imbuído dessa concepção, um grupo de professores da FaE, do ICEX e da Escola de Ciência da Informação apresentou, ao concurso *Cor no Ensino Superior*, do Laboratório de Políticas Públicas da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), o projeto *Ações afirmativas na UFMG*, que foi aprovado. Acreditamos que esse projeto possa ajudar a UFMG a construir uma nova posição frente aos debates mais recentes sobre negro e educação no Brasil, sintonizando-se com as lutas e demandas dos movimentos sociais. Em vez de passarmos longas horas argumentando se somos contra ou a favor das políticas de ação afirmativa, poderíamos questionar o que a sociedade brasileira tem feito para superar o racismo e a discriminação racial. Por isso, vale a pena perguntar: ações afirmativas, por que não?



Artigo nº 2

Nº 1402 - Ano 29 - 03.07.2003

As cotas e a história nacional*

A controvérsia sobre as cotas para candidatos negros, mulatos e alunos de escolas públicas no vestibular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) vai muito além das tribulações da vida universitária carioca. De verdade, o debate situa-se na encruzilhada de duas questões capitais para o país: a organização do ensino público e a redução das desigualdades raciais e sociais. São matérias complicadas que devem ser abertamente discutidas numa sociedade democrática. No caso das cotas universitárias, é interessante observar o exemplo dos Estados Unidos, onde o critério foi posto em prática e ainda perdura sob formas atenuadas.

Há um paralelo evidente entre a história americana e a história brasileira. Passando a ser independentes, os dois países foram os únicos a estruturar o Estado Nacional em torno de um sistema escravista operando em larga escala. Situação distinta da que predominava nos países sul-americanos, onde a escravidão era uma instituição secundária (Argentina, Uruguai) ou em colônias escravistas, como Jamaica e Cuba. Ali, a instituição era gerida pela Inglaterra e pela Espanha, que não autorizavam o escravismo no solo europeu.

Nos EUA, a imbricação entre o escravismo e a sociedade moderna restringiu-se aos estados sudistas. Mas no Brasil o processo foi mais profundo: durou mais tempo e imiscuiu-se em toda a

extensão do território nacional. Por causa de seu longo entranhamento nos corpos nacionais americano e brasileiro, o escravismo deixou taras graves nos dois países. Nos EUA, as assembleias estaduais sudistas introduziram leis racistas que jogaram os negros livres numa situação de infracidadania e estabeleceram um *apartheid*. Só em 1967 a Corte Suprema declarou inconstitucional a lei que proibia uniões inter-raciais em 16 estados sudistas. Embora não a estivesse mais aplicando, a Carolina do Sul esperou até 1998 para eliminar essa lei celerada de sua Constituição.

No Brasil pós-escravista predominou uma discriminação informal embaciada por um amplo processo de mestiçagem. O fato de esse processo resultar de um estatuto desigual em que o pai - na esmagadora maioria das vezes - pertencia à comunidade dominante branca, e a mãe, à comunidade dominada negra, não impediu que ele fosse generosamente celebrado em tese, prosa e verso. Radicalizando as idéias de Gilberto Freyre, Darcy Ribeiro afirmou: "No Brasil, a mestiçagem sempre se fez com muita alegria".

Desse modo, há 50 anos o estatuto dos negros americanos nos Estados Unidos era, em muitos aspectos, pior que o dos negros brasileiros. Depois o quadro mudou. Nos Estados Unidos, houve as decisões anti-racistas da Corte Suprema, as vigorosas campanhas dos direitos civis e as políticas afirmativas, fixando cotas universitárias e dispositivos legais em favor da minoria negra. No Brasil, permaneceu tudo igual, e vieram os sustos das feias estatísticas que desenham o quadro da desigualdade racial. Hoje, guardadas as devidas proporções, a situação dos negros brasileiros é pior que a dos negros americanos. Em algumas décadas de consciência cívica e de reafirmação da legalidade republicana, a sociedade transformou-se nos Estados Unidos.

No Brasil, a última carantonha da discriminação brotou no campus da USP no começo de março. Segundo o jornal *O Globo*, pela primeira vez (!) em sua história, a USP realizou um censo étnico entre seus 39 mil estudantes de graduação e constatou que há apenas 1,3% de negros. Para desenhar a extensão do mal, cabe lembrar outra estatística que já mencionei aqui. Nas 250 dioceses do país, há 16 mil padres, dos quais 12 mil são brasileiros. Desses, menos de mil são negros ou mulatos.

Sem procurar arremedar, é preciso guardar em mente o exemplo americano. O que não dá mais é continuar no Brasil com a política grotesca do "deixar estar como está para ver como é que fica".

* Artigo publicado na revista *Veja*, edição 1.794, do dia 19/3/2003, seção *Ponto de Vista*



Artigo nº 3

Nº 1399 - Ano 29 - 05.06.2003

Cotas para negros na Universidade*

Um "Oh!" prolongado de surpresa e indignação percorreu o auditório do teatro da PUC-SP. Foi lá pelo início dos anos 80. O orador, negro, americano, pastor e teólogo metodista, concluíra sua brilhante exposição afirmando incisivamente: "Deus é negro!". No palco, algumas celebridades latino-americanas da época, como o sandinista Comandante Ortega, da Nicarágua, e algumas estrelas refulgentes da Teologia da Libertação. No auditório, uma multidão do que se definia como esquerda cristã, expoentes de uma das facções do futuro PT. Abertos os debates, o teólogo negro foi alvo de irados questionamentos. Que prova tinha ele de que Deus é negro? E ele explicou: "Deus é negro porque Ele é a vítima!" Argumentava com os fundamentos da crença daquele mesmo público: a vítima sacrificial que em Cristo fundara o cristianismo.

Quando cheguei à Universidade de Cambridge, na Inglaterra, pela primeira vez, em 1976, fazia pouco tempo que vários dos mais importantes *colleges* haviam começado a receber mulheres. Fundada em 1200 e, provavelmente, a mais importante Universidade do mundo, Cambridge mantivera-se como reduto masculino. Dois *colleges* femininos só foram estabelecidos tardiamente. A mudança recente e radical era uma medida prática, que um amigo resumiu com alguma ironia. Segundo ele, a Universidade constatou que metade do gênero humano é constituída de mulheres, e que elas são tão inteligentes quanto os homens. Ao excluí-las, Cambridge privava-se de metade das inteligências que poderia recrutar. Os *colleges* de Cambridge medem seu prestígio, sobretudo, pelos êxitos científicos e pelo número de Prêmios Nobel que têm. Só um deles, o *Trinity*, tem mais Prêmios Nobel que a Itália.

Creio que essas duas histórias ajudam a compreender o que de fato interessa. Seria um equívoco se a adoção de cotas para negros nas universidades brasileiras tivesse por objetivo apenas resolver uma injustiça histórica. A universidade não é boa para isso, até porque essa não é sua função. De nada adianta implantar o regime de cotas na universidade, se as escolas fundamental e média continuarem na indigência em que se encontram. A decadente qualidade de ensino nesses níveis de escolarização é que constitui uma das principais fábricas de injustiça social neste país, e não só de injustiça racial. A porta dos fundos não fará justiça a ninguém.

Os alunos barrados no vestibular não o são por sua raça. Eles o são, negros ou brancos, porque não atingem o nível mínimo e básico de conhecimento para ingressar na universidade. Seu destino é decidido na precária escolaridade prévia que os inabilita para seguir adiante. A escola deficiente é apenas o reflexo de outras muitas injustiças próprias de um país em que ainda há trabalho escravo. A crônica degradação geral das condições de vida de grande parcela da população não será corrigida com o regime de cotas. A cota não supre o saber inexistente e necessário para seguir um bom curso universitário. Certamente é justa a demanda dos afro-descendentes - que vem sendo feita, no geral, por quem não é afrodescendente. A fórmula, porém, copiada do modelo americano, não só não resolve essa injustiça, como cria outras, como se viu em vestibular no Rio de Janeiro. A universidade deve ser pensada em termos universais. Ela se torna pobre por não abrigar talentosas vítimas da injustiça social de todas as condições sociais; e esse é o verdadeiro problema.

Quando vejo uma criança cheirando cola ou perambulando pelas ruas, seja ela negra ou branca, fico pensando na vítima que nela há, que é a sociedade inteira. As estratégias de sobrevivência dessa criança, mesmo na sua não rara nocividade, mostram-nos uma maravilhosa competência para driblar as adversidades da vida. Essa mesma competência poderia torná-la um médico que salva vidas, um engenheiro que constrói estradas, um arquiteto que sonha moradias, um físico ou biólogo que desvenda mistérios da vida e do mundo, um paisagista que semeia flores, um juiz que faz justiça, um agrônomo que sacia a fome de tantos com o fruto da fartura.

O verdadeiro sujeito dessa questão não é o negro, é a vítima. Nem toda vítima é negra, e, hoje, nem todo negro é vítima. O débito não é primordialmente a injustiça, e sim o empobrecimento da sociedade que na vítima há. É inútil lamentar o passado. É preferível construir o futuro, que não existirá enquanto houver vítimas. A proposição do regime de cotas é apenas uma indicação dos sintomas de nossas enfermidades sociais. Mas dificilmente será o remédio, enquanto a máquina poderosa de exclusão continuar funcionando, e a sociedade e o Estado se mostrarem tão pouco criativos no diagnóstico e na solução.

***Artigo publicado na Folha de S. Paulo, no dia 25/5/2003**



Artigo nº 4

Nº 1426 - Ano 30 - 12.2.2004

Ministro da Educação sabe*

O ministro Tarso Genro sabe que, quando a vida oferece limões, deve-se fazer limonada. Aceitou um ministério estratégico, mas paralisado pela triste combinação entre a falta de verbas, uma administração congruente com os livros escritos por seu antecessor - incompreensíveis - e o pueril antiacademicismo que parece haver tomado conta de Brasília.

Dias depois, teve que negar o que disse ao assumir o Ministério da Educação: que políticas de discriminação positiva não necessariamente implicam regime de cotas, que no Brasil os problemas racial e social estão fundidos, em suma, que a discriminação social é que precisa ser corrigida. Teve a grandeza de desdizer tudo isso elucidando ser pessoalmente contra as tais cotas raciais. Não há dúvida: Tarso Genro é homem de partido.

Já se escreveu que o sistema de cotas é o sonho de todo político - uma canetada e está feita a inclusão social. Sem gastar um único centavo com a educação pública de qualidade que afiance o acesso ao ensino superior por meio do mérito. Menos visível é o verdadeiro perfil da inserção social da Universidade brasileira, reduzida a ralo por onde escorrem recursos para formar só os filhos da elite branca vindos de escolas privadas.

Não é exatamente isso o que mostra o estudo ainda inédito de José Murilo de Carvalho e Mônica Grin, professores da UFRJ, fundado em números contidos no Censo 2000, na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2002, no Provão aplicado aos formandos de 2003 e em levantamento feito no Departamento de História da UFRJ. Eles demonstram que dois terços dos alunos da licenciatura em história provêm de famílias com renda média de até dez salários mínimos. Pouco mais da metade dos discentes da UFRJ e 71% dos universitários de todo o país estão nessa faixa de renda familiar.

Ratificando esse perfil, quase metade dos universitários brasileiros estudou exclusivamente em escolas públicas. Apesar da fluidez própria à categoria 'pardos' (dois em cada três brasileiros brancos descendem de matrilineas negras ou indígenas), os dados são igualmente reveladores sobre a suposta Universidade racialmente discriminatória.

Enquanto a Pnad mostra que os automeados negros representam 10% da população do Rio de Janeiro, nos cursos diurno e noturno de história da UFRJ eles configuram, respectivamente, 6% e 15% do alunado. São negros 6% dos brasileiros e 4% dos alunos que completaram o curso superior em 2003. Detalhe: as universidades públicas são menos brancas do que as particulares. Semelhante cenário impede postular que, tal como Montezuma, nossos universitários repousem em leitos de rosas. Se provêm em grande medida da classe média, é porque vivemos em uma sociedade desigual, mas não a ponto de vedar o ingresso de minorias raciais na Universidade em proporções próximas ao seu peso na população brasileira.

Além disso, a escola pública e gratuita ainda é um importante meio de acesso ao ensino superior, função em que obteria mais êxito se o sistema público de ensino de importantes unidades da federação não estivesse tão deteriorado. O estudo prova também ser extraordinária a mobilidade propiciada pela Universidade, com tudo o que isso significa em termos de possibilidades culturais e econômicas. Tomando a escolaridade dos pais como índice de mobilidade educacional do alunado,

constata-se que 53% dos formandos brasileiros em 2003 tinham pais que cursaram, no máximo, os oito anos do primeiro grau. Eis porque os alunos com alguma mobilidade ascendente chegam a 76% no Provão, a 49% na UFRJ e a 74% no curso noturno de história.

Rápidas mudanças estão ocorrendo, para as quais os cursos noturnos contribuem destacadamente. De 2000 para 2003 houve uma generalizada queda na participação de formandos brancos, diz o Provão, inclusive em cursos de elite, como o de odontologia. O último BOLETIM da UFMG (Edição 1.423, de 22 de janeiro de 2004) informa que, de 2003 a 2004, negros e pardos passaram de 25% para 31% dos inscritos no vestibular mineiro e que, em pelo menos dois cursos de elite (medicina e veterinária), a participação desses segmentos aumentou em 13%. O curso de direito da UFMG itera o papel democratizador dos cursos noturnos: sua criação propiciou que a proporção de negros e pardos saltasse de 17% para 28% do alunado e que os originários de escolas públicas passassem de 22% para 39%.

Embora se saiba que só agora muitos brasileiros estão assumindo a sua negritude, é igualmente correto que essas mudanças ocorrem sem a interferência de políticas afirmativas, alerta o estudo. É cômodo e equivocado transformar a Universidade em panacéia para nossas cruéis desigualdades. Sua função social maior é criar e transmitir conhecimento de qualidade.

Embora reconheça as diferenças entre licenciaturas e bacharelados, o trabalho realizado por José Murilo de Carvalho e Mônica Grin aponta para a necessidade de discutir a reforma do ensino superior brasileiro a partir de uma pauta positiva. Caso contrário, tanto a água quanto a criança acabarão no esgoto.

* Artigo publicado no jornal Folha de SP em 4/2/2004



Artigo nº 5

Nº 1468 - Ano 31 - 13.1.2005

Em breve, um país dividido*

O ministro Tarso Genro iniciou o seu mandato em fevereiro de 2004. Dois dias antes da posse e logo depois de ser indicado para o cargo, declarou-se contrário à política de cotas raciais: "As políticas de discriminação positivas não são políticas que necessariamente levem para cotas. Elas podem buscar acabar com a discriminação nas suas fontes. No Brasil, os problemas racial e social estão fundidos. Então, é necessário que se tenha atenção não somente aos negros, mas também ao conjunto de pobres onde evidentemente há um contingente negro. Essa discriminação objetiva que foi produzida em função do sistema social precisa ser corrigida."

No dia 24 de março, disse ainda: "Raça e condição social estão integradas pela estrutura social perversa que herdamos. O ponto de partida é social, mas temos que combinar a reparação para negros. Só não podemos permitir que um negro pobre concorra com um branco pobre e um exclua o outro."

Tarso Genro parece ter sido convencido rapidamente do contrário. Nos meses que se sucederam tomou medidas nas quais pela primeira vez na nossa história introduziu-se o critério "racial" tanto para o acesso ao ensino superior público federal quanto para a concessão de bolsas de estudo e crédito educativo que permitem ampliar a cobertura do sistema privado de ensino superior.

E no dia 10 de setembro instituiu o *Programa Universidade Para Todos (Prouni)*. Nele se estabelece um percentual para negros e outras minorias entre as bolsas que serão ofertadas em troca de isenções fiscais. No caso do crédito educativo, o critério tradicional sempre foi o da carência. Estudantes pobres podiam se candidatar ao benefício. Agora, os negros terão 20% mais chances se conseguirem provar a sua cor. A exigência é que o candidato tenha uma certidão do pai ou da mãe na qual esteja firmada a raça do progenitor.

Para a concessão de bolsas através do Prouni, o estudante também terá que provar, além da carência, a sua cor, assim instaurando o que o ministro dissera que não queria fazer: a concorrência entre "negros" e "brancos" pobres. No projeto de lei enviado ao Congresso, a reserva de vagas nas universidades federais será de 50% para estudantes de escolas públicas e, dentre estas, um percentual de negros (considerados aí pretos e pardos conforme as estatísticas oficiais) e indígenas igual ao da população do estado em que a instituição esteja localizada.

O Brasil até hoje tem-se constituído em um país de legislação a-racial. Esta mudança legal significa que agora os direitos serão atribuídos a partir da definição obrigatória em uma das categorias utilizadas pelo IBGE.

As cotas raciais ao serem introduzidas nos fazem sair necessariamente de um país que se queria misturado e onde a cor dos indivíduos não deveria influenciar a vida do cidadão para entrar no mundo dividido entre "raças". Ou se é negro ou não se é negro legalmente.

Será que o ministro e seus assessores estão pensando nas conseqüências dessa mudança tão radical, esquecendo os seus receios iniciais? Será que os nossos representantes se dão conta de que essa mudança, aparentemente pequena, é um passo muito grande para a criação de um país dividido entre brancos e negros?

Estarão conscientes de que a introdução do sistema de cotas colocará a disputa por vagas em instituições privadas e públicas nas costas daqueles mais pobres que estão estudando em escolas públicas de qualidade duvidosa?

A minha pesquisa nas escolas públicas no Rio de Janeiro revela a dimensão do problema que estará diante de nós nos anos vindouros com os legalmente negros duelando com os legalmente brancos por vagas. Não podemos saber como vai ser o futuro, mas é nossa responsabilidade pensar nas conseqüências possíveis de uma política dirigida para o ensino superior com sérias implicações para a sociedade.

***Artigo publicado em *O Globo*, de 27 de dezembro de 2004**



Opinião

Artigo nº6

Nº 1482 - Ano 31 - 5.5.2005

Universidade, moeda de troca?

Característico fenômeno de decadência cultural é o achatamento de valores. Característico e perverso, pois o que, segundo a boa razão, antes exprime uma perda que um ganho, passa a se ver assimilado ao avanço e ao progresso. O *ethos* que, de um lado, conferia rosto e identidade às instituições e, de outro, demarcava no imaginário coletivo o bom e o ruim, dilui-se. Submetido a um contínuo processo de erosão, perde a função de referência. Tudo se faz parecido e cria a falsa impressão de que todos estão igualados na fruição dos bens e no gozo dos direitos. Ora, onde tudo se parece, não há espaço para a excelência. Ou, se há, ela mais é sinal de extravagância ou anomalia do que de qualidade.

O que se passa hoje com a universidade no Brasil reflete bem esse tropismo niilista.

Na milenar tradição cultural do Ocidente e do Oriente, a universidade sempre foi percebida como o lugar ímpar de aplicação às formas superiores do saber. Com todas as limitações que sofre e sofria, não era diferente no Brasil, onde antes nunca se pretendeu que a *alma mater* fosse utilizada para fins que não a busca do melhor conhecimento, da melhor arte, da melhor cultura e das melhores letras. Alguns fenômenos sugerem que esteja ocorrendo o contrário.

Catastrofismo? Antes fosse.

Um exemplo é a idéia de cotas para grupos étnicos ou para desfavorecidos de qualquer outro matiz. Criar distinções fundadas na etnia ou em condições sociais e econômicas é um modo cínicos e arrogante de legitimar preconceitos, porque perpetua a inferioridade do desvalido. Ao se afastar do princípio do mérito para se pôr a serviço do imediato nivelamento social, a universidade começa por trabalhar contra a principal de suas forças, que é precisamente o dinamismo transformador do saber. Nega-se a si própria. Rompe com suas origens. Trai o seu destino. E acaba por agravar o próprio desequilíbrio social pelo fato de que seus egressos não terão adquirido o poder de intervir sobre a realidade, modificando-a para melhor. É um erro que cresce na cultura brasileira, mais sensível às aparências que às essências, perceber a universidade como usina cuja função seja produzir o reconhecimento social. Definitivamente não é. Pobre e iníqua é a sociedade que vê na posse de um símbolo _ seja ele diploma ou título _ uma expressão de bem-estar. O bem-estar mede-se antes em parâmetros como saúde, educação, saneamento, liberdade e amplo acesso aos bens da cultura. De outra parte, não é no prêmio e sim no serviço que a universidade encontra sua realização e seus fins. Há muito, de resto, se percebeu, em ambientes menos festivos, que a universalização indiscriminada do ensino universitário, mesmo sem o sistema de cotas, ao invés de criar uma sociedade universalmente elitária, conduz ao que a crítica da pedagogia fácil chamou de *akademisches Proletariat*: um dos bons roteiros para o desemprego e a indigência.

Outro sinal de decadência está no uso político-ideológico da universidade, como se está vendo na tentativa de dispensar de revalidação os diplomas de médicos brasileiros formados em Cuba. Uma idéia casuística, cuja inspiração pode ser tudo menos a sobre-excelência do ensino de medicina na conhecida "democracia" do Mar das Caraíbas. Por que também não os formados em Harvard, na Universidade de Paris, na de Londres, na de Estocolmo ou na de Heidelberg, para só ficar com alguns exemplos?

Não são, porém, estes os únicos sinais. Ocorreu ao Reitor do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), de São José dos Campos, a sinistra idéia de conferir diploma a ex-alunos que foram afastados de seus estudos por motivos políticos. Traduzido em palavras menos edulcoradas, trata-se, nada mais, nada menos, do que de indenizar perseguição política com diploma de curso superior. Qual pode ser o denominador comum entre esses dois bens _ liberdade política e diploma universitário _ para que se pague a perda de um com o outro? Se a proposta é correta, por que não indenizar as vítimas de outras lesões com alguma titulação acadêmica e, assim, ao menos, afastar a suspeita de casuismo? Digamos, ao estudante de medicina, que teve de interromper os estudos por conta de uma condenação injusta, por exemplo, conceder-se logo o diploma de médico? Dependendo do quanto de injustiça houver na condenação, quem sabe mesmo o título de mestre ou de doutor?

O simples fato de que fenômenos como esses _ cotas para afro-descendentes ou egressos do ensino público, dispensa de revalidação de estudos feitos em Cuba, atribuição de diploma a perseguidos políticos _ tenham amplo assento na mídia e constituam objeto de importantes fóruns de discussão, é sintomático. Revelam o quanto de desprezo votamos à nossa universidade. E, em outra vertente, como é chinfrim o respeito que nutrimos pela Constituição da República, cujo art. 206, VII, faz da qualidade uma garantia do ensino sob todas as formas e em todos os níveis.



Artigo nº 7

Nº 1485 - Ano 31 - 26.5.2005

Por uma cidadania radical

Num país de regime democrático como o Brasil, espera-se que as relações entre Estado e sociedade sejam norteadas pela igualdade de direitos. Nessa direção, tem-se por parâmetro que cidadão é aquele com irrestrito acesso aos direitos civis, políticos e sociais.

A educação, definida como direito social, é parte integrante da noção corrente de cidadania, sendo, na perspectiva de T. H. Marshall (*Cidadania, classe social e status*), condição *sine qua non* para a expansão dos demais direitos. As políticas de ação afirmativa, das quais as cotas são parte integrante, inserem-se nesta perspectiva de universalização real do direito à educação. Vale lembrar, no entanto, que o Brasil foi o último país a abolir a escravidão dos povos de origem africana. Noutras palavras, a cidadania para o negro brasileiro e para grande parcela da população ainda está longe de atingir os patamares satisfatórios previstos na Constituição.

É preciso ressaltar igualmente que não nos parece aceitável o fato de que, num Estado democrático de direito, com população formada por cerca de 19,7% negros entre 15 e 24 anos, apenas 2% cheguem ao ensino superior. Nesse sentido, é justamente o princípio da igualdade de direitos que orienta as políticas de ações afirmativas. É importante esclarecer que as cotas para a população negra no ensino superior devem ser compreendidas no contexto de uma discussão mais ampla _ as políticas de ações afirmativas.

As ações afirmativas são procedimentos obrigatórios ou voluntários norteadores de políticas públicas ou privadas dirigidas a segmentos específicos da sociedade. Têm por objetivo retificar os efeitos de práticas discriminatórias decorrentes do pertencimento racial, de gênero ou de origem nacional. As ações afirmativas não se restringem ao segmento negro e à realidade norte-americana, da qual é um exemplo emblemático. Países como Índia, Malásia, Israel, Nigéria, Colômbia, Canadá e Alemanha já implementaram em certos momentos históricos algum tipo de política afirmativa, visando à promoção da igualdade por meio de medidas específicas.

No Brasil, a discussão sobre as políticas de ação afirmativa foi posta oficialmente pelo governo federal em 1995, com o lançamento do Programa Nacional de Direitos Humanos e evidenciou as contradições em relação ao tema.

Três fatos tornaram urgentes as demandas por ações afirmativas:

- _ A mobilização dos movimentos sociais negros brasileiros;
- _ *A III Conferência Mundial contra o racismo: a xenofobia e formas correlatas de intolerância*, realizada em Durban, em 2001;
- _ O reconhecimento do estado de estagnação das condições de vida da população negra, evidenciado no cruzamento dos indicadores socioeconômicos apurados pelo Ipea e IBGE.

De acordo com Silva Júnior (2003)**, a adoção de políticas de ações afirmativas no ensino encontra amplo respaldo legal. No artigo 3º, inciso I da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a temática é explicitada através da indicação de que a todos deve ser assegurada a igualdade de

condições para o acesso e permanência na escola. A Constituição Federal brasileira e algumas normas infraconstitucionais que se seguiram à promulgação do texto constitucional vigente também amparam, em termos legais, as medidas que compõem as políticas de ações afirmativas.

Além disso, o Brasil é signatário de atos e tratados internacionais nos quais figura a adoção do critério cor/raça para o estabelecimento de igualdades de oportunidades e a ampliação dos direitos. Dentre os tratados internacionais ratificados pelo Brasil estão a *convenção internacional sobre eliminação de todas as formas de discriminação racial* (promulgada pelo decreto 65.810, de 8 de dezembro de 1969) e a *convenção relativa à luta contra a discriminação no campo do ensino* (promulgada pelo decreto 63.223, de 6 de setembro de 1968).

No que concerne ao ensino superior brasileiro, as cotas têm esbarrado no argumento de seu caráter nocivo ao "bem-arquitetado" sistema meritocrático. Parece, aos olhos dos defensores desse sistema, que realizar políticas públicas com base no pertencimento étnico tornaria ainda mais vulneráveis os beneficiários dessas políticas, visto que o diploma, decorrente de processos de formação dessa natureza, não atestaria a habilidade profissional ou educacional do portador. Verifica-se aí um primeiro engano digno de nota. O processo de admissão baseado na neutralidade quanto ao pertencimento étnico-racial desconsidera a história de constituição da sociedade brasileira ao tentar escamotear o nosso passado escravocrata associado aos cinco séculos de discriminação racial generalizada. Se com a abolição da escravidão os negros tiveram incorporados os direitos civis, como salienta José Murilo de Carvalho (*Cidadania no Brasil: o longo caminho*), não se verifica nenhum outro evento sócio-histórico, por parte da sociedade, no sentido de conferir cidadania a esse segmento através da extensão específica dos demais direitos que compõem a tríade estabelecida por Marshall _ sociais, civis e políticos.

Ressalta-se ainda que, sob o manto da irrepreensível meritocracia, repousam letárgicos aqueles que já constataram o enorme fosso que impede a população de usufruir os direitos de cidadania. A defesa das cotas para a população negra constitui, portanto, estratégia fundamental na promoção de uma sociedade fundada na igualdade de direitos e numa concepção radical de cidadania.

Ao viabilizar as ações afirmativas, o Estado passa a adotar um comportamento ativo no sentido de governar para todos e de implementar políticas específicas que possam reduzir expressivamente a exclusão social em que se encontra a população negra brasileira.

**SILVA JÚNIOR, Hédio. Ação afirmativa para negros(as) nas universidades: a concretização do princípio constitucional da igualdade. In: SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e, SILVÉRIO, Valter Roberto. *Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica*. Brasília: Inep, 2003.



Artigo nº 8

Nº 1535 - Ano 32 15.06.2006

Haverá cotas na UFMG?

No último dia 6 de junho, a Comissão Permanente do Vestibular (Copeve) recebeu, como faz todos os anos, a visita de mais de 500 escolas de ensino médio, para com elas debater o Vestibular. Lá ouvimos a pergunta da hora: a UFMG vai implantar cotas? Nossa resposta foi a de que não há qualquer decisão, formal ou informal, sobre o assunto, uma vez que a comunidade universitária não transformou ainda os seus anseios, sejam eles contrários ou favoráveis, em decisão expressa. Diante da insistência dos interlocutores, explicamos que a última posição formal da UFMG

está num documento de 2003 do Conselho Universitário sobre a necessidade de ampliação do acesso de estudantes, cujo teor privilegia a criação de cursos noturnos e apenas menciona as cotas como um assunto a ser debatido no futuro.

É natural que a questão fosse dirigida a nós, dada a visibilidade da Copeve quando o assunto é a entrada de alunos no campus. Parece-nos também que aquele futuro antes mencionado, o do momento de debater o assunto, já chegou. A matéria está na pauta do Congresso Nacional. O fato de o Projeto de Reforma Universitária, enviado há poucos dias ao Congresso pelo Presidente Lula, ter retirado a menção às cotas faz apenas acelerar o processo de análise de um projeto de lei específico sobre o assunto.

Ao mesmo tempo, e ciente dessa necessidade, o Magnífico Reitor, professor Ronaldo Tadêu Pena, deu o passo necessário para reabrir a questão, ao propor, em cerimônia de posse na Faculdade de Medicina, o debate sobre uma reavaliação do processo de entrada naquele curso, na certeza de que não podemos nos deixar atropelar por decisões governamentais e devemos debater internamente essa questão tão candente para os rumos da UFMG. Assim sendo, uma vez aberto o debate pelo nosso Reitor, perguntamos à comunidade universitária: haverá cotas na UFMG?

A matéria exige a reflexão de todos. E aqui, nesse plano do nosso debate interno, permitam-me deixar por um momento a condição de coordenador-geral do Vestibular e passar a falar no plano pessoal, como um professor entre milhares de outros. Tenho uma posição formada: não às cotas. A UFMG me deu a oportunidade de viver por quatro anos em uma universidade americana, experiência cujo valor não está apenas na qualificação profissional, mas nas lições que se retira da convivência com outra cultura. Nos Estados Unidos nasceu a idéia de cotas universitárias, como parte das chamadas ações afirmativas. As universidades da Califórnia, sempre na vanguarda dessas questões, foram as primeiras a propor as cotas e as primeiras a recuar da proposta, duas décadas depois, ao perceber suas conseqüências desastrosas.

As cotas, por mais que sejam bem intencionadas na busca da equidade social, acabam por desestruturar a única baliza de qualquer sistema de ensino: o mérito. A única forma de efetividade social que, a nosso ver, toca a uma universidade é a de ensinar muito bem, pesquisar excelentemente e estender o seu conhecimento à sociedade. Fazendo bem essas três funções, cuja baliza é o mérito acadêmico, a universidade cumprirá a sua função de aprimorar a sociedade e o país. Abdicar dessas funções específicas é tornar o seu papel inócuo.

É um engano confundir a urgência da ampliação do acesso com a necessidade de cotas. A universidade precisa, sim, abrir mais vagas. O país precisa urgentemente de mais engenheiros, médicos, biólogos, professores, pesquisadores, todos rigorosamente capacitados e capazes de subir o padrão de conhecimento e de vida desta sociedade. Mas, notem bem, cotas não abrem vagas. Cotas não têm nada a ver com ampliação de acesso. E a ampliação do acesso é o que norteia a discussão aberta pelo Reitor. Cotas apenas trocam o perfil dos ingressos à custa da excelência acadêmica.

O fato de o Vestibular não alcançar os jovens capacitados que se encontram nas camadas pobres da população é outro problema. Essa distorção existe porque o exame baseia-se muito no acúmulo de informações, quesito em que o jovem desfavorecido, mesmo que muito capaz, não consegue competir com os que têm acesso a informações. Portanto, a meu ver, esse viés deve mudar. Como? Por um lado, as provas devem seguir sendo aprimoradas para medir sempre mais a competência do que a informação. Por outro, a introdução de provas que avaliassem diferentes capacidades cognitivas seria muito útil ao processo. Uma prova de lógica, outra de percepção sensorial e capacidade de abstração (artística, por que não?!), outra sobre a capacidade imaginativa seriam, a meu ver, instrumentos interessantes a serem considerados, ao lado das tradicionais provas de conhecimento. Os departamentos de filosofia, de psicologia, de artes, entre outros, teriam papel importante na proposição de exemplos desse tipo.

Quanto às cotas, o melhor seria descartarmos a idéia. Mas qual seja a decisão, a Copeve está pronta a levá-la à frente. Pense bem: haverá cotas na UFMG?



Artigo nº 9

Nº 1547 - Ano 32 11.09.2006

Os olhares políticos sobre as cotas

Os debates sobre as cotas estão na ordem do dia, com méritos para os movimentos negros que conseguiram levar esta discussão para as universidades e para a sociedade. Porém, este artigo buscará apontar o sentido político – com seus diversos olhares – da adoção, ou não, das cotas, conforme o grupo ou a posição política dos indivíduos sociais. Mesmo sabendo que existem outros olhares, quero apresentar quatro posicionamentos políticos concernentes a esta questão:

1) A primeira posição é a dos liberais políticos. Por esta concepção, todos são iguais perante a lei e a adoção de cotas seria uma forma de preconceito e privilégio jurídico para determinados grupos. Defendem a prevalência do mérito individual e argumentam que as cotas poderiam beneficiar pessoas não-aptas ou menos merecedoras de frequentar a universidade. O problema principal desta concepção residiria no fato de desconsiderar as diferenças sociais e étnicas já existentes.

2) A segunda posição é a dos pós-modernos. Para eles, as lutas sociais estão fragmentadas em lutas isoladas da totalidade social (étnica, de gênero, de família, de geração, dentre outras). Defendem a impossibilidade das mudanças globais e dizem que as discussões devem ser focadas em grupos de interesses. Descentram as análises das classes sociais, da relação trabalho versus capital e do mérito liberal, para focar em interesses de grupos sociais. O grande problema é que, não enfrentando o poder global do capital e evitando a economia política, tenderíamos a refazer sociedades globalmente desiguais, mesmo gerando melhorias sociais para parcelas da população.

3) A terceira posição é a dos defensores da esquerda tradicional. Alegam que na proposta das cotas estaria embutido o deslocamento da discussão central das classes sociais para a problemática racial, e que este deslocamento esconderia o caráter crítico ao capitalismo, sendo, portanto, conservador. Para essa corrente, a grande contradição da sociedade está na exploração do trabalho e que esta não escolhe raça. O negro seria mais pobre e mais explorado devido à circunstância histórica do capitalismo brasileiro. Portanto, a centralidade no combate ao racismo nada mais é do que a luta contra o capitalismo. O problema desta posição é não considerar as especificidades já gestadas nos seios das sociedades, como o racismo e o machismo, considerando-os apenas um sub-produto das diferenças de classe.

4) Na quarta posição estão os defensores das “políticas afirmativas”. Sem desvinculá-las de uma análise global e crítica da sociedade de classes, essa corrente denuncia que a desigualdade social é intrínseca ao capitalismo. Assim, a crítica ao sistema deve ser sempre colocada. Chamam de falácia o princípio da igualdade de direitos quando se sabe que parcelas da população possuem trajetória de vida de carências materiais e, aliado a isto, seriam vítimas do racismo. Assim, esta quarta posição lutaria contra a desigualdade imposta por uma sociedade submissa ao capital (exploração) e as desigualdades culturais incorporadas socialmente, como o racismo (opressão). Porém, lutar por políticas universalistas e contra a sociedade capitalista seria fundamental, mas não bastaria para mudar a situação do negro, pois o racismo não se restringe a uma questão socioeconômica; é também cultural. Essa posição é criticada porque, ao abarcar questões diferentes, ela correria o risco de desfocar as questões centrais e, na prática, nada mudar. É certo que a principal luta é pelo livre acesso às universidades, como já acontece em muitos países, mas esta é uma questão que não se

resolve no curto prazo. Assim, acredito que, de imediato, devemos lutar por ações focadas tanto nos explorados quanto nos oprimidos, tanto em políticas globais quanto em políticas afirmativas, tanto numa sociedade igualitária quanto numa sociedade que respeite as diferenças. Assim, fico com a quarta posição, pois considero fundamental, numa sociedade desigual como a brasileira, criar canais para que as classes populares e oprimidas pelo racismo possam freqüentar a universidade. Também defendo que se leve em conta o “mérito” na seleção, porém as notas não podem ser o único critério de avaliação para a entrada na universidade. Até para que possamos oferecer condições de igualdade de competição para os candidatos, temos que apresentar algum diferencial. E lembro que esta questão tem precedentes. Em muitas situações legais, o país trata os desiguais de forma desigual, até mesmo na busca de maior igualdade de oportunidades e de vida digna para todos. Existem, por exemplo, políticas de desenvolvimento regional voltadas para a correção de distorções entre as regiões do estado ou do país. Impostos são pagos de forma diferenciada conforme rendimento ou lucro. E por aí vai. Mas esta não pode e nem deve ser uma questão focada, privilegiando apenas a ascensão de alguns grupos ou permitindo que negros alcancem a classe média. É preciso construir um projeto de sociedade mais justa, humana e solidária



Artigo nº 10

Nº 1558 - Ano 33 27.11.2006

O Brasil não é bicolor*

O Brasil não tem cor. Tem todo um mosaico de combinações possíveis. Falar de raça – no singular ou no plural – é anti-científico, social e ideologicamente muito perigoso. Quem, no Brasil, falou de raças foi uma elite que, no século XIX, intimidada pelo eurocentrismo, assumiu como ciência o determinismo ambiental e racial de um Blake (que explicava o êxito britânico pelo desafio e potencialidade do ambiente insular) e de um Gobineau, que se apoiava na pureza racial como o propulsor civilizatório e a mestiçagem da raça dominante como o vetor explicativo de sua decadência. O Império Romano serviu-lhe como exemplo.

Tanto Blake como Gobineau falam do Brasil mestiço do século XIX como exemplo de uma sociedade condenada a não ser civilizada. O tema da raça serviu para ginásticas curiosas. Houve veto à imigração chinesa; houve abolicionistas a favor da medida, não por humanismo, mas para evitar novas “injeções” de etnias africanas e, através de imigrantes europeus, branquear a “raça brasileira”.

Euclides da Cunha viu no sertanejo do semi-árido e no caboclo amazônico raças históricas em formação, com potencialidade civilizatória. Toda esta bobagem foi sepultada por Gilberto Freyre e pelo Movimento Antropofágico, que exaltaram, no brasileiro, a mistura étnica-cultural.

Num esquema cromático, 51,4% da população brasileira se declaram brancos, 5,9% se declaram pretos e 42% se declaram pardos, lançando mão de amplo espectro de denominações. As pesquisas genéticas identificaram que 87% dos brancos, no Brasil, têm pelo menos 10% de ancestralidade africana.

Os pardos certamente são uma percentagem maior de afrodescendentes; porém são também eurodescendentes. Pardos somados aos pretos deram origem a uma nova expressão – negro –, que seriam 47,9% dos brasileiros. Lançando mão do corte de linha de pobreza, dos quase 57 milhões de brasileiros pobres, 34,2% são brancos, 58,7%, pardos, e 7,1%, negros. O truque de somar pardos com pretos, denominando-os negros, faz 65,8% dos pobres. Se criássemos a categoria branqueiros, como resultado da soma de brancos mais pardos, teríamos 92,9% de branqueiros pobres.

Em 1996, o presidente FHC criou o Programa Nacional de Direitos Humanos, que, em um artigo, estabelece: “Determinar ao IBGE a adoção do critério de considerar os mulatos, os pardos e os

pretos como integrantes do contingente de população negra”. O professor FHC deu um passo decisivo para o Brasil bicolor. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva continua e cria uma Secretaria de Igualdade Racial; o Senado aprovou um projeto de estatuto de Igualdade Racial que será examinado pela Câmara. O regime de cotas para “negros” será estendido a todos os escalões do sistema de ensino e burocrático.

Todo este movimento existe para combater um racismo que existe minoritário e envergonhado. O “bicolorismo” e o sistema de cotas darão “naturalidade” ao conceito, subversivo e ideologicamente negativo, de raça. As elites brasileiras se plasmaram com o escravagismo. Praticaram, com impunidade, a relação senhor-escravo. Tentaram colocar um biombo que encobrisse essa matriz e a justificaram, afirmando que era melhor ser escravo no Brasil que na África. Afinal, a escravidão foi o padrão social dominante da África; as fontes de fornecimento foram os sobas e os chefes africanos.

A Igreja Católica se esqueceu que o mais antigo rei católico do mundo era preto e desta cor era também um dos três reis magos. Considerava mais fácil a catequese do africano no Brasil do que em seu continente de origem – e participou do regime escravocrata. O Brasil recebeu de três a cinco milhões de escravos africanos.

Em 1850, a população servil era de um milhão de escravos; em 1872, a população brasileira era de 10 milhões, sendo quatro milhões de pardos e dois milhões de pretos. Logo após a Abolição, o Brasil tinha 14 milhões de brancos, sendo um milhão de imigração ultrarrecente, dois milhões de pretos e seis milhões de pardos. Os lusos vinham para o Brasil sem mulheres; na importação de escravos, havia uma relação de 3 para 1 entre homens e mulheres. Na Colônia, era imensa a falta de mulher. Alberto Costa e Silva gosta de sublinhar – e com razão – que a principal contribuição ameríndia foi fornecer o ventre aos lusos que, pela mesma razão, tiveram a companhia das pretas escravas. Gerações de mestiços se multiplicaram. Esta é a explicação prosaica do Brasil multicolorido.

A pobreza pesa mais sobre o contingente de pardos e pretos brasileiros. Este fato é de fácil explicação: a Abolição não foi acompanhada de Reforma Agrária, o plano de André Rebouças não prosperou. Entretanto, para a atração de mão-de-obra européia, o primeiro movimento de sedução de imigrantes alemães e italianos foi a concessão de terras pelo Império para que surgissem colônias de produtores rurais familiares. Grande parte da região Sul foi ocupada por colonos europeus. A República Velha não instituiu o ensino público gratuito e de qualidade, que foi necessário, nos anos 30, no Estado Novo, para proteger o trabalhador urbano.

Gerações de pardos e pretos nasceram na pobreza e nela permaneceram por uma observação banal: quem nasce pobre tem mais alta probabilidade de continuar sendo pobre. Não é o racismo que explica esta situação. Mestiços foram dignitários do Império. O mulato Barão de Cotegipe foi chefe de gabinete de D. Pedro II. Provavelmente, possuía escravos.

Após a Primeira Guerra Mundial, cuja hecatombe dissolveu a empáfia eurocêntrica, os intelectuais brasileiros descobriram o Brasil mestiço. Gilberto Freyre é o teórico e pesquisador sem romantismo desta produção em massa do brasileiro de todas as cores. Oswald de Andrade e tantos outros definiram o Brasil como o país da mistura. Nos orgulhamos desta dimensão, que é a herança positiva da longa história da escravidão.

*** Artigo publicado no jornal Valor Econômico, de 25 de outubro**



Artigo nº 11

Nº 1620 - Ano 34 07.08.2008

Justiça sem reservas

Duas reivindicações das ações afirmativas têm ganhado atenção no Brasil e um significativo respaldo institucional. Ambas consistem em tentativas de abolir ou minimizar o racismo contra os negros em nosso país: a primeira é a proposta de proibição de expressões que fazem referência pejorativa à raça negra e a segunda, a instituição de reserva de vagas para negros nas universidades públicas. O sofrimento histórico impetrado aos afro-descendentes no Brasil é, sem dúvida, lastimável, sendo dispensável reconhecer as boas intenções dos proponentes de tais medidas. Entretanto, devemos nos perguntar se elas seriam, de fato, o melhor meio de alcançar o objetivo visado, e se seriam, até mesmo, suficientes para alcançá-lo.

Quanto à primeira das propostas referidas, imagine um cidadão qualquer. Considere todas as suas atividades e características, logo em seguida os xingamentos correspondentes a que ele está sujeito. Por que nós – e não o próprio indivíduo – deveríamos eleger como xingamentos mais insuportáveis aqueles relativos à cor da pele? Ora, pode ser que uma pessoa tenha mais orgulho da honra de sua mãe do que de sua etnia. O que a lei de restrição às manifestações verbais racistas impõe é que qualquer cidadão deve julgar o impropério racial como o mais repugnante, e sua etnia, como uma essência. Parte-se, com isso, do preconceito de que a raça (seja lá o que isso signifique) é o que há de mais essencial em um indivíduo.

A filosofia contemporânea nos ensina a levantar dúvidas sobre a pretensão de encontrar essências no que diz respeito aos seres humanos. Ademais, a biologia critica a aplicabilidade do conceito de "raça" a seres humanos. Não haveria fundamento genético ou filosófico para a preferência dessa característica em detrimento das outras para que uma pessoa seja o que ela é.

Parece-me que a segunda lei – reserva de vagas – tem sido defendida a partir de dois argumentos: a utilidade social e a justiça. O primeiro consiste em dizer que, ao promover a ascensão social de alguns negros por meio do ensino superior, o preconceito seria eliminado ou bastante reduzido. Ora, é um fundamento das avaliações éticas, políticas e jurídicas das sociedades modernas e democráticas atribuir benefícios e punições segundo responsabilidades. Ninguém merece um prêmio por ter sofrido uma injustiça. É especificamente aquele que a praticou que deve ser punido. Os propositores das reservas de cotas transferem o foco de incidência da atribuição de responsabilidade do indivíduo para a raça.

O resultado é uma distorção que tende a punir não-negros, mesmo que nunca tenham discriminado ninguém, e beneficiar negros, mesmo que nunca tenham sido discriminados. Com isso, supõem-se negros e não-negros como blocos monolíticos ou suficientemente homogêneos que permitiriam a atribuição de benefícios e punições a qualquer indivíduo pertencente a eles. Ou seja, beneficiam-se e punem-se uns pelo que se acredita ser racismo de outros.

Partilhando de princípio semelhante à idéia de “consciência de classe”, a “consciência negra” acredita que o conjunto dos afro-descendentes não apenas forma um grupo coeso e unido como constitui uma identidade com funções políticas privilegiadas em relação aos outros grupos a que essas mesmas pessoas pertencem ou que pretendem formar. A suspeita que podemos levantar contra tal presunção de privilégios não se deve apenas ao respeito pelos indivíduos não-negros do presente que seriam injustiçados em razão das ações de outros não-negros, mas também pelos negros, que deveriam

estar livres para escolher com que causa, ideologia e ideal de vida queiram se associar e qual característica pessoal ou coletiva desejam privilegiar.

Uma vez questionada a justiça dos meios propostos por alguns dos membros das ações afirmativas para alcançar a plena igualdade racial, resta ainda perguntar se eles nos conduziram com segurança ao pretendido fim. É fato que, infelizmente, a instituição das cotas raciais gerou em alguns setores da sociedade um compreensível, ainda que injustificável, recrudescimento do preconceito racial. Fato observado em Brasília, onde a medida adotada pela UnB acarretou, há meses, reação de alguns vestibulandos e universitários no Orkut. Esses estudantes, revoltados, procuraram, assim, revidar uma injustiça que, por sua vez, procurava revidar a injustiça contra os negros.

Isso mostra que o que está por trás das boas intenções das intervenções políticas, administrativas e jurídicas aqui debatidas não é um suposto afro-nazismo, que exaltaria a superioridade da etnia provinda dos escravos, mas tão-somente uma concepção errônea sobre a justiça, entendendo-a como uma compensação de forças e ofensas.

Para extirpar a intolerância, a discriminação e os preconceitos raciais, não devemos praticar a institucionalização da vingança, mas promover uma justiça que esteja acima dos particularismos, dos interesses pessoais ou de grupos sociais determinados. Enfim, uma justiça sem reservas.



Artigo nº 12

Nº 1622 - Ano 34 22.08.2008

O olhar poético sobre as cotas

Para enriquecer o debate sobre a política de cotas, aconselho a leitura do poema Gota do que não se esgota, de Luiz Silva (Cuti)**, publicado em seu livro Negroesia, em 2007. Considerado um dos grandes nomes da literatura afro-descendente, o poeta de Ourinhos (SP) empenha-se em demonstrar, no texto citado, os sentidos políticos da adesão às cotas por parte dos institutos de ensino superior.

Eis os versos iniciais do poema: “cota é só a gota/a derramar o copo/não a mágoa do corpo/mas energia represada/que agora se permite e voa/em secular esforço/de superar-se coisa e se fazer pessoa”. Para Cuti, a cota faz parte de uma série de reivindicações dos movimentos negros empenhados historicamente em promover os afro-descendentes na qualidade de portadores do próprio discurso, podendo, assim, ultrapassar de maneira contundente o problema histórico da invisibilidade social e dos perversos mecanismos de reificação. Infere-se da leitura do poema que a cota é uma medida de base civilizatória, visto que ultrapassa a noção de simples revide à barbárie escravocrata, ao se destacar como instrumento de inclusão dos afro-descendentes nos espaços consagrados à educação e à cidadania. Segundo o poeta, a cota não significa uma manifestação de rancor por parte dos negros, isto é, “a mágoa do corpo”, mas representa a liberação de uma “energia represada”: sinal evidente da grande intensidade da ‘onda negra’, que ainda encontra obstáculos, por parte do ‘medo branco’, para se manifestar plenamente.

Cuti justifica a cota ao ressaltá-la como um valioso indicador de justiça étnica, “ruindo pela base/a torre de narciso”. Ao se referir à universidade como “a torre de narciso”, sarcasticamente o poeta denuncia que só os brancos têm seu reflexo exibido no espelho do ensino superior, de forma tal que eles só conseguem admirar a si próprios, numa atitude de egolatria explícita, e ignorando os demais agentes que, para eles, destoam naquela paisagem acadêmica tida como bela e ideal. Leia-se como exceção à regra os negros, visto que estes constituem a minoria dos estudantes presentes no ensino superior. Constata-se, portanto, o que eu chamaria de universidade blindada.

Historicamente, coube aos brancos o acesso livre à educação e às instâncias institucionais do poder, enquanto restou aos negros amargar a exclusão deste processo. Em oposição a esse quadro lamentável, a cota abre alas para a comunidade negra acessar o que lhe é de direito. Tal política de ação afirmativa parte do princípio legal de promover a igualdade para os desiguais. Os agentes dessa luta reivindicam o direito de ser iguais, quando a diferença os inferioriza, e o direito de ser diferentes, quando a igualdade os descaracteriza. Baseado neste paradigma, Cuti associa a política de cotas ao universo regulamentar do direito e não à esfera do favor assistencialista. Esta tese é reforçada de maneira contundente na seguinte passagem do poema: “cota é só a gota/meta de quem pagou e paga/desmedido preço de viver imposto/e agora exige/seu direito a voto/na partição do bolo”.

De forma contundente e sagaz, o poeta destaca a existência de “um mar de dívidas/contraídas/pelos que sempre tornaram gorda a sua cota”. Notem que “o mar de dívidas” retoma todo o histórico de opressão vivido pelos afro-descendentes desde a instalação bárbara da lógica do “navio negreiro”. Já a “cota gorda”, ou seja, a “cota da desigualdade”, como diria o sociólogo Emir Sader, em texto publicado no *Jornal do Brasil* há cinco anos, representa a elevada margem de participação dos brancos, que tradicionalmente gozaram e ainda gozam de mais privilégios em relação aos negros no acesso à universidade. Esta não tem abraçado devidamente o princípio da diversidade. As estatísticas atestam “a cota gorda”, disfarçada de meritocracia, denunciada poeticamente por Cuti.

De acordo com o Ministério da Educação, tivemos em 2000 um quadro desigual de 2,2% dos formados nas universidades compostos por negros, e 80% de brancos. Segundo o Inep, em 2002, 3,8% dos jovens negros de 18 a 24 anos tiveram acesso à universidade; entre os brancos o percentual foi quatro vezes maior: 15,5%. Segundo destaca o advogado Fábio Konder Comparato, no artigo “Um débito colossal” (*Folha de S.Paulo*, 08/07/2008): “atualmente negros e pardos representam mais de 70% dos 10% mais pobres de nossa população. No mercado de trabalho, com a mesma qualificação e escolaridade, eles recebem em média quase a metade do salário pago aos brancos, e as mulheres negras, até metade da remuneração dos trabalhadores negros. Em nossas cidades, mais de dois terços dos jovens assassinados entre 15 e 18 anos são negros. Na USP, a maior universidade da América Latina, os alunos negros não ultrapassam 2%, e, dos 5.400 professores, menos de dez são negros”.

Como tentativa de equacionar esse “débito colossal”, as cotas têm como objetivo contribuir para um modelo educacional pautado por um projeto político de emancipação de um grupo historicamente excluído. Por isso, o autor do poema dedicado às cotas ressalta que elas ajudam a afrouxar as botas de um exército para o exercício da equidade. Não se trata, portanto, de um esforço para atender privilégios, mas para alcançar a tão almejada igualdade de condições entre brancos e negros. Nas palavras finais do poema de Cuti, a “cota não reforça derrota/equilibra/entre ponto de partida/e ponto de chegada/a vitória coletiva/reinventada”. Reparem bem: vitória coletiva. E não triunfo de uma só etnia.

Opinião

Artigo nº 13

Nº 1775 - Ano 38 14.5.2012

As cotas e eu

Após a histórica decisão do STF que declarou a constitucionalidade das cotas nas universidades federais, fiquei pensando sobre o seu significado para o país, para a população negra e, particularmente, para a vida de tantos negros com os quais tenho tido o privilégio de conviver e partilhar experiências de vida. E, óbvio, qual o significado para minha própria história pessoal. Eu e as cotas? Muda alguma coisa?

Quase toda pessoa negra que chegou à universidade sabe o que é ser a única, a primeira ou uma das poucas pessoas negras da sala, da escola, da faculdade. E vive na pele os efeitos de um sistema educacional que reproduz, às vezes inadvertidamente, velhos clichês sobre o lugar social do negro e vão minando a sua autoestima e capacidade de prosseguir. É a produção racializada do fracasso escolar. Os poucos que resistem o fazem às expensas de uma identidade fragilizada, dilacerada pelas pequenas (grandes) humilhações cotidianas.

Desde que entrei na escola, via menos negros comigo a cada série que avançava, até que, como num passe de mágica, de metade da sala éramos apenas dois ou três. O sentimento de vazio e isolamento crescia conforme eu galgava novos degraus.

A escola tampouco contribuía para dar sentido ao caos existencial que eu vivia. Entre a primeira série e o doutorado, 22 anos se passaram, e eu tive apenas uma professora negra. Como me sentir acolhido, respeitado e representado em espaços nos quais pessoas como eu estavam praticamente ausentes?

Mas voltemos à Ângela, minha professora de artes da sexta à oitava série. Lembro perfeitamente do jeito exigente e afetuoso com que se dirigia a mim. Ângela foi a primeira pessoa a quem mostrei poemas e textos que escrevia, quando ainda sonhava em me tornar um escritor. Foi a única a me incentivar, quando na oitava série anunciei que tentaria o vestibulinho para a escola técnica mais concorrida da cidade. Os demais professores diziam que era uma perda de tempo, melhor seria me matricular em um curso noturno e arrumar trabalho no supermercado perto de casa. Aprovado no tal vestibulinho foi à porta da Ângela que eu bati para celebrar e agradecer.

Na nova escola, de classe média, a sensação de isolamento era maior. Era o único negro da turma e um dos poucos na escola. Foi também o início da minha percepção de que ser negro seria um obstáculo para que eu vivesse coisas banais para os adolescentes brancos. De namorar a pular a catraca do ônibus sem pagar, tudo era mais difícil, cheio de nuances e não ditos que tentavam me restituir – ou instituir – a um lugar de subalternidade.

Graças ao professor de algoritmo e lógica computacional quase abandonei a escola. Foram quatro horas ininterruptas de aula permeadas por incontáveis piadas racistas. Ao dizer que me sentia ofendido com suas piadas, ele me afirmou não poder ser racista, afinal era casado com uma afrodescendente, e que não se sentiria ofendido caso eu saísse da sala quando ele contasse piadas.

Sobrevivi ao ensino médio e, em 2000, realizei um grande sonho e entrei na UFMG. Lá meu mundo se expandia e eu encolhia. Nós, os poucos negros no campus, instintivamente, agarrávamo-nos uns aos outros como náufragos em pedaços de madeira. Havia muita troca, discreta, de sorrisos solidários pelos corredores, compartilhando o orgulho de ter chegado ali.

Em 2002 iniciou-se, de forma incipiente, o debate sobre cotas dentro da Universidade. Eu, tão versado no tema quanto meus colegas brancos, era o primeiro a ser solicitado a emitir uma opinião. Como se ser negro já fizesse de mim um especialista em questões raciais, e raça fosse um marcador unilateral. A emergência do debate teve, contudo, um saldo positivo. Grupos de estudo e experiências de políticas afirmativas foram surgindo, e um espaço de solidariedade mais explícita entre os estudantes negros da Universidade foi se consolidando.

Após o mestrado beneficiei-me de um programa de ação afirmativa da Fundação Ford. O programa me deu oportunidade de preencher várias lacunas da minha formação educacional. Assim, pude fazer minha pesquisa de doutorado em três países, adquirir fluência em outra língua, comprar livros, me dedicar integralmente aos estudos e participar de vários congressos. Coisas que numa situação normal eu não teria sido capaz de fazer.

Hoje eu entendo melhor a minha escolha pela docência dentre as opções que tive. Eu vejo como ser um professor universitário negro, no Brasil, faz uma diferença, ainda que mínima, na vida dos meus alunos. Especialmente para os estudantes negros. Há maior liberdade para se tocar em assuntos tabus e para compartilhar suas dificuldades e experiências de sofrimento, mas também de vitória e superação. Eu não ressinto não ter tido mais professores negros, mas me regozijo com a

possibilidade de ter com alguns desses estudantes um elo como aquele se estabeleceu entre mim e Ângela.

Espero que as próximas gerações de universitários negros não venham de um processo de fragilização de sua identidade, que mais opções estejam postas para eles. Que, para além de uma professora negra, eles tenham tido a oportunidade de conviver com médicos, dentistas, engenheiros e cientistas negros. Que a presença desses profissionais na vida dos meus futuros alunos não tenha sido um fato excepcional, marcante pela sua exotividade, mas comum, assim como é comum ver negros servindo mesas e limpando assoalhos.

As cotas não trarão de volta à escola os colegas negros que fui perdendo ao longo do caminho, não reverterão as noites que passei chorando e me achando um ser humano inferior, não impedirão a ocorrência de pequenas humilhações pelas quais nós, negros, passamos diariamente. Mas pavimentam o sonho de um país mais igualitário.

Opinião

Artigo nº 14

Nº 1791 - Ano 38 24.9.2012

Cotas: legitimidade em formação

No início de agosto, o Senado brasileiro aprovou, com apenas um voto contrário, o Projeto de Lei 180/2008, referendado anteriormente na Câmara dos Deputados, que assegura que pelo menos 50% das vagas das universidades federais sejam reservadas a grupos desfavorecidos socialmente, sendo metade delas para estudantes negros, pardos e indígenas e a outra metade para aqueles que cursaram todo o ensino médio em escola pública e cujas famílias tenham renda mensal de até um salário-mínimo e meio.

O projeto depende agora da sanção da presidente Dilma Rousseff, que vê com bons olhos a medida, encaminhada pelo seu próprio partido, o PT. Mais uma vez, o circo pegou fogo. Isso porque em abril passado uma intensa polêmica já se formara quando o Supremo Tribunal Federal decidiu pela constitucionalidade das cotas raciais.

Todavia, a polêmica agora se mostra menos intensa e mais direcionada para a questão da autonomia universitária, supostamente ameaçada por tal medida. É certo que muitos retomaram as críticas de que as cotas são injustas por tratarem os cidadãos brasileiros de modo diferenciado, de que seus critérios de seleção são questionáveis etc. Porém, a escassez agora de editoriais inflamados contra esse tipo de medida e a aprovação quase unânime do projeto no Senado contrastam com o quadro político do início do ano ou de antes, quando da tramitação e aprovação do Projeto de Lei das Cotas Raciais (73/1999) e do Estatuto da Igualdade Racial (PL 3.198/2000).

O que essa transformação de cenário sugere é que as políticas de discriminação positiva estão deixando de ser simplesmente um mecanismo político legal para se tornar algo legítimo do ponto de vista da opinião pública brasileira. O observado exercício regular da democracia brasileira – a aprovação desses diferentes projetos de lei nas diversas instâncias do Estado brasileiro – concomitante ao amplo debate público sobre esse tipo de política revela, ao que parece, relativo amadurecimento político tanto de nossos parlamentares quanto da população em geral. É preciso destacar como, nesse sentido, as decisões das duas casas do Legislativo brasileiro convergem com um anseio popular de maior inclusão social, fato raro num país em que as ideias de nação e Estado são tradicionalmente divorciadas.

Mas tal processo não é isento de ambiguidades e tensões. Como revelam pesquisas realizadas pelo Datafolha em 2008, 75% da população brasileira concorda totalmente com a criação de medidas de cotas para alunos pobres nas universidades públicas independentemente da raça e 11% assentem parcialmente com a ideia. Os mesmos levantamentos indicam ainda que 62% acreditam que as cotas raciais podem gerar atos de racismo e 53% entendem que elas constituem mecanismo “humilhante” para negros e pardos.

Seria preciso repetir essa pesquisa agora, quatro anos após todo esse debate em torno da cotas raciais e sociais a fim de aferir se esse quadro se mantém. No entanto, um palpite realista sugeriria que a desconfiança de grande parte da população brasileira em relação à adoção de cotas raciais não deve ter diminuído tanto, haja vista a larga temporalidade intrínseca à mudança da cultura política.

Talvez seja precisamente a junção dos critérios raciais e sociais no PL 180/2008 que explique, em parte, sua absoluta aprovação no Congresso e o seu pequeno impacto negativo na imprensa. Ainda no plano das hipóteses, os formuladores do referido PL podem muito bem ter levado isso em consideração ao unir os critérios “raça” e “condição social” numa mesma proposta, procurando legitimar a medida como um todo com base na concordância majoritária com o segundo critério.

De qualquer modo, para além somente da questão estratégica, faz-se necessária a permanente discussão da questão racial brasileira, abordada pelos nossos grandes pensadores, de Joaquim Nabuco a Guerreiro Ramos, passando por Florestan Fernandes e Abdias Nascimento. É por meio de debate amplo e democrático que as políticas de cotas raciais podem adquirir maior legitimidade ao longo do tempo.

Nesse sentido, já tomando partido no debate, sem, entretanto, prescindir da crítica, é mister considerar que as políticas de afirmação positiva devem ser compreendidas à luz de três princípios básicos de justiça. Em primeiro lugar, a questão da justiça redistributiva, que garante acesso equânime aos bens produzidos em sociedade, entre eles a educação, fundamental no acesso aos melhores postos de trabalho.

Em segundo lugar, emerge o princípio do reconhecimento à diversidade cultural dos povos. A afirmação da identidade negra contida na declaração de um candidato a uma vaga na universidade expressa não um “racismo às avessas”, mas o direito democrático de todo grupo social de se diferenciar dos demais, sem hierarquizá-los, com base em sua cultura e história específica, no caso dos negros, pardos e indígenas do país fortemente marcadas pela violência e exclusão praticadas e/ou consentidas pelo Estado.

Por fim, o princípio da reparação, segundo o qual os indivíduos prejudicados pelo poder público ou privado devem ser compensados não apenas materialmente, mas simbolicamente com o reconhecimento notório do erro.

Longe de criar uma situação de exceção, particularista, as cotas raciais e sociais constituem instrumento necessário, ainda que limitado, para a efetiva universalização da cidadania e maior legitimidade da democracia em nosso país.